



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRA

**A VISADA ARGUMENTATIVA DOS TEXTOS:
VARIAÇÕES E REGULARIDADES NOS MODOS DE ARGUMENTAR**

FORTALEZA

2025

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRA

A VISADA ARGUMENTATIVA DOS TEXTOS:
VARIAÇÕES E REGULARIDADES NOS MODOS DE ARGUMENTAR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Práticas discursivas e estratégias de textualização

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Rosa de Araújo

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (*in memoriam*)

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O51v Oliveira, Rafael Lima de.
 A visada argumentativa dos textos : variações e regularidades nos modos de argumentar / Rafael Lima de Oliveira. – 2025.
 193 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2025.
 Orientação: Prof. Dr. Júlio César Rosa de Araújo.
 Coorientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo.
1. Linguística Textual. 2. Argumentação. 3. Visada argumentativa. 4. Dimensão argumentativa. 5. Referenciação. I. Título.

CDD 410

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRA

A VISADA ARGUMENTATIVA DOS TEXTOS:
VARIAÇÕES E REGULARIDADES NOS MODOS DE ARGUMENTAR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Práticas discursivas e estratégias de textualização

Aprovada: 25/07/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Júlio César Rosa de Araújo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo (Coorientador)
Universidade de São Paulo (USP)

Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa (Examinadora/Membro interno)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho (Examinador/Membro externo)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito (Examinadora/Membro externo)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Suzana Leite Cortez (Examinadora/Membro externo)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

À Mônica Magalhães Cavalcante,
luz que não acaba quando sopra o vento.

AGRADECIMENTOS

Nunca pude supor que, ao longo de quatro anos, durante os quais escrevi esta tese, a vida pudesse se apresentar em seus extremos, da fina doçura de bons momentos à aspereza de uma partida inesperada.

Em 2020, quando o mundo se amedrontava diante de uma pandemia, e as portas se fechavam no exato dia em que defendi minha dissertação de mestrado, em 16 de março de 2020,¹ me submeti à seleção de doutorado por incentivo de minha orientadora, que ansiava para que eu desse continuidade à minha formação como pesquisador. Com pouca motivação e vivendo em um contexto emocional bastante delicado, tive a alegria de ter sido aprovado, o que tornou 2021 o ano de um novo começo. No tormento de um governo negacionista que nos afligiou por longos quatro anos, não tive coragem de abandonar meu emprego e, depois de muito pensar, decidi desistir de ser bolsista, por medo do contexto demasiadamente incerto que assustava a mim e assusta a muitos pesquisadores brasileiros. A partir dali, comecei o desafio de construir um objeto de pesquisa, ainda com o isolamento social e com aulas a distância, além de uma rotina intensa de trabalho.

Quando pensava que não era capaz, que tinha desaprendido a pesquisar, era a voz, o carinho e os conselhos de **Mônica Magalhães Cavalcante**, minha Moniquinha, que me faziam continuar. contei, nesse processo, com a compreensão e generosidade de meu ambiente de trabalho, o Master Soluções Educacionais e, posteriormente, as Edições IPDH, a quem, em ambos os casos, agradeço na pessoa de minha diretora e amiga **Alessandra Monteiro**, que me permitiu que eu seguisse meus estudos sem que isso fosse um entrave à minha vida profissional.

Durante os primeiros anos do doutorado, junto da construção do projeto de tese, pude contribuir com a produção de obras como *Linguística Textual e Argumentação* (2020), *Texto, discurso e argumentação: traduções* (2020) e, nosso livro tão aguardado, *Linguística Textual: conceitos e aplicações* (2022), que foi a culminância das celebrações dos 20 anos de meu grupo de pesquisa, o Protexito, a quem agradeço na pessoa de **Mariza Brito**, que também aceitou compor minha banca de qualificação e de tese, além de ter me acompanhado no mestrado e mesmo desde a graduação, torcendo por cada passo que eu dava, junto de Mônica. Nesses anos também pude ajudar a construir dois eventos de que muito me orgulho, o IV

¹ “O Conselho do Centro de Humanidades decide pela suspensão das aulas presenciais (graduação, pós-graduação e extensão) e as atividades que possam ser realizadas remotamente ficarão a critério dos departamentos e coordenações, pelo período de quinze dias a contar da deliberação (dezesesseis de março de 2020).” Disponível em: <https://ch.ufc.br/wp-content/uploads/2021/01/ata-da-1a-reuniao-extraordinaria-16.03.2020-copia.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024)

Workshop em Linguística Textual, em plena pandemia, em 2021, que foi todo remoto; e o V Workshop em Linguística Textual, em 2024.

No segundo ano de doutorado, em 2022, Mônica me oportunizou minha primeira viagem internacional, a Portugal. Foram dias tão especiais e encantadores que às vezes esqueço a minha malograda tentativa de procurar meu passaporte perdido, o clássico de um viajante de primeira viagem. Conheci Lisboa, Porto, onde realizamos uma apresentação no IX JADIS, e Braga. Mônica me dizia que aquela viagem era um sonho realizado – se era dela, imagine se não era também o meu. Mônica abriu as portas de sua casa e de sua vida para que eu pudesse entrar, foi responsável por me tornar quem eu sou hoje, foi quem me acolheu como filho – foi para mim um exemplo de mãe, de professora, de pesquisadora, de amiga... enfim, de um ser humano íntegro, completo, que era capaz de ajudar a todos, mesmo que isso lhe subtraísse. Mônica acreditava tanto em mim e em minha pesquisa, que me encorajou a ir sozinho ao II Congreso Iberoamericano de Argumentación, em Madrid, em 2023. Nas vésperas da apresentação, compartilhei com ela o “frio na barriga”, e ela me respondeu: “Você é capaz”. E fui mesmo, e feliz da vida contei a ela em um longo áudio logo depois da apresentação, do jeito que ela havia me pedido. Mas tão logo 2024 chegou e o que seria o ano final da tese se tornou um ano inconcebível. Mônica Magalhães Cavalcante partiu em 5 de abril de 2024, repentinamente, deixando todos nós incrédulos, sem chão. Naquele contexto, escrevi um texto que contava um pouco de nossa história:

Quando a conheci, em 2014, ela era uma mulher pequena, cabelos curtos, que dava umas piruetas na sala, chamava alguns de nós de cachorro(a) e fazia com que aquele tempo de aula que estava sob sua responsabilidade passasse rápido feito passe de mágica, deixando um desejo em cada um de nós de que pudéssemos avançar o tempo para estar com ela mais uma vez. Não demorou muito para que aquela mulher, de olhos puxados e sorriso largo, passasse a ser uma inspiração. Eu olhava para ela e pensava: “Quero ser assim”. Não que os outros professores não tivessem o que me inspirar, mas ela era diferente. Roguei a Deus que me arranjasse uma chance de estar mais perto dela, o que parecia uma missão impossível: quem era eu frente à quantidade de alunos que também tinham o mesmo desejo? Mas quis Deus abrir a porta, que veio transfigurada em formato de e-mail com um convite que mudou minha vida para sempre. Desde aquele dia, minha vida e a de Mônica se uniram de um modo inexplicável. Para meus amigos, éramos mãe e filho. E, para nós, também. Mônica foi muito mais que minha orientadora de graduação, mestrado e doutorado. Era quem me ligava apavorada quando eu adoecia; era quem torcia para que meus relacionamentos dessem certo; era para quem eu ligava chorando quando achava que não era capaz e de quem recebia encorajamento; era quem me levava a cafés e ao cinema quando eu mal conseguia pagar um ingresso; era, enfim, tudo o que uma mãe é para um filho. E se, neste momento, há em mim uma dor que me consome por inteiro, há também uma força maior - o amor - que me ajuda a continuar, determinado a seguir e a perpetuar tudo o que aprendi com você: a pesquisar, a rir da vida, a fazer amigos, a ajudar as pessoas sem pedir nada em troca, a amar. Muito obrigado por tudo, minha mãe, eis aqui teu filho postiço cheio de saudade de ti.

Após essa circunstância muito difícil, senti que meu doutorado havia acabado ali mesmo, mas não podia abandonar esse sonho que era nosso. E, para recuperar minhas forças e seguir adiante, contei com o apoio incondicional de muitas pessoas. O apoio e o carinho de meu noivo **Yan**, que se uniu à minha vida há oito anos e é um parceiro que está comigo para tudo, que escolheu me amar e se deixou ser amado. De meu pai **Eugênio**, meus irmãos, especialmente **Diego** e **Camila**, e todos os demais familiares que acompanham minha trajetória na vida acadêmica, celebrando a cada conquista. Da família de meu noivo, que é também a minha, agradecendo especialmente o abraço afetuoso de minha sogra **Germânia**. De meus amigos queridos, em especial, **Sávio**, **Eduardo**, **Jessica**, **Mariana**, **Maiara**, **Amanda** e **Karol**.

Finalizo esta seção agradecendo profundamente ao **Prof. Paulo Roberto Gonçalves Segundo**, a quem devo muito por ter conseguido concluir esta tese, por sua leitura atenta e incentivo constante, desde a banca de minha qualificação à inesperada coorientação, iniciada em junho de 2024, que ele aceitou sem pensar duas vezes, mesmo com tantas atividades nas mãos. Ao **Prof. Júlio Araújo**, agradeço a gentileza de ter assumido a orientação institucional de meu doutorado e pelo deferente parecer emitido por ocasião dos Seminários de Pesquisa. Aos estimados professores e amigos da LT **Mariza Brito**, **Suzana Cortez**, **Valdinar Custódio Filho** e **Margarete Fernandes de Sousa**, meu agradecimento pelas contribuições dadas à minha pesquisa, que parte da LT e que para ela sempre volta.

Esta pesquisa é um fruto idealizado por mim e por minha eterna orientadora Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante. Por isso, dedico a ela tudo que colherei daqui para frente.



Eu e Mônica, no V SEDIAR, em São Paulo, em 2023.



Mônica Cavalcante
@monicamc02

Você terá sempre a mim.

11:33 AM · 11 de fev de 2023 de Fortaleza, Brasil

Resposta de Mônica a um tuíte meu sobre a partida de minha mãe.

Hoje eu acordei com medo
Mas não chorei, nem reclamei abrigo
Do escuro, eu via o infinito
Sem presente, passado ou futuro
Senti um abraço forte, já não era medo
Era uma coisa sua que ficou em mim.

(Poema, Cazuya)

RESUMO

Nesta tese, objetivamos caracterizar a visada argumentativa em textos com base em suas regularidades. Situados no campo disciplinar da Linguística Textual, partimos da interface com a Teoria da Argumentação no Discurso (doravante TAD), de Ruth Amossy (2018), a partir da qual defendemos que todo texto tem uma dimensão argumentativa (Cavalcante, 2016; Cavalcante *et al.*, 2020; Cavalcante *et al.*, 2022) e que a argumentatividade se manifesta com diferentes potencialidades em um *continuum*. Dos postulados da TAD, elegemos a noção de *visada argumentativa* como objeto de investigação, redimensionando-a no âmbito de nossos pressupostos teórico-metodológicos. Para Amossy (2018), existem “discursos” que se configuram num projeto persuasivo explícito e programado, isto é, têm uma *visada argumentativa*. Mas há também “discursos” em que se observa apenas uma tentativa simples de apresentar uma dimensão do real, sem a preocupação de prová-la, isto é, que apenas apresentam uma dimensão argumentativa. A autora, no entanto, não esclarece o que caracteriza a visada argumentativa, que, para ela, só ocorre em alguns textos, mas não em outros. Em razão disso, esta pesquisa busca diferenciar essas noções teóricas, prescrutando critérios para que possamos falar efetivamente da ocorrência da visada argumentativa em textos. Fundamentam esse estudo, quanto à análise argumentativa dos textos, além da TAD (Amossy, 2018), a Teoria Enunciativo-Interacional do Ponto de Vista, de Rabatel (2016) e a Semiolinguística, de Charaudeau (2016). Na primeira etapa metodológica desta pesquisa, de natureza essencialmente bibliográfica, (i) cotejamos as perspectivas teóricas das quais partem as noções de *tese* e *ponto de vista* com o objetivo de descrevê-las e diferenciá-las teoricamente no escopo de um estudo textual da argumentação, mas também de articulá-las no seio de uma análise textual, e (ii) discutimos, a partir de Toulmin (2022 [1958]) e Gonçalves-Segundo (2023a, 2024), a dimensão lógico-inferencial dos raciocínios argumentativos com o objetivo de refletir sobre os critérios para caracterizar a visada argumentativa. Na segunda etapa, buscamos simultaneamente, na análise dos textos que compõem nosso exemplário, a interpretação de suas ocorrências particulares e a descrição de suas regularidades quanto ao aspecto da argumentatividade, que se faz, nesta tese, pelo critério analítico da referência (Mondada, 1997; Cavalcante, 2011; Matos, 2018). Com esse objetivo, selecionamos para análise, em prol da argumentação das proposições teóricas desenvolvidas nesta tese, 14 textos, de gêneros diversos, advindos de fontes situadas dentro e fora do ambiente virtual, os quais hipoteticamente se encontram em diferentes pontos do *continuum* de argumentatividade. Os resultados da pesquisa apontam para a confirmação da hipótese de que a visada argumentativa não é homogênea, porque tem formas prototípicas e marginais de manifestação no texto, nem se

circunscreve à dominância da sequência argumentativa (Adam, 2019), porque apenas a composicionalidade não dá conta de aspectos retóricos, dialéticos e lógicos que são próprios do processo que constitui, em maior ou menor grau, a dimensão argumentativa de todos os textos. Nos textos do *continuum* de argumentatividade, o locutor/enunciador primeiro (L1/E1) gerencia a potencialidade argumentativa do texto, considerando toda a situação de comunicação, a partir de suas intencionalidades e da mobilização de PDVs. Quando essa potencialidade faz emergir no texto um *PDV central*, que só se firma como *tese* quando é amparado por um ou mais *argumentos*, dizemos que o texto tem uma visada argumentativa. Tanto a tese quanto os segmentos dos argumentos correspondem a PDVs no texto e podem estar explícitos, parcialmente explícitos ou integralmente implícitos, neste caso sendo apenas supostos pelo interlocutor. Em todos os casos, podem ser reconstruídos a partir das redes referenciais co-construídas na interação.

Palavras-chave: linguística textual; argumentação; visada argumentativa; dimensão argumentativa; referenciação.

ABSTRACT

In this thesis, we aim to characterize *argumentative goal* in texts based on their regularities. Situated within the disciplinary field of Text Linguistic, we draw on the interface with the Theory of Argumentation in Discourse (hereafter TAD), as developed by Ruth Amossy (2018). From this theoretical framework, we argue that every text possesses an *argumentative dimension* (Cavalcante, 2016; Cavalcante et al., 2020; Cavalcante et al., 2022), and that argumentativity manifests with varying degrees of intensity along a *continuum*. Among TAD's postulates, we selected the notion of *argumentative goal* as the object of investigation, reconfiguring it considering our theoretical and methodological assumptions. According to Amossy (2018), some “discourses” are structured as explicit and programmed persuasive projects – they exhibit *argumentative goal*. Others, however, present merely an attempt to depict a dimension of reality without aiming to prove it, thus possessing only an *argumentative dimension*. The author, nevertheless, does not clarify what precisely characterizes *argumentative goal*, which, in her view, is present in some texts but not in others. For this reason, the present research seeks to distinguish these theoretical notions, probing criteria that allow us to effectively determine the presence of *argumentative goal* in texts. In addition to TAD (Amossy, 2018), this study also draws upon the Enunciative-Interactional Point of View Theory (Rabatel, 2016) and Semiolinguistics (Charaudeau, 2016) for the argumentative analysis of texts. In the first methodological stage of this essentially bibliographic research, we (i) compare the theoretical perspectives underlying the notions of *thesis* and *point of view* in order to describe and differentiate them within the scope of textual argumentation studies, as well as to articulate them within textual analysis; and (ii) discuss, based on Toulmin (2022 [1958]) and Gonçalves-Segundo (2023a, 2024), the logical-inferential dimension of argumentative reasoning with the aim of identifying criteria for characterizing *argumentative goal*. In the second stage, we simultaneously seek, through the analysis of the texts comprising our exemplary, to interpret their particular occurrences and describe their regularities concerning argumentativity. In this thesis, such analysis is conducted through the analytical criterion of referentiation (Mondada, 1997; Cavalcante, 2011; Matos, 2018). To this end, we selected for analysis, in favor of the argumentation of the theoretical propositions developed in this thesis, 14 texts of different genres, coming from sources located inside and outside the virtual environment. These texts are hypothetically located at different points along the continuum of argumentativity. Results confirm the hypothesis that *argumentative goal* is not homogeneous: it exhibits both prototypical and marginal forms of manifestation within texts.

Moreover, it is not limited to the dominance of argumentative sequences (Adam, 2019), as compositionality alone fails to account for the rhetorical, dialectical, and logical aspects that are inherent to the process constituting, to varying degrees, the argumentative dimension of all texts. In texts located along the argumentativity *continuum*, the locutor-enunciator first (L1/E1) manages the argumentative potential of the text, considering the entire communicative situation, their intentions, and the mobilization of point of views (PDVs). When this potential gives rise to a central PDV within the text – which only becomes a thesis when supported by one or more arguments – we state that the text exhibits *argumentative goal*. Both the thesis and the argumentative segments correspond to PDVs in the text and may appear explicitly, partially explicitly, or be entirely implicit, in which case they are merely inferred by the interlocutor. In all cases, they can be reconstructed based on the referential networks co-constructed in the interaction.

Keywords: text linguistics; argumentation; argumentative goal; argumentative dimension; referentiation.

RESUMÉ

Dans cette thèse, nous visons à caractériser la visée argumentative dans les textes à partir de leurs régularités. Situés dans le champ disciplinaire de la Linguistique Textuelle, nous partons de l'interface avec la Théorie de l'Argumentation dans le Discours (dorénavant TAD), de Ruth Amossy (2018), à partir de laquelle nous défendons que tout texte possède une dimension argumentative (Cavalcante, 2016 ; Cavalcante et al., 2020 ; Cavalcante et al., 2022) et que l'argumentativité se manifeste avec des potentialités diverses dans un continuum. Parmi les postulats de la TAD, nous avons choisi la notion de visée argumentative comme objet d'investigation, en la redimensionnant dans le cadre de nos postulats théoriques et méthodologiques. Pour Amossy (2018), il existe des "discours" qui s'inscrivent dans un projet persuasif explicite et programmé, c'est-à-dire qui ont une visée argumentative. Mais il y a aussi des "discours" dans lesquels on observe seulement une tentative simple de présenter une dimension du réel, sans souci de la démontrer, c'est-à-dire qui ne possèdent qu'une dimension argumentative. L'auteure, toutefois, n'éclaircit pas ce qui caractérise la visée argumentative, qui, selon elle, ne se manifeste que dans certains textes et non dans d'autres. Pour cette raison, cette recherche cherche à différencier ces notions théoriques, en scrutant des critères qui nous permettent de parler effectivement de l'occurrence de la visée argumentative dans les textes. Ce travail s'appuie, en ce qui concerne l'analyse argumentative des textes, outre la TAD (Amossy, 2018), sur la Théorie Enonciativo-Interactionnelle du Point de Vue, de Rabatel (2016) et sur la Sémiolinguistique, de Charaudeau (2016). Dans la première étape méthodologique de cette recherche, de nature essentiellement bibliographique, nous avons (i) confronté les perspectives théoriques à partir desquelles émanent les notions de thèse et de point de vue (PDV), dans le but de les décrire et de les différencier théoriquement dans le cadre d'une étude textuelle de l'argumentation, mais aussi de les articuler au sein d'une analyse textuelle, et (ii) discuté, à partir de Toulmin (2022 [1958]) et Gonçalves-Segundo (2023a, 2024), la dimension logico-inférentielle des raisonnements argumentatifs afin de réfléchir sur les critères permettant de caractériser la visée argumentative. Dans la deuxième étape, nous avons cherché simultanément, à travers l'analyse des textes composant notre exemplaire, l'interprétation de leurs occurrences particulières et la description de leurs régularités quant à l'aspect de l'argumentativité, aspect qui se produit, dans cette thèse, selon le critère analytique de la référenciation (Mondada, 1997 ; Cavalcante, 2011 ; Matos, 2018). À cette fin, nous avons sélectionné pour analyse, en faveur de l'argumentation des propositions théoriques développées dans cette thèse, 14 textes, issus de genres variés, provenant de sources tant en environnement numérique qu'en dehors de celui-ci, qui se situent hypothétiquement à différents points du continuum d'argumentativité. Les résultats de la recherche confirment l'hypothèse selon laquelle la visée argumentative n'est pas homogène, car elle présente des formes prototypiques et marginales de manifestation dans le texte, et ne se réduit pas à la dominance de la séquence argumentative (Adam, 2019), puisque la seule compositionnalité ne rend pas compte des aspects rhétoriques, dialectiques et logiques qui font partie du processus constituant, dans une plus ou moins grande mesure, la dimension argumentative de tous les textes. Dans les textes relevant du continuum d'argumentativité, le locuteur/énonciateur premier (L1/E1) gère la potentialité argumentative du texte, en tenant compte de l'ensemble de la situation de communication, à partir de ses intentions et de la mobilisation de PDV. Lorsque cette potentialité fait émerger dans le texte un PDV central, qui ne se stabilise comme thèse que s'il est soutenu par un ou plusieurs arguments, on dit que le texte possède une visée argumentative. Tant la thèse que les segments des arguments correspondent à des PDV dans le texte et peuvent

être explicites, partiellement explicites ou entièrement implicites, dans ce dernier cas étant seulement supposés par l'interlocuteur. Dans tous les cas, ils peuvent être reconstruits à partir des réseaux référentiels co-construits dans l'interaction.

Mots-clés : linguistique textuelle; argumentation; visée argumentative; dimension argumentative; référenciation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Proposta de quadro enunciativo-interacional para a análise de textos	43
Quadro 2 – Conjunto de argumentos acerca do armamento da população civil	54
Quadro 3 – Tipologia de acordos na Nova Retórica	57
Quadro 4 – Síntese das noções de dimensão e visada argumentativa	79
Quadro 5 – Modalidades argumentativas e seus parâmetros de definição	87
Quadro 6 – A relação entre garantia e os diferentes tipos de apoio	105
Quadro 7 – Esquema argumentativo pragmático (por consequências negativas)	113
Quadro 8 – Argumento por consequências negativas do exemplo 8	113

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Circuito comunicativo ou situação de comunicação	34
Figura 2 - Situação de comunicação (ou interacional) proposta por Cavalcante	38
Figura 3 - Organização de níveis ambientais com base em Émérit (2017)	39
Figura 4 - Modelo comunicacional da Retórica de Aristóteles	49
Figura 5 - Modelo comunicacional da Retórica de Aristóteles (2)	50
Figura 6 – O <i>continuum</i> argumentativo para Amossy	82
Figura 7 – Sequência argumentativa a partir do exemplo 5	91
Figura 8 – Sequência narrativa do exemplo 7	94
Figura 9 – Diagrama de reconstrução da argumentação do exemplo 7	95
Figura 10 – Relação entre segmentos da narração e da argumentação do exemplo 7 ...	96
Figura 11 - <i>Continuum</i> da dimensão argumentativa balizado pela visada argumentativa	99
Figura 12 – O layout do argumento, segundo Toulmin	103
Figura 13 – Modelo de Toulmin aplicado	106
Figura 14 – Diferenças terminológicas em relação à noção de argumento	109
Figura 15 - O <i>continuum</i> de unidades de fundamentação à tese	110
Figura 16 - Diagrama do argumento de consequências negativas do exemplo 8	113
Figura 17 - <i>Continuum</i> da unidade de fundamentação à tese aplicado ao exemplo 8 ...	114
Figura 18 – Sequência argumentativa de trecho de “Bérénice”, de Jean Racine	120
Figura 19 – A sequência argumentativa	120
Figura 20 – A sequência argumentativa do exemplo 10	123
Figura 21 – Reconstrução do raciocínio argumentativo do exemplo 11	126
Figura 22 – Os processos referenciais	131
Figura 23 – Célula argumentativa abstraída da charge	136
Figura 24 – Procedimentos de análise de dados (etapas e passos)	140
Figura 25 – Diagrama de reconstrução do raciocínio argumentativo a partir do exemplo 15	148
Figura 26 – Representação da relação entre os referentes e os segmentos dos raciocínios argumentativos do exemplo 15	149

Figura 27 – Diagrama de reconstrução do raciocínio argumentativo a partir do exemplo 16	152
Figura 28 – Representação da relação entre os referentes e os segmentos dos raciocínios argumentativos do exemplo 16	153
Figura 29 – Diagrama de reconstrução dos raciocínios argumentativos a partir do exemplo 17	157
Figura 30 – Representação da relação entre os referentes e os segmentos da célula argumentativa do exemplo 17 que se direciona à tese principal	158
Figura 31 – Diagrama de reconstrução dos raciocínios argumentativos a partir do exemplo 18	163
Figura 32 – Representação da relação entre os referentes e os segmentos da célula argumentativa do exemplo 18 que se direciona à tese principal	164

LISTA DE EXEMPLOS

Exemplo 1 – Reportagem do Senado Federal sobre a posse e o porte de armas de fogo	53
Exemplo 2 – Trecho de artigo da revista francesa Marianne	63
Exemplo 3 – Análise do instâncias enunciativas de locutor e enunciador	69
Exemplo 4 – Editorial “O que a Folha pensa” da Folha de S.Paulo	72
Exemplo 5 – Editorial “Além do desmate” da Folha de S.Paulo	89
Exemplo 6 – Cartum de Jean Galvão sobre o Pantanal	91
Exemplo 7 – Tirinha da Turma da Mônica	93
Exemplo 8 – Advertência sanitária na embalagem de cigarro	111
Exemplo 9 – Versos 371 a 386 da cena 2 do ato II de Berenice	118
Exemplo 10 – Campanha Movimento Vacina Brasil do Ministério da Saúde	121
Exemplo 11 – Propaganda em outdoor do Uber Moto	124
Exemplo 12 – Capa da edição 180 da revista piauí, de setembro de 2021	129
Exemplo 13 – Tirinha de Calvin e Haroldo	132
Exemplo 14 – Charge de João Montanaro	134
Exemplo 15 – Carta argumentativa de uma criança do Complexo da Maré (RJ)	145
Exemplo 16 – Aviso “Não jogue lixo no vaso sanitário #AtitudeSmart”	150
Exemplo 17 – Charge “Marco Temporal”, do cartunista de Benett	154
Exemplo 18 – Post “Por coincidência eu achei isso aqui também”, de luc@s	160
Exemplo 19 – Crônica “Drummond Fascista Misógino”, de Antonio Prata	166
Exemplo 20 – Charge “Rio 60 °C”, do cartunista de Benett	171
Exemplo 21 – Notícia “Vacinação” no Jornal Folha de S.Paulo	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LT	Linguística Textual
TAD	Teoria da Argumentação no Discurso
PDV	Ponto de vista
L1/E1	Locutor-enunciador primeiro ou principal
l2/e2	Locutor-enunciador segundo
l3/e3	Locutor-enunciador terceiro
l4/e4	Locutor-enunciador quarto
e2	Enunciador segundo
e3	Enunciador terceiro
e4	Enunciador quarto
e5	Enunciador quinto
e6	Enunciador sexto
e7	Enunciador sétimo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
AD	Análise do Discurso
ATD	Análise Textual dos Discursos
OArg	Orientação argumentativa
MP. Arg 4	Macroproposição argumentativa 4 - Restrição

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 PRESSUPOSTOS PARA UMA ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO TEXTO.....	31
2.1 Texto, situação de comunicação e suas relações com a argumentação	32
2.2 A influência da argumentação retórica na LT	45
2.3 A interface entre a LT e Teoria da Argumentação no Discurso	59
2.4 A noção de <i>ponto de vista</i> como parte da trama argumentativa dos textos	65
3 DISCUTINDO AS NOÇÕES DE DIMENSÃO E VISADA ARGUMENTATIVA	75
3.1 As definições de dimensão argumentativa e visada argumentativa na TAD	75
3.2 A noção de “modalidade argumentativa” e sua relação com o <i>continuum</i>	84
3.3 O redimensionamento das noções teóricas da TAD no âmbito da LT.....	89
3.4 Em síntese, em que consiste a visada argumentativa?	98
4 O RACIOCÍNIO ARGUMENTATIVO NO TEXTO.....	101
4.1 A noção de <i>argumento</i> no modelo de Toulmin	102
4.2 A noção de <i>argumento</i> na abordagem de Gonçalves-Segundo	108
4.3 A proposta da <i>sequência argumentativa</i> de Adam	116
4.4 As redes referenciais e a textualização do raciocínio argumentativo.....	127
5 METODOLOGIA.....	138
5.1 Caracterização da pesquisa.....	138
5.2 Delimitação do universo e da amostra	139
5.3 Procedimento de coleta de dados.....	140
5.4 Procedimento de análise de dados	140
6 MANIFESTAÇÕES TEXTUAIS DA VISADA ARGUMENTATIVA	145
7 CONCLUSÃO.....	177
REFERÊNCIAS	183

1 INTRODUÇÃO

“Devagar e sempre se chega na frente”
(Esopo)

A epígrafe da introdução desta tese é uma frase popularmente difundida, cuja variação até se consagrou como um ditado popular – “Devagar que se vai longe”. Sintética, ela é a famosa moral de “A Lebre e a Tartaruga”, que compõe as *Fábulas* do escritor grego Esopo. Nela, a Tartaruga caçoa da Lebre, chamando-a de lerda, e a desafia a vencer uma corrida. A Lebre aceita o desafio sem acreditar que a Tartaruga seria capaz de vencê-la. Com o início da disputa, que é mediada pela Raposa, a Lebre passa à frente da Tartaruga e adquire uma vantagem de tal modo que decide brincar e cochilar, pois, se a Tartaruga a ultrapassasse, bastava que a Lebre corresse um pouco para ultrapassá-la novamente. No entanto, a Lebre não acordou a tempo, e a Tartaruga, em seu ritmo lento, mas contínuo e sem descanso, alcançou a linha de chegada, vencendo a disputa.

Essa narrativa é um dos vários textos que se enquadram no gênero fábula, no qual, em sua maioria, animais personificados vivem histórias cujos desfechos orientam o leitor a uma avaliação, isto é, a uma espécie de conclusão derivada do próprio desenvolvimento narrativo construído. Apesar de as fábulas contarem com a explicitação, de maneira destacada, da moral ao final do texto, o leitor poderia, sem muita dificuldade, chegar a uma conclusão semelhante a que, de fato, é textualizada. No caso de “A Lebre e a Tartaruga”, para defender (ou justificar) a ideia de que “devagar e sempre se chega na frente”, ou, dito de outra maneira, de que a persistência é mais eficaz que a velocidade, o narrador não se vale de argumentos, mas constrói uma história.

As fábulas são apenas um dos variados exemplos que desafiam as tradicionais classificações tipológicas do texto. É certo que estamos frente a um texto narrativo. Mas e seu fundamento eminentemente argumentativo? Como tratá-lo? Não são as fábulas narrativas construídas para justificar a plausibilidade de um enunciado avaliativo? Como classificar esse texto que parece argumentativo, uma vez que encaminha o leitor a uma espécie de “opinião central”, mas que não o é, composicionalmente falando?

É certo também que nem todas as narrativas se prestam a apresentar ao leitor uma opinião central, muito menos se considerarmos que essa opinião central pode ser textualizada num único enunciado, como é o caso da moral. Isso só nos mostra que a argumentação é um fenômeno muito amplo e complexo, que, como defendemos nesta

pesquisa, não pode se restringir à defesa de uma tese a partir da construção de argumentos, porque, no texto, ela toma formas muito diversas, mesmo dentro de um único gênero.

Mas não é esta a aceção que muitos teóricos sustentam ao definir a argumentação. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014 [1958]), Stephen Toulmin (2022 [1958]), Van Eemeren e Grootendorst (2004), Walton (2012 [1989]), Plantin (1996), Grácio (2012), Gonçalves-Segundo (2023a), entre outros, defendem, cada qual à sua maneira, perspectivas mais estritas, uma vez que estabelecem condições para determinar se uma dada situação é argumentativa. Eles diferem, portanto, das posturas teóricas de autores como Grize (1996), Ducrot (1987) e Amossy (2018 [2000]), os quais defendem, também distintamente, a onipresença da argumentação, isto é, que a argumentatividade² está em tudo e atravessa todos os usos de linguagem.

Esta tese, conforme dissemos, assume essa onipresença da argumentatividade em todas as manifestações de linguagem como um pressuposto teórico basilar. É particularmente da Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), de Amossy (2018 [2000]), a noção de argumentação que sustentamos, a partir da qual dizemos que argumentar é não apenas tentar levar o interlocutor à adesão de uma tese, mas também tentar modificar, reorientar ou simplesmente reforçar, por meio dos recursos da linguagem, os modos de ver e de sentir do interlocutor. Para justificar a argumentatividade constitutiva de todo texto, a Linguística Textual (LT), campo disciplinar em que este trabalho se situa teórico-metodologicamente, também dialoga com a Teoria Enunciativo-Interacional do Ponto de Vista, de Rabatel (2016), convocando a noção de ponto de vista (PDV) e sua consequente articulação com as instâncias enunciativas de locutor(es) e enunciador(es), que compõem cada situação de comunicação.

Assumir esse posicionamento teórico na LT que praticamos, balizada pelas reflexões do grupo Protexto (Unilab/CNPq), fundado por Mônica Cavalcante, redimensionando-o às relações textuais, promoveu uma virada epistêmica em nossas pesquisas, à medida que, como refletem Oliveira e Cavalcante (2024), a argumentação passou a ser encarada não apenas como uma função discursiva das estratégias de textualização, mas como a motivação para todas as escolhas feitas por um

² Não nos interessa nesta pesquisa investir numa diferenciação teórica entre as noções de *argumentação* e *argumentatividade*, como faz, por exemplo, Grácio (2013), mas sim, como veremos, entre as noções de dimensão argumentativa e visada argumentativa. Ressalta-se, no entanto, que não estamos fazendo equivaler a noção de *argumentação* à noção de *visada argumentativa* nem a de *argumentatividade* à de *dimensão argumentativa*, muito embora esta possa ser uma associação corrente, que contestamos nesta tese.

locutor/enunciador primeiro (L1/E1) – especialmente, o gerenciamento de PDVs – em uma dada interação. Para a LT, todo texto tem uma dimensão argumentativa.

Como veremos ao longo desta tese, assumir essa perspectiva teórica não é tarefa simples, uma vez que ela impacta a compreensão de outras noções teóricas caras às teorias da argumentação, mas também à LT, campo disciplinar em que nos situamos, a partir das articulações teóricas que promovemos. Referimo-nos, nesse sentido, a noções como *questão argumentativa*, *argumento*, *tese*, *ponto de vista*, *célula argumentativa*, *orientação argumentativa*, entre outras, frequentemente convocadas nas reflexões sobre a argumentatividade em textos, mas também o que se consolidou nos estudos do texto acerca das relações entre texto, gênero, composicionalidade e argumentação, reflexões ainda pautadas por uma perspectiva estrita de argumentação, na qual impera um binarismo entre o argumentativo e o não argumentativo.

Observamos com frequência, nas práticas pedagógicas de sala de aula, nomenclaturas como “textos argumentativos” e mesmo “gêneros argumentativos” (em oposição a gêneros e textos não argumentativos? – devemos questionar). Como refletimos, há muitos estudiosos que encaram a argumentação como um modo particular do uso da linguagem. Com isso, é natural que se afirme que um texto pode ser ou não argumentativo. Pelo viés de uma abordagem de gêneros, por exemplo, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2010) propõem um agrupamento de gêneros que se unem por compartilharem um mesmo “domínio social de comunicação” (a discussão de problemas sociais controversos) e uma mesma “capacidade de linguagem dominante” (a de argumentar, que se define pela “sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição”). É possível observar que os gêneros descritos pelos autores para exemplificar esse agrupamento (o artigo de opinião, o debate argumentativo, a carta do leitor, a carta de reclamação etc.) são aqueles em que inegavelmente se desenrola uma argumentação, entendida aqui exclusivamente como a ação de apresentar razões em apoio a uma determinada tese (Fiorin, 2015). É por isso que a “capacidade de linguagem dominante” nesses gêneros envolve, segundo os autores, “*sustentação* [de uma tese]” e “*refutação* [da tese do adversário]”, mas também “negociação”, se admitirmos que toda argumentação objetiva chegar a um consenso – posicionamento que também vem sendo questionado por estudiosos como Ruth Amossy, Marc Angenot, entre outros.

Esse modo de classificar gêneros – como argumentativos – tornou-se corriqueiro e consta em pesquisas como as de Guimarães (2007) e Gomes (2009), os quais

percebem os “gêneros argumentativos” como aqueles cujos textos se compõem pela dominância da sequência argumentativa. A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trata de “gêneros argumentativos” (BRASIL, 2017), embora não apresente uma definição para esse termo. A tese de Pinto (2010, p. 200), por sua vez, trata de “gêneros persuasivos”, que são aqueles cujo objetivo é “persuadir de diversas formas, fazendo com que o interlocutor adote uma posição em relação a determinado assunto”. A autora ressalta, no entanto, que “a finalidade de um gênero persuasivo pode vir a ter mais um teor demonstrativo do que persuasivo ou vice-versa”, razão pela qual ela sugere um contínuo que vai da demonstração à persuasão, o que, a nosso ver, contribui para reforçar a tensionada relação entre as noções de argumentação e persuasão.

Essas duas propostas – tanto a de gêneros argumentativos quanto a de gêneros persuasivos –, embora semelhantes, parecem salientar aspectos diferentes. No primeiro caso, o traço composicional do gênero parece ser determinante, de modo que os gêneros argumentativos seriam, como vimos, aqueles cujos textos apresentam a dominância da sequência argumentativa. No segundo caso, é o aspecto persuasivo que parece mais determinante, o que possivelmente faria esse agrupamento ser um pouco mais amplo, tendo em vista que Pinto (2010, p. 205) não sugere que os textos desses gêneros tenham necessariamente uma sequência argumentativa dominante, mas sim que tenham uma finalidade persuasiva, isto é, que haja por trás dele um “indivíduo [que] busca a adesão do interlocutor a uma determinada ideia” (Pinto, 2010, p. 205).

A proposição dessas noções teóricas dos gêneros em relação à argumentação levanta problemáticas relevantes a esta tese. A primeira delas é que, se todo texto é argumentativo, todo gênero também deveria ser visto como argumentativo, o que perderia a relevância de classificar um gênero como “argumentativo” ou “persuasivo”, uma vez que isso já seria presumido. Outra questão, esta ainda mais relevante, é que, a nosso ver, pode ser problemático determinar que um gênero se configura argumentativamente sempre de um mesmo modo. É forçoso admitir que um dado gênero, por aspectos contextuais e particulares de uma dada interação, possa ora ter um projeto argumentativo mais evidente, ora menos evidente, podendo inclusive transitar no *continuum* de argumentatividade, como demonstraram Oliveira e Almeida (2025).

Além da questão dos gêneros, há, mais particularmente, uma problemática em relação às sequências textuais. Como se sabe, tradicionalmente, nos estudos da LT, os textos podem ser classificados tomando como base as sequências textuais, propostas

por Adam (2019). É dele, inclusive, a noção de texto que sustentamos nesta tese, como uma unidade de sentido em contexto, ainda que a ela Cavalcante *et al.* (2022) tenham acrescido um conjunto de outros parâmetros de textualização. Na proposta de Adam, existe um nível de análise que é próprio da unidade textual: o plano composicional do texto, que inclui as sequências textuais. Os textos poderiam, assim, ser tipologizados e classificados de acordo com suas estruturas composicionais, podendo ser narrativos, descritivos, argumentativos, explicativos e dialogais.

Com base nessa classificação, poder-se-ia dizer que existem tanto textos composicionalmente argumentativos quanto textos composicionalmente não argumentativos – uma classificação binária em relação ao estatuto argumentativo dos textos. O autor reconhece que, em geral, o que se observa é uma heterogeneidade composicional, cuja organização pode ser prevista por uma pré-formatação do plano de texto de um gênero. Um exemplo é o modo como os participantes do Enem podem, em suas redações, mobilizar narrações a serviço da defesa de sua tese. Para além do plano da composicionalidade, Adam (2019) adverte, por outro lado, que todo texto, de uma perspectiva pragmática, é argumentativo, porque é orientado, na interação, a uma finalidade persuasiva.

Sem nos contrapor à proposição das sequências textuais de Adam, uma vez que não operaremos, como faz o autor, no nível mesotextual, esta tese, tomando como base a perspectiva de Amossy e os estudos do grupo Prottexto (Unilab/CNPq) que com ela fazem interface, sustentará a substituição do binarismo argumentativo/não-argumentativo em defesa de um *continuum de argumentatividade*. Como consequência, diremos que os textos podem se encontrar numa gradação que vai do menos prototipicamente argumentativo ao mais prototipicamente argumentativo.

Uma grande indagação desta tese é compreender que critérios norteiam essa prototipicidade. Somente numa análise da composicionalidade de um texto se pode sustentar que há textos organizados por uma sequência argumentativa dominante e é por causa dela que se pode falar da prototipicidade de um “tipo de texto argumentativo”, em oposição a outros “tipos” não argumentativos? Para nós, esse parâmetro não basta, especialmente porque defendemos que o modo de organização do texto não cobre a complexidade de sua trama argumentativa, que envolve uma série de outras condicionantes que discutiremos ao longo desta tese. Por isso, contestamos a proposta de Cavalcante, Pinto e Brito (2018) de que a distinção que faz Amossy entre “discursos de

dimensão argumentativa” e “discursos de visada argumentativa” possa se pautar por um critério composicional, pois a proposta de Amossy se origina de outro lugar teórico.

Quando, na TAD, Ruth Amossy fala em *continuum* de modalidades argumentativas, ela se enquadra em uma perspectiva retórica (e pragmática, como bem diz Adam) de que um texto supõe um locutor com intencionalidade de modificar, em alguma medida, o modo de ver, de pensar ou de sentir de um “auditório”. Esse pressuposto subjaz também à afirmação de Adam (2019) de que todo texto tem uma “orientação argumentativa”. Mas não é o mesmo critério que respalda a definição de textos de sequência argumentativa dominante.

Para Amossy, existem “discursos” que se configuram num projeto persuasivo explícito e programado, isto é, apresentam uma visada argumentativa. Mas há também “discursos” em que se observa apenas uma tentativa simples de apresentar uma dimensão do real, sem a preocupação de prová-la. Neste caso, estaríamos diante de uma dimensão argumentativa. A autora não esclarece, todavia, o que caracteriza a visada argumentativa, que, para ela, só ocorre em alguns textos, mas não em outros. Haveria sempre uma dimensão argumentativa, mas nem sempre uma visada argumentativa. Por quê? Eis a pergunta que nos move.

Em decorrência da pergunta central desta tese – O que caracteriza um texto de visada argumentativa? –, outras questões se apresentam: o limiar entre a visada e a dimensão argumentativa está nos argumentos? Na tese? Como devem ser definidos tese e argumentos? A noção de tese equivale à noção de ponto de vista da perspectiva rabateliana? Essas e outras indagações precisam ser discutidas para que possamos responder quando é possível definir que um texto tem uma visada argumentativa e não apenas uma dimensão argumentativa. Que critérios podem ser descritos para que se possa falar de uma visada argumentativa?

Cavalcante *et al.* (2019), numa tentativa de compreender essas noções teóricas, afirmam que somente os textos que se organizam composicionalmente em torno de uma tese, ou, em outras palavras, que apresentam uma sequência argumentativa dominante, têm uma visada argumentativa. Desse modo, os autores sugerem certa equivalência entre a visada argumentativa e a sequência argumentativa dominante. Embora não questionemos que os textos com sequência argumentativa dominante têm uma visada argumentativa, pensamos que a recíproca pode não ser sempre verdadeira. Corriqueiramente, deparamo-nos com textos que não apresentam sequência

argumentativa dominante, mas que temos a sensação de que se prestam a mostrar uma tese. Essa constatação foi, sem dúvidas, propulsora da construção desta pesquisa. O que nos autoriza a tratar tais textos como sendo de visada argumentativa?

Esse questionamento vai na esteira dos outros questionamentos que já mencionamos e que também impulsionam o desenvolvimento desta pesquisa: quando é possível dizer que o texto apresenta uma tese? Para haver tese, é necessário haver argumentos? Eles precisam estar, em alguma medida, explícitos ou podem estar totalmente implícitos? Estas são questões para qual retornaremos ao longo deste trabalho.

Todas essas perguntas compõe uma lacuna teórica e analítica que até então não havia sido desenvolvida pelas pesquisas da LT, especialmente aquelas que partem da interface entre a LT e a TAD, como, por exemplo, a tese de Macedo (2018), que buscou demonstrar como a LT poderia contribuir, com seus parâmetros de análise, para o estudo da inscrição da argumentatividade retórico-discursiva em textos, mas também as dissertações de Soares (2018), Oliveira (2020), Silva (2021), Silveira (2022), Pinheiro (2022), Almeida (2023) e a tese de Fernandes (2024), que, de certo modo, podem ser aproximadas por demonstrarem, a partir de diferentes objetivos, como critérios analíticos da LT, como a referenciação, a intertextualidade, as heterogeneidades enunciativas e a impolidez, podem evidenciar a argumentatividade dos textos. No entanto, nenhuma delas buscou se debruçar sobre a noção de visada argumentativa, que elegemos nesta tese como objeto de investigação e que redimensionamos nas relações textuais.

Portanto, nosso objetivo geral, que tem motivação teórica, consiste em caracterizar a visada argumentativa em textos a partir de suas regularidades. De nosso problema de pesquisa desdobram-se três questões de pesquisa: (i) quais são as diferenças entre as noções teóricas de ponto de vista e tese?; (ii) que critérios podem contribuir para identificação de uma visada argumentativa em textos?; (iii) como as redes referenciais permitem comprovar a orientação argumentativa dos textos num contínuo de argumentatividade?

A hipótese básica levantada por nós é que a visada argumentativa, noção que é objeto de nossa investigação, não é homogênea, porque tem formas prototípicas e marginais de manifestação no texto, nem se circunscreve à dominância da sequência argumentativa (Adam, 2019), porque apenas a composicionalidade não dá conta de aspectos retóricos, dialéticos e lógicos que são próprios do processo que constitui, em maior ou menor grau, a dimensão argumentativa de todos os textos. A dimensão

argumentativa, para nós, equivale ao próprio *continuum* de argumentatividade, que, nesta tese, definimos como o conjunto variado de manifestações da argumentação em textos, sem divisões absolutas entre cada uma delas. Nos textos do *continuum* de argumentatividade, o L1/E1 gerencia a potencialidade argumentativa do texto, considerando toda a situação de comunicação, a partir de suas intencionalidades e da mobilização de PDVs. Quando essa potencialidade faz emergir no texto um *PDV central*, que só se firma como *tese* quando é amparado por um ou mais *argumentos*, dizemos que o texto tem uma visada argumentativa. A tese e os segmentos dos argumentos correspondem a PDVs no texto e podem ter diferentes graus de explicitude, embora, em todos os casos, possam ser reconstruídos a partir das redes referenciais, que, nesta pesquisa, elegemos como critério analítico.

Em busca de discutir essa e demais hipóteses, que são simultaneamente teóricas e analíticas, esta tese se organiza, além da introdução e conclusão, em cinco capítulos, sendo três deles teóricos, um voltado à metodologia e o outro à análise.

No segundo capítulo desta tese – intitulado **Pressupostos para uma análise argumentativa do texto** –, refletimos sobre os pressupostos básicos, a começar pela noção de texto que sustentamos, alicerçada em Adam (2019) e Cavalcante *et al.* (2022). Para tanto, discutimos algumas noções teóricas advindas da Semiologia, de Charaudeau (2019 [2008]); os postulados retóricos de Aristóteles e de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014 [1958]), os quais embasam o caráter indiscutivelmente retórico da LT; além, claro, das duas teorias que influenciam sobremaneira nossa análise argumentativa dos textos: a TAD, de Amossy (2018 [2000]), e a Teoria Enunciativo-Interacional do Ponto de Vista, de Rabatel (2016 [2009]).

No terceiro capítulo – intitulado **Discutindo as noções de dimensão e visada argumentativa** –, damos continuidade às reflexões sobre a TAD ao aprofundar a discussão sobre as noções de *dimensão argumentativa* e *visada argumentativa*, além da noção complementar de *modalidades argumentativas*, de modo a compreendê-las no seio dessa abordagem e problematizá-las, com o objetivo de analisar suas potencialidades e limitações e, especialmente, de redimensioná-las no âmbito dos estudos textuais.

No quarto capítulo – intitulado **O raciocínio argumentativo no texto** –, investigamos, particularmente a partir da dimensão lógico-inferencial da argumentação em textos, as regularidades que aproximam as diferentes manifestações textuais da visada argumentativa de modo que seja coerente enquadrá-las sob uma mesma denominação.

Para tanto, tomamos com base o modelo de Toulmin (2022 [1958]) e a perspectiva integradora de argumentação defendida por Gonçalves-Segundo (2023, 2024). Neste capítulo, também buscamos demonstrar que a composicionalidade não basta à compreensão da argumentatividade e tratamos da articulação proposta por esta pesquisa entre as noções de PDV e tese, demonstrando, por meio do critério da referência, que discutimos na seção final, como elas se relacionam no raciocínio argumentativo concretizado no texto.

O quinto e sexto capítulos dão conta, respectivamente, dos procedimentos metodológicos desta tese e da análise do exemplário para a testagem de nossas hipóteses. Compõem o exemplário desta pesquisa 14 textos de gêneros diversos, digitais e não digitais, os quais hipoteticamente se encontram em diferentes pontos do *continuum* de argumentatividade, alguns com visada argumentativa prototípica, isto é, nos quais se observa explicitamente a construção de argumentos em defesa de uma tese, outros pretensamente tendo apenas uma dimensão argumentativa, mas que acreditamos serem exemplares marginais da visada argumentativa em textos e, por fim, os que tem apenas uma dimensão argumentativa. Com isso, visamos testar nossa hipótese básica em interações diversas, constrangidas de diferentes formas por aspectos genérico, discursivo, contratual etc., que permeiam a situação de comunicação.

2 PRESSUPOSTOS PARA UMA ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO TEXTO

A Linguística Textual (LT) se propõe a “descrever e explicar as estratégias de colocar em texto (isto é, de textualizar) os propósitos dos interlocutores que agem em práticas discursivas convencionadas como gêneros do discurso” (Cavalcante, 2016, p. 118). Seu objeto de estudo e interesse, portanto, é o texto. Nesta tese, o texto é definido, com base em Cavalcante *et al.* (2022), como uma unidade de coerência em contexto.

Frequentemente se atribui à LT um caráter interdisciplinar, isto é, ressaltam-na como uma área de estudo na qual as articulações teóricas são corriqueiras, desde que estas favoreçam seu objetivo principal. Nesse sentido, Cavalcante (2020) explica que a LT busca fazer articulações teóricas, não “empréstimos teóricos”, num movimento de “interdisciplinaridade focalizada”, nos termos de Charaudeau (2013). Isso significa dizer que, ao convocar a seu escopo de análise outros aportes teóricos, a LT redimensiona conceitos no âmbito de seus pressupostos com vista a garantir uma aplicação coerente a seus critérios analíticos. Para Charaudeau (2013, p. 28), esse movimento é relevante para se avaliar “até que ponto e com que propósito de análise [os conceitos] podem ser tomados de empréstimo e incorporados em uma outra disciplina”.

Um campo de estudo³ que sempre esteve em constante interface com a LT é o da argumentação. As relações entre LT e argumentação, de fato, não são recentes. Desde seu início, os estudos da LT praticada no Brasil discutem, direta ou indiretamente, as interseções entre o fenômeno da argumentação e a construção de sentidos no texto,⁴ o que ocorre, em cada contexto, sob influência dos postulados de uma dada teoria e, como veremos, não somente de teorias propriamente argumentativas.

³ A expressão “campo de estudo” visa modestamente enquadrar todos as teorias e as abordagens que se preocupam em descrever e explicar os mecanismos próprios do fenômeno da argumentação em suas múltiplas dimensões.

⁴ Não objetivamos inventariar nesta tese o percurso realizado pelas pesquisas que relacionaram LT e argumentação, mas, de maneira exemplar, é possível apresentar a obra percursora de Ingedore Koch, *Argumentação e linguagem* (1984), que defende como tese central a ideia de que a interação social por meio da língua caracteriza-se pela argumentatividade. A noção de argumentatividade defendida pela autora nesse contexto já relacionava a argumentação a aspectos de intencionalidade e influência e ao aspecto da não neutralidade do discurso. Embora mencione uma influência da nova retórica perelmaniana, o trabalho de Koch se inscreve especialmente no contexto da semântica argumentativa de Oswald Ducrot, a partir da qual a autora reflete que “a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das *articulações argumentativas*, de modo que se deve considerar a *orientação argumentativa dos enunciados* que compõem um texto como fator básico não só de coesão, mas, principalmente, de coerência textual” (Koch, 2016 [1984], p. 21, grifos nossos). Para uma maior compreensão das interfaces entre a LT e as abordagens de argumentação, ver Cavalcante (2016).

Neste primeiro capítulo teórico, trataremos dos principais pressupostos que fundamentam nossa análise argumentativa do texto. Para tanto, daremos início a essa discussão a partir das reflexões sobre a própria noção de texto e as propriedades que a definem, razão pela qual discutiremos algumas noções teóricas advindas da Semiologia, de Charaudeau (2019 [2008]). Em seguida, assumindo, com base em Cavalcante (2022), que a LT é uma disciplina com caráter indiscutivelmente retórico, refletiremos sobre os postulados da Retórica clássica, de Aristóteles, e da Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014 [1958]). Nas terceira e quarta seções, enfocaremos, respectivamente, as duas teorias cujos contributos estão no cerne de nossa análise argumentativa do texto – a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), de Amossy (2018 [2000]), que fundamenta a noção de argumentação que sustentamos nesta tese, e a Teoria Enunciativo-Interacional do Ponto de Vista, de Rabatel (2016 [2009]), da qual nos valem da reflexão acerca das instâncias enunciativas e da gestão de pontos de vista (PDVs).

É relevante ressaltar que a análise da argumentatividade do texto que propomos nesta tese, e, conseqüentemente, os pressupostos teóricos que a embasam, explicitados neste capítulo, não investe numa análise composicional do texto. No entanto, por reconhecer a relevância e a difusão, nos estudos textuais, da proposta de Adam (2019), mas também para explicar por que defendemos que o modo de organização do texto não é suficiente para evidenciar a complexidade de sua trama argumentativa, reservamos a discussão sobre as sequências textuais ao quarto capítulo desta tese.

2.1 Texto, situação de comunicação e suas relações com a argumentação

A discussão sobre a noção de texto obteve avanços significativos na última década à medida que se aprofundaram as reflexões sobre as diferentes dimensões que o compõem, ou sobre suas propriedades definidoras (Cavalcante *et al.*, 2019). Apesar de a dimensão argumentativa, que discutimos nesta tese, ser apenas uma dessas dimensões, é preciso considerar que essas propriedades são completamente integradas no funcionamento do texto. Isso significa dizer que não é possível tratar da argumentatividade sem considerar outras dimensões, como a interacional, a enunciativa e a (tecno)discursiva. Como refletem Cavalcante *et al.* (2022, p. 15, grifos nossos):

Esses aspectos estão presentes em diferentes dimensões e dependem de condições discursivas postas em funcionamento por meio de um *contrato social presumido* e de um *circuito comunicativo*, no qual os participantes da

comunicação assumem *papéis sociais*. Além disso, relacionam-se a motivações argumentativas definidoras de *efeitos possíveis* que um locutor pretende gerar em seus interlocutores diretos, e por vezes, indiretos. Tais estratégias argumentativas supõem uma negociação entre os participantes da interação sobre como decidem construir sentidos e expressá-los por diferentes sistemas semióticos, de acordo com as condições com que se deparam em cada interação. São modos de textualização, ao mesmo tempo *estratégicos*, por causa da intencionalidade dos sujeitos, e *condicionados* a um contexto amplo.

Noções como *circuito comunicativo*, *contrato social* e *efeitos possíveis* são proposições intrinsecamente relacionadas, porque compõem um quadro interacional, enunciativo e discursivo, advindas da proposta teórica de Charaudeau, em sua Semiolinguística, que hoje são amplamente discutidas em LT. Charaudeau é um analista do discurso cujas contribuições teóricas interessam à análise textual que empreendemos especialmente pelo grande investimento que dá à interação. Como reflete Ilana Rebello (2021, p. 15), Charaudeau cria uma vertente teórica que “[leva] em consideração toda a situação de comunicação e não apenas a língua ou um determinado aspecto extralinguístico”, como a ideologia subjacente aos textos.

Para Charaudeau (2001), a noção de discurso, em uma de suas acepções, corresponde ao lugar da encenação languageira, enquanto o texto representa a materialização dessa encenação. Em LT, diferentemente, o texto jamais poderia ser reduzido à materialidade, porque é concebido como um evento comunicativo (Beaugrande, 1997) e uma unidade de coerência em contexto, como já dissemos. Para nós, toda essa encenação da linguagem de que trata Charaudeau é de onde o texto emerge. Como refletem Cavalcante *et al.* (2022, p. 22), “se o texto, como uma unidade de coerência em contexto, supõe a unidade de uma comunicação com todos os aspectos que para ela colaboram, então o texto é o *iceberg* inteiro” e não apenas sua ponta.⁵

A encenação languageira, ou ato de linguagem, é a noção da Semiolinguística de onde parte as demais de que trataremos nesta seção. O ato de linguagem, composto por dois circuitos (um *interno* e outro *externo*) indissociáveis, é assim definido:

O ato de linguagem é um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*. O *fazer* é o lugar da *instância situacional* que se autodefine pelo espaço em que ocupam os responsáveis deste ato (ver, mais adiante, *parceiros*). O *dizer* é o lugar da *instância discursiva* que se autodefine como uma *encenação* da qual

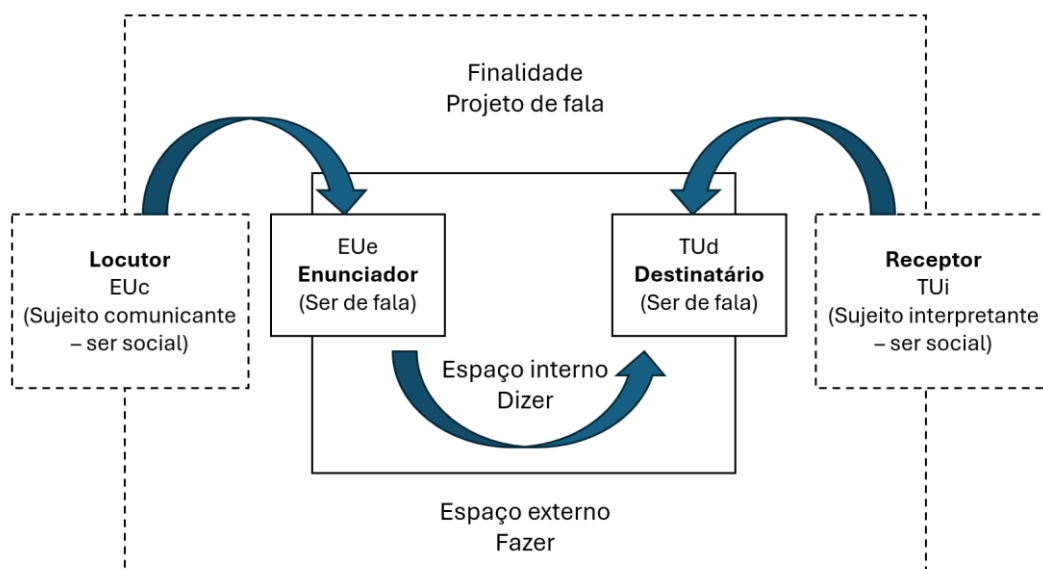
⁵ Em Koch (1997), essa metáfora foi usada para refletir que o texto tem uma “superfície exposta”, o cotexto, e “uma imensa área imersa subjacente”. A metáfora interessava à Koch para explicar o jogo entre implícitos e explícitos que constitui a (re)construção de sentidos do texto a partir da interação. Em Cavalcante *et al.* (2022), complementarmente, vemos que a metáfora serve à incorporação de aspectos enunciativos, interacionais e discursivos que ampliam a compreensão da noção de contexto que é atualmente sustentada em LT.

participam seres de palavra (ver, mais adiante, *protagonistas*). Esta dupla realidade do dizer e do fazer nos leva a considerar que o ato de linguagem é uma totalidade que se compõe de um circuito externo (fazer) e de um circuito interno (dizer), indissociáveis um do outro. (Charaudeau, 2001, p. 28)

O ato de linguagem resulta, desse modo, de uma situação de comunicação, comum a toda interação linguageira, composta por, no mínimo, quatro sujeitos. Cabe ressaltar que, nem no âmbito da instância situacional (o circuito externo), estamos tratando de sujeitos de “carne e osso”, uma vez que toda a situação de comunicação é uma encenação (*mise-en-scène*), uma espécie de representação teatral, para se usar a metáfora bastante difundida por Goffman (2014 [1959]). Por isso dizemos que o locutor é um ator, que, em cada situação de interação, assume papéis sociais e instaura seu interlocutor. Como refletem Cavalcante *et al.* (2022, p. 30), “tanto os locutores quanto os interlocutores se reconhecem em determinadas identidades sociais, para exercerem certos papéis em função de suas intencionalidades”. Nesse processo, o ato de linguagem é um jogo de projeções, mediado por um contrato, e uma interação de intencionalidades.

O ato de linguagem pode ser visualizado assim na proposta de Charaudeau:

Figura 1 - Circuito comunicativo ou situação de comunicação



Fonte: Adaptado de Charaudeau (2019 [2008]).

Toda a teoria semiolinguística se inscreve no que Charaudeau (2016) chama de problemática da influência, porque, ao refletir sobre o jogo psicológico e social de um ato de linguagem, o autor não se interessa pela descoberta da verdade, mas pela

descoberta de “jogos de apresentação da verdade, como ‘crer’ e ‘fazer crer’”. Veremos na seção 2.2 que essa assunção tem uma incontestável influência retórica. Nesse sentido, Charaudeau (2005, p. 12) diz que “todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento”. Nesse ponto, podemos nos perguntar o que difere esse mecanismo de influência presente em todo ato de linguagem do processo de persuasão que está no coração da dimensão argumentativa de todo texto. Charaudeau diz que

A influência é o processo geral de tentativa de modificação da ação ou do pensamento de um ou mais destinatários, passando por procedimentos diversos, todos os quais não são nem perfeitamente conscientes nem previsíveis, nem totalmente domináveis; o ato de persuasão é o processo linguageiro no sentido amplo, ou seja, semiodiscursivo, pois pode integrar diversos modos de expressão verbais, gestuais, mímicos, icônicos etc., colocados em ação por um sujeito responsável por seu ato de comunicação, desencadeando estratégias discursivas (mesmo que ele não tenha plena consciência) para alcançar seus propósitos. (Charaudeau, 2022, p. 253).

Influência, para Charaudeau, é uma noção mais ampla, com claro fundamento pragmático, que abarca a persuasão; é, segundo o autor, um dos princípios do ato de linguagem; a persuasão, por sua vez, é definida de modo mais ambíguo, sendo vista ora como um “processo linguageiro [...] semiodiscursivo”, ora como um “produto dos processos gerais de influência” (Charaudeau; Maingueneau, 2016, p. 375). Considerando que essa divisão, embora relevante à proposta da Semiologia, não é produtiva a esta pesquisa, damos preferência, até pela filiação retórica desta tese, à noção de persuasão

Charaudeau (2005) explica que o ato de linguagem, em sua configuração, comporta dois espaços, um *espaço de restrições*, no qual se encontram as condições situacionais, e um *espaço de estratégias*, no qual se observam as escolhas possíveis que estão à disposição dos sujeitos nessa encenação.

Uma noção relevante para se compreender o espaço de restrições na Semiologia é a noção de *contrato comunicativo*. Tomada de empréstimo do âmbito jurídico, ela corresponde a um processo de regulação das trocas comunicacionais, na qual intervêm a identidade dos parceiros da troca, a finalidade e o tema dessa troca e mesmo suas circunstâncias materiais de realização, como se vê na seguinte definição:

Conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja sua forma, oral ou escrita, monolocal ou interlocutiva). É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objetivo temático da troca

(propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias). (Charaudeau; Maingueneau, 2016 [2008], p. 132)

A partir dessas circunstâncias, que representam o espaço das restrições, o sujeito age em seu dizer, mobilizando intencionalidades, num espaço de *estratégias*. A noção de intencionalidade é especialmente relevante quando tratamos de construção de sentidos na análise textual e em muito se relaciona com a noção de *efeitos possíveis*, de que partimos na análise empreendida nesta tese. Cavalcante (2021, *on-line*), lembrando o fator da “aceitabilidade” nos reconhecidos fatores de textualidade de Beaugrande e Dressler (1981), explica que “a noção de intencionalidade, em LT, não equivale mais à motivação individual do locutor a ser captada pelo interlocutor, numa suposta cooperação de aceitabilidade”. Nesse sentido, empregamos precisamente a palavra *intencionalidade*, e não intenção, seguindo Charaudeau, porque

[...] não se trata apenas do conjunto das intenções comunicativas plenamente concebidas e voluntariamente transmitidas. Trata-se de um conjunto de intenções que podem ser mais ou menos conscientes, mas que são todas marcadas pelo selo de uma coerência psicosociolinguageira. Não queremos reduzir o ato de linguagem a um fenômeno que se originaria de uma única intenção consciente. Queremos, ao contrário, tomá-lo em sua totalidade, isto é, o ato de linguagem é permeável aos impactos do inconsciente e do contexto sócio-histórico. Intencionalidade é diferente de *intenção* e equivale ao termo *projeto de fala*. (Charaudeau, 2008 [2019], p. 48)

Charaudeau destaca que, numa situação de comunicação, regida por um contrato comunicativo, as intencionalidades são atravessadas por aspectos do inconsciente e pelas coerções sociais e discursivas. Da perspectiva analítica, o pesquisador, que analisa a negociação de sentidos, não poderá tratar nem do *efeito visado* pelo locutor, isto é, a intencionalidade do sujeito falante a partir de seu dizer, nem do *efeito produzido* no interlocutor, porque em ambos os casos não pode alcançá-los. Seguindo um movimento já defendido em nossa dissertação (*cf.* Oliveira, 2020), esta tese opera analiticamente sobre os *efeitos possíveis* (Charaudeau, 2022), que se encontram na negociação interpretativa do texto, realizada a partir das hipóteses que podemos fazer em relação à identidade e ao estatuto dos participantes e do contexto como um todo.

Ainda sobre a ideia dos espaços de restrições e de estratégia e intencionalidade, podemos recorrer a Alain Rabatel, cujo pensamento sobre essa problemática também vai na direção de Charaudeau e do que defendemos:

Não é porque os sujeitos falam e pensam com pré-construídos, pré-discursos, porque são fortemente moldados e constrangidos por eles, pelas normas e

gêneros, assim como por sua história pessoal e pela época que os viu nascerem, que devemos negar-lhes *essa responsabilidade de fazer certas escolhas e não outras*. “O que falar quer dizer” não corresponde à expressão de uma intenção totalmente clara e plenamente consciente, anterior e externa à língua, que só precisaria ser decodificada. Em vez disso, *joga com a tensão entre o que a enunciação/o texto diz e o que o receptor sabe sobre o locutor e imagina que sejam suas intenções*. (Rabatel, 2024, p. 157, grifos nossos)

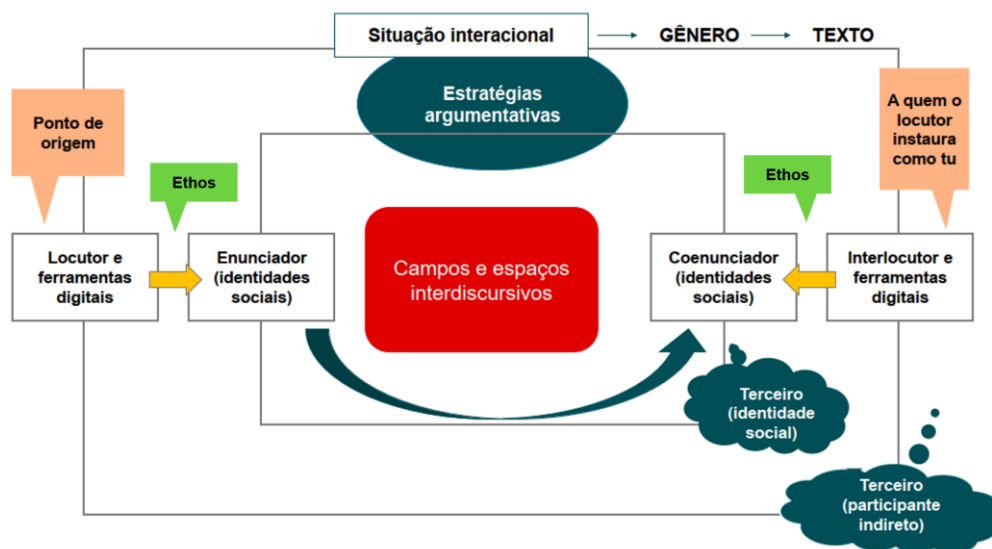
É relevante, nessa discussão, perceber que há sim todo um conjunto de normas, crenças e valores que moldam os projetos de dizer dos interlocutores, e, da perspectiva da dimensão argumentativa, esse aspecto tem grande relevância, pois é com base nesses “pré-discursos”⁶ que os raciocínios argumentativos são construídos. Cabe ressaltar que, ao tratar do processo de agentividade do sujeito, Rabatel (2024) usa a expressão *responsabilidade*, porque lhe interessa o mecanismo da *responsabilidade enunciativa*, que, embora componha o quadro da Teoria Enunciativo-Interacional do Ponto de Vista, discutida na seção 2.4, não será trabalhada no escopo desta tese.

De toda a discussão que promovemos até aqui, interessa para a LT, como esclarece Cavalcante (2022, p. 67), as noções de *situação de comunicação* e *contrato comunicativo*, sem que, no entanto, façamos o uso de todo o aparato terminológico e excessivamente descritivo da situação de comunicação adotado nessa teoria. Concordamos com a autora quando diz que a proposta de Charaudeau “tem a relevância de integrar na explicação sobre a situação comunicativa tanto aspectos pragmaticamente interacionais quanto aspectos discursivos das identidades sociais e da assimetria de poder que interfere em nossos modos de organizar os textos”. Na análise que empreendemos, os aspectos que compõem a situação de comunicação são naturalmente convocados no processo de contextualização, etapa metodológica presente em toda análise textual, quando contribuem para a interpretação dos efeitos possíveis que subjazem ao texto.

Nesse sentido, num movimento de acomodação e redimensionamento dessas proposições teóricas no âmbito da LT, Cavalcante (2022) revisita a situação de comunicação charaudiana, fazendo convergir também a dimensão tecnodiscursiva e argumentativa, além de as já consideradas dimensões interacional e enunciativa:

⁶ A noção de *pré-discurso* é relevante na LT e é definida por Cavalcante, Brito e Martins (2024a), com base em Paveau (2013), do seguinte modo: “Derivam de quadros de saber e de crença que dão instruções aos discursos que se produzem. São informações de natureza enciclopédica ou estereotípica, mas também do senso comum, o que significa defender que não são apenas as camadas de poder material e simbólico, mas ainda as camadas menos dominantes e menos legítimas”. Mesmo reconhecendo a relevância dessa reflexão, esta tese opta, em razão de sua filiação aos estudos da argumentação, por tratar apenas da noção de *doxa*.

Figura 2 - Situação de comunicação (ou interacional) proposta por Cavalcante



Fonte: Cavalcante (2022).

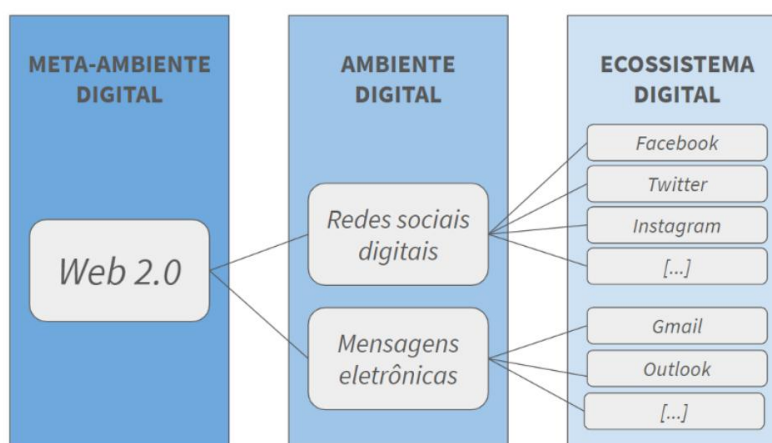
Nessa representação, pensamos ser relevante destacar pelo menos quatro aspectos que justificam o redimensionamento proposto pela autora. Cada um desses pontos destacados, cabe ressaltar, serão refletidos no contexto de investigação desta tese.

- (1) O acréscimo das ferramentas digitais na composição das instâncias enunciativas da situação interacional, o que reforça a interveniência da dimensão tecnodiscursiva na construção de sentidos;

Se a assunção de uma argumentatividade constitutiva, com base em Amossy (2018), acarretou uma virada epistêmica nos estudos do textos, hoje se observa que a assunção de uma imbricação entre aspectos linguageiros e tecnológicos na construção de sentidos, que caracteriza a tecnodiscursividade (Paveau, 2021), também tem acarretado impactos com semelhante proporção. Por isso, como discutimos anteriormente, as noções de texto e contexto assumidas pela LT são refletidas a partir dos “condicionamentos e das consequências da perspectiva de ambiente ecológico da tecnodiscursividade” (Cavalcante, Brito e Oliveira, 2021, p. 336). Em razão da proliferação de novas terminologias na LT decorrentes do diálogo interdisciplinar com a proposta de Análise

do Discurso Digital (ADD), de Paveau (2021),⁷ retomamos esta figura que esclarece a organização dos diferentes níveis de ambientais onde se produzem e circulam os textos digitais:

Figura 3 - Organização de níveis ambientais com base em Émérit (2017)



Fonte: Cavalcante, Brito e Oliveira (2021).

Nesta tese, embora admitamos o pressuposto de que a dimensão tecnodiscursiva intervém na construção de sentidos (*cf.* Martins, 2024), por uma escolha teórico-metodológica, derivada especialmente da delimitação dos objetivos desta pesquisa, optamos por não investir num estudo que dê conta dos aspectos tecnolinguageiros na relação que eles travam com a argumentatividade dos textos, o que, antecipadamente, já se configura como uma lacuna que deixamos nesta pesquisa. No entanto, caso observemos que esses aspectos tenham evidente relação com a construção dos raciocínios argumentativos dos textos que compõem nosso capítulo de análise, eles serão topicamente convocados para ressaltar sua pertinência à trama argumentativa.

- (2) A intrínseca relação entre a situação interacional, o gênero e o próprio texto, que coocorrem no evento comunicativo, não sendo o texto o resultado material do ato de linguagem (Charaudeau, 2001).

A relação que a situação interacional, o gênero e o texto estabelecem entre si traz muitas implicações para a análise textual. Como discutiremos com mais vagar no

⁷ Nos trabalhos que partem da interface com a AAD, surgem termos como *tecnodiscurso*, *ecossistema*, *ambiente* etc. Sobre isso, ver Cavalcante, Brito e Oliveira (2021), Muniz-Lima (2022) e Martins (2024).

próximo capítulo, o gênero, definido como “formas de enunciados padronizados, que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias” (Bazerman, 2020, p. 49), tem papel relevante no modo como a argumentatividade se manifesta nos textos, mas não é o fator decisivo. A situação interacional, pautada por coerções discursivas e ao mesmo tempo pelo uso estratégico do locutor, também tem grande influência, prova disso é que um mesmo gênero, como a charge, a depender do contexto, pode transitar no *continuum* argumentativo, ora apresentando apenas uma dimensão argumentativa, ora apresentando uma visada argumentativa (Oliveira; Almeida, 2025).

- (3) O acréscimo das estratégias argumentativas que compõem toda e qualquer interação, o que reforça a dimensão argumentativa de todo texto.

A LT hoje admite que todas as estratégias de textualização, que compõem seu quadro analítico, revelam, na negociação de sentidos do texto, motivação argumentativa. Isto é, elas estão à serviço da orientação argumentativa do texto. Nesse ponto, é válido discutir brevemente a noção de *orientação argumentativa*, que habitualmente é convocada nos estudos do texto. Sabe-se que ela é tributária dos estudos precursores de Ducrot (1987), o qual, em linhas gerais, trata da relação argumentativa entre enunciados por meio de conectores. Essa argumentação de que fala Ducrot é aquela revelada unicamente pelos elementos da língua, sendo este o pressuposto básico de sua teoria – a Teoria da Argumentação na Língua –, que, ao longo dos anos, foi se firmando radicalmente oposta aos pressupostos da argumentação retórica (como hoje se vê nitidamente na proposição e nos estudos desenvolvidos a partir da Teoria dos Blocos Semânticos, encampada por Marion Carel).⁸

Já numa perspectiva textual, a noção de orientação argumentativa aparece em Adam (2008) como um aspecto constitutivo de todo enunciado, já que, para o autor, “todo enunciado possui um valor argumentativo” (Adam, 2008, p. 122), pragmaticamente falando. Isso porque, para a Análise Textual dos Discursos (ATD), proposta por Adam, esse potencial argumentativo equivale à noção de orientação argumentativa (ORarg), que

⁸ Para uma revisão das fases das proposições teóricas de Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot e, posteriormente, de Marion Carel, recomenda-se a leitura de *Discurso artístico e argumentação*, de Lauro Gomes (Pontes Editores, 2020), e *A força das palavras: dizer e argumentar*, de Ana Lúcia Tinoco Cabral (Contexto, 2010).

confere aos enunciados um valor ilocucionário. É o que concluímos deste trecho, quando Adam retoma o quadro básico de sua teoria e explica as partes que o compõe:

A visada ilocutória global define todo texto como tendo por objetivo (explícito ou não) agir sobre representações, crenças e/ou comportamentos de um destinatário (individual ou coletivo). A esse comportamento dialogicamente orientado para a produção dirigida ao outro responde, simetricamente, o fato de que compreender um texto sempre consiste em saber a intenção que se exprime sob a forma de macroato explícito ou a derivar. Não sendo a coerência uma propriedade linguística dos enunciados, mas o produto de uma atividade interpretativa, o julgamento da coerência se torna possível pela descoberta de (pelo menos) uma visada ilocutória do texto [...] (Adam, 2019, p. 39)

Em Amossy (2011, p. 121-122), a noção de orientação argumentativa restringe-se ao que ela chama de “discursos” de visada argumentativa. Nos demais “discursos”, que apenas apresentam uma dimensão argumentativa, é a noção de influência, inspirada em Charaudeau (2005), que impera, também fundamentada em uma perspectiva pragmática, como vimos. Essa distinção é observada, por exemplo, no seguinte trecho:

Na medida em que a análise do discurso (AD) entende descrever o funcionamento do discurso em situação, ela não pode evitar sua dimensão argumentativa. Sem dúvida, o ato de tomar a palavra nem sempre se destina a conduzir o público a aprovar uma tese. Da conversa cotidiana aos textos literários, muitos são os discursos que não têm orientação argumentativa. Entretanto, a fala que não tem a intenção de convencer acaba por exercer alguma influência, orientando maneiras de ver e de pensar.

Essas diferentes compreensões sobre orientação argumentativa não são, a nosso ver, opostas, mas sim complementares. Variam ao enfocar ora aspectos mais linguísticos, ora aspectos mais pragmáticos, relacionados às intencionalidades, ora aspectos mais argumentativos, delimitado pela ideia de “defesa de uma tese”.

Em consonância com o modo como a LT praticada pelo Protexto (Unilab/CNPq) vem conduzindo suas pesquisas, optamos nesta tese por não reduzir a ideia de orientação argumentativa ao nível da relação estritamente linguística entre enunciados, promovida por conectores, como faz Ducrot (1987) e seguidores, nem reduzir sua presença apenas aos textos nos quais há uma tese, como faz Amossy (2011), nem compreendê-la como uma noção válida “apenas no nível da teoria pragmática geral”, como diz Adam (2016, p. 298). Por isso, dizemos que todos os textos, ao terem uma dimensão argumentativa constitutiva, orientam argumentativamente. A orientação argumentativa compõe o processo de construção da coerência textual e define-se por um direcionamento interpretativo das intencionalidades dos interlocutores na negociação de

sentidos, que subjaz todo texto e que se evidencia no uso que fazem das estratégias textuais em seus projetos persuasivos para o alcance de seus propósitos. Por isso vimos dizendo que orientar argumentativamente não é uma “função discursiva” das estratégias de textualização, mas sim “a motivação para todas as escolhas feitas por um locutor/enunciador primeiro em uma dada interação” (Oliveira; Cavalcante, 2024, p. 111). Além disso, em razão da articulação teórica proposta por esta tese, dizemos que influencia sobremaneira essa orientação argumentativa, num plano enunciativo do texto, o gerenciamento de PDVs do locutor/enunciador primeiro (L1/E1).

Por fim, não é demais ressaltar que, quando falamos em uso estratégico dos interlocutores, estamos tratando do *espaço de estratégia* que compõe toda situação de comunicação e que evidentemente está condicionado pelo *espaço de restrições*. A estratégia aqui é concebida como “um conjunto de ações planejadas e coordenadas por um ator para atingir um objetivo específico” (Plantin, 2016, p. 552, tradução nossa).⁹

- (4) O acréscimo do papel actancial do Terceiro, um participante indireto, que se relaciona especialmente com a modalidade polêmica (Amossy, 2017), mas que não se reduz a ela, uma vez que, nessa proposição, passa a corresponder a uma terceira instância na situação de comunicação, não sendo apenas um papel actancial argumentativo (Cavalcante *et al.*, 2022).

Nas teorias da argumentação, especialmente nas abordagens dialéticas e interacionistas, os atores que compõem uma interação argumentativa costumam ser descritos a partir dos papéis actanciais (Gonçalves-Segundo, 2023a). Para nós, que partimos de uma interface com a TAD, interessa discutir mais diretamente a proposta de Christian Plantin (2008), da qual Amossy parte. Para o autor, a dinâmica argumentativa envolve três papéis: o de *Proponente*, o de *Oponente* e o de *Terceiro*. Como destaca Gonçalves-Segundo (2023a), o papel de Terceiro é uma dos aspectos inovadores do modelo dialogal de Plantin (2008) e se define do seguinte modo:

O **Terceiro** garante particularmente a estabilidade da pergunta [questão] e desse modo, de forma derivada, julga a pertinência das argumentações” (PLANTIN, 2008, p. 77, colchetes nossos). Logo, está associado ao ato argumentativo fundamental de **duvidar**. [...] Logo, o princípio de atuação do **Proponente** e do **Oponente** é o do fechamento; o **Terceiro**, por sua vez, age guiado pelo princípio de abertura, no sentido de manter a questão em

⁹ No original: “[...] un ensemble d’actions planifiées et coordonnées par un acteur en vue d’atteindre un but précis”.

discussão, de valorizar a diferença de opinião e considerar o que foi dito por ambos os lados antes de, “no momento apropriado”, tomar uma decisão ou assumir uma dada perspectiva. (Gonçalves-Segundo, 2023a, p. 64-65).

Já dentro da TAD, especialmente nas reflexões que Amossy faz sobre a modalidade argumentativa polêmica, esses papéis actanciais propostos por Plantin (2008) estão intrinsecamente relacionados à dinâmica que caracteriza essa modalidade, pautada pela dicotomização de teses, a polarização social e a desqualificação do outro. O Proponente é aquele que defende uma das teses, o Oponente é aquele que se opõe à tese do Proponente e defende a tese oposta e o Terceiro é aquele que é expectador e que ainda não se coloca na disputa. O Terceiro, nessa modalidade argumentativa, é o alvo das estratégias persuasivas do Proponente e do Oponente, uma vez que se sabe que Proponente e Oponente jamais chegam a um consenso na polêmica. Ou seja, a modalidade polêmica se compõe na tentativa de cada Proponente de persuadir o Terceiro, levando-o a aderir um dos lados, e de desqualificar seus Oponentes.

Nesta tese, seguimos Cavalcante *et al.* (2022, p. 37-38), que vê o Terceiro como um participante indireto que pode compor a situação de comunicação e que, embora não tome a fala, influencia o projeto de dizer dos participantes diretos. Assim, o

o terceiro pode ser o que está em silêncio, ou ser o indeciso. Também pode ser aquele que recusa seu assentimento tanto a uma tese quanto a outra e mantém a dúvida aberta, a fim de poder se pronunciar “com conhecimento de causa”. Nesse sentido, o terceiro não exclui absolutamente nenhuma visão das coisas.

Essa visão de Terceiro não se restringe às visões estritas de argumentação, porque passa a ser encarada como uma instância enunciativa que, ao lado do locutor e do interlocutor, pode compor o circuito comunicativo. Assim, é esperado que, dentro do circuito, esse Terceiro corresponda a “representações sociais com as quais ele pode estar identificado, uma dada imagem, num dado lugar social” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 38).

Discutidos os quatro pontos de destaque da situação de comunicação revisitada por Cavalcante (2021), cabe ressaltar que, para nós, ela é o fio condutor de toda análise textual e, por essa razão, foi transformada na proposição de um quadro metodológico (Cavalcante, Brito e Martins, 2024b), a partir do qual são elencadas perguntas norteadoras que se relacionam com os elementos da situação de comunicação, mas não só, porque também dão conta da construção de sentidos a partir das estratégias de textualização, como a referenciação, que compõem os critérios analíticos da LT.

Quadro 1 – Proposta de quadro enunciativo-interacional para a análise de textos

Aspectos enunciativos e interacionais para a contextualização de um texto
1. Quem é o locutor/enunciador principal?
2. Quem é projetado como interlocutor? Existem terceiros?
3. Qual o grau de intimidade dos interactantes?
4. De que gênero o texto participa?
5. Em que ecossistema o gênero se situa? Como funcionam as mídias nesse ecossistema?
6. O texto ocorre num espaço público ou num espaço privado? Os participantes podem se ver ou não?
7. Qual o número de interactantes (mais de dois?)
8. O texto contém apenas um quadro enunciativo?
9. Existe alternância de turnos de fala? As possibilidades de intervenção são limitadas ou não?
10. Com que propósitos o locutor/enunciador principal argumenta? Que pontos de vista ele parece sustentar?
11. Em que situação sócio-histórica o texto se situa (como se contextualiza)?
12. Quais são os objetivos da interação?
13. Como os subtópicos são distribuídos?
14. Existe alguma relação intertextual?
15. Quais processos referenciais podem ser identificados?
16. Que crenças e (pós) verdades entram no jogo enunciativo?

Fonte: Cavalcante, Brito e Martins (2024b).

As perguntas do quadro enunciativo-interacional dão conta de muitos aspectos, relevantes para a LT, da situação de comunicação, compreendendo a dinâmica que rege a interação dos interlocutores e o contexto sócio-histórico do qual o texto emerge, além dos propósitos comunicativos dessa interação e de como o interlocutor mobiliza as estratégias de textualização a serviço desse propósito. Como veremos no quinto capítulo desta tese, o quadro metodológico proposto por Cavalcante, Brito e Martins (2024b) será o ponto de partida para a descrição de nossos procedimentos de análise, com as adaptações necessárias para os objetivos de nossa tese e, consequentemente, para uma melhor caracterização da argumentatividade dos textos.

Todos os aspectos teóricos que discutimos nesta seção são propriedades completamente integradas no funcionamento de todo texto e interessam a um estudo que se enquadra no campo disciplinar da LT. Essa discussão, como se vê, demonstra o aspecto interdisciplinar que está no cerne do fazer do linguista do texto, uma vez que se alimenta de reflexões de variados campos da ciência linguística, como os estudos da pragmática, da análise da conversação, das análises do discurso e da linguística enunciativa. A essas reflexões do campo da linguística se acrescentam também as reflexões do campo da argumentação, todas elas articuladas e necessariamente redimensionadas em nosso escopo de análise. Se nos interessa em LT a argumentação, ou a argumentatividade, é pelo modo como ela se inscreve nos textos. Dizemos, com Cavalcante (2016, p. 122), que

é “na dimensão das relações de textualização que a argumentação se inscreve, em total dependência com as relações de coerência textual”. Assim, reforça-se que a dimensão argumentativa condiciona as demais dimensões do texto [interacional, enunciativa e (tecno)discursiva] e é também por elas condicionada.

2.2 A influência da argumentação retórica na LT

Sabe-se que a argumentação é uma noção historicamente atrelada à ideia de democracia, que surge no contexto da Grécia Antiga. Por volta de 500 a.C., ocorreram intensas lutas por reformas sociais visando, entre outros objetivos, à inclusão de outros grupos sociais na vida política. Em virtude desse processo, que ocorreu lentamente, todos os cidadãos atenienses passaram a ser vistos como iguais e a participar do debate político para a tomada de decisões concernentes à vida na pólis. As assembleias, portanto, eram compostas para o debate de questões de interesse público. No entanto, é válido salientar que nesse contexto nem todos eram considerados cidadãos; escravizados, mulheres e estrangeiros não participavam das instituições democráticas (Funari, 2002).

Esse processo, que, posteriormente, subsidiou a ideia mais contemporânea de democracia, conferiu à palavra, ou, mais especificamente, ao trato dado a ela, um aspecto crucial (Breton; Gauthier, 2001) num contexto em que todos os indivíduos que tinham direito de participar da vida política estavam em uma posição simétrica. Desse modo, destaca-se a força da eloquência, isto é, a capacidade de se expressar com desenvoltura, de persuadir pela palavra; e é desse contexto que emerge a retórica.

Aristóteles não foi o primeiro a teorizar sobre a arte retórica, mas certamente é reconhecido como um dos maiores expoentes dela. Em sua obra, o filósofo não trata exatamente da noção de argumentação, como outros autores farão posteriormente, mas sim do que chamou de retórica. A retórica, para ele, é a outra face da dialética porque ambas as disciplinas se “ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular” (Aristóteles, *Retórica* I, 1, 1354a). A *dialética*, como discute Gonçalves-Segundo (2023a, p. 32), corresponde ao “conjunto de procedimentos envolvidos na gestão do conflito de opinião”, a partir dos quais se busca compreender a acentuação ou a dissolução do conflito considerando a defesa e a refutação de cada posicionamento. Já a *retórica* é definida por Aristóteles como a capacidade de descobrir “os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (Aristóteles, *Retórica* I, 2, 1356a). Nesta subseção, estamos discutindo especificamente a

propriedade retórica da argumentação, que influencia a análise da argumentatividade dos textos em LT, mas as propriedades dialética e lógica serão alvo de nossa reflexão no quarto capítulo, com base na proposta de Gonçalves-Segundo (2023a).

Diante da definição de retórica para Aristóteles, atentemo-nos a dois pontos. O primeiro é a compreensão de que a retórica é uma arte (ou seja, uma técnica, um conjunto de preceitos) que tem como objetivo a eficácia do dizer. O segundo é a percepção de que a ideia de retórica está intrinsecamente relacionada à ideia de persuasão. Para Alexandre Júnior (2012, p. XVIII), “a retórica sempre foi uma disciplina flexível, mais preocupada com a persuasão do que com a produção de formas do discurso”. Para o autor, todas as definições de retórica e do estudo da retórica convergem para a ideia de que ela está relacionada à criação e à elaboração de discursos com fins persuasivos. Massmann (2021), a partir das reflexões de Aristóteles e Reboul (2004), assim define a retórica:

[...] um conjunto de conhecimentos (linguísticos, discursivos, situacionais) que são mobilizados na produção do discurso argumentativo. Ela é entendida como uma arte, arte no sentido técnico (a “*téckhné*”), a arte de encontrar os mecanismos de persuasão que cada situação discursiva comporta. Em outras palavras, a retórica é a arte de persuadir pela palavra.

Isso é o que também se encontra em *Górgias*, de Platão. Nesse texto, o filósofo põe em cena Sócrates, Górgias, entre outras personagens, para desvendar, por meio de um diálogo com perguntas (o método socrático), aquilo que entende por retórica e expor a valoração que atribui a ela. Há de se ressaltar, desde já, que Platão se opõe radicalmente à prática retórica. Essa é a razão pela qual o respectivo diálogo é construído de modo a levar o leitor a concluir que é Sócrates o vencedor do debate sobre Górgias, uma vez que aquele defende a visão de Platão e este defende a retórica e sua prática, porque é um retor e sofista.

Observemos como a retórica é definida nesse diálogo de Platão.

Sócrates — O que é isso, então, a que te referes?

Górgias — A meu ver, *ser capaz de persuadir* mediante o discurso os juízes no tribunal, os conselheiros no Conselho, os membros da Assembleia na Assembleia e em toda e qualquer reunião que seja uma reunião política. Ademais, por meio desse poder terás o médico como escravo, e como escravo o treinador. Tornar-se-á manifesto que aquele negociante negocia não para si próprio, mas para outra pessoa, para ti, que tens o poder de falar e persuadir a multidão.

Sócrates — Agora sim, Górgias, tua indicação parece-me muito mais propínqua à qual arte consideras ser a retórica, e se compreendo alguma coisa, afirmas que *a retórica é artifice da persuasão, e todo seu exercício e cerne convergem a esse fim*. Ou tens algo mais a acrescentar ao poder da retórica, além de incutir na alma dos ouvintes a persuasão?

Górgias — De forma nenhuma, Sócrates; essa definição me parece suficiente, pois é esse o seu cerne. (Platão, *Górgias*, 452e-453, grifo nosso)

A grande crítica de Platão à retórica vai incidir, em linhas gerais, sobre um aspecto moral, ou, como bem avalia Daniel Lopes (2016), sobre a ambivalência moral da prática retórica. Isso porque, para o filósofo, o método retórico deveria sempre se pautar pela moral e buscar a verdade – o que impediria a busca por persuadir ilimitadamente. Nesse ponto, é importante lembrar que, para Aristóteles, a retórica é tratada como um instrumento que pode estar a serviço tanto da justiça quanto da injustiça, uma vez que se apresenta indiferente à moral e se pauta não pela verdade, mas pelo *verossímil*.

Para Breton e Gauthier (2001, p. 32-33), “essa dupla separação [operada por Aristóteles], tanto da moral como da verdade, irá libertar a retórica e permitir que ela se desenvolva enquanto técnica legítima dos debates no espaço público da cidade”. Porém, não pensemos que esse aspecto da moralidade (envolvendo as ideias de moral e verdade) desaparece por completo da retórica aristotélica. Pelo contrário, além de combater o sofismo,¹⁰ o filósofo deposita sua crença em uma legislação rigorosa e exata, como se observa na seguinte passagem quando discute a natureza da retórica.

É, pois, importante que as leis bem-feitas determinem tudo com o maior rigor e exatidão, e deixem o menos possível à decisão dos juízes. Primeiro, porque é mais fácil encontrar um ou poucos homens que sejam prudentes e capazes de legislar e julgar, do que encontrar muitos. Segundo, porque as leis se promulgam depois de uma longa experiência de deliberação, mas os juízos se emitem de modo imprevisto, sendo por conseguinte difícil aos juízes pronunciar-se retamente de acordo com o que é justo e conveniente. [...] Na sua apreciação dos fatos, intervêm muitas vezes a amizade, a hostilidade e o interesse pessoal, *com a consequência de não mais conseguirem discernir a verdade com exatidão* e de seu juízo ser obscurecido por um sentimento egoísta e de prazer ou de dor. (Aristóteles, *Retórica* I, 1, 1354b, grifo nosso).

Nesse trecho, percebe-se que o filósofo estagirita reconhece, mesmo que indiretamente, o poder indomável da retórica enquanto uma técnica. O trato com o discurso, o trabalho com a palavra, propiciado pelo método retórico, é capaz de conduzir os homens a uma determinada ação; é capaz, portanto, de persuadi-los, sem que se pese necessariamente um julgamento sobre o que, em tese, seria verdadeiro.

É importante perceber que esse movimento de saída da ideia de *verdade* para a chegada à ideia de *verossímil* é, sem dúvidas, um ponto forte da retórica. Amossy (2018) reflete que se pautar pelo verossímil é o “princípio da força da retórica”, uma vez que

¹⁰ O *sofismo* e o *paralogismo* são estruturas de pensamento que fogem às regras da lógica e, em razão disso, conduzem a conclusões falsas. Tanto o sofismo quanto o paralogismo são categorizados como *falácias*.

possibilita raciocinar em domínios diversos nos quais não se pode garantir a verdade absoluta, ou melhor, em domínios que fogem à lógica formal.¹¹ Esse aspecto será ainda mais saliente no posterior desenvolvimento da Nova Retórica, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, de que trataremos mais à frente.

Ressalta-se que tudo isso não faz Aristóteles renunciar a preceitos lógicos – grande parte de sua atenção na *Retórica* está voltada ao estudo dos entimemas, ou do que também chamou de *silogismo retórico*. Contudo, como constata Roland Barthes, a lógica de que se vale Aristóteles é adaptada ao nível do público, do senso comum. Nesse sentido, mais valeria “contar aquilo que o público julga possível, mesmo se for impossível cientificamente, do que contar o que é possível realmente, se esse possível é rejeitado pela censura coletiva da opinião corrente” (Barthes, 2001, p. 16). E nesse aspecto não só se retoma a questão da verossimilhança (“o que se julga possível”, plausível), na qual se pauta a retórica aristotélica e, posteriormente, se pautará a Nova Retórica, como também a grande importância da *doxa* no empreendimento retórico.

A *doxa* em tudo se relaciona com o princípio da verossimilhança sobre o qual estamos a refletir. Christian Plantin, em seu *Dictionnaire de l'argumentation*, assim a define, ressaltando sua relação muito próxima à ideia de “senso comum”:

A palavra *doxa* é modelada em uma palavra do grego antigo, que se refere a *opinião, reputação*, o que é dito sobre coisas ou pessoas. A *doxa* corresponde ao *senso comum*, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, difusas, por vezes contraditórias, cuja verdade é incerta, considerada mais frequentemente na formulação de linguagem comum. A palavra compartilha o significado depreciativo de *clichê* ou *lugar comum*. (Plantin, 2016, p. 221-22, tradução nossa, grifos do autor)¹²

Com isso, podemos afirmar que um orador que visa persuadir construirá o seu dizer pautando-se nas representações socialmente dominantes, nas crenças que ele supõe que seu auditório compartilha. Parte desse aspecto é coberto pelo que a Nova Retórica posteriormente definiu como *acordo*, que discutiremos à frente com mais vagar.

Aristóteles define retórica como “a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (*Retórica* I, 2, 1356a). De acordo com o filósofo,

¹¹ De acordo com Mundim (2002, p. 135), a lógica formal é definida como “a ciência das leis do pensamento e a arte de aplicá-los corretamente na procura e demonstração da verdade”.

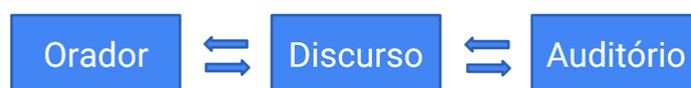
¹² No original: “Le mot *doxa* est calqué sur un mot du grec ancien, où il désigne *l'opinion*, la *reputation*, ce qui se dit des choses ou des gens. La *doxa* correspond au *sens commun*, c’est-à-dire à un ensemble de représentations socialement predominantes, floues, parfois contradictoires, dont la vérité est incertaine, considérées le plus souvent dans leur formulation linguistique courante. Le mot partage le sens dépréciatif de *cliché* ou un *lieu commun*.”

persuade-se por meio de provas *inartísticas* e *artísticas*.¹³ As provas inartísticas são as mais documentais, já existentes; enquanto as artísticas são as construídas ou “inventadas” pelo discurso. Como podemos supor, são as provas artísticas o verdadeiro resultado da arte retórica. Não esqueçamos que na retórica os termos *arte* e *técnica* são sinônimos. São três as espécies de provas de persuasão fornecidas pelo discurso:

- (1) A que reside no caráter moral do *orador*;
- (2) A que reside no modo de dispor o *ouvinte* [ou *auditório*];
- (3) A que reside no próprio *discurso*.

É interessante perceber que dessas espécies de prova também se pode extrair o modelo comunicacional subjacente à retórica aristotélica, que organizamos visualmente na figura a seguir.

Figura 4 - Modelo comunicacional da *Retórica* de Aristóteles



Fonte: Elaborado com base em Aristóteles (2012).

Para o filósofo estagirita, persuade-se pelo caráter “quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé” (Aristóteles, *Retórica* I, 2, 1356a). Um ponto importante discutido por Aristóteles é que essa credibilidade deve ser conquistada por meio do discurso, e não por opiniões prévias. Este é o fundamento da noção de *ethos*, que será retomada e desenvolvida, em maior ou menor grau, pelas teorias argumentativas posteriores, mas também, no âmbito da linguística, pelas análises do discurso. Há de se ressaltar que, para o filósofo, o caráter é quase o “principal meio de persuasão”. Isso reforça a importância dessa prova retórica, que posteriormente será renegada por algumas teorias da argumentação, ao lado do *pathos*.

O *pathos*, na *Retórica*, traduz-se por esse modo de dispor o auditório com vista a levá-los a sentir emoção por meio do discurso. Isso porque, para Aristóteles, os julgamentos que emitimos variam conforme a emoção que nos é suscitada. Esse aspecto, como consolidarão os estudos argumentativos mais contemporâneos, é como que

¹³ Outros termos possíveis são, respectivamente, provas não técnicas e técnicas ou extrínsecas e intrínsecas.

inquestionável, porque razão e emoção não podem ser separadas, estão interligadas, e isso foi atestado também por pesquisas anteriores (cf. Oliveira, 2020).

A última prova de persuasão reside no próprio discurso, quando mostramos, segundo Aristóteles (*Retórica* I, 2, 1356a), “a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular”. São os próprios raciocínios construídos, na perspectiva de Aristóteles, por meio de entimemas. No entanto, é necessário perceber que a noção de *logos* (λόγος) tem pelo menos dois significados: discurso e raciocínio. Como se viu, mesmo a credibilidade (*ethos*) e a disposição dos ouvintes (*pathos*) são aspectos que necessariamente passam pela construção do discurso, do *logos*.

Figura 5 - Modelo comunicacional da *Retórica* de Aristóteles (2)



Fonte: Elaborado com base em Aristóteles (2012).

Ao longo das discussões empreendidas nesta tese, será perceptível a grande influência da retórica clássica nas reflexões sobre argumentação. Por isso, muitos estudiosos vão falar de uma *argumentação retórica*, destacando que muitos preceitos de várias teorias partem da retórica para depois orientarem-se por outros objetivos.

É claro que a retórica clássica tem suas limitações, a começar por não entender a argumentação como uma atividade que está situada sócio-historicamente e discursivamente. A retórica clássica é, em verdade, uma arte do bem dizer, aliada a alguns pressupostos de lógica; mas vimos aqui que a *lógica aristotélica* não é bem uma lógica formal, é mesmo uma lógica condicionada pelo auditório. E, desse ponto, como ressaltamos anteriormente, sobressai a importância de examinar a argumentação no *domínio do verossímil*, isto é, considerar que na interação argumentativa caberá ao orador compreender seu auditório e moldar seu discurso tendo em vista aquilo que é plausível a este. Encontra-se aí também a grande relevância da noção de *doxa*, tão valiosa para a discussão desta tese. É apostando nas crenças e opiniões comuns, mais amplamente aceitas pelo auditório, que se busca construir um discurso mais persuasivo, que é, afinal, o propósito maior da retórica.

Outro ponto relevante para nós, partindo dos preceitos da retórica clássica, é considerar que a argumentação sempre levará em conta as três provas de persuasão: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Desse modo, elas devem ser vistas sempre como partes de uma organização interdependente, que atuam como elementos imbricados no complexo jogo argumentativo. Cabe ressaltar, no entanto, que essa visão também não é uma unanimidade entre as teorias, considerando que a maior parte delas privilegia o *logos* (Plantin, 2008).

Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, já pelo subtítulo de sua principal obra – *Tratado de argumentação: a nova retórica*,¹⁴ – denunciam sua filiação à retórica, especialmente a desenvolvida por Aristóteles, e a proposição de uma teoria da argumentação que tem como alvo a investigação da dimensão persuasiva do discurso.¹⁵

O *Tratado* é um dos grandes responsáveis por um processo de retomada do prestígio dos estudos retóricos. A retórica, até a segunda metade do século XX, sofre um período de deslegitimação, sendo reduzida ao estudo das figuras de estilo e da ornamentação do discurso, que compunham até então apenas uma das etapas do sistema retórico, a *elocutio*,¹⁶ e relacionada especialmente, como discutem Breton e Gauthier (2001, p. 46), à expressão literária. Além disso, o interesse no aspecto persuasivo, o coração da retórica, é suplantado pela primazia à demonstração racional.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), todo discurso se dirige a um *auditório*, o que implica dizer que um *orador* sempre tem em vista, na construção de seu dizer, aqueles a quem pretende dirigir-se e persuadir; é em função de um auditório que toda e qualquer argumentação se desenvolve. O agir persuasivo, por sinal, encontra-se no próprio delineamento do objeto de investigação da obra dos autores: “o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 4).

Antes que entremos mais particularmente na explicação de conceitos importantes para a Nova Retórica, especialmente o de auditório e o de acordo, é interessante compreender as bases do pensamento dos autores. Perelman e Olbrechts-Tyteca se opõem, e assim destacam nas primeiras páginas do *Tratado*, ao racionalismo cartesiano. Como bem observam Breton e Gauthier (2001), a Nova Retórica, além de estar inscrita numa tradição retórica, está condicionada a uma ruptura com a lógica

¹⁴ No original: *Traité de l'argumentation: La nouvelle rhétorique*.

¹⁵ Discurso, neste caso e nos casos subsequentes relativos à Nova Retórica, equivale aos usos da língua.

¹⁶ As fases de construção do discurso retórico são a invenção, a disposição, a elocução, a memorização e a ação.

demonstrativa e a evidência cartesiana. Nesse sentido, essa teoria da argumentação alargaria o espaço de uma lógica argumentativa não formal. Mas em que consiste a questão da evidência cartesiana, que é alvo de crítica do autor polonês e da autora belga? Observemos como Descartes, em sua obra *Discurso sobre o Método*, desenvolve sua reflexão sobre a questão da verdade e da verossimilhança, esta tão cara à Nova Retórica.

Não direi da filosofia, a não ser que, vendo que foi cultivada pelos mais excelentes espíritos que viveram desde há vários séculos, e que, não obstante, nela não se encontra coisa alguma sobre a qual não se discuta e, por conseguinte, que não seja duvidosa, eu não tinha tanta presunção para esperar me sair melhor do que os outros; e que, *considerando quantas opiniões diversas pode haver sobre uma mesma matéria*, todas sustentadas por pessoas dotas, *sem que jamais possa haver mais de uma que seja verdadeira, eu reputava quase como falso tudo o que era apenas verossímil*. (Descartes, 2001, p. 12, grifo nosso).

É relevante perceber que, para Descartes, só há *uma* verdade, e a ela só se chega por meio da evidência. Em outras palavras, não se pode admitir coisa alguma como verdadeira “sem que a conhecesse evidentemente como tal” (Descartes, 2001, p. 23). Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) se contrapõem a isso, pois, para eles, a evidência não deveria ser característica da razão, tendo em vista que isso desconsidera toda uma gama de raciocínios que não se encaixa num modelo formal e que, nesse sentido, escaparia à lógica formal e, por conseguinte, à razão.

A visão alargada de razão que marca a Nova Retórica é, segundo Olímpio-Ferreira (2023), uma razão prática, na qual se pesam os juízos de valor nas tomadas de decisões possíveis. Nesse sentido, a Nova Retórica propõe uma terceira via, na qual predomina a “lógica do verossímil” (Reboul, 2004), que nem se coaduna com a lógica demonstrativa, nem abrange o universo de tudo que é não-necessário. Em síntese:

Em razão desse viés filosoficamente pluralista em que o conceito de racionalidade é extensivo ao raciocínio prático, que não fornece critério único do que é ou não válido e eficaz, marcado pela razoabilidade, que respira a heterogeneidade dos indivíduos e dos grupos situados no mundo, que ora colaboram entre si, ora se opõem, mas que convivem em simbiose pelo diálogo permanente, apesar das incompatibilidades de valores, é que se recorre à argumentação [...]. (Olímpio-Ferreira, 2023, p. 38).

A argumentação, para a Nova Retórica, não tem natureza coercitiva, não opera com as ideias de verdadeiro e falso, mas sim de verossímil, sendo esse termo usado para designar, segundo Fiorin (2015, p. 77), aquilo que parece verdadeiro, “em virtude de um acordo numa dada formação social numa determinada época”. Com isso, vê-se

também que a argumentação é um processo que precisa estar situado sócio-historicamente.

O debate público fomentado frequentemente no Legislativo ilustra bem que há sempre posições divergentes, com diferentes argumentos que as sustentam, sob questões diversas. Um exemplo em destaque na mídia é a questão do armamento de civis. Vejamos o texto a seguir, que apresenta diferentes pontos de vista acerca do tema.

Exemplo 1 – Reportagem do Senado Federal sobre a posse e o porte de armas de fogo

Armas de fogo: até que ponto o cidadão pode se defender sozinho?

Agência Senado

Publicado em 3/4/2018

[...]

Encarregado de conduzir as discussões que resultaram na materialização do Estatuto quando ocupou o ministério da Justiça, no segundo governo de Fernando Henrique, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) segue em outra linha:

— Todos os países do mundo onde houve controle de venda de armas tiveram redução no número de homicídios. A chance de uma pessoa que possua uma arma em casa ser morta em uma situação de assalto aumenta cinco vezes — argumentou durante a sessão temática no Senado.

O parlamentar acredita que a discussão atual é fruto da constatação de que as políticas para a segurança pública falharam e da presunção de que existem soluções fáceis para o problema:

— O Estado falha e, ao falhar, passa a impressão de que todo mundo tem que se armar.

Contrário a essa visão, o senador Wilder Morais (PP-GO), apresentou três projetos de lei: um, convoca plebiscito sobre o porte e a posse de armas; outro, autoriza a posse nas zonas rurais; e um terceiro regulamenta o Estatuto justamente para adicionar essas alterações.

— É claro que o porte de armas será condicionado à conduta do cidadão. No entanto, não pode ser discricionário e arbitrário como vemos hoje. O Estatuto foi implantado com a falsa promessa de reduzir a violência. Dez anos depois, é claro seu fraco desempenho perante os índices alarmantes de violência — avalia Morais.

A liberdade de autodefesa é justamente o ponto de vista do senador Magno Malta (PR-ES).

— Dar a possibilidade de as pessoas andarem armadas é como um cadeado numa bicicleta — compara.

Mas a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) propõe um outro recorte para a campanha pela flexibilização, ao localizá-la como parte dos “interesses da indústria de armas”:

— Acho uma péssima ideia. Estão aproveitando a brecha da crise na segurança pública para colocar o tema em pauta.

Contra essa estratégia, o senador Humberto Costa cobrou na sessão temática uma posição mais firme do governo, que tem no ministro da Segurança Pública, Raul Jungman, um crítico do rearmamento:

— A quantidade de projetos para flexibilizar o Estatuto do Desarmamento é enorme. É preciso que o governo também se envolva para impedir que a bancada da bala dê mais arma para quem quer que seja.

Na opinião do senador Jorge Viana, tarefa útil para reforçar esse contraponto é olhar o que está acontecendo nos Estados Unidos. No dia 24, o maior movimento contra armas da história do país reuniu centenas de milhares de pessoas em Washington e outras cidades.

— Eles sabem o que é isso. Lá, um jovem de 18 anos não pode comprar uma cerveja, mas pode comprar uma AR-15 e matar seus colegas, como aconteceu recentemente na Flórida. Noventa tragédias dessas foram registradas nos Estados Unidos de 1982 para cá. E há uns malucos, neste País, que estão achando que armar o nosso povo é que vai ajudar a enfrentar a violência — protestou o senador.

O parlamentar lamentou que 51% da população concorde com a frase “bandido bom é bandido morto”, mas vê uma explicação para isso:

— Claro, nós estamos dando margem para esse tipo de ação. [...]

Fonte: Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/04/armas-de-fogo-ate-que-ponto-o-cidadao-pode-se-defender-sozinho>. Acesso em: 09/01/2023.

Nessa reportagem, produzida pela Agência Senado e publicada no site do Senado Federal no dia 3 de março de 2018, reúne-se a opinião de diversos parlamentares acerca da legislação sobre o armamento no Brasil. Observe-se que o título da reportagem já apresenta uma questão (até que ponto o cidadão pode se defender sozinho?), que, por sua vez, é secundária a uma problemática central de um embate polêmico: a população civil deve ter a posse e o porte de armas facilitado? Sabe-se que essa polêmica é antiga, já tendo sido alvo de um estatuto (Estatuto do Desarmamento), em 2003, cujo foco foi regulamentação do registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições, e de plebiscito, em 2005, este com foco na proibição da comercialização. No plebiscito, o primeiro governo de Lula, que tinha explícita inclinação desarmamentista, perguntou ao eleitorado se o comércio de armas de fogo e munição deveria ser proibido no Brasil. O resultado indicou que 63.94% da população era contrária à proibição. Isso nem de longe foi suficiente para reduzir o debate e os posicionamentos divergentes acerca da temática. Ela, inclusive, voltou a aflorar com a ascensão de governos de extrema direita, com inclinação armamentista, como o de Jair Bolsonaro (2018-2022), responsável pela criação de uma série de decretos que facilitaram a posse e o porte de armas de fogo pela população civil.¹⁷

Se estruturarmos, grosso modo, os argumentos favoráveis e contrários dos parlamentares acerca do armamento da população, teremos o seguinte conjunto:

Quadro 2 – Conjunto de argumentos acerca do armamento da população civil

Argumentos contrários ao armamento da população civil	Argumentos favoráveis ao armamento da população civil
Todos os países do mundo onde houve controle de venda de armas tiveram redução no número de homicídios.	O Estatuto, que visava à redução da violência, após dez anos, não diminuiu os índices dela.
O armamento da população não vai contribuir para o enfrentamento à violência.	
A chance de uma pessoa que possua uma arma em casa ser morta em uma situação de assalto aumenta cinco vezes.	

¹⁷ O novo governo Lula, iniciado em 2023, já revogou inúmeros decretos sobre essa temática, demonstrando novamente a inclinação desarmamentista que o caracteriza (cf. RICARDO, André. Governo Lula revoga decretos sobre armas e munições e fixa regras temporárias. TV Senado, Brasília, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2023/01/governo-lula-revoga-decretos-sobre-armas-e-municoes-e-fixa-regras-temporarias>. Acesso em: 22 jan. 2023.)

Cobram do Estatuto o que as políticas públicas não fazem. O controle de armas é uma agenda civilizatória.	
É uma pauta de interesse da indústria das armas, que se aproveita da crise de segurança pública.	Crise de segurança pública. Liberdade de autodefesa / os cidadãos podem se defender sozinhos.

Fonte: Elaboração do autor a partir do texto do exemplo 1.

Sobre a questão, percebe-se que, de um lado, alega-se que há uma crise de segurança pública que possibilita o aumento da violência e que é direito do cidadão se autodefender com o uso de armas; do outro, alega-se que o armamento da população não é a solução adequada para a redução da crise de segurança pública, podendo, inclusive, intensificá-la. É perceptível que, diante dessa questão polêmica (e de muitas outras), não há tratamento logicamente formal ou o estabelecimento de uma verdade. Como todos os debates que ocorrem no legislativo, lados opostos sustentam seus pontos de vista apresentando razões, e essas razões devem estar no campo do verossímil, isto é, daquilo que pode parecer verdadeiro a um auditório. A divergência, cabe ressaltar, é o motor da democracia e, por consequência, do debate público, que tem a argumentação como mecanismo central.

Sendo este o terreno no qual se estrutura a Nova Retórica, no qual os argumentos não têm natureza coercitiva, a relação com a persuasão se torna uma importante chave. Grácio (2012, p. 179) discute que, na Nova Retórica, a racionalidade passa a ser avaliada pela dimensão persuasiva, “incontornável em todos os discursos que se reclamam de racionalidade”, o que reforça seu elo com a Retórica clássica. Diante dessa problemática, uma questão que emerge para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) é como julgar a força dos argumentos, que variam conforme os auditórios, e pelo efeito que eles produzem. Acerca dessa problemática de avaliar a força dos argumentos e mesmo suas intencionalidades, discutiremos mais à frente o posicionamento assumido nesta tese, que se vale da reflexão promovida por Charaudeau (2022), o qual, em termos de construção de sentido, parte dos efeitos possíveis.

Compreendido o forte elo entre argumentação e persuasão instaurado pela Nova Retórica, em continuidade à Retórica clássica, dedicaremos nossa atenção neste momento a duas noções caras a essa teoria da argumentação. A primeira que discutiremos é a noção de auditório, cuja relevância para o empreendimento argumentativo foi uma importante inovação de Perelman e Olbrechts-Tyteca, pelo tratamento teórico dado à

noção pelos autores. Isso porque, segundo os autores, a formação de um auditório é uma *condição* para que se possa tratar de argumentação.

Dentro da obra, a noção de auditório passa por dois momentos. No primeiro deles, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) vão falar na formação de uma “comunidade efetiva dos espíritos”, cuja relação com o orador deve partir de acordos, que vão desde a língua na qual os interlocutores se comunicam a normas da vida social. Nessa definição, sobressai-se a segunda noção da qual trataremos em breve: a de acordo. Com isso, temos que a relação entre orador e auditório é permeada por acordos de natureza diversa.

Em outro momento, no desenvolvimento de suas reflexões, os autores passam a definir o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. Nessa definição, que passa a ser a definitiva, ressalta-se a dimensão persuasiva como intrínseca à argumentação. Unindo ambas, podemos dizer que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca, em uma argumentação, o orador se dirige a um auditório, com vista à persuasão, e essa interação argumentativa será balizada por acordos.

O auditório, cabe ressaltar, é, antes de tudo, uma construção do orador, isto é, “ficção discursiva”, nos termos de Amossy (2018). O que isso significa dizer? A título de ilustração, pensemos no contexto educacional. Ao preparar sua aula, um professor deve saber algo de seus alunos: em que faixa etária e nível de ensino estão, que conhecimentos prévios podem ter, quais são suas crenças, e assim por diante. Isso não significa dizer que o professor vai necessariamente dar conta de todos esses aspectos, mas ele certamente projetará um auditório na construção de seu dizer. Assim ocorre na argumentação. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 22) dirão que uma “argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto o possível da realidade”, isso porque, como vimos, ela tem a persuasão como fim. Pode-se dizer que uma argumentação eficaz é aquela em que o orador conhece o auditório ao qual ele se dirige e para o qual ele direcionará seu arrazoado em defesa de uma tese.

Além do reconhecimento do papel do auditório na trama argumentativa, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 73) discutem no *Tratado* uma asserção relevante para sua teoria: “a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes”. Disso emerge a noção de *acordo*, que perpassa todo o desenvolvimento argumentativo, inclusive sendo seu ponto de partida, uma vez que se presume que os ouvintes, para iniciar uma interação argumentativa, devem concordar com certas proposições iniciais. A noção de acordo pode ser definida, conforme Gonçalves-Segundo

(2023, p. 62), como o “ponto de partida da argumentação, construído como compartilhado e aceito entre o orador e o auditório por ele projetado no discurso argumentativo, atuando, nesse sentido, como uma alavanca do processo de persuasão”.

Sem o objetivo de inventariar todas as formas de constituir objeto de crença ou de adesão, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) vão estudar aquelas que possuem um caráter distintivo no desenvolvimento argumentativo. Para tanto, agrupam os objetos de acordo em duas categorias: real e preferível. O quadro a seguir, elaborado por Gonçalves-Segundo (2023a), sintetiza essa discussão a partir da leitura do autor sobre o *Tratado*, ainda que não se restrinja a ele, com o objetivo de delimitar os acordos para a análise.

Quadro 3 – Tipologia de acordos na Nova Retórica

Objetos de acordo		Definição
Real	Fato	Objeto de acordo de delimitação mais precisa, usualmente correspondente a um evento, cuja apreensão é validada pela experiência sensorial ou discursiva e assumida como real.
	Verdade	Objeto de acordo mais difuso, envolvendo relações entre eventos no âmbito de sistemas mais complexos, como o discurso científico, religioso ou filosófico. Aquilo que se assume como verdade pode explicar ou prever fatos.
	Presunção	Proposição tomada provisoriamente como real, pode ser assumida como normal em dada situação. Presunções fundamentam esquemas argumentativos e possuem uma natureza dual, lógico-discursiva, representada pela Garantia.
Preferível	Valor	Objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir. Valores envolvem aquilo que grupos consideram (in)desejável ou (des)preocupante, o que está em função das posições que ocupam em dadas práticas e dos discursos a que se filiam. Podemos distinguir entre valores concretos e abstratos, mas o central é compreender que eles são hierarquizados, e os públicos podem ser diferenciados em função das distintas hierarquias que os caracterizam.
	Hierarquia de valor	
	Lugar	Premissa muito geral, usualmente implícita, que fundamenta valores, hierarquias e presunções. Distinguem-se lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência e da pessoa.

Fonte: Adaptado de Gonçalves-Segundo (2023a, p. 62)

Ao apresentarmos essa tipologia de acordos, não objetivamos discutir detalhadamente cada uma dessas categorias e suas implicações na análise da argumentação. Em verdade, assume-se que elas intervêm, em maior ou menor grau, no(s) raciocínio(s) argumentativo(s) que fundamenta(m) a orientação argumentativa do texto.

Como dissemos no início deste capítulo, a LT não é uma disciplina que teoriza sobre a argumentação, porque seu objeto de estudo e interesse é a construção de sentidos

no texto, assumido como uma unidade de sentido em contexto. Mas a LT assume sua influência retórica na medida em que, segundo Cavalcante, supõe

[...] que, em todo texto, o locutor constrói representações dos diálogos que explícita ou implicitamente se estabelecem e que, desafiando os valores doxais de uma dada sociedade, constroem esquematizações de quem são os interactantes, de como é mais apropriado alinhar-se à situação, e de que estratégias textuais são retoricamente mais eficazes na busca de influência sobre o outro. (Cavalcante, 2022, p. 84)

Parece-nos claro, mas é válido destacar, que a LT que praticamos, embora assuma e incorpore muitas noções retóricas no bojo de sua análise, num movimento de interdisciplinaridade focalizada, não se interessa por uma aplicação metodológica da Nova Retórica ou mesmo de outras teorias da argumentação na análise que faz da argumentatividade dos textos. Ao discorrermos nesta seção sobre os principais aspectos da *argumentação retórica*, o que ensejamos é reforçar que as bases assentadas inicialmente por Aristóteles e posteriormente desenvolvidas por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca têm forte influência nos estudos textuais e discursivos, especialmente na TAD, de Amossy (2018), com quem dialogamos e de que trataremos à frente, cujo objetivo declarado é a articulação entre a (nova) retórica e a análise do discurso. Assim, na análise que desenvolvemos, importa olhar para atividade argumentativa como Gonçalves-Segundo a descreve, isto é, como um processo no qual “o argumentador constrói uma imagem de auditório por meio dos acordos e desacordos projetados, convidando o público a se identificar com isso e, assim, alinhar-se ao posicionamento que apresenta e defende.” (Gonçalves-Segundo, 2023a, p. 50). Assim, a argumentatividade analisada pela LT não se limita apenas às situações de controvérsia.

No âmbito da LT e com foco em nossos critérios de análise, a saber, a referenciação, a intertextualidade, a organização tópica etc., é indispensável que percebamos a motivação retórica que subjaz ao uso das estratégias de textualização na construção da argumentatividade, que é intrínseca a todo texto. Esse processo, como veremos, não pode estar coberto unicamente pela análise do aspecto composicional dos textos, como discutiremos com mais vagar no quarto capítulo, embora este seja um modelo de análise amplamente usado e reconhecido na LT brasileira. Neste trabalho defendemos que uma análise apenas composicional não dá conta de “algumas questões sociointeracionais e discursivas que se impõem quando lidamos com uma perspectiva retórico-discursiva da argumentatividade” (Oliveira; Cavalcante, 2024, p. 121).

2.3 A interface entre a LT e Teoria da Argumentação no Discurso

Se dizemos hoje na LT praticada pelo grupo Prottexto (Unilab/CNPq) que todo texto é argumentativo, isso decorre da interface proposta por Cavalcante (2016) entre a LT e a TAD, de Ruth Amossy. A abordagem da TAD é compatível com o programa teórico-analítico da LT porque visa a um estudo da argumentação de base simultaneamente retórica e discursiva, mas também porque se admite que

[...] os critérios analíticos da LT são como que motivados por uma tentativa de explicação para as escolhas textuais pelas quais o sujeito age sobre o seu dizer, reelaborando-o a todo instante, negociando-o com os prováveis interlocutores (em seus papéis sociais), para atender a seus propósitos. É justamente a suposição dessa agentividade, ou dessa actorialização, que faz a LT eleger como critérios de análise os diversos recursos de que pode se valer o locutor para persuadir a quem ele projeta como interlocutor. (Cavalcante, 2016, p. 116)

A partir dessa reflexão de Cavalcante (2016), influenciada pelo contato com a TAD, a LT brasileira vivenciou uma *virada epistêmica*, como temos nomeado (Oliveira e Cavalcante, 2024; Oliveira e Almeida, 2025), à medida que passou a reconhecer que a interface com a TAD modificou o modo como compreendemos os fenômenos textuais. Com isso, passamos a dizer que a argumentação não é apenas uma função discursiva das estratégias de textualização, mas sim que atravessa e define toda a negociação de sentidos do texto.

Na TAD, Amossy assume, à sua maneira, o pressuposto de que a argumentação é aspecto constitutivo do uso linguageiro. Nos anos 2000, a autora publica o livro *A argumentação no discurso*,¹⁸ que deu as bases para o surgimento de sua teoria, que objetiva articular a (Nova) Retórica e a Análise do Discurso (AD).

Embora a Nova Retórica considere a argumentação como uma atividade linguageira numa abordagem comunicacional, a dedicação maior dos autores que a propuseram foi mais aos esquemas de pensamento que subjazem à argumentação (isto é, as técnicas argumentativas) do que propriamente à análise do discurso argumentativo, em termos dos processos linguageiros nele envolvidos. Amossy ressalta que Perelman foi um filósofo e usou elementos da gramática tradicional em seu estudo, que foram úteis à sua

¹⁸ No original: *L'argumentation dans le discours*.

reflexão, mas que isso não bastava à compreensão dos processos discursivos em contexto e a identificação dos mecanismos verbais¹⁹ de persuasão (Vitale; Amossy, 2018).

Desse modo, para a autora, inserir a argumentação retórica como um ramo da AD necessariamente implica dotá-la dos “instrumentos e procedimentos necessários ao estudo concreto da fala argumentativa” (Amossy, 2018, p. 1), mas não só; implica também ampliar o estudo da argumentação a um vasto *s*, que vai da conversação espontânea ao discurso literário, político, publicitário etc. Essa proposição, como observaremos, terá implicações significativas para o estudo da argumentação.

É importante ressaltar que a AD, assim como a LT, não tem a argumentação como objeto de investigação, mas há profícuas tentativas de aproximação entre os campos, num movimento interdisciplinar. Dois movimentos operados por Amossy em sua articulação teórica merecem destaque: (i) a resignificação do sujeito retórico frente à problemática da agentividade do sujeito; e (ii) a ampliação da noção de argumentação. Vejamos cada uma delas a seguir.

A introdução da argumentação retórica como um ramo da AD não é feita sem o enfrentamento de uma problemática inicial: a questão da *agentividade do sujeito*. Falamos em problemática porque há, para cada disciplina, um modo de avaliar a relação do sujeito com o seu dizer. A argumentação retórica, à medida que se apresenta como uma técnica a ser dominada, naturalmente avalia o sujeito como um ser capaz de agir intencionalmente sobre o dizer com o objetivo de persuadir outros sujeitos. Por isso, comumente se diz que o sujeito retórico nessa perspectiva²⁰ é soberano. Esse modo de conceber o sujeito vai, em certa medida, na contramão das análises do discurso, porque não leva em consideração um pressuposto basilar para essa disciplina, que é a interveniência das formações discursivas na elaboração do dizer desses sujeitos. Grosso modo, as análises do discurso, em geral, compreendem que o sujeito é sempre atravessado por inúmeras restrições impostas pelos quadros institucionais e genéricos. Maingueneau (1991, p. 234), por exemplo, diz que “as formas de subjetividade estão implicadas nas próprias condições de possibilidade de uma formação discursiva”, ou seja, toda e qualquer subjetividade já é, em certa medida, condicionada.

¹⁹ Em inúmeras ocorrências em que Amossy fala de “verbal” em seus estudos, deve-se compreender que a autora deseja ressaltar aquilo que é linguístico, ou melhor, linguageiro. É válido pontuar que sua proposta não ignora outras semioses, embora não haja um grande investimento analítico para elas.

²⁰ Admite-se, no entanto, que essa noção de sujeito retórico soberano está mais relacionada à argumentação retórica de base aristotélica e perelmaniana, uma vez que há proposições teóricas também classificadas como retóricas que não concebem a noção de sujeito dessa forma.

No entanto, Amossy não compreende essa problemática como um aspecto inconciliável entre as duas disciplinas porque, segundo a autora, “a fala é concebida ao mesmo tempo como parcialmente determinada pelo discurso social da época e suas evidências e como um instrumento de ação e de poder” (Vitale; Amossy, 2018, p. 190), isto é, os sujeitos agem dentro dessas imposições discursivas. Cabe salientar que esse olhar conciliador do sujeito proposto por Ruth Amossy, embora possa ser encontrado em outras perspectivas discursivas, é tributário das reflexões de Chauradeau (2005), de que tratamos na seção 2.1, ao introduzir a noção de *espaço de estratégia*, isto é, um espaço de livre iniciativa do sujeito sobre seu dizer, dentro de um espaço maior, que é regido pelas condições do contrato comunicativo.

O segundo movimento, e talvez o mais significativo da teoria, é a redefinição da noção de argumentação. Argumentação, para a TAD, é mais que levar um auditório à adesão de uma tese, concepção ligada à argumentação retórica, são

os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema. (Amossy, 2018, p. 47)

Amossy compreende que a argumentação é constitutiva de todo discurso, de modo que ela afirma que todo discurso tem uma *dimensão argumentativa*. No entanto, isso não a impede de reconhecer que há discursos que realmente visam à adesão de uma tese, os quais ela vai chamar de discursos com *visada argumentativa*. Piris (2023, p. 336) diz que a definição de argumentação de Amossy impacta “o próprio alcance da argumentação para além da adesão do auditório às teses que lhe são apresentadas ao abranger também a possibilidade de a palavra orientar as maneiras de ver e sentir o mundo”. Nesse sentido, a TAD, como se vê, abandona a oposição argumentativo *versus* não argumentativo em favor da concepção de um contínuo argumentativo, que será balizado pela noção de *modalidades argumentativas*. Amossy assume, assim como nós nesta tese, que a argumentação se manifesta em diferentes graus, da forma mais prototípica à menos prototípica. As noções de dimensão e visada argumentativa, e mesmo a de modalidade argumentativa, em virtude de sua elevada relevância para esta tese, são exclusivamente alvo de discussão de nosso terceiro capítulo.

A noção de argumentação de Amossy promove uma mudança de perspectiva em relação a outras teorias da argumentação,²¹ inclusive a Lógica Natural de Jean-Blaise Grize. Ressaltamos a perspectiva de Grize, neste ponto, porque é explícita a inspiração da autora em sua concepção de argumentação, como se observa nas definições a seguir.

A argumentação considera o interlocutor não como um objeto a ser manipulado, mas como um *alter ego* com quem se deve compartilhar a própria visão. Agir sobre ele é *procurar modificar as diversas representações que lhe são atribuídas, realçando certos aspectos das coisas, ocultando outros, propondo novos, e tudo isso com o auxílio de uma esquematização adequada.* (Grize, 1990, p. 41, grifos nossos)

A noção de argumentação aqui recebe uma extensão máxima na medida em que abrange tanto os gêneros do discurso que explicitamente defendem ou refutam uma tese, quanto aqueles que se contentam *em orientar os modos de ver e de pensar*. Toda fala tende a fazer compartilhar um ponto de vista, uma forma de reagir a uma situação ou de sentir um estado de fato. (Amossy, 2016, p. 172, grifos nossos).

Embora ambos compreendam a argumentação de maneira ampla, há dois aspectos que precisam ser observados que diferenciam substancialmente as duas teorias. Primeiro que Amossy está inscrita numa perspectiva da argumentação retórica, o que não está no escopo da abordagem de Grize, que se fundamenta na ideia de uma argumentação persuasiva aliada a valores de crenças para desenvolver a ideia de esquematização. Segundo que Amossy vai insistir que, assim como Perelman, Grize não objetivou estudar o funcionamento discursivo da argumentação. A Grize interessava a compreensão das operações lógico-discursivas, efetuadas em língua natural, que permitem a um locutor apresentar representações plausíveis ao seu interlocutor, considerando seus valores de crença, com vista a tentar persuadi-lo. Ao comparar Grize e Amossy, não visamos criticar a abordagem do autor, mas observar como elas se diferenciam em seus objetivos e abordagens, ainda que seja nítida a influência de Grize em Amossy quanto à adoção de uma concepção ampla de argumentação.

A redefinição da noção de argumentação permite a Amossy tratar a argumentação em diferentes contextos e em diferentes gêneros. Para isso, ao caracterizar sua proposta, a autora diz que a análise argumentativa não pode prescindir à situação de comunicação e dependerá sempre do quadro sócio-histórico e discursivo no qual a argumentação se desenvolve. Além disso, ela deve ocorrer no nível do texto, a partir da

²¹ Para uma desenvolvida revisão bibliográfica das principais teorias da argumentação, sugere-se a leitura de *Introdução às Teorias da Argumentação* (Piris; Grácio, 2023) e *História das Teorias da Argumentação* (Breton; Gauthier, 2001).

qual o analista deve observar todos os mecanismos languageiros que contribuem para a persuasão, porque não interessa à TAD uma análise argumentativa reduzida a operações excessivamente formais. Esse posicionamento, como se vê, vai ao encontro do que tratamos na seção 2.1.

No entanto, isso não nos permite dizer que os critérios de análise da argumentação de que se vale Amossy são os mesmos de que nos valem em LT. A TAD, em verdade, observa o valor argumentativo das escolhas lexicais, as dissociações e os deslocamentos semânticos do léxico, o papel do implícito em suas formas diversas, bem como os conectores (advindos dos estudos de Oswald Ducrot), isto é, tem sua análise ainda muito concentrada em aspectos léxico-gramaticais. Observemos como Amossy (2016) propõe sua análise, reconstruindo um exemplo que apresenta em um artigo. Trata-se da análise de um *post* que comenta um artigo da revista *Marianne* que estigmatiza o uso da burca. Por não haver mais o referido artigo completo na internet, reproduzimos a seguir um trecho dele que se encontra replicado em outros sites que o comentam.

Exemplo 2 – Trecho de artigo da revista francesa *Marianne*

O debate não é mais sobre se a burca está se espalhando na França: 24 horas após a notícia da AFP, quase ninguém mais nega isso. A controvérsia agora se concentra na questão de saber se é necessário ou não proibir essa “roupa” degradante. Cinco anos após a lei do véu nas escolas, é aqui que nos encontramos: determinar se o uso da burca como no Afeganistão ou do niqab como no Irã é ou não uma questão de simples liberdade individual. No final das contas, a laicidade talvez esteja prestes a perder definitivamente a disputa.²²

Fonte: *Marianne/Le Monde diplomatique*. Disponível <https://blog.mondediplo.net/2009-06-21-Enfin-la-representation-nationale-se-mobilise>. Acesso em: 8 out. 2023.

O comentário analisado é o seguinte: “Pela liberdade de expressão e pelo direito às mulheres de se vestir como elas o desejo. Dos homens de jelaba na rua, nada se diz!!!! [sic]”.²³ Amossy reflete que, se analisado pelo viés estrito do raciocínio puro, pode-se encontrar no comentário o que chama de um duplo agenciamento: um entimema e uma argumentação por analogia, o que se relaciona respectivamente ao primeiro e segundo enunciados. No primeiro caso, tem-se uma premissa maior, implícita, de que a

²² No original: “Le débat n’est donc pas de savoir si la burqa se développe en France : 24 heures après la dépêche de l’AFP, personne ou presque ne le nie plus. La polémique porte dorénavant sur la nécessité, ou non, d’interdire ce « vêtement » dégradant. Cinq ans après la loi sur le voile à l’école, voilà où nous en sommes : déterminer si le port de la burqa à l’Afghane ou du niqab à l’Iranienne relève ou non de la simple liberté individuelle. Finalement, la laïcité est peut-être en train de perdre définitivement la partie.” (Disponível em: <https://blog.mondediplo.net/2009-06-21-Enfin-la-representation-nationale-se-mobilise>; acesso em: 08 out. 2023).

²³ No original: “Pour la liberté d’expression et le droit aux femme de se vêtir comme elles le désire. Les hommes en djelaba dans la rue ont leurs dit rien!!!!”.

liberdade de expressão é um valor relevante, e uma premissa menor, que ressalta a burca ou a jelaba como um modo de expressão individual ou coletivo. A conclusão que se deve tirar é a de que as mulheres têm o direito de expressar-se vestindo-se com a burca. No segundo caso, compara-se a burca à jelaba, ambas vestimentas muçulmanas para uso em espaço público; desse modo, defende-se que o que é legítimo para a jelaba deve sê-lo também para a burca, em virtude da semelhança entre essas vestimentas.

No entanto, não é somente isso que interessa à TAD. Em verdade, Amossy reforça a importância de integrar a análise de argumentos como esquemas abstratos à análise de enunciados em contexto. Nesse sentido, para a autora, pode o analista do discurso se apoiar nas descrições deixadas pelos especialistas em argumentação, desde que se objetive “extrair do tecido verbal o esquema abstrato que estrutura o raciocínio e, a partir daí, examinar sua formulação em contexto” (Amossy, 2024, p. 174). Examinar a formulação em contexto implica, em primeiro plano, analisar o gênero em que se situa esse texto analisado, para avaliar suas possibilidades e suas restrições. Como se vê, trata-se de um *post* que comenta um artigo de revista, um comentário, se assim podemos resumir, postado em um fórum de discussão.

O(a) internauta, que assume um pseudônimo, toma parte em um debate online sobre uma questão polêmica, a obrigação (ou não) do uso da burca em espaço público na França, colocando-se como oponente da tese sustentada pela articulista da revista *Marianne*. O comentário é curto, bem como a argumentação que é desenvolvida, mas o posicionamento é evidente. A brevidade, como ressalta Amossy, compõe a regulação do gênero. Além disso, os textos (o artigo e os comentários), em relação, se inscrevem numa modalidade polêmica, que veremos à frente, sendo o artigo o disparador para a atualização dessa questão polêmica.²⁴

A análise que segue²⁵ ressalta aspectos essencialmente verbais, particularmente de natureza léxico-gramatical, como o uso da conjunção “e” que liga elementos (a liberdade de expressão e o direito de se vestir como deseja) que se supõe que o locutor vê como intimamente relacionados ou o uso de sintaxe elíptica e da

²⁴ Sobre a atualização da questão polêmica, ver Cavalcante, Pinto e Brito (2018).

²⁵ Optamos por não desenvolver toda a análise feita por Amossy no artigo em virtude de sua extensão, mas também porque pensamos que o trecho apresentado já demonstra um panorama adequado sobre como se constitui a análise da TAD. No entanto, recomendamos a leitura completa da análise (disponível em: <http://revel.inf.br/files/f563cecec4f8b46afefe57c45529d721.pdf>; acesso em: 8 out. 2023).

multiplicidade de pontos de exclamação como marcas de afetividade no discurso, relacionando-os à construção do *logos*, do *ethos* e do *pathos* mobilizados no texto.

Como reflete Cavalcante (2016), nunca foi objetivo da LT propor um aparato metodológico para os estudos argumentativos, mas, considerando o pressuposto basilar de que a argumentatividade é um aspecto constitutivo da textualidade, os critérios de análise da LT, isto é, as estratégias de textualização, têm muito a contribuir para uma análise argumentativa dos textos. Isso significa dizer que a argumentatividade pode ser apreendida por aspectos como a escolha do gênero e as práticas discursivas que lhe são associadas, pela sequência textual, pela intertextualidade, pela construção referencial, por aspectos da polidez, pela heterogeneidade enunciativa, entre outros. Esta tese, a partir dos objetivos que elenca, elege a construção referencial dos textos como critério analítico.

Ao propor uma interface teórica com a TAD, a LT assume um pressuposto basilar que impacta, como dissemos, toda a análise textual que empreendemos. Esta tese, partindo dessa profícua interface, já atestada em diversas pesquisas encapadas pelo grupo Prottexto, como a tese de Macedo (2018) e as dissertações de Soares (2018), Oliveira (2020), Silveira (2022) e Pinheiro (2022), se interessa pelo *continuum* argumentativo proposto por Amossy (2018), pois entende que a argumentação se manifesta em diferentes graus. No terceiro capítulo, intitulado “Discutindo as noções de dimensão e visada argumentativa”, daremos continuidade às reflexões sobre a TAD ao aprofundar a discussão sobre essas noções teóricas, caras à teoria e alvo de nossa reflexão.

2.4 A noção de *ponto de vista* como parte da trama argumentativa dos textos

A LT que praticamos, ao admitir o pressuposto da dimensão argumentativa como característica intrínseca à construção de textualidade, passou a lidar com uma problemática que resulta dessa assunção: se argumentação é, tradicionalmente, um processo no qual argumentos são apresentados para a defesa de uma tese, o que, de fato, constitui a argumentatividade nos demais textos que não se configuram dessa forma, isto é, como veremos no terceiro capítulo, que não têm uma visada argumentativa?

Esta é, sem dúvidas, uma pergunta complexa, cuja resposta não pode ser encontrada apenas com a afirmação de que a argumentatividade se traduz na tentativa de um locutor orientar os modos de ver e de pensar de seu interlocutor, num claro projeto de persuasão. No entanto, interessa nessa reflexão o apontamento de Amossy (2016, p. 174),

de que “toda fala tende a fazer compartilhar um ponto de vista”. A expressão *ponto de vista* aparece na TAD, neste caso, sem receber muito investimento da autora.

A LT, em busca de explicar o que justifica a argumentatividade constitutiva de todo texto, encontrou, no diálogo interdisciplinar com a Teoria Enunciativo-Interacional do Ponto de Vista, de Rabatel (2016), um noção teórica relevante, a de ponto de vista (PDV). Se, concordando com Amossy (2016), afirmamos que todo texto revela PDVs, com Cavalcante *et al.* (2022), baseados em Rabatel (2016), dizemos que esses PDVs se relacionam a diferentes enunciadore e são gerenciados por um locutor/enunciador primeiro, que estrategicamente escolhe como expressá-los na tentativa de persuadir o interlocutor. Para a LT, o jogo de PDVs na tentativa de persuasão está no âmago da dimensão argumentativa. Custódio Filho e Cavalcante (2023, p. 380), nesse sentido, dizem que

[...] o ponto de vista [...] é um elemento fundamental para a percepção da trama argumentativa (direta ou indireta) dos textos. A partir da mobilização e hierarquização de pontos de vista, um locutor pode estabelecer a articulação desejada para os sentidos que pretende gerar, e o interlocutor, buscando “alcançar as percepções” do locutor, interage com este, negociando esses sentidos e instaurando a coerência.

O quadro teórico da teoria rabateliana, como o nome sugere, está inscrito numa perspectiva enunciativa e interacional e, portanto, não constitui uma teoria da argumentação. Mas isso não impede que o autor defenda, assim como Amossy e Grize, cada um à sua maneira, que a argumentação é um fenômeno amplo, que não pode estar restrito a um modo particular de organizar um texto. Para o autor, todos os textos podem revelar uma argumentação indireta, que toma forma pelas estratégias mobilizadas pelos locutores, especialmente em torno do gerenciamento de PDV.

A partir de sua noção de argumentação indireta, Rabatel (2018) direciona uma crítica a Plantin (2016), quando este diz que, para uma dada situação linguageira se tornar argumentativa, deve se manifestar uma oposição de discursos. Rabatel (2018, *on-line*) reflete que decorre dessa visão a ideia de que “uma descrição ou uma narração não argumentariam por si mesmas, mas apenas se e somente se [elas] se opõem, dando origem a leituras contraditórias que respondem à mesma questão”. No entanto, para o autor, essa condição apresentada por Plantin não pode ser um critério para a avaliação de textos que apresentam outros modos de argumentação, ou que apenas têm uma dimensão argumentativa, nos termos de Amossy (2018), porque, para ele, não é necessário justapor dois textos contraditórios para que haja uma argumentação.

Para sustentar esse posicionamento, Rabatel afirma que a maioria das teorias da argumentação não trazem, em suas definições de argumentação, a necessidade de coexistência de teses opostas – é o caso, por exemplo, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) –, mas apenas de que a tese seja sustentada por premissas, que, por sua vez, se apoiem em garantias. A partir disso, o autor afirma que “para que haja argumentação não é necessário que haja confronto de pontos de vista [...], [mas] o ponto de vista deve ser fundamentado em apoios convincentes” (Rabatel, 2018, *on-line*).²⁶ Em sua reflexão, o movimento de contradição é levado a segundo plano, em oposição à caracterização que Plantin dá à situação argumentativa, embora Rabatel não negue a relevância da contradição na argumentação.

Ainda que defenda não ser necessário o confronto de PDVs para se falar em argumentação, pensamos que o autor está, em verdade, defendendo não ser necessário que haja uma explicitação dessa oposição entre PDVs, isto é, que ela esteja marcada e possa ser evidenciada. Isso porque entendemos que seria incoerente, com a assunção do pressuposto do dialogismo, negar que os discursos, e por consequência os PDVs que deles emanam, se contrapõem, mesmo que esse embate entre PDVs seja apenas pressuposto, o que, a nosso ver, é comum nos textos que apenas têm uma dimensão argumentativa.

Para compreender a noção de PDV, que interessa à análise textual que empreendemos, é necessário refletir sobre duas noções muito caras não só a Rabatel, mas aos estudiosos de uma linguística dita enunciativa. Estamos falando das noções de *locutor* e *enunciador*, que foram investigadas, nesses termos, inicialmente por Oswald Ducrot (1987), em seu ensaio “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, do livro *O dizer e o dito*. Nesse longo trabalho, Ducrot argumenta contrariamente à ideia de unicidade do sujeito, na medida em que sugere que, em um enunciado, pode-se ouvir mais de uma voz. Um dos exemplos clássicos apresentados pelo autor é o que segue.

Todo tropeiro, uma vez ou outra, ouviu em um refúgio, ao amanhecer, um diálogo como o que segue. A alguém que tenha imprudentemente afirmado não ter pregado os olhos à noite, um companheiro responde amavelmente: “*Pode ser que você não tenha dormido*, mas, de qualquer forma, **você roncou solenemente**”. (Ducrot, 1987, p. 181, grifo nosso.)

Nesse exemplo, Ducrot reflete que o autor do enunciado, aquele quem diz a expressão aspeada, não poderia se responsabilizar, ao mesmo tempo, pelas duas afirmações (destacadas pelos nossos grifos), opostas pela conjunção *mas*. Desse modo,

²⁶ No original: “[...] il n’est pas nécessaire, pour qu’il y ait argumentation, qu’il y ait confrontation de points de vue. Il faut en revanche que le point de vue soit fondé par un étayage convaincant.”

tenderíamos, assim como faz Ducrot, a atribuir ao autor do enunciado somente a segunda afirmação, enquanto a primeira poderia talvez ser atribuída ao interlocutor desse autor.

Refletindo sobre esse jogo de vozes existente em enunciados, Ducrot (1987) vai distinguir *locutor* de *enunciador*. Observe-se, no entanto, que, quando fala de enunciador, Ducrot não é adepto à ideia de Émile Benveniste. Em verdade, ele apresenta uma perspectiva alternativa, porque, embora Benveniste use o termo enunciador, o sentido que atribui a este é “aquele que produz o enunciado”. Já na perspectiva ducrotiana, é o *locutor* quem produz o enunciado e por ele é responsável. É também quem atualiza a língua numa situação de enunciação e ao qual se referem as marcas de primeira pessoa de um enunciado. *Enunciador*, por sua vez, é para Ducrot um ser que se exprime por intermédio da enunciação, sem, no entanto, falar. Essa expressão se dá pelo ponto de vista desse enunciador, que é revelada na predicação do conteúdo proposicional (CP) em enunciados. A relevância de Ducrot para a teoria de Rabatel pode ser sintetizada do seguinte modo:

Ducrot se propõe a levar em conta a possibilidade de haver, na voz do locutor primeiro, outros PDV que não os seus próprios e de esses PDV de enunciadores segundos (e2) se expressarem independentemente das palavras, portanto não em enunciados relatados, e independentemente de julgamentos explícitos [...]. O mérito de Ducrot nesse debate (pois Ducrot apresenta bem outras contribuições fundamentais) está aí: na possibilidade que ele nos dá de pensar que L1 pode evocar o mundo tomando o ponto de vista de uma instância não locutora. (Rabatel, 2024, p. 133-134).

À medida que passa a advogar por uma análise de textos, não mais de enunciados,²⁷ Rabatel reflete que o arranjo pensado por Ducrot tem limitações. Nesse sentido, o autor vai dizer que, para a análise de textos, “a questão da definição do ponto de vista pela *fonte enunciativa* do conteúdo proposicional, e *não mais apenas pelo conteúdo proposicional*, parece cognitivamente pertinente” (Rabatel, 2016, p. 84). Desse modo, Rabatel define enunciador como a fonte dos PDVs. Se fala em “cognitivamente pertinente”, é pela consideração de que, com a extensão de certos textos, a multiplicidade de enunciadores internos exigirá uma organização, uma hierarquização.

Numa reflexão com base em Goffman (1981), em que este propõe instrumentos para hierarquizar os fenômenos de heterogeneidade polifônica internas à fala, Rabatel vai ressaltar a utilidade de se identificar um enunciador *principal* como uma estratégia para essa hierarquização. Assim, o enunciador principal é aquele em

²⁷ “Enunciados limitados à frase simples ou à frase complexa” (Rabatel, 2016, p. 84)

sincretismo com o locutor (por isso, falaremos nesta tese em locutor/enunciador principal, que também se codifica por L1/E1²⁸). É esse enunciador principal que “assume a responsabilização enunciativa dos PDV aos quais ele adere ou não, [...] a quem se atribui um grande número de PDV, *redutíveis a um PDV geral* e a uma *posição argumentativa global* que, supõe-se, corresponde a sua *posição sobre a questão*” (Rabatel, 2016, p. 86, grifos nossos). Além do enunciador primeiro, há também os enunciadores segundos, que, segundo Rabatel, são centros de perspectivas, já que agregam os conteúdos proposicionais que indicam o PDV do enunciador intradiscursivo.

Retornemos à definição de *enunciador principal* porque ela nos interessa principalmente por dois aspectos: (i) por salientar a ideia de que de um texto é possível flagrar um ponto de vista geral (PDV geral, ou central); e (ii) ressaltar a relação intrínseca desse PDV central à argumentação, o que o autor chama de posição argumentativa global. Além disso, a partir da definição do autor, subentende-se que os textos sempre apresentam uma “questão” sobre a qual o locutor/enunciador primeiro se posiciona.

Nesta tese, não assumimos essa visão de que em todo texto há uma questão, não só porque pensamos que a argumentatividade, em suas mais variadas formas, não pode estar condicionada à emergência de uma questão argumentativa, como discute Plantin (2016), mas também porque não nos parece produtivo “alargar” essa noção teórica. A argumentatividade, para nós, se instaura não apenas no movimento de defesa de uma tese, o que caracteriza, como veremos, especialmente a visada argumentativa, mas também pelo processo constitutivo de todo texto do gerenciamento estratégico de PDVs pelo locutor/enunciador principal, na tentativa de influenciar o interlocutor e, às vezes, o terceiro, a partir de um contrato social presumido em um circuito comunicativo (Cavalcante *et al.*, 2022). Assim, defendemos que somente nos textos com visada argumentativa, principal alvo de reflexão desta pesquisa, há uma questão argumentativa, implícita ou explícita, pois a presença de uma tese necessariamente implica a identificação de uma questão argumentativa, conforme nos esclarece Gonçalves-Segundo (2023a).

Retornemos agora às noções teóricas de locutor e enunciador e vejamos alguns exemplos²⁹ extraídos da Bíblia por Rabatel e por ele analisados.

²⁸ Em contexto de troca dialogal, usa-se l2, l3 etc., e os sincretismos são codificados como l2/e2 etc.

²⁹ Os exemplos são extraídos dos Cânticos de Salomão (1:15), do livro Êxodos (14:26) e do livro 1 de Samuel (17:42) e foram traduzidos por nós a partir do que se encontra em Rabatel (2016 [2009]).

Exemplo 3 – Análise do instâncias enunciativas de locutor e enunciador

- (1) Eis que és formosa, meu amor; eis que és formosa; tens olhos de pomba.
 (2) E disse o Senhor a Moisés: Estende a tua mão sobre o mar, para que as águas tornem sobre os egípcios, sobre as suas carruagens e sobre os seus cavaleiros.
 (3) E, quando o filisteu olhou ao redor e viu Davi, desprezou-o: pois ele *era apenas um jovem, ruivo e de semblante formoso*.

Fonte: Rabatel (2016 [2008]).

No primeiro caso (1), tem-se o PDV de um locutor/enunciador primeiro (L1/E1), que ressalta a formosura de sua interlocutora. Nesse caso, evidencia-se o sincretismo entre locutor e enunciador. No segundo caso (2), tem-se um locutor/enunciador primeiro (L1/E1), responsável por relatar a voz do “Senhor”, que é um locutor/enunciador segundo (l2/e2), por meio de um discurso direto. No último caso (3), estamos diante de um locutor/enunciador primeiro (L1/E1) e de um enunciador segundo (e2), que não é locutor e, em verdade, é reconstruído por esse locutor/enunciador primeiro. É esse enunciador segundo, o filisteu, a fonte enunciativa do PDV que apresenta Davi como alguém inofensivo, e essa conclusão só pode ser compreendida considerando aspectos discursivos, como os valores associados ao discurso machista, que, por exemplo, avalia os traços de “formosura” e “jovialidade” como traços femininos e que, portanto, sugere Davi como uma pessoa inofensiva frente ao gigante e másculo Golias.

A partir da contribuição de Ducrot, Rabatel inicia um movimento em favor da noção de PDV. Para isso, ele inicialmente se afasta da ideia de conteúdo proposicional (CP), noção cuja origem se encontra numa perspectiva lógico-semanticista. O CP pode ser definido pelo significado expresso em uma proposição, que é uma afirmação passível de ser descrita em termos de verdade ou falsidade. E esse afastamento do autor se explica pela relação existente da noção de CP com uma perspectiva referencialista e objetivista da linguagem, a partir da qual se compreende as palavras como rótulos para uma dada realidade. Rabatel (2024, p. 138) diz que a noção de PDV propõe outro olhar sobre os CP, pois “eles não fazem mais do que se referir ao mundo de forma vericondicional, mas indicam também a posição do enunciador sobre os objetos do discurso.” Observe-se que a ideia de objeto de discurso reflete a filiação do autor a uma perspectiva da referenciação, que nos é cara nesta tese, e, conseqüentemente, a assunção da ideia de que os referentes do texto são sempre negociados na interação.

Desse modo, Rabatel (2024, p. 139) vai definir PDV como “todo enunciado que predica informações sobre qualquer objeto de discurso, dando não apenas

informações sobre o objeto (relativas à sua denotação), mas também sobre o modo como o enunciador encara o objeto, expressando assim um PDV”. Uma ressalva a ser feita é que a definição proposta pelo autor pode fazer parecer que o sujeito tem total autonomia pelo modo como escolhe construir os objetos de discurso e, por consequência, o PDV que se expressa, mas Rabatel (2024, p. 155) defende que “os sujeitos estão relacionados a uma certa intencionalidade, essencial para o processo interpretativo dos receptores, mas também para as necessidades da interação e da ação em geral”.

Compreendendo a noção de PDV, interessa-nos entender como flagrá-los. Com François Rastier, Rabatel (2024) reflete que tudo na língua indica um PDV e que por isso as marcas são inúmeras, abarcando todos os níveis de descrição linguística. Nesse sentido, consideraremos também que todas as estratégias de textualização servem ao locutor para a manifestação dos PDVs, mas nesta tese elegemos especificamente a referenciação como categoria de análise.

Não é objetivo desta tese assumir uma análise dos PDV numa perspectiva enunciativa como a de Rabatel, o que implicaria o comprometimento com as especificidades das diferentes modalidades de PDV (narrado, representado, assertado), das posturas enunciativas (sobre-enunciação, coenunciação e subenunciação) etc. Das proposições de Rabatel, visando aos objetivos definidos nesta tese, julgamos ser mais adequado, metodologicamente, nos valer do quadro mais básico desta teoria, a partir do que é descrito acerca das instâncias enunciativas e da própria definição de PDV, principalmente pelo modo com essas categorias se relacionam com a argumentação e, mais especificamente, com a *argumentação indireta* [nos termos de Rabatel (2018)], aquela que se dá mais implicitamente e que, comumente, não é enquadrada pelas teorias da argumentação mais clássicas como uma argumentação propriamente dita. Concordamos com Cavalcante *et al.* (2022) quando dizem que convocar esse quadro enunciativo e considerar o “diálogo” implícito dos locutores e enunciadorees são aspectos fundamentais para analisar a argumentatividade de todo texto. Os pressupostos da teoria rabateliana, quando assumidos pela LT, se articulam, na esteira de Cortez (2011), Cavalcante *et al.* (2022) e Custódio Filho e Cavalcante (2023), à construção referencial, que elegemos como critério analítico e discutiremos detalhadamente no quarto capítulo.

Por fim, para concluir a explanação sobre os aspectos que convocamos da Teoria Enunciativo-Interacional do Ponto de Vista, faz-se necessário, na articulação teórica que propomos nesta tese, que envolve, ao mesmo tempo, perspectivas textuais,

discursivas, interacionais, enunciativas e argumentativas, esclarecer um ponto terminológico relevante. Ao lidarmos, simultaneamente, com as noções de *tese*, advinda do campo da argumentação, e de *PDV*, na perspectiva rabateliana, é preciso que as distingamos com clareza, especialmente porque elas se interseccionam na análise que realizamos. Como dissemos em Oliveira e Cavalcante (2024, p. 115), “toda tese é um ponto de vista, mas nem todo ponto de vista é uma tese”. A tese, como discutiremos no próximo capítulo, somente está presente nos textos com visada argumentativa, de modo que essas noções se encontram somente no enquadramento da visada argumentativa.

Para haver uma tese em um texto, deve haver indícios de que um locutor/enunciador primeiro está organizando seu dizer em defesa de pelo menos um ponto de vista central, para a qual ele mobiliza um ou mais argumentos. Para nós, isso é o que caracteriza a visada argumentativa. Nesse contexto, é esperado que o locutor/enunciador primeiro mobilize mais de um PDV. Vejamos como isso ocorre num texto com visada argumentativa em sua forma mais prototípica.

Exemplo 4 – Editorial “O que a Folha pensa” da Folha de S.Paulo

VOTO DEVERIA SER OPCIONAL, MESMO COM ABSTENÇÃO MAIOR

Segundo o Datafolha, 34% dos brasileiros deixariam de votar caso o comparecimento não fosse obrigatório e 65% iriam de qualquer modo.

Perguntas hipotéticas devem ser sempre recebidas com cautela. O que os entrevistados dizem que fariam numa situação irreal nem sempre corresponde ao que eles se dispõem a fazer quando tal cenário se materializa.

Não há dúvida, porém, de que as abstenções aumentariam na hipótese de o sufrágio deixar de ser compulsório. Foi o que se viu nos países que abandonaram a obrigatoriedade. Um caso emblemático é o da Holanda, que tornou o voto facultativo em 1967 e viu o comparecimento cair da casa dos 95% para os 80%.

O Datafolha também mostrou que as taxas de abstenção seriam maiores entre eleitores pretos (42%), de escolaridade média (40%), moradores das regiões Centro-Oeste e Norte (40%), mais pobres (39%) e na faixa etária entre 25 e 34 anos (39%).

Os dados estão em linha com o que se observa em nações onde o voto é opcional. Em geral, é o estrato mais pobre e discriminado que deixa de frequentar as urnas.

Essa é uma das razões por que alguns especialistas defendem a manutenção da obrigatoriedade. Seria uma forma de reduzir a marginalização daqueles que já são marginalizados.

É um argumento ponderável, mas nem de longe decisivo. Esta Folha defende há bastante tempo que o sufrágio seja facultativo, como ocorre na esmagadora maioria das democracias.

Trata-se de uma questão lógica. Não faz sentido dar ao cidadão a liberdade de escolher quem vai conduzir a nação e escrever suas leis, mas suprimir-lhe o direito básico de decidir se votará.

[...]

Fonte: Folha de S.Paulo (disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/10/voto-deveria-ser-opcional-mesmo-com-abstencao-maior.shtml>; acesso em: 9 fev. 2025)

Esse texto foi publicado no site³⁰ da Folha de S.Paulo, no dia 16 de outubro de 2024, às 22h00, e na edição impressa no dia seguinte. O contexto de publicação, como se pode supor, é o das eleições, não só pelo tema discutido no texto, mas pelo período da publicação, que se situa entre os dois turnos das Eleições Municipais no Brasil de 2024. Por se tratar de um editorial, o texto não é assinado por nenhum jornalista específico, mas sim pelo Grupo Folha, o que se manifesta textualmente pela expressão “O que a Folha pensa” e, ao final da página, pelo endereço de e-mail editoriais@grupofolha.com.br. É a Folha, enquanto instituição, que assume nesse texto a instância enunciativa de locutor/enunciador primeiro (L1/E1).

O L1/E1, ao intitular o texto – “Voto deveria ser opcional, mesmo com abstenção maior” – já explicita sua tese, uma vez que seu objetivo é defender que o voto nas eleições deveria ser facultativo. É com vista a essa tese que ele mobiliza seus argumentos, os quais, numa perspectiva enunciativa, vão se compondo pelos PDV mobilizados.

Observemos, no entanto, que alguns PDVs mobilizados pelo L1/E1 não estão orientados à tese; pelo contrário, estão orientados à tese oposta. Desse modo, podemos elencar PDVs que se direcionam em favor da tese de L1/E1, como:

- Perguntas hipotéticas devem ser sempre recebidas com cautela;
- O sufrágio facultativo ocorre na esmagadora maioria das democracias;

E PDVs que se direcionam à tese oposta, porque são atribuídos a outros enunciadores do texto (e2, e3...), os quais são convocados e gerenciados por L1/E1 no texto com o objetivo de contra-argumentar, reduzindo-lhes a força argumentativa, como:

- As abstenções aumentariam na hipótese de o sufrágio deixar de ser compulsório;
- O estrato mais pobre e discriminado deixa de frequentar as urnas quando o voto é facultativo.

³⁰ A evidente descaracterização do texto em relação a seu formato de aparecimento na web visa unicamente permitir que a análise, que neste momento enfoca apenas o jogo de PDVs na semiose verbal, possa ser mais bem realizada.

Notemos que o processo de contra-argumentação por parte de L1/E1 é realizado com a ponderação de que os PDVs atribuídos a outros enunciadores do texto *são plausíveis, mas nem de longe decisivos* e arrematada pelo PDV de que *não faz sentido dar ao cidadão a liberdade de escolher quem vai conduzir a nação e escrever suas leis, mas suprimir-lhe o direito básico de decidir se votará*. Essa articulação de PDVs no texto, vai se direcionando a um PDV central, que se firma como a tese, isto é, de que *o sufrágio devia ser facultativo*, o que se explicita tanto no título quanto no corpo do texto.

Com essa breve análise, vislumbramos demonstrar que, em textos com visada argumentativa, as noções de PDV e tese se encontram, mas não se equivalem, especialmente porque correspondem a fenômenos distintos, embora, nesta pesquisa, estejamos propondo uma articulação teórica entre essas noções. No exemplo 4, é possível observar que os PDVs mobilizados por L1/E1 compõem a argumentação do texto, mas apenas um deles – o PDV central – se firma como tese. Assim, na trama argumentativa da *visada*, os PDVs compõem os diferentes segmentos da argumentação (que discutiremos com mais detalhe no capítulo 4), sendo ora a *garantia*, ora a *premissa*, ora a própria *tese*.

No próximo capítulo, as noções de *dimensão argumentativa* e *visada argumentativa*, mencionadas algumas vezes neste capítulo, serão escrutinadas a partir da conceituação proposta por Amossy (2018, 2020) na TAD. Particularmente, problematizaremos a noção de visada argumentativa, alvo de nossa investigação, observando suas potencialidades e limitações, e a redimensionaremos no âmbito da LT.

3 DISCUTINDO AS NOÇÕES DE DIMENSÃO E VISADA ARGUMENTATIVA

Admitir que todo uso de linguagem é argumentativo, ou, nos termos de Ruth Amossy (2018 [2006]), que todo discurso tem uma dimensão argumentativa é um pressuposto ainda controverso nos estudos da argumentação, como mesmo admite a autora.³¹ Rui Grácio (2013, p. 105) considera que a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), e outras abordagens que comungam desse pressuposto, como a Lógica Natural de Jean-Blaise Grize, são *pan-argumentativistas*, na medida em que “ligam a onipresença do argumentativo ao fato de a linguagem natural inscrever posicionalmente o locutor, que assim orienta o interlocutor para determinadas formas de ver”.

Neste capítulo, discutiremos as noções de *dimensão argumentativa* e *visada argumentativa*, mas também a noção complementar de *modalidades argumentativas*, de modo a compreendê-las no seio da TAD, na qual foram concebidas, mas também as problematizar, com o objetivo de analisar suas potencialidades e limitações e, especialmente, de redimensioná-las no âmbito dos estudos em Linguística Textual.

3.1 As definições de dimensão argumentativa e visada argumentativa na TAD

Iniciaremos este capítulo discutindo os três trechos da obra *L'argumentation dans le discours* em que Amossy define e diferencia as noções de dimensão argumentativa e visada argumentativa.³² As primeiras definições das noções ocorrem já no primeiro parágrafo da obra, mais especificamente no prefácio, no qual Amossy diz que

O uso da palavra está, necessariamente, ligado à questão da eficácia. Visando a uma multidão indistinta, a um grupo definido ou a um auditório privilegiado, o discurso procura sempre produzir um impacto sobre seu público. Esforça-se, frequentemente, para fazê-lo aderir a uma tese: ele possui, então, uma *visada* argumentativa. Mas o discurso também pode, mais modestamente, procurar modificar a orientação dos modos de ver e de sentir: nesse caso, ele possui uma *dimensão* argumentativa. (Amossy, 2018, p. 7)

Nesse primeiro trecho, a autora traz uma síntese do principal postulado de sua teoria, o de que “o discurso procura sempre produzir um impacto sobre seu público”. Nessa afirmação, Amossy destaca a relevância da persuasão para suas reflexões, uma vez

³¹ “O objetivo deste dossiê é retornar à noção tanto influente quanto controversa de ‘dimensão argumentativa’, estabelecida na teoria da argumentação no discurso” (AMOSSY, 2020, p. 71).

³² Essa discussão será feita com base na tradução brasileira lançada em 2018, intitulada *Argumentação no discurso*, que se valeu do texto da 3ª edição, de 2016. No entanto, operamos o cotejamento com a versão original, em francês, para garantir que os questionamentos aqui levantados não digam respeito a eventuais equívocos de tradução, o que, em nossa análise, não foi identificado. Além disso, avaliamos, quando necessário, eventuais passagens acrescentadas na 4ª edição da obra, posterior à tradução brasileira, lançada em 2021.

que ela atribui a todo discurso³³ uma intencionalidade de “impactar” um dado público, que, segundo o texto, pode ser bastante variado (“multidão indistinta”, “grupo definido” e “auditório privilegiado”). A palavra *impacto*, embora imprecisa, começa a ganhar contorno com as noções subseqüentemente apresentadas, que estão no cerne de nossa discussão: a de dimensão argumentativa e a de visada argumentativa. Para Amossy, alguns discursos (ou, melhor dizendo, seus locutores) esforçam-se para fazer um auditório “aderir a uma tese” – esses discursos teriam, então, uma visada argumentativa. Mas os discursos podem apenas “procurar modificar a orientação dos modos de ver e de sentir”, ou, por exclusão, podem não buscar adesão a uma tese – nesses casos, eles teriam uma dimensão argumentativa.

Com base nessa primeira definição, façamos algumas considerações. Inicialmente, chamamos atenção para o fato de, nessa passagem, Amossy sugerir uma espécie de dicotomização das noções de visada e dimensão argumentativa, pois o que se deixa observar é que, quando um discurso **não** visa a fazer um dado auditório aderir a uma tese, é que ele tem uma dimensão argumentativa. Essa interpretação, como veremos, acaba sendo endossada no próximo trecho alvo de nossa análise. No entanto, entendemos que não é bem esta a proposição de Amossy, o que indica mais uma má formulação da definição que uma contradição teórica, pois sabemos que o pressuposto basilar da TAD é que a argumentação é uma dimensão constitutiva do discurso, o que será explicitamente dito na terceira passagem que analisaremos nesta seção e em outros vários momentos da obra, além de artigos e capítulos da autora. Desse modo, o que Amossy pretende defender é que todo discurso tem uma dimensão argumentativa, mas nem todo discurso tem uma visada argumentativa. A visada, nesse sentido, é uma *caracterização distintiva* no seio de um postulado da onipresença da argumentação no discurso. Com isso, queremos dizer que a noção de dimensão argumentativa, para Amossy (2018), deve ser encarada como *inclusiva*, pois inclui a de visada argumentativa.

Outro aspecto que nos chama atenção nas definições desse primeiro trecho é o uso da expressão “esforça-se”, especialmente quando em paralelo com o advérbio “modestamente”. A partir disso, parece-nos que a visada argumentativa exige certo esforço do locutor, enquanto a dimensão argumentativa caracteriza-se por ser

³³ A partir da interface entre a LT e a TAD (Cavalcante, 2016; Macedo, 2018), passamos a dizer *texto*, em vez de *discurso*, quando discurso equivale a uso. No entanto, nesta primeira parte do capítulo, preservaremos os termos conforme apresentados por Amossy. Retomaremos essa questão na seção 3.3.

aparentemente mais modesta, despretensiosa. Esses usos, vale destacar, não são aleatórios ou presentes apenas nesse trecho. As demais definições que Amossy faz dessas noções são acompanhadas por expressões que aqui supomos pares. Retornaremos a esse modo de categorizar as noções na síntese das definições apresentada no quadro 4.

Caminheemos, pois, rumo à próxima definição, apresentada ainda na introdução da obra. Nesse trecho, como veremos, Amossy busca apresentar uma definição aparentemente mais definitiva, com o objetivo de “evitar confusões”:

Para evitar confusões, é preciso, porém, diferenciar a dimensão argumentativa inerente a **muitos** discursos, da visada argumentativa que caracteriza **apenas alguns** deles. Em outros termos, a **simples** transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, que não se pretende expressamente modificar as posições do alocutário, não se confunde com uma **empreitada de persuasão** sustentada por uma **intenção consciente** e que favorece **estratégias programadas** para esse objetivo. Uma defesa no tribunal tem uma nítida visada argumentativa: seu objetivo principal é fazer admitir a inocência do acusado cujo advogado tem por tarefa defendê-lo, ou apresentar circunstâncias atenuantes que diminuirão sua pena. Uma descrição jornalística ou romanesca, entretanto, terá **mais uma dimensão do que uma finalidade argumentativa**. Ela aparece muitas vezes como uma simples tentativa de apresentar uma dimensão do real; não deseja provar, e às vezes se proíbe de fazê-lo. (Amossy, 2018, p. 44, grifos nossos)

Observe como no trecho supracitado permanece certa dicotomização das noções de dimensão e visada, principalmente quando Amossy opta por dizer que a dimensão argumentativa é inerente a “muitos” discursos e que a visada caracteriza “apenas alguns deles”. Não fica claro porque Amossy não se vale do termo “todos”, mas sim “muitos”, como se a dimensão argumentativa não pertencesse a todos os discursos, ainda que determine que alguns deles têm uma visada argumentativa – o que reforçaria a ideia de a noção de dimensão argumentativa incluir a de visada.

Outro ponto que merece destaque nesse segundo trecho é o modo que Amossy caracteriza a visada argumentativa, a partir dos termos “empreitada de persuasão”, “intenção consciente” e “estratégias programadas”. Com base nisso, depreende-se que a visada argumentativa tem um caráter persuasivo *expresso* – veja que, segundo o trecho, na dimensão argumentativa, “não se pretende *expressamente* modificar as posições do alocutário” – e que nela há uma “intenção consciente” do sujeito, que planeja e mobiliza estratégias. Por ora, cumpre-nos destacar que não nos parece haver uma contradição teórica quando Amossy ressalta certo aspecto de consciência da intencionalidade, pois essa pretensa intenção consciente do locutor só pode existir dimensionada nas restrições impostas pelos quadros institucionais e genéricos que atravessam o sujeito, como já

discutimos no capítulo anterior desta tese. Sabemos que os propósitos dos interlocutores são postos em cena em práticas discursivas convencionadas como gêneros. Desse modo, há práticas discursivas em que os interlocutores, de fato, são provocados a assumir essa empreitada persuasiva, que é prevista pelo contrato comunicativo. Mais à frente, retornaremos à ideia de intenção (para nós, intencionalidade, conforme discutido no segundo capítulo desta tese) em relação às noções de dimensão e visada argumentativa.

Outro aspecto relevante desse segundo trecho é a associação que a autora faz dessas noções em relação aos gêneros. Amossy diz, grosso modo, que há certa convenção de práticas genéricas quando falamos dos “discursos de visada argumentativa”. Por uma simples questão de oposição e coerentemente com as definições, todos os demais gêneros que não têm uma visada argumentativa se enquadrariam, para a autora, na condição de terem apenas uma dimensão argumentativa. Ainda refletiremos com mais vagar as relações entre os gêneros e as noções de dimensão e visada argumentativa, principalmente quando discutirmos a noção de modalidade argumentativa, tendo em vista a relação que Amossy faz desta com os gêneros.

Por fim, é relevante destacar uma afirmação que até pode passar despercebida pelo leitor, mas que salienta um aspecto até então não mencionado ou discutido nas definições que vimos até agora. Ao tratar dos gêneros que apenas têm uma dimensão argumentativa, Amossy diz que eles terão “mais uma dimensão do que uma finalidade argumentativa”. Ao usar essa estrutura de comparativo de superioridade (mais... que...), a autora sugere que as noções de dimensão e visada argumentativa podem não ser tão dicotômicas assim. E, quando dizemos isso, não estamos apenas salientando o caráter “englobante” da noção de dimensão argumentativa que discutimos anteriormente, mas destacando que Amossy pode estar sugerindo que a distinção entre os discursos que apenas têm uma dimensão argumentativa dos que têm uma visada argumentativa pode não ser tão categórica e, por consequência, tão evidente.

Essa singela sugestão dialoga com nossa hipótese básica de que há um *continuum* argumentativo, com diferentes formas de argumentação (ou argumentatividade), e de que essa variabilidade das formas de argumentar ocorre mesmo dentro da visada argumentativa, porque há textos prototípicos de visada argumentativa, mas também textos menos prototípicos, que se situam em regiões marginalizadas e limítrofes da conceituação, mas que, como defenderemos, não deixam de ter uma visada

argumentativa. Essa hipótese só poderá ser testada partindo de uma definição da noção de visada argumentativa, que será apresentada ao término da explanação deste capítulo.

Por ora, discutamos a última definição das noções de dimensão e visada argumentativas apresentada por Amossy já na conclusão de seu livro:

A argumentação não é um tipo de discurso entre outros: ela faz parte integrante do discurso e sustém tanto informações televisivas quanto uma descrição, um relato de viagem, uma conversação familiar. Sem dúvida há gêneros em que a intenção de persuadir é evidente ou mesmo assumida: estes têm uma visada argumentativa. Há, porém, discursos que não se apresentam como ações de persuasão e nos quais a argumentação não aparece como resultado de uma intenção declarada, muito menos de uma programação: ela não está nem aparente, nem explícita e, às vezes, é até negada pelo locutor (como em um artigo de informação, por exemplo). Foi com o objetivo de designar a orientação involuntária ou sub-repticiamente impressa no discurso, a fim de projetar certa luz sobre aqui de que ele trata, que escolhemos falar de *dimensão* argumentativa. (Amossy, 2018, p. 273).

Em decorrência do lugar de onde esse trecho advém – a conclusão da obra –, é natural que a autora não traga tantos acréscimos em relação às demais definições que discutimos anteriormente. No entanto, a partir dela é possível destacar, como já mencionado, o pressuposto basilar da TAD de que a argumentação é parte integrante do discurso, o que necessariamente atinge todos os usos de linguagem, em qualquer que seja a prática genérica em que a argumentação se concretize. Além disso, destaca-se o recorrente o uso de pares que, segundo ela, caracterizam as noções de dimensão e visada argumentativa; surgem pela primeira vez categorizações como “evidente” e/ou “assumido”, para caracterizar a visada argumentativa, e o que se pode supor com a negação: “não declarado”, “não programado”, “não aparente” e “não explícito”, além de “involuntário”, como formas de caracterizar a dimensão argumentativa.

Com base no que discutimos até aqui sobre as definições de Amossy para as noções de dimensão e visada argumentativa, propomos o seguinte quadro síntese:

Quadro 4 – Síntese das noções de dimensão e visada argumentativa

Noções	
Dimensão argumentativa	Visada argumentativa
Extensão	
Caracteriza todos os discursos	Caracteriza apenas alguns discursos
Escopo	
Discursos em que se encontram simples transmissão de um ponto de vista sobre as coisas ou se busca apenas modificar os modos de ver e de sentir do interlocutor	Discursos em que se busca a adesão do auditório a uma dada tese

Caracterização	
A argumentação é involuntária, inconsciente	A argumentação é voluntária, consciente
A argumentação é disfarçada (sub-reptícia), não assumida e/ou implícita	A argumentação é explícita, assumida e/ou evidente
Não programada	Programada

Fonte: Com base nas definições de Amossy (2018).

Neste quadro, objetivamos trazer uma síntese das reflexões, com base em palavras ou expressões usadas nas definições de Amossy das supracitadas noções. Assim, organizamos o quadro a partir de três categorias das noções – “Extensão”, “Escopo” e “Caracterização”. É necessário ressaltar que, na categoria “caracterização”, julgamos coerente acrescentarmos palavras a partir de oposição semântica àquelas efetivamente usadas por Amossy na caracterização de uma das noções. Por exemplo, quando defende que a visada argumentativa é *programada, consciente, assumida e/ou evidente*, por oposição estamos supondo que os “discursos” que apenas têm uma dimensão argumentativa são, por sua vez, *não programados, inconscientes, não assumidos e/ou não evidentes (implícito)*.

A partir do quadro, fazemos algumas observações iniciais sobre a tentativa de diferenciar as noções teóricas de dimensão argumentativa e visada argumentativa:

- 1) Julgamos improdutivo valer-se do nível de consciência (ou da intencionalidade) como forma de diferenciar as noções de dimensão e visada argumentativa. Isso porque, uma vez que assumimos que os sujeitos têm papel ativo dentro das imposições sociais e discursivas, defendemos que a negociação de sentidos, comum a todo texto, é um processo estratégico que envolve a tentativa de persuasão. Por consequência, será também improdutivo falar de presença ou ausência de ação programada.
- 2) Também não parece ser produtivo atribuir à visada argumentativa uma caracterização pela evidência ou explicitude. Como discutiremos com mais vagar no próximo capítulo, e como já bem salientou Gonçalves-Segundo (2024), os raciocínios argumentativos raramente vêm “desenhados” no texto, isto é, garantias, mas também premissas e teses podem estar implícitas, e esse grau de explicitação/implícitação depende

do circuito comunicativo em que se estabelece cada situação de interação, mas também do projeto de dizer inscrito em um dado contrato.

- 3) Para nós, é relevante, com o objetivo de diferenciar essas noções, focalizar o escopo de cada uma delas. Isto é, se compreendermos que a visada argumentativa é mesmo aquela em que se busca a adesão do auditório a uma dada tese, caberá a nós, portanto, compreender como se dá essa busca e o que se compreende como tese. Essas reflexões contribuirão para um melhor delineamento da noção de dimensão argumentativa, compreendendo também o que diferencia uma tese, termo central para a noção de visada argumentativa, de um “simples” ponto de vista.

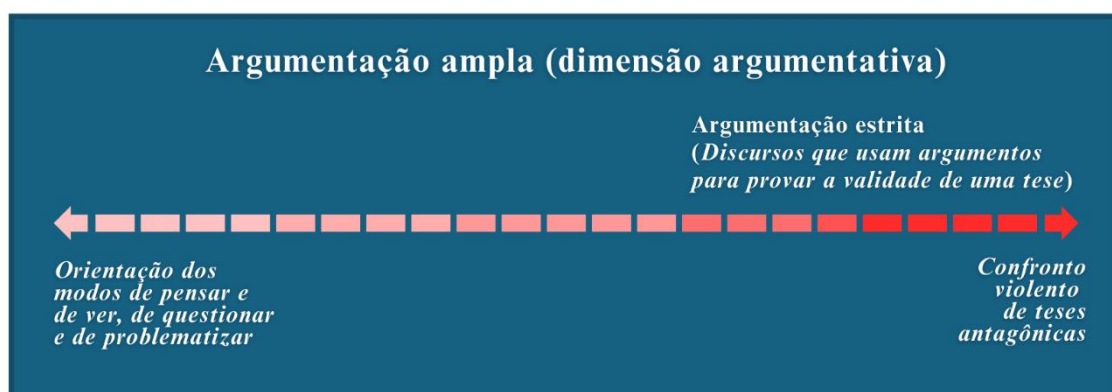
Em 2018, Amossy organizou um dossiê intitulado “Repenser la ‘dimension argumentative’ du discours”, em sua revista *Argumentation & Analyse Du Discours*, no qual retornou à discussão do pressuposto básico de sua teoria, convocando também outros autores, como Rabatel (2018) e Monte (2018), para discuti-la. Na introdução desse dossiê, intitulada “A dimensão argumentativa do discurso: questões teóricas e práticas”,³⁴ a autora, admitindo a influência, mas também o aspecto controverso da noção de dimensão argumentativa, retorna a ela com o objetivo de “testar sua produtividade e de revisitar os problemas teóricos que ela levantou” (Amossy, 2020, p. 71). Para o objetivo deste capítulo, discutiremos apenas trechos de aspectos não cobertos pelas definições que discutimos anteriormente, advindas da obra *Argumentação no discurso*.

De fato, a dimensão argumentativa marca a lacuna que separa uma concepção restrita de uma concepção ampla ou estendida de argumentação (é evidente que, aqui, restrito não tem nenhum sentido pejorativo). Cada uma repousa sobre uma visão diferente da prática da argumentação e da disciplina que a trata. [...] **A concepção restrita limita a argumentação ao desenvolvimento de um discurso que usa de argumentos para provar a validade de uma tese;** estuda-a em sua singularidade, diferenciando-a de tudo o que não esteja estritamente relacionado a ela. Nesse sentido, ela é, portanto, exclusiva. A concepção ampla é inclusiva: **engloba a argumentação compreendida no sentido estrito e a coloca no centro de suas preocupações; mas ela a situa no centro de um continuum** que inclui, em uma de suas extremidades, a polêmica como confronto violento de teses antagônicas, e, na outra, uma orientação dos modos de pensar e de ver, de questionar e de problematizar, que não se efetua pela via do raciocínio formal. (Amossy, 2020, p. 71-72)

³⁴ O texto foi traduzido para o português na obra *Texto, discurso e argumentação: traduções* (Pontes Editores, 2020), razão pela qual as citações subsequentes ao texto terão 2020 como ano de publicação.

A autora inicia sua discussão refletindo sobre duas concepções de argumentação: uma *estrita*, que chama de exclusiva, na qual a argumentação restringe-se ao uso de argumentos para provar a validade de uma dada tese; e uma *ampla*, que inclui a perspectiva estrita, colocando-a no “centro de suas preocupações”, mas que considera outras formas de manifestação que não aquela contemplada pela forma estrita. Para isso, a autora se ampara na ideia de *continuum*, que já discutimos anteriormente e que agora tentamos representar a partir da seguinte figura:³⁵

Figura 6 – O *continuum* argumentativo para Amossy



Fonte: Elaboração do autor com base na definição de Amossy (2018).

Relacionando a representação à discussão apresentada por Amossy no trecho supracitado, vemos que a autora busca, com a noção de dimensão argumentativa, contemplar outras manifestações de argumentação que não se enquadram na concepção estrita de argumentação. Como veremos na seção subsequente, a autora reflete que esse *continuum* de argumentação é permeado por modalidades argumentativas, embora, no texto de 2018, não retorne também a essa noção. Pensamos que, por uma questão de coerência, não é possível encarar um *continuum* de argumentação pensando em termos de mais ou menos argumentativo, porque recairemos numa hipervalorização da concepção estrita de argumentação. Além disso, pensar em extremos do *continuum* pode ser algo complexo e espinhoso, justamente por acreditarmos que ele deve dizer muito mais sobre os diferentes modos de manifestação textual da argumentação, que se diferenciam ora de forma evidente, ora de forma sutil. Retornaremos com mais vagar a essa questão no fim deste capítulo.

³⁵ A saturação de cor usada na seta (do tom de vermelho mais claro ao tom de vermelho mais forte) visa unicamente destacar a ideia de que quanto mais saturada é a cor, mais o “discurso” (nos termos de Amossy) se direciona à estrutura de “usar argumentos para a provar a validade de uma tese”.

Em seguida, Amossy contrapõe o modo como as teorias da argumentação que se valem de um sentido estrito encaram a argumentação ao modo como a TAD (e outras abordagens que comungam do pressuposto da onipresença da argumentação) encara. Enquanto as teorias que se valem do sentido estrito têm o *logos* como “espinha dorsal”, isto é, focalizam a análise do “(1) o raciocínio (2) em situação de comunicação (3) sobre uma questão controversa (4), conduzindo a uma tese (5), recorrendo a procedimentos argumentativos formalizáveis” (Amossy, 2020, p. 72-73), a concepção ampla de argumentação proposta pela TAD também se interessa pelas formas não-canônicas de argumentação, analisando o modo de os diferentes discursos “tentar[em] compartilhar opiniões, pontos de vista, questionamentos, através de procedimentos discursivos que não são argumentos formais” (Amossy, 2020, p. 72-73). Nesse momento, cabe ressaltar que, quando Amossy fala em “argumentos formais”, não está se referindo a perspectivas formalistas e matemáticas de análise de argumento, mas sim, como veremos à frente, das teorias da argumentação que compreendem esse fenômeno unicamente pelo processo de “formulação explícita de uma questão, de uma tese e dos argumentos que a sustentam” (Amossy, 2020, p. 75-76). Esta pesquisa, partindo da interface entre a LT e a TAD, ainda que focalize a visada argumentativa, que, como veremos, está no cerne do interesse das perspectivas estritas de argumentação, defende essa noção ampla de argumentação, compreendendo que existem diferentes manifestações textuais da argumentação, mesmo dentro de uma visada argumentativa, que não é em nada homogênea.

Em outra passagem do texto, Amossy (2018) retoma um exemplo de Plantin, usado por Rabatel (2018) em seu texto no mesmo dossiê, sobre o enunciado “É meia-noite” e sua suposta falta de argumentatividade. O que a autora busca defender é que em todo enunciado há sempre uma dimensão argumentativa. Por isso, considerando o que perspectivas estritas de argumentação elegem como relevante para delimitar o que é argumentação, Amossy diz que

a argumentatividade do discurso se deixa apreender **fora da formulação explícita de uma questão, de uma tese e dos argumentos que a sustentam**. Para ser implícita, não é necessário que esteja ausente – desde que o discurso seja examinado em situação e em relação ao interdiscurso, identificando as marcas linguísticas de sua inscrição. (Amossy, 2020, p. 76)

Que a dimensão argumentativa é coberta por uma visão não-canônica de argumentação, “fora da formulação de uma questão, de uma tese e dos argumentos que a sustenta”, isso é uma reflexão com a qual concordamos e de que partimos nesta tese,

sendo um pressuposto. Mas nessa mesma lógica nos questionamos se a visada argumentativa pode também existir fora dessas condições, na margem da prototipia que a caracteriza.

Por fim, nesse texto, retomando uma reflexão feita por Amadori (2018) no mesmo dossiê, Amossy endossa que as noções de dimensão e visada argumentativa devem ser pensadas como um *continuum* e não como duas unidades distintas, o que esclarece, mais uma vez, a não dicotomização das noções. Mas, como discutiremos mais à frente, sendo a dimensão argumentativa uma noção inclusiva, englobante, pensamos não ser adequado firmar um *continuum* dimensão-visada argumentativa, pois, com isso, se pressupõe que, em um dado ponto desse *continuum*, a dimensão dá lugar à visada. Lembremos, segundo as reflexões de Amossy, que **todo discurso** tem uma dimensão argumentativa, inclusive (e obviamente) os discursos que têm uma visada argumentativa.

3.2 A noção de “modalidade argumentativa” e sua relação com o *continuum*

A assunção do postulado da onipresença da argumentação por Amossy, que inicialmente se organiza pelas noções de dimensão e visada argumentativa, vai se tornando mais complexa quando a autora introduz outra noção: a de *modalidade argumentativa*. Nesta seção, discutimo-la brevemente, buscando compreender se ela pode trazer esclarecimentos às noções que perscrutamos neste capítulo. Ao final desta seção, justificamos nossa opção por não trabalharmos nesta tese com a noção de modalidade argumentativa.

Ainda na obra *Argumentação no discurso*, Amossy diz que

A oposição problemática do argumentativo e do não argumentativo é substituída, então, pela concepção de um *continuum* que apresenta **modalidades argumentativas** diversas, de tal modo que a argumentação pode revestir-se de aspectos variados. Num dos polos, encontra-se o choque entre teses antagônicas; no polo inverso, os discursos cujo caráter informativo ou narrativo parece subtrair-lhes toda e qualquer veleidade persuasiva. [...] Essa definição modular da argumentação supõe que cada modalidade tenha sua própria regulação, ou seu próprio regime de racionalidade. (Amossy, 2018, p. 43-44, grifos nossos)

Ao propor a substituição da oposição entre argumentativo e não argumentativo pela ideia de um *continuum* argumentativo, Amossy introduz a noção de modalidade argumentativa. Para ela, há diversas modalidades argumentativas no *continuum* argumentativo, responsáveis por regular a argumentação – isto é, cada modalidade argumentativa impõe seu próprio regime de racionalidade. Em seus estudos,

Amossy fez um grande investimento teórico na caracterização de uma dessas modalidades, a que se encontra, segundo a autora, em uma das extremidades do *continuum* e a qual chamou de polêmica (cf. Amossy, 2017). As demais modalidades argumentativas receberam atenção particular em um único trabalho, intitulado “As modalidades argumentativas do discurso” (2008a), publicado em uma obra brasileira.

A noção de modalidade argumentativa é definida por Amossy (2008a, p. 232) nesse texto como “tipos de troca argumentativa que, atravessando os gêneros do discurso, modela a forma como a argumentação funciona num quadro tanto dialogal quanto dialógico” e, em outro momento, “modelos de trocas verbais nos quais a fala individual pode se inserir e que determinam grandes eixos no campo da argumentação ou, mais precisamente, maneiras de argumentar” (Amossy, 2008a, p. 237). Em linhas gerais, uma modalidade argumentativa é um regime de funcionamento de uma argumentação balizado pelos seguintes parâmetros essenciais, sintetizados por Macedo (2018) em sua tese: a) a distribuição de papéis desempenhados pelos participantes; b) o modo como o locutor busca persuadir o interlocutor; e c) o modo como o interlocutor é definido nessa interação. A partir desses parâmetros, Amossy propõe a seguinte lista não exaustiva de modalidades.

- Na *modalidade demonstrativa*, uma tese é defendida pelo locutor em um texto que pode ser monogerido (quando um locutor faz a gestão de vozes) ou poligerido (quando as vozes se reproduzem livremente). Por apresentar uma tese, Amossy diz que essa modalidade é frequentemente confundida com a própria noção de argumentação, no sentido estrito.
- Na *modalidade pedagógica*, segundo Amossy (2008a, p. 234), “uma instância de alocação em posição superior transmite um saber e leva à reflexão um auditório que ocupa o lugar de aprendiz, pelas vias do diálogo ou da troca verbal sob a forma monogerida”.
- Na *modalidade de coconstrução*, ocorrem “interações concretas ao longo das quais os participantes coconstroem as respostas para o problema levantado em conjunto” (Amossy, 2008a, p. 234).
- Na *modalidade negociada*, segundo Amossy (2008a, p. 235), “parceiros que ocupam posições divergentes [...] se esforçam para encontrar uma solução para o problema comum que os divide”.

- Na *modalidade patêmica*, “uma tese e um ponto de vista são apresentados no discurso monogerido ou num diálogo de modo a ‘tocar’ o auditório, para obter sua adesão” (Amossy, 2008a, p. 233). Nessa modalidade, as estratégias de apelo ao *pathos* são imprescindíveis.
- Na *modalidade polêmica*, que, diferente das outras, se pauta em uma retórica do dissenso, ocorre uma confrontação violenta entre teses antagônicas, na qual duas instâncias em grande desacordo tentam obter a adesão de um terceiro. Para isso, as partes atacam as teses adversárias e promovem o descrédito do adversário.

Acerca da noção de modalidade argumentativa, Cavalcante *et al.* (2019) fazem algumas observações importantes. A primeira delas é que, embora Amossy tente relacionar as modalidades argumentativas a gêneros, essa relação não parece ser suficiente para diferenciá-las e aproximá-las. Como se vê no texto de 2008, Amossy elege um conjunto de gêneros que privilegiariam cada modalidade, isto é, que estariam mais associados a cada uma delas. É preciso destacar que a lista de gêneros proposta pela autora já é em si problemática, pois, por vezes, Amossy nomeia genericamente categorias que, por serem muito amplas, muito possivelmente abarcaria não apenas um gênero, mas um conjunto deles – nos referimos, por exemplo, ao “manual escolar” (livro didático), “conversação familiar”, “negociações comerciais”, “panfleto”, “controvérsia filosófica” etc. Além disso, nesta tese, pensamos que, embora alguns gêneros possam mesmo ter um modo de argumentar mais prototípico (a redação do Enem, por exemplo, que tem uma configuração argumentativa mais rígida, até pelas regras do exame), consideramos não ser produtivo vincular uma modalidade argumentativa a certos gêneros, tendo em vista que, como discutiremos nesta tese, um mesmo gênero, em situações comunicativas distintas, pode ter mais de um modo de argumentar, inclusive podendo ter ora uma visada argumentativa, ora apenas uma dimensão argumentativa.

Cavalcante *et al.* (2019) discutem também que as modalidades *negociada* e de *coconstrução* parecem ser sempre poligeridas, enquanto as outras podem ser monogeridas ou poligeridas, e que a modalidade polêmica tem duas características que a diferenciam das demais: i) é da ordem do dissenso³⁶; ii) não acontece num único texto,

³⁶ Amossy (2017, p. 41) busca “fazer justiça ao lugar de uma retórica do dissenso, isto é, de uma gestão de conflito de opinião sob o modo de dissidência, e não de uma busca de acordo”.

mas em relações intertextuais. Acrescentamos a essas reflexões a assunção de que as modalidades argumentativas não são intransponíveis entre si. Em verdade, Amossy (2008b) já sugere que, numa mesma situação de comunicação, possa haver mais de uma modalidade argumentativa. Essa hipótese foi testada por Cavalcante e Brito (2018), cuja análise também sugere a interseção de modalidades argumentativas.

Mas outras ressalvas precisam ser feitas, especialmente sobre os parâmetros que diferenciam as modalidades argumentativas. Eles, embora sejam chamados por Amossy de “essenciais”, de modo a não os colocar como únicos critérios, não contribuem, a nosso ver, para uma diferenciação precisa dessas modalidades. O primeiro e o terceiro critérios incidem na projeção que o locutor faz do interlocutor e do terceiro e no modo como o locutor se vê e se coloca nessa interação, isto é, “que *ethos* ele espera construir de si e, por outro lado, que imagens ele faz do interlocutor; que papéis sociais, em termos profissionais e sociais, os participantes tentam representar no texto e em que papel argumentativo cada um se posiciona” (Oliveira, Cavalcante e Silveira, 2020, p. 13). O segundo critério, por sua vez, é mais impreciso ao recorrer à ideia de “modos de persuadir”, o que, nos termos de Amossy, define se a argumentação é, por exemplo, mais racional ou agressiva etc. Cotejando as definições de todas as modalidades, observamos que a compreensão de cada modalidade pelos parâmetros descritos é incompleta e que há parâmetros que aparecem nas definições, mas não foram descritos, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 5 – Modalidades argumentativas e seus parâmetros de definição

MODALIDADE	PARÂMETROS					
	Papel desempenhado pelo locutor	Papel desempenhado pelo interlocutor	Presença de tese e/ou ponto de vista	Gestão de vozes	Objetivo da troca	Modo de persuadir
Demonstrativa	X	X	Presença de tese	Monogerido ou poligerido	Para obter adesão	Demonstração racional
Patêmica	X	X	Presença de tese e de um ponto de vista	Monogerido ou poligerido	Para obter adesão	Sensibilização do auditório
Pedagógica	Instância de locução em posição superior	Aprendiz	X	Monogerido ou poligerido	Transmitir um saber e levar a uma reflexão	X
De coconstrução	X	X	X	X	Construção de respostas para o problema levantado em conjunto	X
Negociada	Parceiro com posição divergente	Parceiro com posição divergente	X	X	Encontrar uma solução comum para o problema que divide os parceiros	X
Polêmica	Instância em total desacordo	Instância em total desacordo	Presença de teses antagônicas	X	Tentar a obter a convicção do outro, ou do terceiro que os escuta	Atacar as teses adversárias e desacreditar o opositor

Fonte: Elaboração do autor com base em Amossy (2008).

Por este quadro, vemos que a autora, por exemplo, não esclarece quais são os papéis desempenhados pelos interlocutores nas modalidades demonstrativa, patêmica e de coconstrução. Além disso, nas definições de cada modalidade, entram direta ou indiretamente como critérios *o tipo de gestão de vozes* (se é monogerido ou poligerido), *a finalidade da troca* (se busca resolver um problema; se visa transmitir um saber etc.) e *a presença ou ausência de uma tese*.

Com o que discutimos até aqui, podemos perceber que, embora elas tenham alguma relação no seio da TAD, as noções de dimensão e visada argumentativa e a de modalidade argumentativa não foram relacionadas por Amossy. Nesse sentido, podemos supor que elas são noções complementares, uma vez que, para nós, a ideia de modalidade argumentativa tem um escopo mais específico que, por exemplo, o de visada argumentativa, e busca caracterizar padrões recorrentes de situações argumentativas. Observa-se, por exemplo, que elas são definidas justamente a partir de um descritivo de uma dada situação em se encontram os interlocutores. Embora a autora não tenha discutido esse aspecto e tomando como base o modo como ela define cada modalidade, supomos que há modalidades argumentativas que teriam necessariamente uma visada argumentativa, como a modalidade demonstrativa ou negociada, mas há modalidades cuja posição num *continuum* parece mais imprecisa e, por isso mesmo, elas poderiam transitar nele, ora tendo uma visada, ora tendo apenas uma dimensão argumentativa, como talvez seja o caso da modalidade patêmica³⁷ ou da pedagógica. Desse modo, não nos parece crível que a noção de modalidade argumentativa será capaz de contribuir para uma melhor diferenciação entre as noções de dimensão e visada argumentativa.

Em virtude da problemática dos critérios de definição das modalidades argumentativas e tendo em vista os objetivos delimitados no seio desta pesquisa, esta tese, ainda que concorde com a proposição de que há diferentes modos de argumentar em um *continuum*, que são regidos por diferentes contratos comunicativos, opta por não investir nelas. Para nós, interessa compreender como as variadas situações de comunicação, todas *argumentativas*, pelo pressuposto que assumimos, determinam a manifestação da argumentatividade nos textos. Nosso objetivo, desse modo, é atestar e descrever diferentes modos de manifestação textual da argumentação, considerando aspectos

³⁷ Em trabalhos anteriores, discutimos também a dificuldade de compreender o que caracteriza a modalidade patêmica, isto é, como distingui-la das demais modalidades, e de que modo ela também se diferencia do processo de mobilizar o *pathos* em textos, independentemente da modalidade (cf. Oliveira, Cavalcante e Silveira, 2020).

lógico-retóricos, a partir da ausência/presença de tese e ausência/presença de argumentos (ou dos segmentos que o compõe), e textuais, a partir das estratégias de textualização.

3.3 O redimensionamento das noções teóricas da TAD no âmbito da LT

Ao convocar essas noções teóricas da TAD para a perspectiva da LT, é necessário que elas sejam redimensionadas. Como discutimos no segundo capítulo, um primeiro ponto relevante nesse redimensionamento é assumir, com base em Cavalcante (2016, p. 122), que, “para a LT, é na dimensão das relações de textualização que a argumentação se inscreve, em total dependência com as relações de coerência textual”.

Esse posicionamento justifica porque em LT falamos em textos com visada argumentativa, e não discursos. Discurso, no sentido em que Amossy o emprega nesse contexto, pode ser lido como *uso*. Além disso, Cavalcante, Pinto e Brito (2018), na esteira do que defende Cavalcante (2016), explicam que a diferença entre as noções de dimensão e visada argumentativa pode ser mais bem compreendida se tomarmos o modo de organização dos textos como critério. Assim, segundo as autoras, quando Amossy fala em visada argumentativa, pode-se entender que ela se refere aos textos que se estruturam em torno de uma opinião central, que emerge em forma de tese. São os textos de sequência argumentativa dominante, nos termos de Adam (2019). Por outro lado, quando trata de dimensão argumentativa, pode-se entender que ela se refere aos demais textos, que não se organizam em torno de uma tese (isto é, que têm outra sequência textual como dominante). Por isso, as autoras falam de *textos com visada argumentativa* e *textos com dimensão argumentativa* para se referir a essas noções teóricas. Se consideramos todo texto como argumentativo, todo texto tem uma dimensão argumentativa. Mas isso não significa dizer, como já discutimos, que todo texto tem uma visada argumentativa.

Vejamos a seguir o redimensionamento dessas noções a partir de dois exemplos: um editorial da Folha de S.Paulo publicado no dia 17 de agosto de 2024 e um cartum de Jean Galvão publicado no site do mesmo jornal no dia 7 de julho de 2024.

Exemplo 5 – Editorial “Além do desmate” da Folha de S.Paulo

Além do desmate

Governo precisa combater a degradação florestal, que transcende o corte raso

Poucas coisas superam as evidências científicas no ajuste de políticas públicas. Após o negacionismo de Jair Bolsonaro (PL), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa aperfeiçoar sua sensata política ambiental com dados objetivos.

O uso do solo e suas mudanças, como a conversão de florestas em pastagens e lavouras, responde por três quartos das emissões brasileiras de carbono. O desmate na Amazônia turbinou o aquecimento global, que, por sua vez, deixa as áreas verdes mais vulneráveis.

Na primeira etapa desse ciclo vicioso, a biomassa desmatada se converte em CO₂ e engrossa a capa que retém calor na atmosfera. Na segunda, a alta temperatura impacta o regime de chuvas e resseca o bioma, que pode entrar numa espiral de estiagem, fogo e morte.

Até o momento, o governo federal dá prioridade ao desmatamento —como deve ser. Estudos vêm indicando, no entanto, que uma destruição mais insidiosa, a chamada degradação florestal, pode minar parte desse esforço.

Pesquisa da Universidade Wake Forest, publicada na revista da academia de ciências dos EUA no começo deste mês, destaca esse terceiro elo da cadeia devastadora. O artigo aponta que a extração de madeira, queimadas e outras atividades estariam lançando mais carbono na atmosfera que o próprio desmatamento por corte raso.

O clima sofre um duplo golpe da sociedade brasileira na sua gestão da maior floresta tropical do planeta. Golpe que ricocheteia na própria Amazônia, fustigada pela atmosfera aquecida, e no Brasil quase todo, sob a ameaça de colapso pelos "rios voadores" que ela origina e que levam chuvas para as regiões Sudeste e o Sul.

Cabe ao Ministério do Meio Ambiente ampliar as medidas de prevenção e combate ao desmatamento para conter também as atividades degradadoras que não utilizem o corte raso. E não só na Amazônia.

O cerrado —bioma mais ameaçado do Brasil— contribui para a emissão de CO₂ e tem papel fundamental na regularização de recursos hídricos para a agropecuária. A multiplicação de impactos sobre o ambiente e o clima exige uma política igualmente multifatorial.

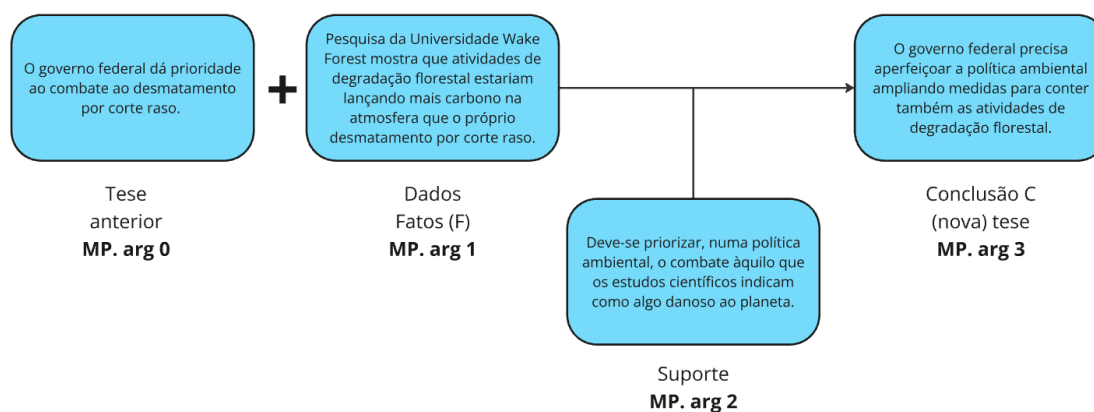
Fonte: Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/08/alem-do-desmate.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2024.

Nesse primeiro texto, em que a Folha é o locutor/enunciador primeiro (L1/E1), discutem-se as estratégias governamentais de preservação ambiental, tema global caro ao atual governo federal, que, pela emergência climática que se alastra no mundo inteiro, é alvo constante de discussões públicas. Nesse sentido, o L1/E1, embora classifique como “sensatas” as atuais medidas governamentais em relação à política de preservação ambiental, busca defender a tese, explicitada ainda no primeiro parágrafo, de que o Governo Lula precisa aperfeiçoar essa política com dados objetivos.

Um aspecto necessário para entender a argumentação desse texto é compreender o termo técnico “corte raso”. O corte raso consiste na remoção de vegetação para fins de plantio de pastagem ou cultivos agrícolas. O que o L1/E1 argumenta, recorrendo aos supracitados “dados objetivos”, é que há outras atividades de desmatamento mais danosas ao meio ambiente que o processo do corte raso, e que por isso o governo deve ampliar as medidas de prevenção, não se reduzindo à prevenção ao corte raso. Esses dados objetivos estão representados pelo estudo norte-americano da Universidade Wake Forest, um enunciador dentro do texto, que, assumido como uma voz de autoridade, corrobora as reflexões do L1/E1 em prol da defesa da referida tese.

Está claro que o texto, tendo as macroproposições da sequência argumentativa, excetuando-se a etapa de restrição (MP. arg.4),³⁸ tem uma visada argumentativa, porque nele se observa um movimento explícito de defesa de uma tese por parte de um L1/E1, que compõe argumentos com o objetivo de fundamentar essa tese. A argumentação do texto se configura da seguinte forma, tomando como referência a proposta da sequência argumentativa de Adam (2019):

Figura 7 – Sequência argumentativa a partir do exemplo 5



Fonte: Elaboração do autor.

Agora vejamos o seguinte texto, um cartum de Jean Galvão, publicado no site da Folha de S.Paulo no dia 7 de julho de 2024.

Exemplo 6 – Cartum de Jean Galvão sobre o Pantanal



³⁸ Optamos, neste momento, por não desenvolver uma detalhada análise sequencial em prol da objetividade da reflexão que desenvolvemos, mas também tendo em vista que o próximo capítulo desta tese busca esmiuçar aspectos da sequência argumentativa em textos.

Fonte: Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2024/07/07/jean-galvao.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2024.

O locutor-enunciador primeiro (L1/E1) desse texto busca focalizar o referente de uma onça pintada, que está se desfazendo em múltiplos pedaços. Na parte superior esquerda, o referente Pantanal situa o lugar em que possivelmente se encontra esse animal. Além disso, os tons amarelos ao fundo, de maneira mais abstrata, sugerem o referente incêndio, que se confirma quando acessamos a alusão aos inúmeros casos reportados pela mídia³⁹ de incêndios nesse bioma brasileiro que estão matando os animais. A partir disso, já é possível supor que o animal se desfaz em cinzas, em virtude da relação entre referentes no texto.

A ideia de movimento, tanto das formas da onça pintada quanto das marcas em tons de amarelo, sugere que estamos diante de um texto com sequência narrativa dominante, muito embora, por se tratar de um cartum com única cena e com poucos elementos verbais, não tenhamos todas as macroproposições dessa sequência. Pelo teor político do cartum, é muito provável que os interlocutores encarem o texto como uma crítica às queimadas, ou, mais especificamente, à inação governamental frente à problemática, ou, a depender do viés político de cada um, à ação criminosa dos que lucram com as queimadas, ainda que não seja possível encontrar explicitadas marcas desse posicionamento. O que se pode supor é que a morte e extinção de animais e a queimada de biomas são comumente avaliadas pela sociedade como algo negativo, sendo este um valor doxal de que o texto parte e que o L1/E1 supõe que seu interlocutor adere, razão pela qual, principalmente pensando no gênero, o cartum não constrói um arrazoado para fundamentar seu ponto de vista.

Com isso, não queremos dizer que há uma tese sendo defendida nesse texto, mas que há sim, como em todo texto, um ponto de vista representado, por meio dos referentes mobilizados no texto pelo L1/E1 e pela alusão⁴⁰ que ele promove. No entanto, a nosso ver, nem se encontram nesse texto uma tese, nem argumentos compostos em defesa dela. Assim, conforme Cavalcante, Pinto e Brito (2018), estamos frente a um texto que apenas tem uma dimensão argumentativa.

³⁹ ANIMAIS morrem em meio à seca severa e incêndios no Pantanal. G1, Mato Grosso, 17 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/08/17/animais-morrem-em-meio-a-seca-severa-e-incendios-no-pantanal.ghtml>. Disponível em: 18 ago. 2024.

⁴⁰ Nesta e nas demais menções à expressão *alusão*, estamos concebendo esse processo intertextual conforme o definiram Cavalcante, Faria e Carvalho (2017, p. 14), como “uma forma menos marcada e menos literal de mencionar um texto específico, apenas sugerindo-o por pistas formais”.

Se, em um primeiro momento, a explicação apresentada por Cavalcante, Pinto e Brito (2018) foi para nós esclarecedora para compreender essa nebulosa distinção entre dimensão e visada argumentativa, em um segundo momento, a partir de uma análise de outros textos, passamos a nos questionar se é mesmo a dominância da sequência textual argumentativa o critério determinante da visada argumentativa de um texto.

É válido retomar que esta tese defende a existência de um *continuum* de argumentatividade, com diferentes manifestações textuais de argumentação, ora com a presença explícita de tese e argumentos, ora com tese implícita e com os argumentos mais ou menos formulados, ora sem a presença de teses e argumentos.

Observe-se que não estamos questionando neste trabalho que um texto com sequência argumentativa dominante, com todas as suas macroproposições, seja um exemplo evidente de um texto com visada argumentativa, cuja intenção do locutor de persuadir seja explícita, como define Amossy (2018) e esclarece Cavalcante (2016). No entanto, parece haver textos que, valendo-se de outras sequências textuais, também apresentam uma intenção persuasiva definida, ainda que mais implicitada, que muitas vezes se revela a partir de uma reconstrução de raciocínios, com base em *doxas*.

Levantamos como hipótese que alguns textos que não têm a dominância da sequência argumentativa também podem ter uma visada argumentativa, pois apresentam um raciocínio argumentativo que não é explicitamente formulado. Para iniciar a discussão dessa problemática, nos atentemos ao seguinte exemplo, uma tirinha da Turma da Mônica, publicada na página homônima, em 31 de março de 2019.

Exemplo 7 – Tirinha da Turma da Mônica



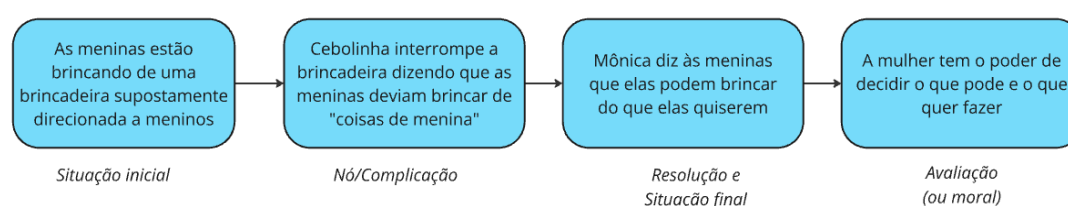
Fonte: Turma da Mônica/Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/turmadamonica/posts/1514716338659825/>. Acesso em: 8 out. 2023.

Nessa tirinha, como pode se observar, a personagem Cebolinha diz às meninas (Marina, Milena, Magali e Mônica, da esquerda para direita) que elas deveriam brincar de “coisas de menina”. A referida expressão referencial, bastante difundida socialmente,

remete àquilo que convencionalmente (e exclusivamente) se atribui ao universo feminino, o que, como sabemos, está eivado de estereótipos. Entram nesse rol atitudes, cores e tipos de vestimentas,⁴¹ brincadeiras, empregos etc. que seriam “pré-definidos” para os respectivos gêneros. No contexto da tirinha, pode-se considerar que a fala de Cebolinha está sustentada por um discurso machista – é um homem que está definindo aquilo que uma mulher pode ou não fazer. Suas feições também ressaltam incômodo pelo tipo de brincadeira praticado pelas demais personagens. A resposta da Mônica, no segundo e terceiro quadros, reflete uma espécie de contra-argumentação, construída na recategorização da expressão “coisas de menina” – brincar de “coisas de meninas” é “brincar do que quiser”. Em oposição ao discurso machista, pode-se considerar que a fala de Mônica está sustentada por um discurso feminista, que defende ideias em prol da liberdade da mulher.

Nossa análise, até então, esteve focada na cena enunciativa das personagens. Mas há a cena enunciativa⁴² do locutor/enunciador principal (L1/E1) do texto, neste caso a Maurício de Sousa Produções ou simplesmente o cartunista Maurício de Sousa, com os possíveis interlocutores. A tirinha, como se sabe, é um gênero predominantemente de sequência narrativa (Ramos, 2017). Mas, no exemplo em questão, o que encontramos é um caso composicional complexo. Inicialmente, observemos a sequência narrativa do texto, cuja macroproposição de avaliação (ou moral) pode apenas ser suposta:

Figura 8 – Sequência narrativa do exemplo 7



Fonte: Elaboração do autor.

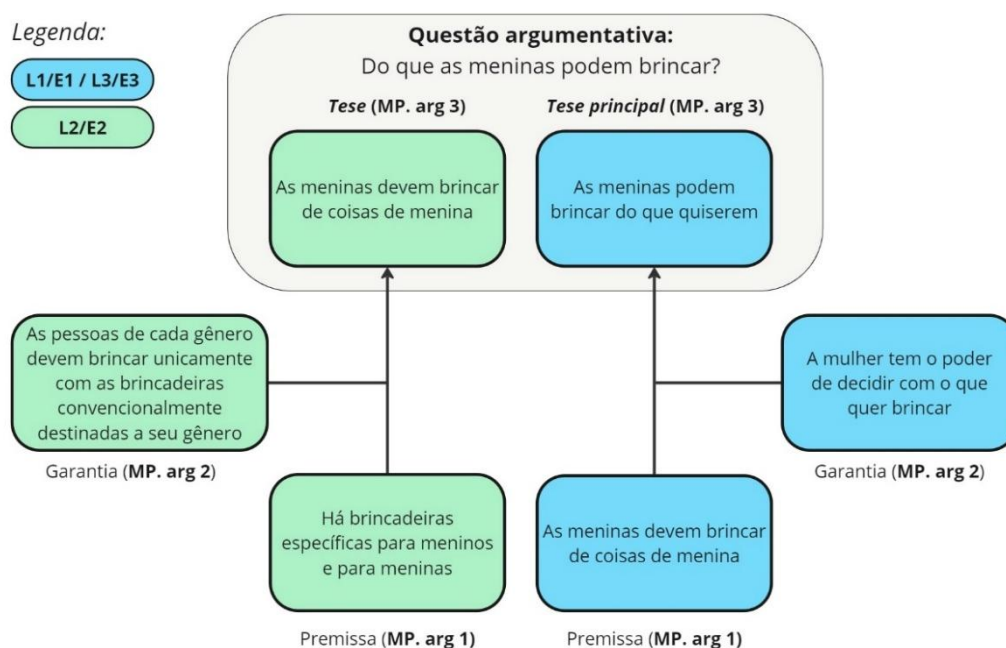
⁴¹ Um fato bastante simbólico da estereotipia por trás da ideia de “coisa de menina” foi a fala da ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, no primeiro mês do governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro, em que ela disse que, no Brasil, havia começado uma nova era, em que “menino veste azul e menina veste rosa”. A fala, bastante criticada por diversos setores da sociedade, imprimia uma lógica bastante estereotípica sobre o que a mulher ou o homem pode fazer em suas práticas sociais. (Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damare-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>; acesso em: 28 out. 2023)

⁴² Estamos chamando atenção para um aspecto que Martins (2024) classificou como “camada enunciativa”. Isso diz respeito à possibilidade de coocorrência de interações em um mesmo texto, o que é muito corriqueiro em textos narrativos, por exemplo. Esse aspecto será retomado em nosso capítulo de análise.

A narrativa é composta essencialmente pelo diálogo das personagens, mas ele está à serviço dela. Com Cavalcante *et al.* (2022, p. 233), preferimos não classificar o diálogo como um tipo de sequência textual, uma vez que a sequência dialogal “não se associa o propósito do gênero em que se insere”. Mas a complexidade de análise do texto não se encerra aí; afinal, por que, quando lemos esse texto, temos a sensação de que ele também se presta à defesa de uma tese por meio da narrativa que constrói, embora não seja este o propósito característico desse tipo de gênero?

Há um aspecto contextual relevante de que ainda não falamos e que não podemos ignorar: essa tirinha foi feita para ser publicada na página do Facebook da Turma da Mônica no Dia Internacional das Mulheres, dia 8 de março, razão pela qual ela pode ser diferente das demais, com outros propósitos que não somente o de narrar uma história.⁴³ Por isso, pensamos que o texto deixa antever raciocínios argumentativos que o subjazem, em sua maior parte implícitos, que podem ser representados do seguinte modo a partir de um processo de reconstrução:

Figura 9 – Diagrama de reconstrução da argumentação do exemplo 7⁴⁴



Fonte: Elaboração do autor.

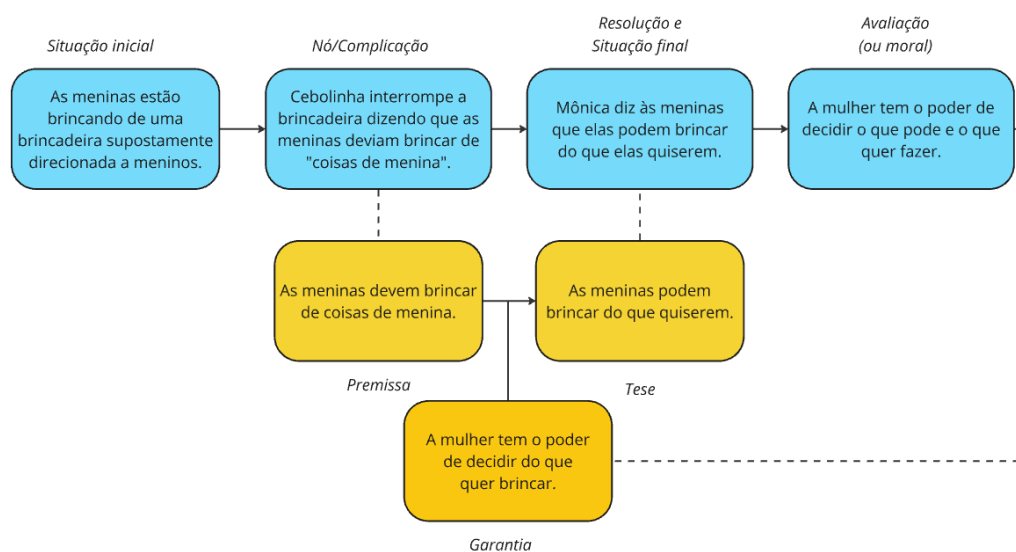
⁴³ Não estamos querendo dizer aqui que os gêneros cuja sequência textual dominante é a narrativa têm apenas o propósito de narrar histórias, pois sabemos que as narrativas cumprem inúmeros propósitos a depender do gênero. Queremos apenas ressaltar que, quando um locutor visa defender uma opinião central, usualmente ele não se vale de uma sequência narrativa, nem de um gênero como a tirinha.

⁴⁴ Essa reconstrução já se vale do modelo de análise que definiremos no capítulo de metodologia, mas, para fins comparativos, destacamos em parêntese a relação com as macroproposições definidas por Adam.

Nesse diagrama, vemos duas células argumentativas sustentadas cada um pelas personagens, Cebolinha e Mônica, que são locutores-enunciadores segundo (12/e2) e terceiro (13/e3), respectivamente, do texto. O L1/E1 do texto se alinha à *tese* que é defendida na tirinha pelo 13/e3, de forma que é possível considerar a célula argumentativa de 13/e3 como a principal do texto, que o orienta argumentativamente.

Na argumentação do Cebolinha (12/e2), a tese é explicitada pela personagem no primeiro quadrinho, mas estão implícitas a premissa e a garantia que autoriza a passagem da premissa à tese. O argumento se ampara na proposição de que *há brincadeiras específicas para meninas e para meninas* (premissa) e que *as pessoas de cada gênero devem brincar unicamente com as brincadeiras convencionalmente destinadas a seu gênero* (garantia). Por sua vez, na argumentação da Mônica (13/e3), assumida por L1/E1, a tese é de que *as meninas devem brincar do que quiserem*, justificada pela premissa (que é a tese de 12/e2) de que *as meninas devem brincar de coisas de menina*. A garantia que autoriza a passagem da premissa à tese nesse argumento é que *a mulher tem o poder de decidir do que quer brincar*, a qual advém de uma *doxa* comum ao discurso feminista. Observe que, nessa representação, os segmentos da célula argumentativa principal do texto são compostas por diferentes aspectos dele: a *premissa* advém da fala do Cebolinha e representa a *complicação* da narrativa; a *garantia* supomos que compõe uma espécie de *avaliação final* da narrativa; e a *tese* advém da fala da Mônica e representa a *resolução* e *situação final* da narrativa.

Figura 10 – Relação entre segmentos da narração e da argumentação no exemplo 7



Fonte: Elaboração do autor.

Se partimos unicamente de uma análise composicional do texto, estaríamos lidando com uma sobreposição de sequências (narrativa e argumentativa)? Qual delas é a dominante? É a argumentação que está à serviço da narrativa ou o contrário? Embora essa complexidade da relação entre a narração e a argumentação seja um assunto discutido pelos estudiosos da argumentação (Danblon *et al.*, 2008; Olmos, 2017), com diferentes pontos a serem considerados, o que queremos problematizar aqui é que uma análise estritamente composicional pode ser limitadora para uma compreensão macro da argumentatividade nos textos, especialmente porque nela estão envolvidos inúmeros aspectos que compõem a situação de comunicação, além dos contratos específicos de cada evento textual. Para nós, o modo de organização do texto não é suficiente para evidenciar a complexidade de sua trama argumentativa, especialmente se tomarmos como baliza as noções de dimensão e visada argumentativa. Isso porque, como vimos, as narrativas podem ser argumentativas, sem que para isso tenhamos que identificar macroproposições, uma vez que a argumentatividade é um fenômeno amplo e complexo que atravessa toda a textualidade e que se manifesta nos textos de muitos modos, os quais nem sempre o aspecto da composicionalidade dará conta de explicar sozinha.

Por isso, nesta tese intentamos demonstrar que um texto como o do exemplo 7, independentemente das sequências textuais que o compõem, tem uma visada argumentativa, porque deixa antever um raciocínio argumentativo, que, em textos monológicos, é geralmente composto por uma tese principal, amparada por um ou mais argumentos. Essa tese direciona a orientação argumentativa que se supõe do texto, para o qual todas as estratégias textuais se voltam. A hipótese básica desta pesquisa é que, a partir do *continuum* de argumentatividade, o locutor/enunciador primeiro (L1/E1) gerencia a potencialidade argumentativa do texto, considerando a situação de comunicação, com base em suas intencionalidades e na mobilização de PDVs. Quando essa potencialidade faz emergir no texto um *PDV central*, que só se firma como *tese* quando é amparado por um ou mais *argumentos*, dizemos que o texto tem uma visada argumentativa. A tese e os segmentos dos argumentos correspondem a PDVs no texto e podem ter diferentes graus de explicitude, mas, em todos os casos, os segmentos que compõem argumentação do texto podem ser reconstruídos a partir das redes referenciais.

3.4 Em síntese, em que consiste a visada argumentativa?

Temos defendido a perspectiva ampla de argumentação de Ruth Amossy, que postula a argumentação como uma dimensão constitutiva do discurso. Para tanto, partimos do redimensionamento desse postulado no âmbito das relações textuais, aventado por Cavalcante (2016), e da interface entre a LT e TAD proposta por Macedo (2018) e, posteriormente, desenvolvida pelos estudos de muitos pesquisadores do grupo Protexto, sintetizados em obras como *Linguística Textual e Argumentação* (Cavalcante *et al.*, 2020) e *Linguística Textual: conceitos e aplicações* (Cavalcante *et al.*, 2022).

Neste capítulo, visamos perscrutar as noções de dimensão argumentativa e, principalmente, de visada argumentativa, de modo a construir nosso posicionamento teórico acerca dessas noções, necessariamente redimensionadas pela perspectiva da LT. Com base nisso, dizemos que todo texto apresenta uma dimensão argumentativa, ou, em outros termos, que todo texto é argumentativo, ou que em todo texto há argumentatividade. Optamos nesta tese por não distinguir *dimensão argumentativa*, *argumentação* e *argumentatividade*, o que, sabemos, contraria o posicionamento de muitos estudiosos da argumentação. Para eles, a expressão *argumentação* talvez corresponda, em certa medida, ao que Amossy chamou visada argumentativa, enquanto a expressão *argumentatividade* talvez corresponda ao que a autora chamou dimensão argumentativa. Parte dessa questão terminológica é coberta pela síntese que Grácio (2013, p. 36-37) faz ao definir a noção de *argumentação*, contrapondo-a à noção de *argumentatividade*, em sua perspectiva interacionista de argumentação.

A argumentação, tal como aqui a consideramos não é, contudo, algo que se reduza à argumentatividade, ou força argumentativa, nem à apresentação de argumentos vistos do ponto de vista dos mecanismos de orientação, de influência ou de inferência, mas sim como uma interação que tem na sua base uma *situação argumentativa* caracterizada pelos seguintes aspectos: a) A existência de uma *oposição* entre discursos (ou seja, em que é requerida a presença de um discurso e de um contradiscurso numa situação de interação entre, pelo menos, dois argumentadores). b) A *alternância de turnos de palavra* polarizados num assunto em questão e tendo em conta as intervenções dos participantes. c) Uma possível *progressão* para além do díptico argumentativo inicial e em que é visível a *interdependência discursiva*, ou seja, em que de algum modo o discurso de cada um é retomado e incorporado no discurso do outro. Neste sentido a fala de cada um não é dissociável da fala do outro e da circunscrição do assunto em que essas falas são consideradas de uma forma séria, porque tidas por relevantes e de interesse.

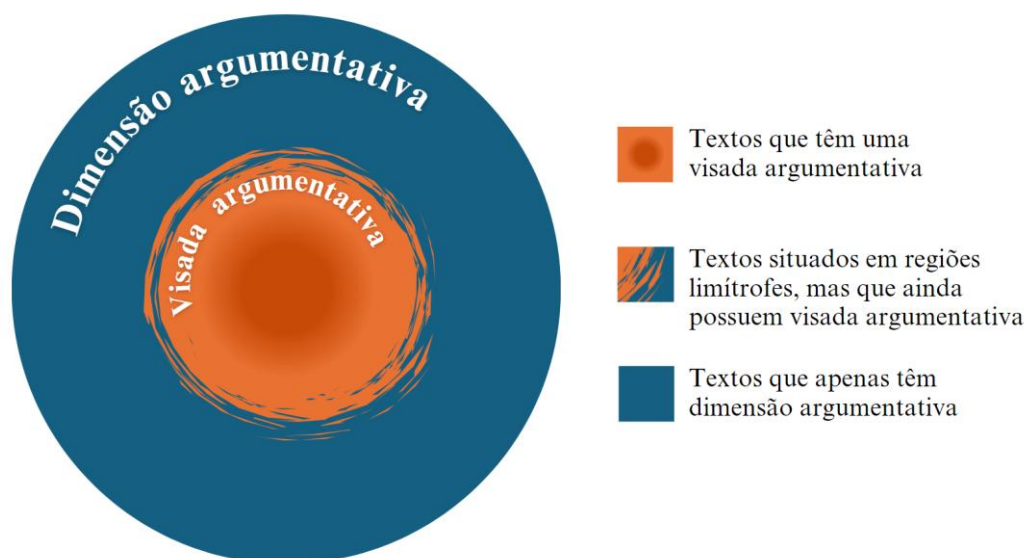
Já discutimos mais detalhadamente no primeiro capítulo desta tese o modo como estamos sugerindo que a argumentação seja vista para os estudos da LT. Nesse

momento, interessa dizer que, para nós, ou o texto tem uma visada argumentativa, ou apenas tem uma dimensão argumentativa. Acontece que nem sempre será simples e evidente determinar o limiar entre essas noções, isto é, quando um texto deixa de ter apenas essa dimensão argumentativa comum a todo texto e passa a ter uma visada. Com isso, esta pesquisa se propõe muito mais a evidenciar a heterogeneidade da manifestação da argumentatividade nos textos, mesmo dentro da suposta homogeneidade da visada argumentativa, que elencar critérios rígidos com o objetivo de diferenciar essas noções na análise que empreendemos, embora nossa discussão vá em direção a esses critérios.

Como já discutimos, a visada argumentativa é, sem dúvidas, uma *caracterização distintiva* no seio de um postulado da onipresença da argumentação. Se partirmos do que já se discute em Amossy (2018) de que a visada argumentativa é mesmo o caso em que um locutor busca a adesão do auditório a uma dada tese, perguntamo-nos, por conseguinte, se a emergência de uma tese no texto é o critério para caracterizar esse modo particular de a argumentação se instaurar num texto.

Dito isso, é necessário ressaltar que a presença de uma tese, explícita ou implícita, num texto nem de longe será fator homogeneizador das manifestações da argumentação dentro da visada argumentativa. O que queremos dizer é que, se partimos do pressuposto de que a argumentação está num *continuum*, estamos defendendo, situados numa perspectiva textual, que esse *continuum* é composto por diferentes modos de manifestação textual da argumentação, mesmo dentro da visada argumentativa. Isso porque há textos mais prototípicos de uma visada argumentativa, como os textos que apresentam a dominância da sequência argumentativa, mas também há formas menos prototípicas, que se situam em regiões marginalizadas e limítrofes da conceituação, mas que, como defenderemos, não deixam ter uma visada argumentativa, mesmo que nesses textos não se observe a formulação explícita de argumentos e de uma tese. Tentamos representar essa discussão nesta figura, que retrata a relação entre a dimensão e a visada argumentativa:

Figura 11 - *Continuum* da dimensão argumentativa balizado pela visada argumentativa



Fonte: Elaboração do autor.

A visada argumentativa, simbolizada pela cor laranja na figura, constitui, de fato, modo distintivo de argumentar no seio de uma onipresença da argumentação, simbolizada de azul na figura. Mas estamos propondo que a visada não corresponda a um único modo de manifestação textual de argumentação, pois supomos que dentro dela possa haver mais de um modo de manifestação, e não um único, composto por sua versão mais prototípica, simbolizada na figura pelo tom laranja escuro, em que se observa a presença de tese e argumentos, em sua maioria explicitados, a exemplo da redação do Enem. Por isso, levantamos como hipótese que a visada argumentativa pode ser melhor caracterizada quando, a partir do texto, é possível reconstruir raciocínio(s) argumentativo(s), isto é, quando há presença de pelo menos uma *célula argumentativa*. Nesse sentido, todo o laranja da figura representa os textos que, mesmo revelando diferentes modos de manifestação textual de argumentação, deixam antever uma célula argumentativa, que é, na maior parte dos casos, reconstruída pelo analista. Essa visão, a nosso ver, é capaz de abarcar tanto a prototipia da visada quanto suas marginalidades.

A célula argumentativa, como discutiremos no próximo capítulo, é definida nesta pesquisa como uma estrutura mínima de raciocínio argumentativo, que se pode abstrair dos textos por evidências mais explicitamente declaradas, ou por pistas que autorizem um percurso inferencial desse raciocínio que subjaz à orientação argumentativa do texto. A principal evidência textual que analisamos para reconstruir raciocínios argumentativos são as redes referenciais, também discutidas no próximo capítulo.

4 O RACIOCÍNIO ARGUMENTATIVO NO TEXTO

Se mesmo na visada argumentativa, que, como vimos, é uma caracterização distintiva no seio da dimensão argumentativa, há diferentes modos de argumentar, então é preciso buscar regularidades que aproximem essas diferentes manifestações textuais da visada argumentativa de modo que seja coerente enquadrá-las sob uma mesma denominação. Neste capítulo, investiremos no aspecto lógico-inferencial da argumentação em textos, embora saibamos que essa dimensão não se desconecta das demais (retórica, dialética, discursiva e textual) na trama argumentativa do evento textual. Nossa opção por esse investimento justifica-se por entendermos que os aspectos retóricos, lógicos e dialéticos da argumentação, que são completamente integrados, não estão plenamente contemplados numa análise restrita ao nível composicional do texto, que, mais objetivamente, tangencia o aspecto lógico da argumentação. Com a articulação que propomos, como se verá, torna-se viável analisar textos que desenvolvem raciocínios argumentativos de maneira bastante implícita e com formas menos convencionais.

Para tanto, tomamos com base o modelo de Toulmin (2022 [1958]), discutido, neste capítulo, na primeira seção de capítulo, e na abordagem da argumentação integradora postulada por Gonçalves-Segundo (2023, 2024), discutida na segunda seção. Na terceira seção, aprofundamos a justificativa de defendermos que a visada argumentativa não se circunscreve à dominância da sequência argumentativa (Adam, 2019), embora se restrinja à necessária (re)composição de raciocínios argumentativos no texto. Assim, demonstramos que a composicionalidade, embora relevante aos estudos textuais, não basta à compreensão da argumentatividade e, particularmente, à caracterização da visada argumentativa.

Nesse sentido, é válido que distingamos desde já a noção de raciocínio, naturalmente mais ampla, da noção de raciocínio argumentativo, esta sim alvo de discussão deste capítulo. Nem todo raciocínio é argumentativo, embora toda argumentação comporte raciocínios. Como reflete Gonçalves-Segundo (2023a, p. 84), “raciocínios são processos inferenciais por meio dos quais um ator, dotado de inteligência, chega a determinadas conclusões a partir de dadas premissas ou justifica dadas conclusões com base em dadas premissas”. O raciocínio mobilizado numa argumentação, aqui nomeado como *raciocínio argumentativo*, é um processo, como veremos, inferencial retrospectivo, ancorado numa situação de comunicação concreta, a

partir do qual um locutor desenvolve argumentos, composto por premissa(s)/garantia(s), para fundamentar uma tese visando à tentativa de persuasão de seu interlocutor.

A propriedade dialética da argumentação, de que falamos anteriormente, é essencial para que o raciocínio argumentativo se realize. Isso porque tal tipo de raciocínio depende de uma situação de controvérsia, em que estão em jogo pontos de vista potencialmente divergentes sobre uma dada questão argumentativa. É precisamente em resposta a essa questão argumentativa que os raciocínios argumentativos são formulados.

Por fim, na última seção, tratamos da articulação proposta por esta pesquisa entre as noções de tese e ponto de vista (PDV), inicialmente discutida no segundo capítulo, demonstrando como os PDVs, gerenciados por um locutor/enunciador primeiro (ou principal), constituem, no raciocínio argumentativo, diferentes segmentos da argumentação, inclusive a tese que se firma.

4.1 A noção de *argumento* no modelo de Toulmin

Após significativa ascensão, a retórica como disciplina passa por um longo processo de descrédito, em virtude da valorização da evidência racional, como ressalta Barthes (2001), cuja consequência foi sua restrição ao estudo das figuras, como ornamento do discurso. O retorno ao propósito primeiro da retórica só ocorrerá na metade do século XX (razão pela qual se fala de “renascimento”), com a publicação, em 1958, de duas obras muito relevantes para os estudos da argumentação: a primeira, anglófona, escrita por Stephen Toulmin; a segunda, francófona, de que já tratamos, escrita por Chaïm Perelman em coautoria com Lucie Olbrechts-Tyteca. Agora, neste item, discutiremos os postulados que fundamentam a proposta de Toulmin.

O filósofo britânico Stephen Toulmin é o estudioso por trás da teoria do argumento proposta na publicação *Os usos do argumento* (2022 [1958]),⁴⁵ que posteriormente se popularizou pelo nome de Modelo de Toulmin. Nessa obra, o autor se questiona até que ponto a lógica, enquanto uma ciência dita formal, pode ser aplicada numa avaliação crítica de argumentos que são efetivamente usados. Em razão disso, a reflexão construída por ele vai se opondo a um logicismo com vista à investigação de uma argumentação na prática, mais concreta. Para tanto, o autor reconfigura a própria noção de lógica que será defendida na obra.

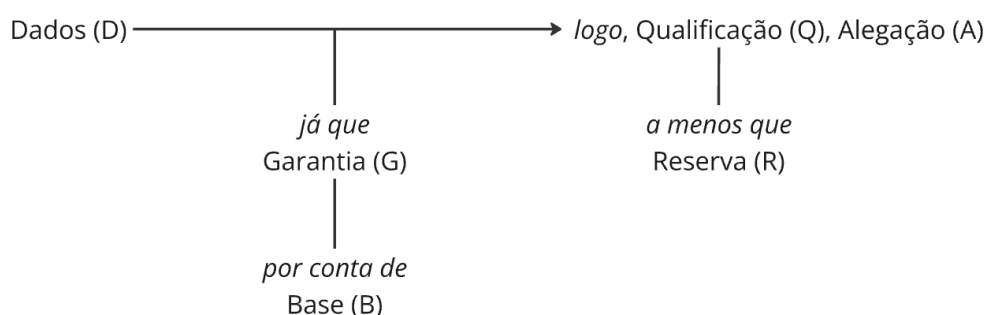
⁴⁵ No original: *The uses of argument*.

Porque a lógica não diz respeito ao *modo* como inferimos, nem às questões de *técnica*; ela se move, em primeiro lugar, por um interesse retrospectivo, justificativo – com os argumentos que podemos apresentar depois, provamos que são aceitáveis as conclusões a que já chegamos, porque nos mostramos capazes de justificar nossas conclusões. (Toulmin, 2022, p. 8)

Essa ideia de *justificação*, como observaremos mais à frente, é um aspecto central para o modelo proposto pelo autor e mesmo para sua definição de argumentação. Por sinal, chama a atenção que em seu livro não se encontre explicitamente formulada uma definição de argumentação. O que o autor faz, com muito rigor, é uma reflexão sobre as fases de composição de um argumento. Uma definição de argumentação só aparecerá publicada vinte anos mais tarde, na obra *An introduction to reasoning* (1984 [1978]), redigida por Toulmin em coautoria com Richard Rieke e Allan Janik.

Nessa segunda obra, a argumentação é definida como “[...] toda a atividade de apresentar alegações, desafiá-las, apoiá-las ao produzir razões, criticar essas razões, refutar essas críticas, e por aí em diante” (Toulmin, Rieke e Janik, 1984, p. 14).⁴⁶ Observe que nessa definição é apresentado um **processo** que, segundo Toulmin, é a chave para que se possa falar em argumentação, isto é, um processo que define a atividade. Contudo, para que essa definição seja mais clara, é preciso que compreendamos o que o autor concebe como argumento e suas fases, isto é, o próprio processo de que havíamos falado. No capítulo “O *layout* de argumentos”, é apresentado ao leitor o seguinte diagrama:

Figura 12 – O *layout* do argumento, segundo Toulmin



Fonte: Toulmin (1958)⁴⁷.

⁴⁶ No original: “[...] the whole activity of making claims, challenging them, backing them up by producing reasons, criticizing those reasons, rebutting those criticisms, and so on.”

⁴⁷ Esse esquema é apresentado a partir da tradução proposta por Gonçalves-Segundo (2023a). Para evitar confusões terminológicas ao leitor desta tese, as eventuais citações a obras de Toulmin serão ajustadas a partir dessa tradução.

Explicaremos o diagrama retomando cada ponto da definição de argumentação dada pelo autor na obra de 1978. Para começar, tem-se que um sujeito apresenta uma alegação (A) e que esta pode, em seguida, ser desafiada, ou questionada.

Nesse primeiro passo, é interessante que se perceba um aspecto que já comentamos anteriormente e um segundo, ambos significativos para entender o modo com a argumentação é compreendida. O primeiro é o fato de que a argumentação se instaura num contexto de discordância (é o ato de pôr em questão), e esse movimento dialético é o que se observa com clareza nessa primeira etapa do Modelo de Toulmin. O segundo é que esse movimento de prever o outro (o desafiador, para Toulmin, aquele que discorda, questiona, refuta) será constante nesse diagrama. Isso certamente não é suficiente para autorizar a afirmação de que a proposta do autor lida com um aspecto comunicacional e interacional. Em verdade, isso elucida a consideração, que será reafirmada posteriormente por outros estudiosos, de que a argumentação é uma atividade necessariamente dialógica. Breton e Gauthier (2001), nesse sentido, refletem que se desenvolver numa situação de inter-relação é característica basilar da argumentação, inclusive, distinguindo-a radicalmente da lógica formal. Nesse sentido, como reflete Freeman (2011), a proposta de Toulmin apenas pressupõe um movimento dialógico.

Retornando à análise do diagrama e da definição de argumentação de Toulmin, o autor reforça que, exceto nos casos em que uma dada alegação (A) é feita de modo irrefletido ou irresponsável, o sujeito que alega deverá ter alguns fatos, os dados (D), a oferecer para apoiar a Alegação apresentada e responder ao primeiro desafio. Concordamos com Gonçalves-Segundo (2020) que esses “fatos”, que pretensamente configuram um estatuto de verdade, consistem apenas em um “efeito discursivo” decorrente das construções languageiras do argumentador. Toulmin (2022 [1958]) diz que é muito possível que, mesmo apresentando os dados, seja solicitado que o argumentador explique a relação estabelecida entre a alegação e os dados apresentados. O que se deseja nesse momento é, portanto, estabelecer a ponte que autoriza a passagem dos dados à alegação. No diagrama, essa ponte é nomeada de garantia (G).

Como avaliam Emediato (2022) e Seixas (2023), há na noção de garantia uma influência da retórica, ou mais especificamente uma reinterpretação do *topos* aristotélico, uma vez que ambos (a garantia e o *topos*) são o que torna justificável a passagem dos

dados à alegação.⁴⁸ Gonçalves-Segundo (2020), por sua vez, reflete que a garantia é o componente responsável pela atribuição de relevância ao dados, e que sua definição gira em torno de duas visões, a primeira tributária das reflexões de Toulmin, Rieke e Janik (1984), e a segunda, de Hitchcock (2017). Assim, a garantia pode ser interpretada como

- (1) “modos *gerais previamente acordados* de se argumentar aplicados a um caso específico” (Toulmin, Rieke e Janik, 1984, p. 45), no qual o “previamente acordado” pode ser lido como pré-legitimado discursivamente.⁴⁹
- (2) “regra geral de licenciamento de inferências”, isto é, procedimentos cognitivos que licenciam a aplicação dessa generalização [apresentada em (1)] a um caso específico.

A garantia, porém, pode ser de vários tipos e conferir diferentes forças às conclusões que justificam. E esse é um fator importante para entender as noções de qualificação (Q) e reserva (R) do diagrama. Isso porque, no julgamento que o argumentador faz, algumas garantias permitirão aceitar uma conclusão sem ressalvas, o que, por conseguinte, permitirá o uso de um qualificador como “necessariamente” em relação à alegação (A); outras podem oferecer uma conclusão mais condicionada, ou com exceção, a reserva (R), o que só permitirá qualificadores como “presumivelmente” ou “provavelmente”. Em síntese, Toulmin (2022, p. 145) diz que “os qualificadores (Q) indicam a força conferida pela garantia a esse passo, e as condições de refutação (R) indicam circunstâncias nas quais se tem de deixar de lado a autoridade geral da garantia”.

Por fim, é acrescentada ao diagrama proposto a noção de base (B). De acordo com o autor, mesmo com a apresentação da Garantia, é possível que o desafiador não esteja satisfeito e ponha em xeque sua aceitabilidade. Para Toulmin (2022), é muito provável que as garantias apresentadas sejam fundamentadas por outros avais, a Base, e estes vão variar de um campo de argumento para outro. Observemos o quadro abaixo:

Quadro 6 – A relação entre garantia e os diferentes tipos de apoio

Garantia (G)	Base (B)	Tipo de base
--------------	----------	--------------

⁴⁸ Esse também é um importante fundamento para Teoria dos Topoi (cf. Anscombe; Ducrot, 1983), considerada a segunda fase da proposta da Argumentação na Língua (ADL), de Oswald Ducrot.

⁴⁹ Tradução de Gonçalves-Segundo (2020). No original: “previously agreed general ways of arguing applied in [a] particular case”

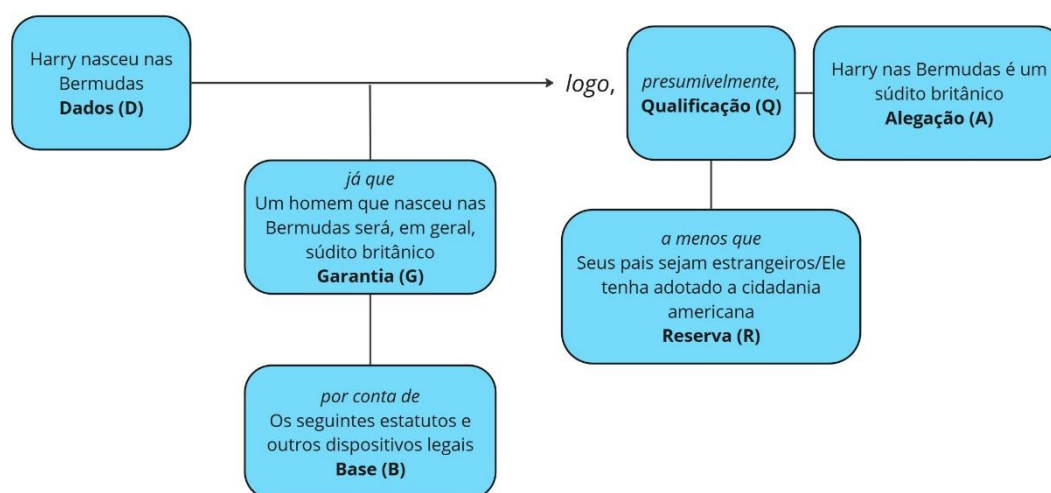
Uma baleia será um mamífero.	Uma baleia será (isto é, é classificável como) um mamífero.	Sistema de classificação taxionômica.
Um árabe-saudita será um muçumano.	Um árabe-saudita será (descobrir-se-á que é) um muçumano.	Estatísticas que registram a relação crença religiosa/ nacionalidade de uma pessoa.
Um bermudense será um britânico.	Um bermudense será (aos olhos da lei) um britânico.	Estatutos que governam a nacionalidade de pessoas nascidas em colônias inglesas.

Fonte: Elaboração com base em Toulmin (2022, p. 149).

Gonçalves-Segundo (2020) reforça, diferentemente do que propõe Toulmin (2022 [1958]), que a noção de Base não se restringe a apoiar apenas a Garantia, mas também outros componentes do argumento, como os Dados – como já discute Langsdorf (2011) – e mesmo as refutações, num processo de “antecipação de resistência”.

A última garantia do quadro 6 é justamente a garantia do exemplo mais corriqueiro do livro, cuja aplicação ao esquema da figura 12 ganha a seguinte forma:

Figura 13 – Modelo de Toulmin aplicado



Fonte: Elaboração com base em Toulmin (2022 [1958]).

Resumidamente temos o seguinte percurso: alega-se que *Harry nas Bermudas é um súdito britânico*; ao se desafiar essa alegação (A), apresenta-se como fundamento o dado (D) de que *Harry nasceu nas Bermudas*. A seleção desse dado tem como fundamento a garantia (G) de que *um homem nascido nas Bermudas será, em geral, um súdito britânico*, que é a lei de passagem do dado à conclusão. A base (B) para essa garantia é o próprio dispositivo legal britânico que define a nacionalidade de pessoas

nascidas em colônias inglesas. Há, no entanto, reservas (R) – seus pais podem ser estrangeiros ou ele pode ter adotado a cidadania americana –, o que leva ao uso do qualificador (Q) *presumivelmente*. Ou seja, Harry nasceu nas Bermudas, então é presumivelmente um súdito britânico, caso não se apliquem as exceções.

O que observamos com a explanação do Modelo de Toulmin é que a definição de argumentação do autor consiste no processo contínuo (o uso da expressão “e por aí adiante” deixa explícito) de construção das fases de um argumento, de forma responsiva a um interlocutor real ou projetado, o que leva ao motor da argumentação: a justificação, a produção de “razões” para fundamentar uma dada conclusão. Concordamos com o autor que a argumentação nasce de certa discordância, mas é preciso salientar que concebemos a ideia de discordância de modo mais brando, como uma simples *divergência*, aspecto constitutivo de todo dizer. Todo discurso responde a outros discursos, divergindo as representações que cada um busca construir sobre as coisas. Isso está, como reforça Amossy (2018), fundamentado pelo pressuposto do dialogismo.

Interessa-nos da proposta de Toulmin, em especial, o *layout* do argumento que ele elabora e que Plantin (2016) nomeia como *célula argumentativa*, termo que adotaremos neste trabalho, mas que reduziremos, assim como faz Plantin (2016) e Gonçalves-Segundo (2023a), à estrutura básica de *dados-garantia-alegação*, nos termos de Toulmin (2022), ou, como trataremos, de *premissa-garantia-tese*.⁵⁰ Com Gonçalves-Segundo (2020), defendemos que, embora o diagrama de Toulmin (2022 [1958]) não dê conta dos relevantes aspectos retóricos da argumentação, os quais, cabe destacar, interessam ao estudo promovido nesta tese, ele é um produtivo instrumento de análise dos aspectos lógicos (e, em certa medida, dialéticos) da argumentação, que recobre importantes dimensões de análise relativas a textos de visada argumentativa.

O estudo pioneiro de Toulmin (2022 [1958]), como veremos, dá base a outras teorias e abordagens, como a da *argumentação integradora*, de Gonçalves-Segundo (2023a), a qual, situada em interface entre os estudos linguísticos e argumentativos, visa integrar diferentes propriedades para o estudo da argumentação numa concepção mais ampliada, mas também, no âmbito da *Análise Textual dos Discursos*, à proposição da

⁵⁰ A partir deste momento da tese, exceto na explanação da sequência argumentativa de Adam (2019), promoveremos uma necessária estabilização terminológica, optando pelos termos *premissa* (em vez de *dado*), *garantia* (em vez de *presunção* ou *suporte*) e *tese* (em vez de *alegação* ou *conclusão*).

sequência argumentativa, de Adam (2019), que discutiremos na última seção deste capítulo.

4.2 A noção de *argumento* na abordagem de Gonçalves-Segundo

A noção de *argumento* e outras correlatas (como *premissa* e *garantia*, por exemplo) não são definidas do mesmo modo no campo da argumentação, muito embora apresentem pontos de aproximação. Nesta seção, trataremos essas noções a partir das reflexões de Gonçalves-Segundo (2023a) em sua perspectiva integradora sobre a *argumentação*. O autor divide as argumentações em duas modalidades de racionalidade: a argumentação prática, orientada pelos processos de decisão acerca de como agir frente a um cenário problemático, e a *argumentação epistêmica*, orientada, por sua vez, à formação e a revisão de crenças no tocante a descrições e avaliações. O autor compreende a argumentação a partir de uma abordagem integradora, que congrega propriedades *sociossemiótica*, *dialética*, *retórica* e *lógica*, e que a define como

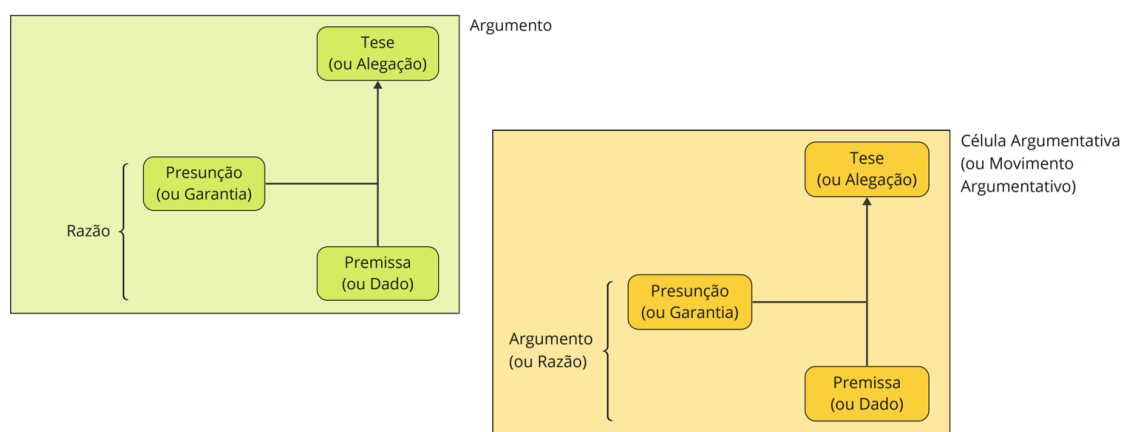
uma **prática sociossemiótica** que congrega propriedades **lógicas** (ligadas à construção da plausibilidade), **retóricas** (vinculadas à visada de influência) e **dialéticas** (voltadas ao gerenciamento do conflito de opinião). Por ser **sociossemiótica**, a **argumentação** manifesta-se, necessariamente, por meio de um conjunto de **recursos semióticos** associados a distintas **modalidades** (verbal, imagética, sonora, gestual, dentre outras); desenvolve-se **interacionalmente**, seja de forma mono, bi ou poligérica, com acordos procedurais mais ou menos sistematizados; e submete-se às coerções das **ordens do discurso**, nomeadamente, aos **discursos**, **gêneros discursivos** e **diálogos argumentativos**, e estilos. (Gonçalves-Segundo, 2023a, p. 23)

O modo como o autor compreende a argumentação certamente não vai na contramão do que refletimos nesta tese, uma vez que concordamos com Gonçalves-Segundo (2023a) sobre os pontos que elenca para definir esse fenômeno. No entanto, há aspectos de diferenciação que precisam ser discutidos. Nesta tese, como discutido anteriormente, partimos de uma noção de argumentação que advém da Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), de Ruth Amossy, e que é redimensionada no âmbito das relações textuais por Cavalcante (2016). É através dela que afirmamos que todo texto tem uma dimensão argumentativa. Fruto dessa concepção, esta pesquisa investe teórica e metodologicamente na noção teórica de *visada argumentativa* (uma noção englobada pela noção de dimensão argumentativa). Embora reconheçamos que a abordagem de Gonçalves-Segundo (2023a) seja mais ampla que as demais perspectivas teóricas com a qual o autor dialoga, ela não considera que todo texto é argumentativo, como temos

defendido ao longo deste trabalho. Isto é, o autor se circunscreve a partir do binarismo *argumentativo* x *não argumentativo*. Assim, pensamos que sua forma de compreender a argumentação talvez esteja restrita ao âmbito do que definimos como a visada argumentativa, mas que, em nossa pesquisa, é acrescida do especial interesse, advindo do campo disciplinar em que nos situamos, nos processos de textualização da argumentação.

Nesta seção, interessa-nos discutir especialmente a reflexão que Gonçalves-Segundo (2023a, 2024) faz sobre a propriedade lógico-inferencial do argumento, ou seja, no funcionamento do raciocínio argumentativo. Concordamos com o autor quando define *argumento* como “uma unidade de fundamentação de uma tese” (Gonçalves-Segundo, 2024, p. 198). Neste trabalho, optamos terminologicamente por compreender o *argumento* (e por assim nomeá-lo, em vez de usar a expressão *razão*) apenas pela estrutura composta por *premissa* e *garantia* (destacada em amarelo na figura 14). No entanto, para ser coerente com a proposição do autor e com seu método de análise, que apresentaremos a seguir, consideraremos a *tese* como parte do argumento, o que se verá refletido em quadros e figuras de reconstrução de raciocínios desta seção.

Figura 14 – Diferenças terminológicas em relação à noção de argumento

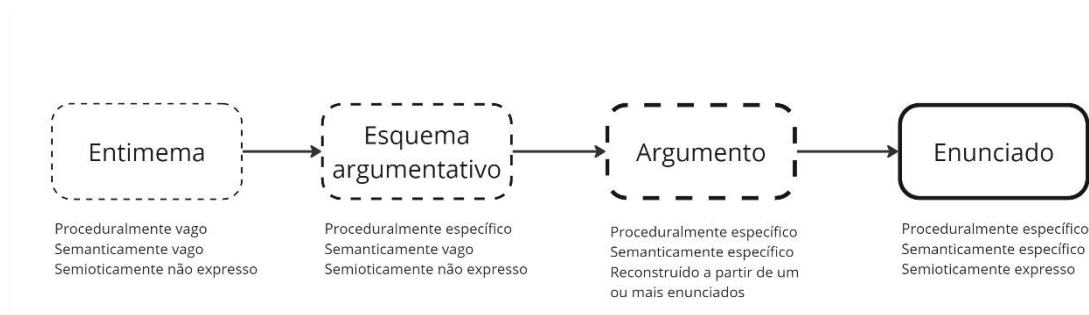


Fonte: Gonçalves-Segundo (2023a).

Para Gonçalves-Segundo (2023a, p. 223), o argumento é uma instância de um *esquema argumentativo*, definido como “padrões de raciocínio argumentativo presuntivo, ou seja, revogável, dotados de uma estrutura inferencial abstrata socialmente consolidada e reconhecida como apta a gerar uma presunção a favor de uma dada tese”. Se fala em estrutura *abstrata*, é porque o autor considera que há um *continuum*, que vai do abstrato

ao concreto, na constituição dessa unidade de fundamentação de uma tese, isto é, o argumento, que é assim representado pelo autor.

Figura 15 - O *continuum* de unidades de fundamentação à tese



Fonte: Elaborado a partir de Gonçalves-Segundo (2023a).

Na figura, temos o **raciocínio argumentativo entimemático**, composto pela estrutura abstrata do argumento (*premissa*, *garantia* e *tese*), que já discutimos anteriormente com base em Toulmin (2022 [1958]) e nas reflexões posteriores (Gonçalves-Segundo, 2020, 2023b; Emediato, 2022); o **esquema argumentativo**, ainda abstrato, mas proceduralmente mais específico, que pode ter estruturas distintas, que Gonçalves-Segundo (2023a) discute e expande especialmente com base na tipologização dos esquemas argumentativos de Walton, Reed e Macagno (2008);⁵¹ o **argumento**, este sim mais específico procedural e semântico-discursivamente, que é reconstruído pelo analista; e, por fim, o **enunciado**, isto é, o uso efetivo do argumento.

Há um aspecto nessa representação que precisa ser observado do ponto de vista do campo disciplinar em que nos situamos, a Linguística Textual. O “enunciado” de que trata o autor em seus estudos tanto pode equivaler à unidade texto quanto pode equivaler a segmentos do texto, o que vai depender do modo em que a argumentação se textualiza – observe como se descreve ao lado de “Argumento” que ele pode ser reconstruído “a partir de um ou mais enunciados”. Considerando que nosso objeto de estudo é o *texto*, e que este é definido como *enunciado* no sentido dado a esse termo por Brait (2016), isto é, como uma unidade de comunicação e de sentido em contexto, para evitar confusões terminológicas, diferentemente do autor, não nos valeremos da

⁵¹ Veremos, nesta seção, especificamente o desenvolvimento do esquema argumentativo pragmático (por consequências negativas).

expressão *enunciado*, optando por *texto* ou *segmento e trecho* quando o objetivo for destacar partes das expressões explicitadas no contexto, em qualquer que seja a semiose.

Para verificarmos a aplicação analítica da proposta de Gonçalves-Segundo (2023a, 2024), partiremos da análise do texto a seguir.

Exemplo 8 – Advertência sanitária na embalagem de cigarro



Fonte: Governo Federal/Anvisa. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/advertencias-sanitarias/in-no-271-2023/imagens-de-advertencia/formato-maco-50-x-83mm/envelhecimento.jpg/view>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Esse texto compõe o conjunto de nove advertências sanitárias, reformuladas em 2023, que circula no verso das embalagens de maço de cigarro vendidas no Brasil. Essa medida tornou-se obrigatória na legislação brasileira em 1988 e foi ampliada em 2001 a partir da determinação do uso integral do verso dos maços de cigarro comercializados no país para alertar os usuários sobre os riscos do consumo do cigarro.

A advertência do texto do exemplo 8 trata da consequência do envelhecimento precoce dos tabagistas. O locutor/enunciador principal (L1/E1) é, neste caso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, que assume a responsabilidade desse dizer. Com o uso da expressão dêitica “Você”, L1/E1 convoca o interlocutor, que ele projeta como o tabagista ou pretense tabagista, para a cena enunciativa, na qual se destaca o processo de envelhecimento, tanto por expressões

verbais (Você envelhece) quanto por expressões imagéticas (a imagem de uma pessoa supostamente nova, mas com aparência envelhecida). Essa estratégia, do uso da expressão dêitica “Você” seguida de um verbo, é o mote de todas as demais advertências do conjunto da campanha (Você *sofre, adocece, envelhece, prejudica, brocha, infarta, morre, adocece*). Note-se que todos os verbos escolhidos no processo de construção dessas advertências são valorados negativamente, o que se dá, inicialmente, pelo aspecto semântico do verbo, mas também pelos valores doxais nos quais se aposta que o interlocutor adere – no caso do exemplo 8, atribui-se valor negativo ao envelhecimento, muito embora saibamos que o foco argumentativo recai sobre um tipo específico de envelhecimento, o precoce.

Muito mais que defender o PDV de que o cigarro (isto é, seu consumo) causa envelhecimento precoce, o que poderia ser visto no texto como um PDV central ou mesmo a tese, o que se firma, de fato, como tese no texto é a ideia de que não se deve fumar, o que é plausível na relação intertextual que se estabelece com as demais advertências de que tratamos anteriormente – todas elas se orientam argumentativamente à mesma tese. Assim, o trecho verbal “Este produto causa envelhecimento precoce” constitui, na verdade, como uma das premissas do argumento desenvolvido, conforme veremos na representação do raciocínio argumentativo do texto (figura 16).

Toda tese, como explica Gonçalves-Segundo (2024), responde necessariamente a uma *questão argumentativa*, que é geralmente implícita e reconstruída pelo pesquisador no processo de análise. Uma tese, portanto, é uma resposta possível, que naturalmente se opõe, em princípio por incompatibilidade, a outra(s) resposta(s) à mesma questão. Quando essa tese é fundamentada, isto é, defendida por um locutor/enunciador principal (L1/E1), a unidade mínima dessa fundamentação é o argumento (ou, em nossos termos, célula argumentativa). Assim, Gonçalves-Segundo (2024, p. 204) define o argumento como “uma unidade de fundamentação de uma resposta a uma questão argumentativa”.⁵²

Retornando ao exemplo, podemos nos perguntar a que questão argumentativa a tese proposta por L1/E1 (Não se deve fumar) responde. Diríamos que a questão

⁵² Retomando a discussão que fizemos no capítulo 2 desta tese, para nós, *tese* e *questão argumentativa* são noções teóricas circunscritas apenas à *visada argumentativa*, uma vez que entendemos que a argumentatividade, em suas mais variadas formas, não pode estar condicionada à emergência de uma questão argumentativa, como discutem Plantin (2016) e outros autores.

argumentativa a que a tese responde é: *deve-se fumar?* Essa questão é um caso de **questão argumentativa prática**, cujas respostas consistem, de acordo com Gonçalves-Segundo (2023a), em propostas de ação orientadas a comprometer o outro, a si mesmo ou ambos a (decidir) fazer algo. No caso do exemplo 8, a fumar ou a não fumar. A resposta dada pelo L1/E1 à questão é uma **tese prescritiva**, que, embora não enunciada explicitamente, textualizamos como *Não se deve fumar*. Gonçalves-Segundo (2023a, p. 275) reflete que “a tese prescritiva não precisa ser enunciada, pois ela pode ser inferida da ativação do esquema pragmático”. Neste caso, tem-se uma tese prescritiva negativa fundamentada em um argumento de consequências negativas. Em um nível abstrato, isto é, no nível do *esquema argumentativo*, é este o raciocínio que se desenvolve no exemplo 8.

Quadro 7 - Esquema argumentativo pragmático (por consequências negativas)

Premissa de causa e efeito	Se o curso de ação <i>a</i> for tomado, então o efeito <i>b</i> ocorre.
Premissa de valor	O efeito <i>b</i> é um resultado indesejável.
Garantia	Se um efeito é indesejável, então não se deve provocar o evento que o causa.
Tese prescritiva	O curso de ação <i>a</i> não deve ser tomado.

Fonte: Gonçalves-Segundo (2023a).

No nível do *argumento*, mais concreto, porque já adicionado de especificidade semântico-discursiva e reconstruído com base no texto, tem-se:

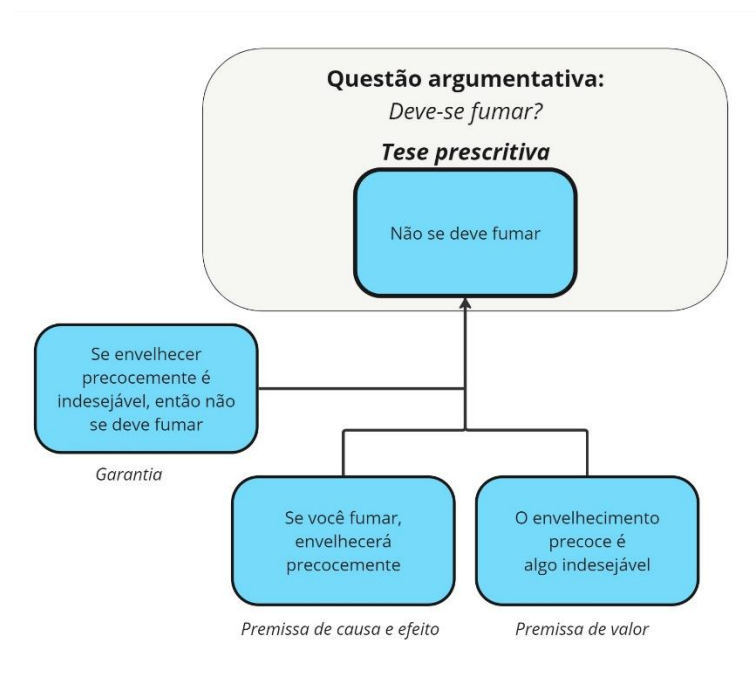
Quadro 8 - Argumento por consequências negativas do exemplo 8

Premissa de causa e consequência	Se você fumar, envelhecerá precocemente.
Premissa de valor	O envelhecimento precoce é algo indesejável.
Garantia	Se envelhecer precocemente é indesejável, então não se deve fumar.
Tese prescritiva	Não se deve fumar.

Fonte: Elaboração do autor.

Por sua vez, a representação em diagrama do raciocínio argumentativo desenvolvido no exemplo se dá da seguinte forma.

Figura 16 - Diagrama do argumento de consequências negativas do exemplo 8

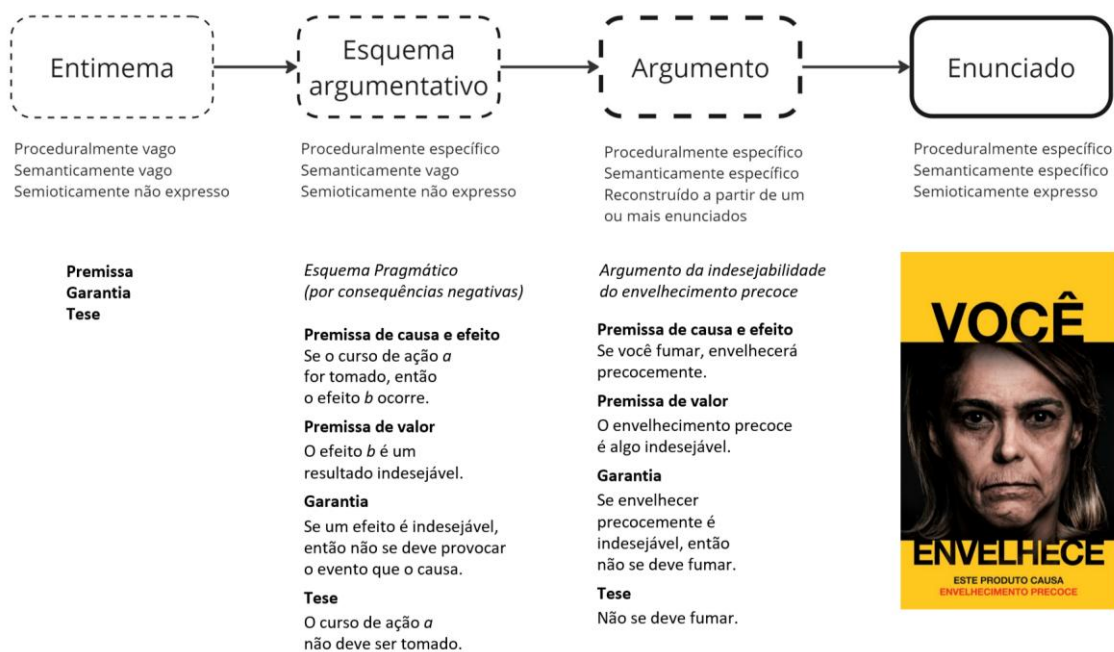


Fonte: Elaboração do autor.

Para fundamentar a **tese prescritiva** de que *Não se deve fumar*, o locutor/enunciador principal (L1/E1) mobiliza um argumento de consequências negativas, que se constrói com base numa **premissa de causa e efeito** (Se você fumar, envelhecerá precocemente) e numa **premissa de valor** (O envelhecimento precoce é algo indesejável). Ambas recebem atribuição de relevância para sustentar a tese a partir da **garantia** (Se envelhecer precocemente é indesejável, então não se deve fumar). Como reflete Gonçalves-Segundo (2024, p. 208), “é apenas quando uma premissa aceitável se combina a uma presunção [garantia] relevante que se configura uma razão capaz de atribuir plausibilidade à tese”.

Se retomarmos o continuum da figura 15 aplicado ao exemplo 8, temos a seguinte construção do raciocínio argumentativo, da abstração à concretude:

Figura 17 - *Continuum* da unidade de fundamentação à tese aplicado ao exemplo 8



Fonte: Elaboração do autor com base em Gonçalves-Segundo (2024).

Nesta tese, como se observará no capítulo 6, não investimos analiticamente na especificidade procedural dos esquemas argumentativos, como faz Gonçalves-Segundo (2023a). Por isso, procedemos analiticamente nos níveis mais concretos desse *continuum*, isto é, nos níveis do argumento e do enunciado, os quais, diferentemente do esquema argumentativo, são semântica, discursiva e textualmente específicos, embora saibamos que o processo de reconstrução dos raciocínios argumentativos por parte do analista envolve a consideração de todo o *continuum*. Por consequência, não objetivamos descrever e classificar, como faz o autor, os diferentes tipos de questão argumentativa (quanto ao grau de abertura – *aberta* ou *fechada* – e quanto à natureza da questão – *epistêmica* ou *prática*), de premissas (*causa e efeito*, *valor* etc.), e de teses (*descritiva*, *prescritiva* e *avaliativa*).

Da proposta de Gonçalves-Segundo (2023a), esta pesquisa se vale, inicialmente, (i) da consideração de que, pelo menos no âmbito da visada argumentativa, a argumentação compõe-se de propriedades sociosemiótica, dialética, retórica e lógica, que, para nós, se interrelacionam nos processos de textualização; (ii) da noção de argumento e da rigorosa estabilização terminológica e conceitual que o autor promove dos termos que envolvem essa noção; e, por fim, (iii) da metodologia de reconstrução dos raciocínios argumentativos a partir de diagramas (que se adapta aos objetivos desta pesquisa, conforme descreveremos no capítulo de metodologia), considerando que,

embora não sejam obrigatórios para a compreensão da orientação argumentativa dos textos com visada argumentativa, contribuem significativamente para elucidar a estrutura do(s) raciocínio(s) argumentativo(s) do(s) texto(s), a qual, em grande medida, não é explicitada no cotexto, mas, pelas pistas textuais, pode ser reconstruída pelo analista.

4.3 A proposta da *sequência argumentativa* de Adam

Jean-Michel Adam (2019 [1992], p. 146), ao discutir o aspecto da argumentação no quadro-base de sua Análise Textual dos Discursos (ATD), diz que

Se definirmos a argumentação como a construção por um enunciador de uma representação discursiva (módulo N6), visando a modificar a representação de um interlocutor a respeito de dado objeto de discurso, podemos considerar o objetivo argumentativo em termos de visada ilocutória (módulo N8).

Pautado essencialmente numa perspectiva pragmática, esse posicionamento não obteve o mesmo investimento de Adam que a proposição teórica com ênfase na composicionalidade do texto, isto é, as diferentes estruturas de organização textual, chamadas de *sequências textuais*. Para o autor, “a hipótese do todo argumentativo é válida apenas no nível da teoria pragmática geral: uma narração, uma descrição, uma explicação têm muito frequentemente a função global de argumentar” (Adam, 2016, p. 296).

Uma discussão da proposta de Adam tem lugar nesta tese por pelo menos duas razões evidentes. A primeira delas é a indiscutível ressonância dessa proposição teórico-metodológica nos estudos da LT no Brasil, que pode ser percebida, a título de ilustração, nos destacados trabalhos de Bezerra, Biasi-Rodrigues e Cavalcante (2009), Cavalcante *et al.* (2007), Marquesi, Elias e Cabral (2017) e Pauliukonis e Cavalcante (2018). A segunda delas, discutida nesta seção, são os pontos de contato e afastamento entre a sequência textual argumentativa, de Adam (2019), e o modo como concebemos a visada argumentativa, especialmente em suas manifestações textuais mais marginais.

As sequências textuais são, grosso modo, estruturas composicionais dos textos, ou, nos termos de Pauliukonis e Cavalcante (2018), modos de organização do texto. Adam (2019) descreve cinco delas – descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa e dialogal –, além dos textos de incitação à ação, que suplanta a sequência injuntiva, pelo aspecto demasiadamente heterogêneo da organização desses textos.

Em prol do que objetivamos nesta seção, discutiremos exclusivamente a *sequência argumentativa*, categoria teórico-analítica ainda amplamente mobilizada em estudos sobre argumentação textual (Luz, 2020; Gonçalves, 2022; Rocha, 2023). Esses

trabalhos não ignoram o princípio de que a argumentatividade atravessa todo uso da linguagem e até citam Amossy (2018), mas tampouco investem nessa discussão, voltando-se particularmente ao estudo da argumentação em textos por meio da sequência textual argumentativa. Esse aspecto se revela, inclusive, no uso de expressões “texto argumentativo” ou “gênero argumentativo”, como também faz, por exemplo, a BNCC, as quais retomam um binarismo já superado na perspectiva teórica de Amossy, ao opor textos argumentativos a não argumentativos. Em geral, quando esses termos são empregados, referem-se a textos cuja sequência dominante é a argumentativa. Alguns teóricos já reconhecem, entretanto, que esse modo de organização não pode ser reconhecido como a totalidade da manifestação da argumentação nos textos, mesmo que concordemos que essa sequência favoreça “a explicitação de pontos de vista opostos, que entram em debate para chegar a uma opinião central a ser defendida” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 97), o que é um modelo prototípico do que se concebe por argumentação.

Por isso, como já discutimos, não nos contrapomos à ideia de que os textos cuja sequência dominante é a argumentativa são textos de visada argumentativa (Cavalcante, Pinto e Brito, 2018). No entanto, esta pesquisa defende que alguns textos que não têm a dominância da sequência argumentativa também podem se enquadrar numa visada argumentativa. Isso porque, para nós, a visada argumentativa se institui no texto quando a potencialidade argumentativa mobilizada pelo locutor/enunciador principal (L1/E1) faz emergir um *PDV central*, que se firma como *tese* quando é amparado por um ou mais *argumentos*, os quais podem estar parcialmente explícitos ou integralmente implícitos em textos cuja dominância sequencial nem sempre será a argumentativa.

Em diálogo com estudiosos do texto e da argumentação, Adam (2019) afirma que alguns encadeamentos de proposições enunciadas⁵³ podem ser analisados por uma interpretação argumentativa, a partir da relação “dados (premissas) PORTANTO conclusão”. Para Apothéloz *et al.* (1984), esse encadeamento forma uma “unidade argumentativa de base” a partir do instante em que se sente um “efeito de encerramento”. Além disso, Borel (1991), a quem Adam também cita, reflete que um enunciado⁵⁴ por si só não pode ser visto como argumento nem como conclusão, pois é somente na relação que estabelece com outro enunciado que ele adquire esse *status* argumentativo.

⁵³ O uso de “enunciadas” objetiva marcar a ideia de um uso concreto, em oposição à ideia de proposição como concebida pelos estudos da lógica.

⁵⁴ Nesse contexto, a expressão “enunciado” também tem a ambiguidade observada anteriormente em Gonçalves-Segundo (2023a), ora equivalendo ao todo do texto, ora equivalendo a segmentos do texto.

Chamado de modos distintos pelos teóricos, seja como “unidade argumentativa de base” (Apothéloz *et al.*, 1984), “esquema de base da argumentação” (Adam, 2019), “unidade básica da análise argumentativa” (Doury, 2016), seja como “célula argumentativa” (Plantin, 2016), essa relação de encadeamento advém do Modelo de Toulmin, que apresentamos e discutimos anteriormente neste capítulo. Toulmin (2022) considera como componente dessa unidade (que estamos aceitando chamar de *célula argumentativa*) a “lei de passagem”, a “garantia” ou “*topoi*”,⁵⁵ que nesta tese consideraremos sempre como pertencente ao universo da *doxa*. Essa ressalva é importante, porque se opõe, por exemplo, à perspectiva da semântica argumentativa iniciada por Anscombe e Ducrot (1983) e atualmente desenvolvida por Carel (2011) e outros pesquisadores, que abandonou a noção retórica de *topoi* em prol da defesa de que a passagem da premissa à conclusão é autorizada exclusivamente por elementos da língua (daí vem o nome inicialmente dado à teoria, Argumentação na Língua).

Apothéloz e Miéville (1989, p. 248), a quem Adam cita em sua reflexão, ressaltam situações em que um “segmento de texto” aparece como um argumento “em favor da enunciação de um outro segmento do mesmo texto”. Esses segmentos têm extensões variadas, correspondendo ora a um enunciado, ora a um encadeamento de enunciados. Vejamos um exemplo apresentado por Adam (2019) que nos ajuda a compreender esses encadeamentos que podem ser encontrados nos textos.

Exemplo 9 – Versos 371 a 386 da cena 2 do ato II de Bérénice

PAULIN

³⁷¹ Não duvide disso, Senhor. Seja razão, seja capricho,
Roma não a imagina como sua Imperatriz.
Sabe-se que ela é charmosa; e tão belas mãos
Parecem vos pedir o império dos humanos.

³⁷⁵ Ela tem até, dizem, o coração de uma Romana;
Ela tem mil virtudes. Mas, Senhor, ela é rainha.
Roma, por uma lei que não se pode mudar,
Não admite com seu sangue nenhum sangue estrangeiro,
E não reconhece os frutos ilegítimos

³⁸⁰ Que nascem de um hímene contrário às suas máximas.
Aliás, vós sabeis, banindo seus reis,
Roma a esse nome tão nobre e tão santo outrora,
Uniu para sempre um ódio poderoso;
E, apesar de fiel a seus Césares, obediente,

³⁸⁵ Esse ódio, Senhor, permanece seu orgulho,
Sobrevive em todos os corações depois da liberdade.

⁵⁵ Para o propósito desta tese, consideramos as expressões “lei de passagem”, “regra de inferência”, “*topoi*” e “garantia” como sinônimos, cientes de que essas terminologias comungam de um mesmo propósito no raciocínio argumentativo.

Fonte: Adam (2019).

Esse trecho corresponde aos versos 371 a 386 da cena 2 do ato II de *Bérénice*, do dramaturgo francês Jean Racine. Dele, Adam mostra que se pode abstrair dois tipos de estruturas argumentativas básicas, sendo ou um *raciocínio regressivo* (Conclusão, PORQUE Dado-Argumento), ou um *raciocínio progressivo* (Dado-Argumento, PORTANTO Conclusão).⁵⁶ As reflexões sobre raciocínio regressivo e progressivo, cabe salientar, se encontram em diversos autores, como Apothelóz e Miéville (1989), Borel (1991) e Grize (1996). Essa maneira de classificar se pauta na disposição da tese e dos argumentos no arranjo textual. A diferença entre essas formas, como se pode perceber, se dá pela ordem do movimento argumentativo. A respeito disso, Adam (2019, p. 150) diz que

Devemos, portanto, admitir a existência de um modo particular de composição ligando enunciados segundo uma ordem progressiva: [*dados* > [inferência] > *conclusão*], ou segundo uma ordem regressiva: [*conclusão* > [inferência] > *dados*]. Na ordem progressiva [e1 > PORTANTO e2], o enunciado linguístico é paralelo ao movimento do raciocínio: “*Extrai-se* ou *se faz seguir* uma consequência do que a precede, ao mesmo tempo, textual e argumentativamente” (Borel, 1991, p. 78). Na ordem regressiva [e1 < PORQUE < e2], a linearidade do enunciado linguístico é o inverso do movimento: “*Justifica-se* uma afirmação que textualmente é anterior, mas que, argumentativamente, vem em seguida (Borel, 1991, p. 78).

Apothelóz e Miéville (1989) ressaltam que a ordem dos argumentos é mais frequentemente regressiva do que progressiva, ou seja, que há uma tendência, na organização do dizer, de se afirmar algo e, só depois, justificar e explicar essa afirmação. Retornemos às duas possibilidades de raciocínios do trecho da obra de Racine:

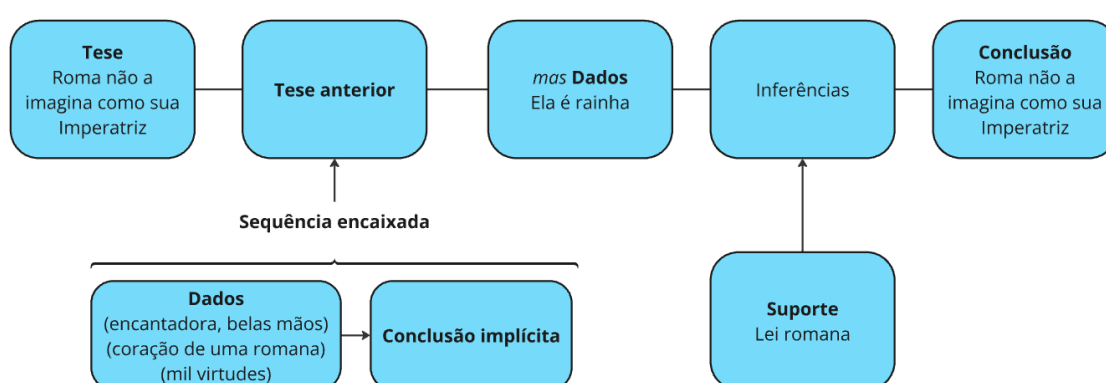
- Bérénice é rainha (p), PORTANTO Roma não a imagina como sua Imperatriz (q).
- Roma não imagina Bérénice como Imperatriz (q), POIS ela é rainha (p).

Em ambos os casos, a passagem do dado (Bérénice é rainha) para a conclusão (Roma não a imagina como imperatriz) se ancora na regra de inferência, que se encontra

⁵⁶ Neste ponto, cabe diferenciar as noções de *raciocínio retrospectivo* e *prospectivo*, na perspectiva dos estudos da argumentação, e de raciocínio *progressivo* e *regressivo*, na perspectiva dos estudos textuais. Nas teorias da argumentação, *raciocínio retrospectivo* (como se vê no Modelo de Toulmin) é aquele que parte da tese para sua posterior defesa, enquanto o *raciocínio prospectivo* é aquele utilizado para se chegar a uma conclusão (que não precisa ser uma tese). Já quando falam em raciocínios regressivos e progressivos, tanto Adam (2019) quanto Apothelóz e Miéville (1989) estão se referindo, como ressaltamos no corpo do texto, apenas à disposição dos argumentos e da tese no ordenamento de enunciação no texto.

explicitada entre os versos 377 a 379: “Roma, por uma lei que não se pode mudar, não admite com seu sangue nenhum sangue estrangeiro, e não reconhece os frutos ilegítimos”. Adam também salienta que há uma restrição (ou refutação) que se apresenta nos versos 373 a 376: “Sabe-se que ela é charmosa; e tão belas mãos parecem vos pedir o império dos humanos. Ela tem até, dizem, o coração de uma Romana; Ela tem mil virtudes.”, complexificando o raciocínio argumentativo que se desenvolve. Esse esquema é representado pelo autor do seguinte modo:

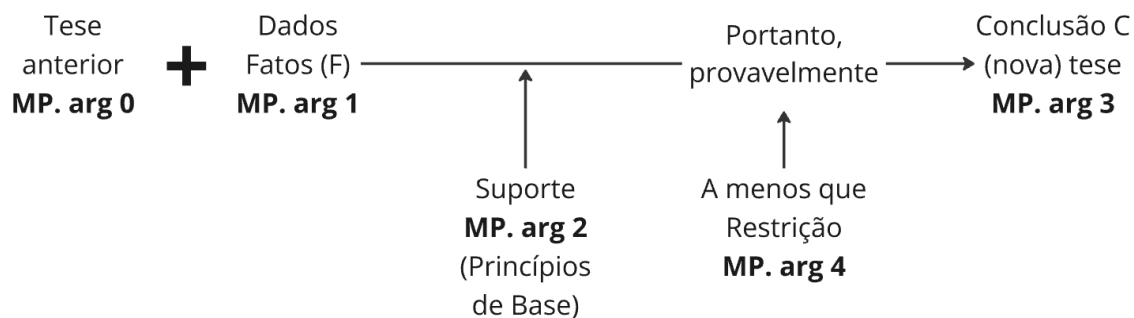
Figura 18 – Sequência argumentativa de trecho de “Bérénice”, de Jean Racine



Fonte: Adaptado de Adam (2019).

Neste caso, Adam (2019) considera que a restrição se configuraria como uma sequência encaixada que levaria à conclusão implícita “Roma a imagina como sua Imperatriz”, mas que é recalculada pelo dado “Ela é rainha”, que leva à conclusão oposta, sustentada pela legislação romana. O esquema apresentado por Adam, no qual já se observam modificações em relação ao Modelo de Toulmin, dá indícios sobre o modo como ele vai definir as macroproposições da sequência argumentativa, que também representará um salto rumo à análise da composição do texto como um todo, o que particulariza a proposta do autor frente às demais. Embora, em dado momento, Adam equipare a noção de “célula argumentativa” à de sequência argumentativa, nesta pesquisa, diferenciamos essas noções teóricas, reservando à noção de *célula argumentativa* a estrutura básica de fundamentação de uma tese, composta por premissa e garantia, e à noção de *sequência argumentativa* a estrutura composicional, aplicada ao modo de organização do texto, definida por Adam (2019), que assim é apresentada em sua obra:

Figura 19 – A sequência argumentativa



Fonte: Adam (2019).

Partindo de um princípio dialógico, Adam reserva, em seu esquema prototípico da sequência argumentativa, dois momentos para a contra-argumentação (as macroproposições 0 e 4) e define o esquema de base a partir das demais macroproposições (1, 2 e 3), as mesmas da estrutura que definimos para a célula argumentativa. O autor reforça que esse esquema, sendo um modelo prototípico, não fixa uma ordem linear imutável, de modo que as macroproposições podem surgir no texto em ordens diferenciadas, como também podem não estar todas explicitadas no cotexto. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à célula argumentativa: nem sempre os elementos que a compõem são convocados a aparecer na superfície multimodal do texto.

Para verificarmos como a sequência argumentativa se manifesta no texto, conforme as reflexões de Adam (2019), analisaremos um exemplo – um card da campanha Movimento Vacina Brasil, promovido pelo Ministério da Saúde do Brasil em 2020. Adiantamos que esse exemplo é um pouco controverso quanto à questão sequencial, de modo que, a partir dele, já apresentaremos as dificuldades quanto à análise da argumentatividade quando se elege unicamente o parâmetro da composicionalidade.

Exemplo 10 – Campanha Movimento Vacina Brasil do Ministério da Saúde



Fonte: Governo Federal/Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3938713839480536&set=pcb.3938714102813843>. Acesso em: 26 abr. 2025.

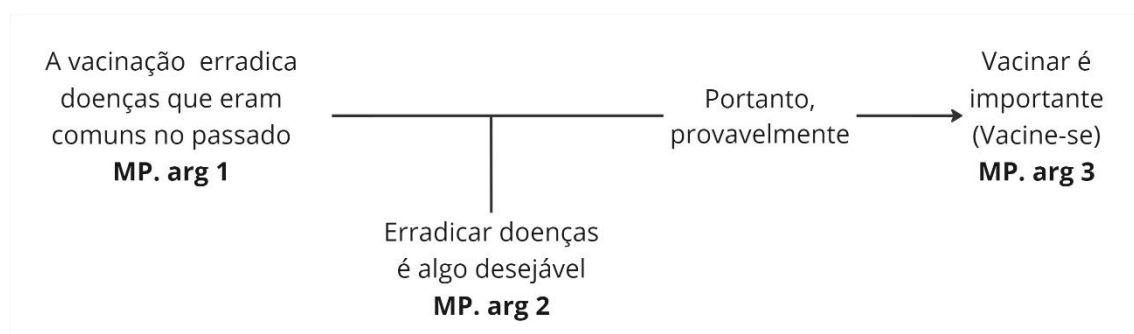
O card é composto por uma pergunta, destacada no topo, sobre porque é importante se vacinar. A resposta, disposta especialmente abaixo, explica que a vacinação no Brasil e no mundo ajudou a erradicar doenças como poliomielite e rubéola. O exemplo é controverso, como dissemos anteriormente, porque, de início, nos desafia a refletir, mesmo se admitido uma frequente heterogeneidade sequencial dos textos, se estamos diante da dominância de uma sequência textual explicativa ou argumentativa. Cavalcante (2012, p. 69) diz que a *constatação inicial*, primeira fase da sequência explicativa, é uma “afirmação que se apresenta como incontestável” e que “este é um dos traços que mais distinguem esta sequência da argumentativa”. Esse aspecto é reforçado em Pauliukonis e Cavalcante (2018, p. 76) quando dizem que “o texto explicativo transmite um saber, não para influenciar o interlocutor a aderir a um ponto de vista, tampouco para modificar suas crenças e convicções, como faz a sequência argumentativa”.

No caso do exemplo 10, embora não tenhamos uma constatação inicial propriamente dita, podemos supor que a *problematização*, segunda fase da sequência explicativa, contém a constatação inicial, pois, ao passo que pergunta “Por que é importante se vacinar?” também afirma que é importante vacinar. Esse aspecto pode ser observado se redigirmos o texto do seguinte modo: “Vacinar é importante. Por quê?”.

Acerca da reflexão que fazem Cavalcante (2012) e Pauliukonis e Cavalcante (2018), podemos nos questionar, em tempo de grande propagação de desinformação e de um contexto da “pós-verdade”, se hoje é possível dizer com segurança que, em termos de construção de sentido e da natural instabilidade de objetos de discurso, há mesmo afirmações “incontestáveis”, que dispensariam a tentativa de persuasão por parte do locutor/enunciador principal (L1/E1). Cabe ressaltar que não queremos com essa reflexão negar a existência de textos com sequência explicativa, mas considerar que ela possa frequentemente estar imbuída de grande potencial argumentativo, o que, unicamente pelo aspecto da composicionalidade, poderia nos causar dificuldade de apreensão. De todo modo, considerar, com base em Pauliukonis e Cavalcante (2018, p. 72), que “o texto explicativo tem uma base informativa, mas se caracteriza pela vontade de fazer compreender os fenômenos”, nos faz afirmar que o exemplo 10 apresenta uma sequência argumentativa, uma vez que não se preocupa a explicar um dado fenômeno.

Assim, no caso do exemplo que apresentamos, podemos dizer que o L1/E1, o Ministério da Saúde, mais que explicar a importância da vacina com base em fatos, visa persuadir o interlocutor para que ele não só reconheça a importância da vacinação, mas também, em termos práticos, se vacine – afinal não é este o objetivo maior de uma campanha de vacinação promovida pelo governo? Desse modo, considerando a classificação do texto quanto à visada argumentativa, não temos dúvida que o exemplo 10 é um texto até bastante prototípico de visada argumentativa. A sequência argumentativa do texto, nos termos de Adam, se desenvolve no seguinte modo:

Figura 20 – A sequência argumentativa do exemplo 10



Fonte: Elaboração do autor.

No exemplo 10, tem-se como a macroproposição argumentativa 1 (o dado, nos termos de Adam) a informação de que a “Vacinação erradica doenças que eram comuns no passado”. A ideia de erradicação é manifestada pela expressão “deixaram de

ser um problema de saúde pública”. A macroproposição argumentativa 2 (o suporte, para Adam) está apenas implícita, que é o aspecto valorativo dado à erradicação de doenças – “Erradicar doenças é algo desejável”. Esse suporte faz a passagem dos dados à conclusão de que “Vacinar é importante” ou que o interlocutor deve se vacinar. O texto do exemplo 10 é composto unicamente pelas três macroproposições principais, que Adam (2019) como nível “justificativo”, não havendo o nível que o autor nomeia como “dialógico ou contra-argumentativo”, isto é, com as macroproposições 0 e 4.

Quando nos encaminhamos a exemplos mais controversos, passamos a observar que tanto o elevado grau de implicitude da trama argumentativa, que exige ainda maior grau de inferência por parte do interlocutor e do analista, quanto a assimetria entre o(s) argumento(s) reconstruído(s) e o que de fato se observa na materialidade do cotexto complexificam a análise da argumentatividade se pautada exclusivamente pelo aspecto composicional do texto. Observemos o seguinte exemplo.

Exemplo 11 – Propaganda em outdoor do Uber Moto



Fonte: Arquivo pessoal.

O texto do exemplo 11 é uma propaganda em outdoor da Uber, especificamente de seu serviço nomeado Uber Moto, que começou a ser usado no Brasil em 2020. Nele, vemos um questionamento: “Esperar no ponto ou chegar em ponto?”, seguido apenas da marca “Uber Moto”. Completa o anúncio uma fotografia, na lateral esquerda, de um motorista de moto com um uma pessoa na garupa.

Se pensarmos apenas no aspecto da composicionalidade, como avaliamos um texto tão curto, que praticamente é composto por uma pergunta e uma fotografia? Afirmaríamos facilmente que estamos diante de uma sequência argumentativa? Onde se encontram desenvolvidas as macroproposições argumentativas do texto, de acordo com o Adam? De antemão, com essas perguntas retóricas, buscamos destacar não só a dificuldade de enquadrar o referido texto a partir de sua composicionalidade, como também a insuficiência do critério composicional para a apreensão do raciocínio argumentativo desenvolvido nele. Para entendermos sua complexidade argumentativa, é preciso que percebamos as pistas que ele dá, mas que também tentemos destrinchar a orientação argumentativa proposta pelo locutor/enunciador principal (L1/E1), que é direcionada, por sua vez, pelo raciocínio argumentativo que a subjaz e que precisa ser reconstruído.

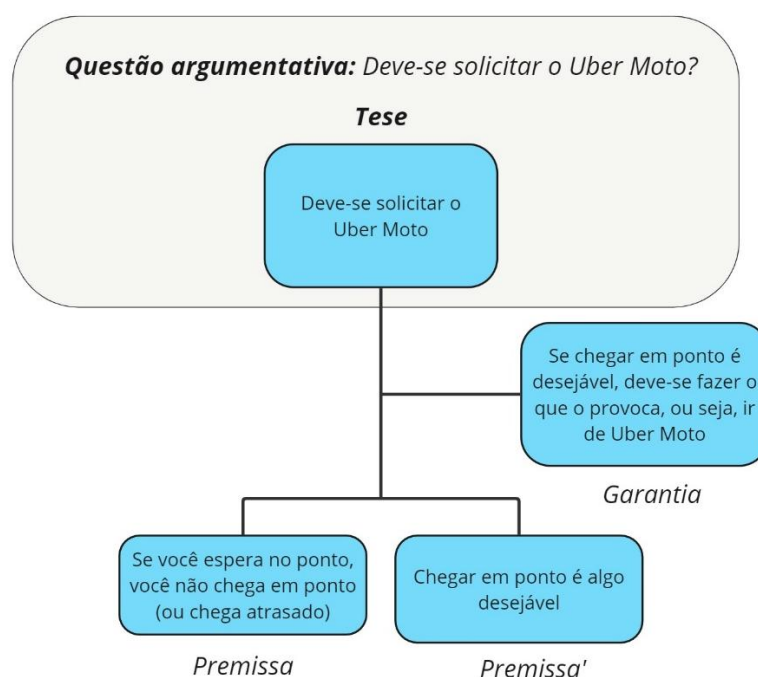
Observemos, por exemplo, que o anúncio tem a preponderância das cores preto e branco, que são as cores da marca Uber. No entanto, destaca-se em azul a primeira opção oferecida pelo questionamento: “Esperar no ponto”. Temos, nesse caso, um destaque “às avessas”, pois o que o anúncio quer mesmo destacar é a segunda opção, “chegar em ponto”, e faz isso dando a cor da marca (o branco) à opção que ele deseja que o interlocutor adira. O que o L1/E1 pretende, nesse texto, é apresentar uma situação específica e bastante corriqueira: a ida de alguém a algum compromisso (frequentemente o trabalho). Assim, ele propõe duas opções possíveis de meio de transporte, sendo uma delas o ônibus e a outra o próprio serviço Uber Moto. É válido destacar, desde já, que é pela relação entre referentes em rede, como discutiremos na próxima seção, que conseguimos acessar outros referentes que não estão expressos no cotexto. Por exemplo, podemos supor que o referente *meio de transporte* inicialmente emerge pelo referente *moto*, que é introduzido ou pela expressão imagética (a fotografia), ou pela expressão verbal “Uber Moto”. O próprio referente *ônibus* emerge especialmente pelo referente *ponto* (*ponto de ônibus*). Reforça, particularmente, essa interpretação de que ponto remete a ônibus o verbo “esperar”, porque é comum que o ponto de ônibus seja o lugar onde os indivíduos se sentam e esperam a condução, em vez, por exemplo, do ponto de táxi.

Retornando à análise da argumentação do texto, embora sejam propostas duas opções, o que se observa é que, para cada opção apresentada, há um PDV mobilizado: vinculado ao ponto (de ônibus), está o PDV de que ele te faz esperar (e, como veremos, se atrasar, PDV implícito); bem como, vinculado à ideia do Uber Moto, está o PDV de

que ele te faz chegar em ponto, na hora combinada, isto é, não se atrasar. Então, o texto propõe opções opostas (atrasar e não atrasar), valorando o serviço ofertado (o Uber Moto) como aquele que faz o indivíduo chegar no horário correto. Tem-se então um PDV central que é a valorização de “Chegar em ponto”, que, nesse contexto, traduz-se em “Pegar (ou solicitar) o Uber Moto”. Por fim, corrobora esse PDV central do texto a fotografia disposta ao lado, que aponta para a segunda opção apresentada.

Embora Adam (2019) não discuta a ideia de questão argumentativa, ajudamos, na reconstrução do raciocínio argumentativo, perguntar, a partir dessa análise que propomos, a que questão argumentativa o texto oferece uma resposta. Para nós, a questão argumentativa que se apresenta, e que simplifica o questionamento presente no contexto, é: *deve-se solicitar o Uber Moto?* Pelo que observamos, o PDV central do L1/E1 então se transfigura na tese por ele defendida: “Sim, deve-se solicitar o Uber Moto”. Essa tese é justificada pelas seguintes premissas, que são PDVs do texto e que apresentamos a seguir na reconstrução do raciocínio argumentativo:

Figura 21– Reconstrução do raciocínio argumentativo do exemplo 11



Fonte: Elaboração do autor.

É muito importante ressaltar que esta pesquisa não visa negar nem diminuir o potencial analítico das sequências textuais, e particularmente, da sequência textual argumentativa. Desejamos demonstrar que a diversidade de textos e das formas de

argumentar, até mesmo na visada argumentativa, impõe desafios de análise, especialmente porque, nessas diferentes formas, atravessam condicionantes, que discutimos ao longo desta tese, como a situação de comunicação, os contratos firmados pelos interlocutores em cada interação, os aspectos do gênero, além dos aspectos lógicos, retóricos e dialéticos que são próprios da natureza argumentativa das interações e que não são inteiramente cobertas pela análise da composicionalidade do texto, uma vez que, como bem reflete Cavalcante (2023, p. 180), estas são respostas que Adam, em sua proposição teórico-metodológica, “não se propõe a dar, por recorte de interesses apenas”.

Quando dedicamos nossa atenção à construção lógico-inferencial dos raciocínios argumentativos [com base especialmente em Toulmin (2022 [1958]) e Gonçalves-Segundo (2023a)], discutindo-a neste capítulo, não estamos pensando que esse método de análise é superior ou que deva suplantar uma análise composicional do texto, mas sim que, para alcançar o objetivo traçado por esta tese, que é caracterizar a visada argumentativa, ele se mostrou como um instrumento relevante para análise dos aspectos lógicos (mas também dialéticos) da argumentação, o que, para nós, constituem-se como aspectos relevantes para a compreensão da visada argumentativa.

Por fim, reconhecemos que analisar a construção lógico-inferencial dos raciocínios argumentativos é apenas um passo metodológico que sugerimos neste trabalho, o qual, para compor, de fato, um estudo textual, deve ser correlacionado aos nossos parâmetros de análise.

4.4 As redes referenciais e a textualização do raciocínio argumentativo

Um dos parâmetros de análise mais profícuos da Linguística Textual é a referenciação (Cavalcante, 2024), uma vez que a análise da construção referencial do texto (e, conseqüentemente, dos referentes relacionados em rede) nos ajuda a explicar como podem ser interpretados “os diferentes modos apresentar, de confirmar, de desconfirmar e de alterar os objetos de discurso nas diversas trilhas de sentido que se abrem e que se fecham na reconstrução da coerência” (Cavalcante e Martins, 2020, p. 270). A partir da relação entre referentes, constrói-se não só a coerência como um todo, mas também o quadro tópico, no qual se observa a progressão textual; acionam-se intertextualidades; e, no que tange à dimensão lógico-inferencial da argumentação, constroem-se raciocínios argumentativos concretos, alvo de nossa reflexão neste capítulo.

Para tratar da argumentatividade dos textos, o critério analítico da referenciação, nesta tese, é relacionado a dois construtos teórico-metodológicos: de maneira ampla, à Teoria Enunciativo-Interacional do Ponto de Vista, de Rabatel (2016), uma vez que se admite que todo texto tem PDVs e que o gerenciamento deles por um locutor/enunciador principal (L1/E1) está no âmago da dimensão argumentativa de todo texto; e de maneira mais restrita, porque circunscrita ao que estamos denominando de visada argumentativa, à dimensão lógico-inferencial da argumentação (Toulmin, 2022 [1958]; Gonçalves-Segundo, 2023a), uma vez que, para nós, todo texto com visada argumentativa deixa antever raciocínio(s) argumentativo(s).

Nesta pesquisa, sustentamos a visão de referenciação de Mondada e Dubois (2016 [1995], p. 20) como um processo de “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo”, a qual é também partilhada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995). Os autores falam em *referenciação*, como processo,⁵⁷ em detrimento da ideia de *referência* advinda de uma perspectiva representacionista da linguagem⁵⁸ e refletem que a construção dos objetos de discurso parte de uma instabilidade do real. É o que também afirmam Koch e Marcuschi (1998, p. 173), ao reforçarem a ideia de que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo, uma vez a ação de se referir passar a ser vista não mais como “uma atividade de ‘etiquetar’ um mundo existente e inicialmente designado, mas sim um atividade discursiva de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso* e não realidades independentes”. Para Custódio Filho (2011, p. 112), isso ocorre porque “a experiência que os sujeitos têm do real sofre obrigatoriamente elaborações e reelaborações cognitivas por parte desses sujeitos, que explicitam essas formulações por meio da linguagem”. É nesse sentido que, ao tratar de referenciação, falamos, em consonância ao posicionamento de todos esses autores, em *objetos de discurso*, para ressaltar que os referentes são construídos e negociados pelos sujeitos no e pelo discurso, a cada evento comunicativo.

Esse processo de construção e reconstrução da realidade, inteiramente relacionado às doxas assumidas pelos sujeitos, dá à referenciação seu caráter dinâmico, pois os referentes sofrem modificações nos textos, a partir da recategorização intrínseca a toda retomada anafórica (Cavalcante e Brito, 2016). Essas modificações, cabe salientar,

⁵⁷ De certo modo, essa visão sobre os referentes é assumida também por Alain Rabatel.

⁵⁸ Para um percurso histórico sobre a noção de referência, ver Koch e Fávero (1984) e Cavalcante (2011).

têm mais de uma função no processo de construção referencial: ora realizam acréscimos, correções, ora efetuam confirmações, como demonstrou Custódio Filho (2011).

Vejamos o seguinte exemplo, que ilustra o que vimos discutindo até então.

Exemplo 12 – Capa da edição 180 da revista *piauí*, de setembro de 2021.



Fonte: Piauí. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/edicao/180/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

O exemplo 12 é a capa da revista mensal brasileira *piauí*, publicada em setembro de 2021. Como se pode observar, destacam-se na capa o nome da revista (estilizado com as cores da bandeira do Brasil, em alusão à Independência do país, que se comemora no mesmo mês dessa publicação) e a ilustração de Caio Borges, que toma maior parte do espaço. Na lateral esquerda, são apresentadas as chamadas das reportagens, com título, descrição e nome do repórter responsável.

Se supusermos que a ilustração é o primeiro ponto de observação do leitor, o que é provável, temos a introdução referencial de uma criança, que brinca no chão com brinquedos em miniatura. Pelo aspecto caricatural e pelas cores da camisa, que também

remetem às cores da bandeira do Brasil, é possível concluir que essa criança é Jair Bolsonaro, então Presidente do Brasil no contexto de publicação dessa edição da revista. A simples relação entre referentes já permite a constatação de um PDV inicial de que o Jair Bolsonaro age como criança, mas esse sentido é aprofundado a partir da relação entre referentes, que, em sua maioria, surgem por meio de anáforas indiretas, se se considera que os brinquedos (soldados, tanques, armas, policiais etc.) remetem ao militarismo. A relação entre Bolsonaro e o militarismo, como se sabe, foi uma marca de seu governo.

Então, o que se vê é literalmente uma criança que brinca com brinquedos, mas, se essa criança é o presidente do país, outros sentidos passam a emergir nas relações que os referentes constroem nas redes referenciais do texto. Assim, a ilustração representa o presidente como alguém que brinca, mas sua brincadeira envolve elementos militares, transfigurados em brinquedos. A brincadeira, quando associada a uma função profissional, é avaliada negativamente. Brincar pode ser lido como irresponsabilidade, e supomos que esse é o PDV central que se quer apresentar na referida ilustração: o presidente Jair Bolsonaro brinca na gestão do país, envolvendo as forças militares.

Não podemos ignorar, é claro, as chamadas das reportagens que compõem a capa e que certamente introduzem e retomam referentes que também estarão em relação com a ilustração e a orientação argumentativa por ela sugerida. Uma das reportagens, por exemplo, reforça o distanciamento que Joe Biden, então presidente dos Estados Unidos, quis manter de Bolsonaro; outra trata da apropriação de uma canção de Renato Russo por “bolsonaristas” (referente bastante carregado de um posicionamento ideológico); por fim, uma terceira, intitulada “O candidato a golpista”, também faz referência a Jair Bolsonaro, retomando-o anaforicamente, em relação ao referente introduzido pela própria ilustração da capa, mas já recategorizando como golpista.

É importante lembrar que uma revista é uma instituição e, portanto, neste caso, constitui-se como locutor/enunciador principal (L1/E1). Assim, admite-se que o arranjo pensado para essa capa, e para outras tantas da mesma revista, é estratégico para orientar argumentativamente o leitor e levá-lo a aderir a um PDV.

Com a definição de Mondada e Dubois (2016), destaca-se que a referenciação é uma atividade que se dá numa construção negociada entre sujeitos. Para Cavalcante (2011, p. 119), os referentes instaurados em um texto, independentemente de estarem ou não associados à menção de expressões referenciais, “estão respaldados por um contrato tácito de coparticipação do destinatário, que aceita responder em alguma medida à

atividade que lhe é solicitada”. Essa coparticipação de que fala a autora, é válido ressaltar, não pode ser compreendida como uma ideia de consenso entre os interlocutores, mas como o pressuposto de colaboração na construção dos sentidos, ainda que diverjam no modo como constroem os referentes. A negociação é constitutiva de qualquer interação, seja dialogal, seja monologal. Portanto, tem-se que a construção de referentes é uma atividade partilhada, pois, como bem refletem Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 38), “não se trata de construir versões da realidade ao bel-prazer do locutor, mas, sim, de submeter a versão à aceitação de outros participantes da interlocução”.

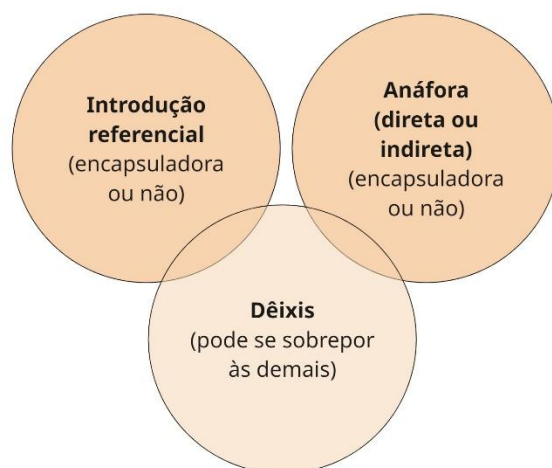
Na análise do exemplo 12, falamos em *redes referenciais*. Essa é uma noção importante, discutida na tese de Matos (2018), de que nos valem nesta tese e que apresenta um avanço nos estudos de referenciação. Ela suplanta a noção de *cadeias referenciais*, à medida que esta representa uma visão estrita do fenômeno da referenciação. Matos (2018, p. 93, grifos nossos) diz que as redes referenciais são

entrelaçamentos de sentidos na construção dos referentes, os quais mantêm uma diversidade de relações entre si e que se adaptam, funcionalmente, aos modos de constituição dos textos. Dessa forma, tais redes são formadas por *nódulos ativados pelo contexto*, estabelecendo uma série de associações de várias naturezas, funcionando como links, ou modos de conexões entre os referentes, os quais são todos interligados na construção e manutenção da coerência. Neste mesmo pensamento, as recategorizações que atuam nessas redes são avalizadas *não apenas por tipos pontuais e restritos a certas unidades linguísticas*, mas também por uma *infinidade de indícios contextuais*, resultantes de uma visão sociocognitiva sobre os processos de referência.

Observemos que essa concepção endossa uma análise da construção referencial que não pode nem deve estar limitada às expressões referenciais no cotexto, pois se admite que a introdução e a manutenção dos referentes nos textos ocorrem na imbricação das propriedades semântico-lexicais com aspectos sociocognitivo-discursivos, que possibilitam a emergência de referentes por pistas contextuais.

De acordo com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), há três processos referenciais: a *introdução referencial*, a *anáfora*, que se opõe à introdução referencial, e a *dêixis*, que pode se sobrepor aos demais processos.

Figura 22 – Os processos referenciais



Fonte: Adaptado de Cavalcante (2023).

A introdução referencial é o processo pelo qual um objeto de discurso se apresenta no texto pela primeira vez, por qualquer que seja a semiose. As anáforas, por sua vez, operam na retomada de referentes já introduzidos, que, como bem salientou Cavalcante e Brito (2016), vão sofrendo modificações durante a interação. As retomadas anafóricas podem ter mais de uma função, pois ora operam acréscimos, ora confirmações, ora correções, como demonstrou Custódio Filho (2011). A dêixis⁵⁹ tem um caráter diferencial, na medida em que pode ser sobrepor aos demais processos. Isso ocorre porque as introduções referenciais e as anáforas podem ter “funções dêíticas de ostensão (para chamar a atenção do interlocutor) e de subjetividade (para situar os referentes a partir do ponto de origem do locutor)” (Cavalcante e Martins, 2020, p. 243). Vejamos o seguinte exemplo analisado pelas autoras, em que se pode observar a coocorrência dos processos.

Exemplo 13 – Tirinha de Calvin e Haroldo



⁵⁹ Para um aprofundamento sobre dêixis e seus tipos, ver Martins (2019).

Fonte: Gran Questões. Disponível em: <https://questoes.grancursosonline.com.br/questoes-de-concursos/lingua-portuguesa/1632597>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Tratando-se de uma tirinha, é muito provável que imagens das personagens saltem como os primeiros objetos de discurso introduzidos (embora não se possa ter garantia sobre que referente é introduzido primeiro em textos com múltiplas semioses). Desse modo, somente na primeira fala de Calvin, “*Eu queria* que a *minha* camisa tivesse um logotipo ou a imagem de um produto”, podemos ver a ocorrência de retomadas anafóricas em concomitância com formas dêiticas pessoais que apontam para o referente Calvin por meio do pronome pessoal “eu”, do pronome possessivo “minha”, mas também da forma verbal “queria”.

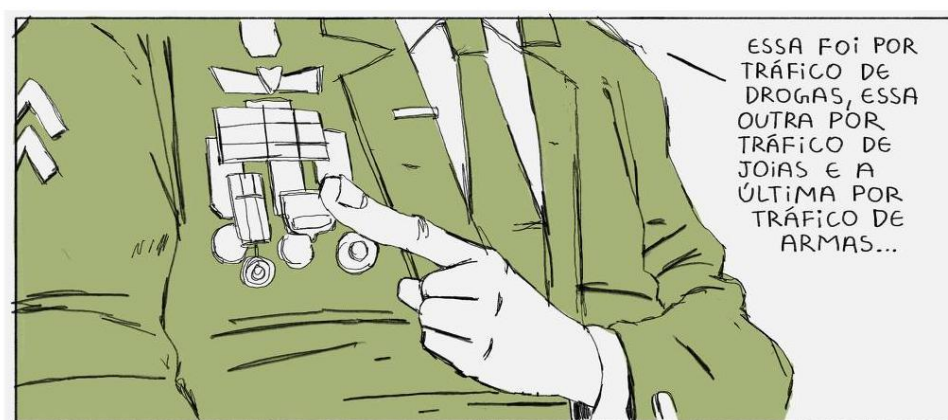
A construção referencial desse texto, que é permeado por retomadas anafóricas e formas dêiticas pessoais, corrobora a orientação argumentativa do locutor/enunciador principal do texto. Calvin, ao dizer que “fazer propaganda de produtos é a melhor maneira de expressar a sua individualidade”, quer dizer justamente o contrário, num jogo de ironia que é típica da personagem. E chegamos a essa conclusão principalmente por conhecer a personagem e seus posicionamentos, que revelam, em verdade, os posicionamentos do locutor/enunciador principal (L1/E1). Calvin e Haroldo, no diálogo que travam nesse texto, são locutores/enunciadores segundo (l2/e2) e terceiro (l3/e3), sendo Calvin o responsável pela crítica em relação às práticas do capitalismo, especialmente no que tange à publicidade. É a esse PDV que se alinha o locutor/enunciador principal, que se configura como o PDV central do texto.

Essa análise permite melhor situar a referenciação na relação intrínseca que mantém com a argumentação. Em Koch (2005, p. 35), já se observava que uma das funções das retomadas anafóricas (chamadas de remissões textuais pela autora) era “imprimir aos enunciados em que se inserem, bem como ao texto como um todo, orientações argumentativas conforme à proposta enunciativa do seu produtor”. Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 111), por sua vez, alargaram a compreensão ao afirmarem que “todos os processos referenciais cumprem função eminentemente argumentativa”. Mais recentemente, Cavalcante *et al.* (2017, p. 97) dizem que cada locutor/enunciador principal elege “diferentes maneiras de introduzir os referentes no texto que está produzindo e, desse modo, vai orientando o interlocutor sobre como espera que ele interprete os objetos de discurso”. Para nós, isso está sobremaneira relacionado à orientação argumentativa do texto, de que já tratamos no segundo capítulo desta tese.

Temos admitido, com base em Cavalcante *et al.* (2022), que o processo de construção referencial revela o jogo de pontos de vista em um texto, que são gerenciados estrategicamente por um locutor/enunciador principal, na tentativa de influenciar o interlocutor e, às vezes, o terceiro.

Para nós, essa dinâmica é caracterizadora da argumentatividade de todos os textos. No entanto, esta pesquisa levanta como hipótese que, em textos com visada argumentativa, o locutor/enunciador principal faz emergir no texto um *PDV central*, que só se firma como *tese* quando é amparado por um ou mais *argumentos*. Tanto a tese quanto os segmentos dos argumentos correspondem a PDVs no texto e podem estar explícitos, parcialmente explícitos ou integralmente implícitos, neste caso sendo supostos pelo interlocutor. Em todos os casos, podem ser reconstruídos a partir da relação entre referentes co-construídos na interação. Observemos como se dá a relação entre os referentes do texto, os PDVs e os segmentos do argumento no exemplo a seguir, uma charge de João Montanaro, publicada na *Folha de S.Paulo*, no dia 23 de outubro de 2023.

Exemplo 14 – Charge de João Montanaro



Fonte: *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2023/10/23/joao-montanaro.shtml>; acesso em: 6 jan. 2024).

Considerando que o conteúdo imagético pode saltar primeiro aos olhos do leitor, vemos, nessa charge, a introdução referencial de um militar. Esse reconhecimento se dá através das seguintes pistas: um tronco de uma pessoa que veste um traje militar (a cor desse traje, verde musgo, é uma das principais pistas) com insígnias – distintivo que identifica função ou estatuto social de uma pessoa – e condecorações – broches entregues a militares por atos de heroísmo ou por bons serviços prestados. Essa figura, que nesse texto se configura como um locutor/enunciador segundo (12/e2), aponta para esses

broches, ao passo que explica a origem de cada um deles a alguém que não aparece nesse quadro enunciativo que se desenrola dentro da narratividade da charge. O que se percebe, de antemão, é que há um PDV atribuído a esse l2/e2 de certo orgulho pelo feito, uma vez que ele exhibe suas condecorações, justificando o recebimento de cada uma delas.

Observe que o mote principal desse texto é a quebra de expectativa, tão comum à prática desse gênero, quanto à razão pela qual esse militar foi condecorado, que é apresentada pelas expressões referenciais *tráfico de drogas*, *tráfico de joias* e *tráfico de armas*. Isto é, a honraria é ofertada por ações consideradas crimes pelo Código Penal brasileiro. A partir dessa compreensão, abrem-se novas camadas de sentido que, aos poucos, permitem ao leitor chegar à orientação argumentativa possivelmente pretendida pelo locutor/enunciador principal (L1/E1). Isso porque há um movimento de recategorização desse referente, que passa a ser encarado não apenas como um *militar*, mas um *miliciano*.⁶⁰ Outro aspecto que contribui para análise dos sentidos do texto é a própria expressão *tráfico de joias*, que alude ao caso de corrupção das joias recebidas de autoridades estrangeiras pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, ocorrido em 2021, mas investigado somente em 2023,⁶¹ o que também sugere ao leitor que o miliciano retratado na charge possa ser Mauro Cesar Barbosa Cid, tenente-coronel do Exército e ex-ajudante de ordens de Bolsonaro envolvido no caso.

A partir do que refletimos até aqui, é possível perceber que o L1/E1 desse texto sugere PDVs, alguns dos quais vão compor segmentos do raciocínio argumentativo desenvolvido no texto, mas o principal deles talvez possa ser condensado no seguinte enunciado, que, para nós, se consolida como a tese do texto, que consideramos ter uma visada argumentativa: *alguns militares, como Mauro Cid, cometem crimes*. Esse PDV é apenas sugerido e reconstruído pelas pistas contextuais, e o L1/E1 não o sugere sem ter certas razões para isso; afinal, são corriqueiras as manchetes em jornais denunciando crimes cometidos por militares e ex-militares.

⁶⁰ Miliciano é uma pessoa que faz parte de uma milícia. Segundo Dolzan (2023), “as milícias são grupos armados que formam um poder paralelo, à revelia das forças de segurança do Estado. Em geral, elas são formadas por agentes ou ex-agentes do próprio Estado, como policiais, bombeiros e guardas penitenciários, mas há casos também de grupos criminosos criados apenas por civis.”.

⁶¹ Para melhor compreender o caso, indica-se a leitura da reportagem “Jair Bolsonaro e as joias: entenda o caso que levará ex-presidente, Michelle e mais 6 pessoas a depor na PF”, do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/31/jair-bolsonaro-e-as-joias-entenda-o-caso-que-levara-ex-presidente-michelle-e-mais-6-pessoas-a-depor-na-pf.ghtml>. Acesso em: 7 jan. 2024.

Vejamos como se organiza num diagrama a reconstrução da célula argumentativa do referido texto.

Figura 23 – Célula argumentativa abstraída da charge



Fonte: Elaboração do autor.

Como vimos, praticamente toda essa tessitura argumentativa é apenas implícita nesse texto. Não há tese nem argumento explicitados, mas podemos supor que ambos são sugeridos pelas pistas. A tese é justificada por duas premissas, cada qual constituindo um PDV mobilizado no referido texto: a primeira delas sendo o que o Código Penal brasileiro enquadra como crime, neste caso, os tráficos de joias, drogas e armas; e a segunda premissa, os casos particulares de militares envolvidos em crimes, como o de Mauro Cid.

Como vimos, há um importante PDV sugerido pela charge, mas que, diferentemente do PDV central que estamos considerando como tese, não é sustentado por argumentos: o de que *as instituições militares (e mesmo os militares) valorizam essas práticas criminosas*. Por essa razão, cada crime cometido pelo l2/e2 é simbolizado por uma condecoração, uma honraria, que só é oferecida a militares quando as instituições os agradecem por um relevante serviço prestado, e, como vimos, a ele é atribuído um PDV que sugere orgulho pelo feito. Esse PDV de l2/e2, embora componha os PDVs do texto, não surge no raciocínio argumentativo esboçado na Figura 23 como uma espécie de

ressalva ou *contra-argumento* porque não se opõe a segmentos no raciocínio desenvolvido a partir da questão argumentativa supracitada. É um PDV outro, que, obviamente, contribui significativamente para a construção de sentidos, uma vez que corrobora uma visão negativa dos militares, o que é uma estratégia mobilizada pelo L1/E1 do texto.

Por meio da relação entre os vários referentes nas redes referenciais desse texto – *tráfico de armas, tráfico de drogas, tráfico de joias, crimes, militares, condecorações, mídia, Mauro Cid, Bolsonaro, miliciano* etc. –, alguns evidentemente mais focalizados e relevantes à orientação argumentativa visada, o L1/E1 perspectiviza esses objetos de discursos, coconstruídos na interação, e mobiliza PDVs, através dos enunciadores que põe em cena. Esses pontos de vista, por sua vez, são hierarquizados – por exemplo, alguns PDVs podem apoiar outros, complementando-os. Quando orienta pontos de vista a um *PDV central*, o L1/E1 promove uma potencialização da argumentatividade do texto. Assim, alguns dos pontos de vista mobilizados, então, constituem *premissas* e *garantias*, que juntas compõem os *argumentos* que fundamentam esse PDV central, que se firma como tese. Como dissemos, a tese e os segmentos dos argumentos correspondem a PDVs mobilizados no texto, os quais são expressos com diferentes graus de explicitude, embora, em todos os casos, possam ser reconstruídos pela análise das redes referenciais do texto.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa situa-se teórica e metodologicamente no campo da Linguística Textual, e, pelo reconhecido caráter interdisciplinar dessa área de pesquisa, propõe simultaneamente interfaces com perspectivas teóricas argumentativas, enunciativas e discursivas, que são articuladas nesta tese com objetivo de dar aparato a uma investigação da argumentatividade como dimensão constitutiva da textualidade.

Esta seção de metodologia, portanto, visa dar conta do modo como esta pesquisa se caracteriza, da delimitação do universo e da amostra a ser abrangidos pelo estudo, bem como os procedimentos de coleta e análise dos dados.

5.1 Caracterização da pesquisa

Por sua motivação teórica, esta pesquisa se caracteriza, inicialmente, quanto aos objetivos, como do tipo explicativa e, quanto às técnicas, como do tipo bibliográfica, tendo em vista que, segundo Gil (2002), esse é um tipo que permite “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Quanto ao método de abordagem, de acordo com Marconi e Lakatos (2001), esta pesquisa tem natureza hipotético-dedutiva, porque parte da observação de lacunas em pesquisas anteriores que assumem a argumentatividade como um aspecto constitutivo da textualidade, mas também indutiva, na medida em que visa apreender, a partir da análise dos textos, diferentes modos de argumentação com o objetivo de identificar regularidades. Para Gil (2008, p. 10), “[n]o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade”.

Desse modo, buscamos problematizar algumas questões que até então não o foram por outros pesquisadores. Nosso problema de pesquisa é caracterizar a visada argumentativa em textos a partir de suas regularidades. Para tanto, partimos de nossa hipótese básica de que a visada argumentativa não é homogênea, porque tem formas prototípicas e marginais de manifestação, nem se circunscreve à dominância da sequência argumentativa, porque apenas a composicionalidade não dá conta de aspectos retóricos, dialéticos e lógicos que são próprios do processo que constitui, em maior ou menor grau, a dimensão argumentativa de todos os textos. No *continuum* argumentativo, os textos apresentam diferentes potencialidades argumentativas. O locutor/enunciador primeiro (L1/E1) gerencia essa potencialidade argumentativa, considerando toda a situação de

comunicação, a partir de suas intencionalidades e da mobilização de PDVs. Quando essa potencialidade faz emergir no texto um *PDV central*, que só se firma como *tese* quando é amparado por um ou mais *argumentos*, dizemos que o texto tem uma visada argumentativa. Tanto a tese quanto os segmentos dos argumentos correspondem a PDVs no texto e podem estar explícitos, parcialmente explícitos ou integralmente implícitos, neste caso sendo apenas supostos pelo interlocutor. Em todos os casos, podem ser reconstruídos a partir da relação entre referentes co-construídos na interação.

De nosso problema de pesquisa desdobram-se as três questões de pesquisas: (i) quais são as diferenças entre as noções teóricas de ponto de vista e tese?; (ii) que critérios podem contribuir para identificação de uma visada argumentativa em textos?; (iii) como as redes referenciais permitem comprovar a orientação argumentativa dos textos num contínuo de argumentatividade?

Acreditamos que essas questões de pesquisa serão respondidas levando-se em conta as técnicas e procedimentos de coleta e de análise de dados explicitados a seguir.

5.2 Delimitação do universo e da amostra

O universo de nossa pesquisa foi delimitado considerando a esfera jornalístico-midiática, uma vez que nela é possível observar pelo menos três aspectos que julgamos relevantes à pesquisa: a) a variedade de gêneros que circulam nessa esfera (editorial, notícia, reportagem, charges, tirinhas, comentário do leitor, propagandas publicitárias etc.) e seus diversos suportes (o jornal impresso, sua versão digital ou facsimilada; *outdoors*; placas etc.); b) a heterogeneidade composicional dos textos; e c) a variedade de modos de manifestação da argumentação e das estratégias de que os locutores se valem para persuadir os interlocutores.

Em razão disso, quanto à amostra, selecionamos para análise 20 textos, de gêneros diversos, advindo de fontes tanto em ambiente digital quanto fora dele, os quais hipoteticamente se encontram em diferentes pontos do *continuum* de argumentatividade, alguns com visada argumentativa prototípica, isto é, nos quais se vê, em grande medida explícita, a construção de argumentos em defesa de uma tese, e outros pretensamente tendo apenas uma dimensão argumentativa, com intuito de testar nossas hipóteses em situações de comunicação diversas, constrangidas de diferentes formas por aspectos do gênero e do contrato social. Dos 20 textos selecionados, filtramos 14 deles, dos quais 7 aparecem na discussão teórica da tese (exemplos 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 14) e 7 estão no

capítulo de análise (exemplos 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21). Essa filtragem final considerou como critério a diversidade das manifestações textuais da argumentação, de modo que optamos excluir da versão final da tese aqueles textos cujas análises levaram a conclusões teóricas já contempladas pelos textos que constam nesta versão final.

Como dissemos, por desenvolvermos uma pesquisa teoricamente motivada, o conjunto de textos selecionados se dispõe argumentativamente no capítulo de análise em prol das proposições teóricas que são desenvolvidas nesta tese.

Cabe reforçar, por fim, como salientado na introdução deste trabalho, que todos os textos que compõem a análise desta pesquisa correspondem a interações monologais e estáticas, com a mobilização de semiose verbal ou verbo-imagético.

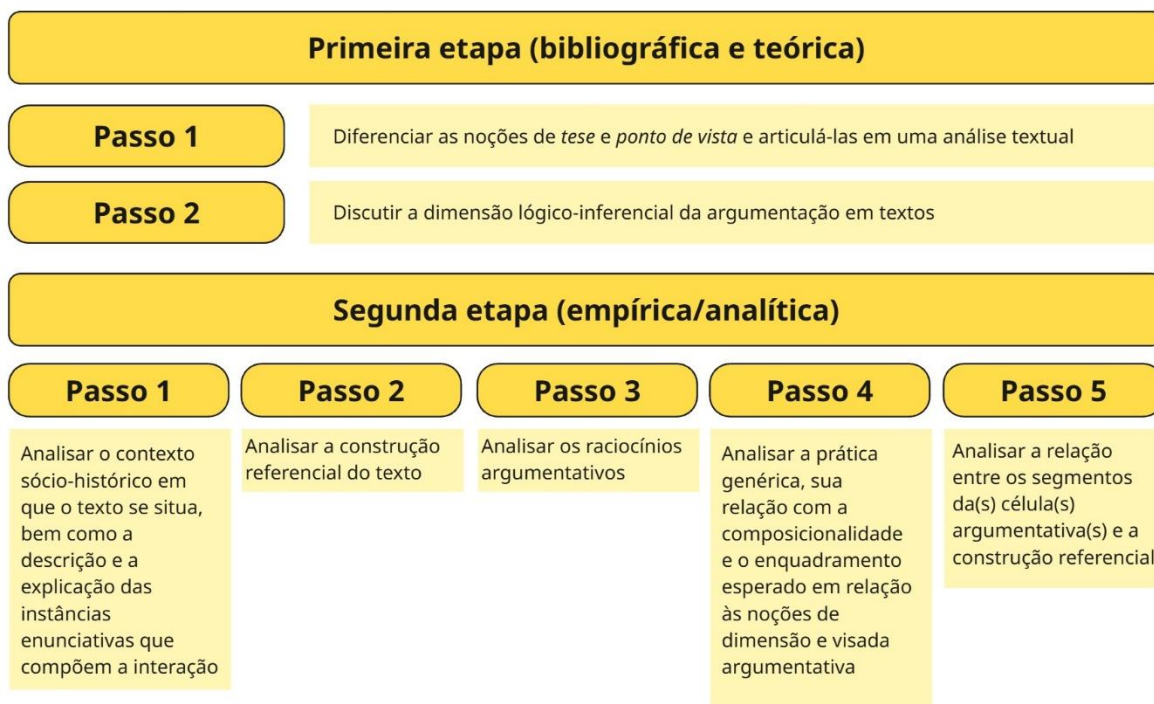
5.3 Procedimento de coleta de dados

A técnica utilizada para a coleta de nossos dados foi a documentação indireta, que consiste em coletar dados prontos e disponibilizados por fontes públicas e privadas. Os textos que compõem a análise desta tese foram coletados em sites da internet (portais de notícia, redes sociais etc.), por meio do recurso de captura de tela, mas também através de fotografias feitas pelo analista em situações diversas do cotidiano.

5.4 Procedimento de análise de dados

Com o objetivo responder às perguntas de pesquisa que elencamos, nossa análise dos dados consiste em duas etapas: a primeira, de natureza teórica, dividida em dois passos; e a segunda, de natureza empírica, dividida em quatro passos. As etapas e passos são concatenados na seguinte representação:

Figura 24 – Procedimentos de análise de dados (etapas e passos)



Fonte: Elaboração do autor.

No primeiro passo da primeira etapa, de natureza essencialmente bibliográfica, cotejamos as perspectivas teóricas das quais partem as noções de *tese* e *ponto de vista*, com o objetivo de descrever e diferenciar teoricamente essas noções no escopo de um estudo textual da argumentação, mas também de articulá-las no seio de uma análise textual, o que se apresentou, do ponto de vista teórico, no segundo capítulo desta tese, e, do ponto de vista analítico, no último capítulo desta tese. No segundo passo, discutimos, a partir de Toulmin (2022 [1958]) e Gonçalves-Segundo (2023a, 2024), a dimensão lógico-inferencial da argumentação em textos, com o objetivo de refletir sobre os critérios para caracterizar a visada argumentativa, o que se apresentou, do ponto de vista teórico, no quarto capítulo desta tese, e, do ponto de vista analítico, no último capítulo desta tese. Esse primeiro passo visa contemplar nossos primeiro e segundo objetivos específicos, isto é, (i) articular as noções de *tese* e *ponto de vista* na análise argumentativa do texto e (ii) investigar a constituição de célula(s) argumentativa(s) como critério identificatório da visada argumentativa em textos.

Já a segunda etapa se organiza considerando o método de análise do texto refletido por Cavalcante *et al.* (2019, p. 26) a partir de Adam (2019), os quais dizem que a “análise textual se desenvolve, simultaneamente, pela interpretação da ocorrência particular do texto e por suas próprias regularidades”. Nesta tese, o critério analítico que

elegemos para observar regularidades é processo de construção referencial, o qual nos permite também descrever regularidades da argumentatividade dos textos.

O primeiro e segundo passos dessa segunda etapa são compostos essencialmente pelo enquadramento contextual do texto, o que envolve, inicialmente, considerar as condições de produção e circulação, mas também outros aspectos, como a prática discursiva do gênero em que ele está inscrito. Para tanto, tomamos como norte para a textualização desse enquadramento a proposta do quadro enunciativo-interacional (Cavalcante, Brito e Martins, 2024b), apresentado no segundo capítulo desta tese. O primeiro passo constitui-se pela análise da referida prática genérica, de sua relação com a composicionalidade do texto e do enquadramento esperado do gênero em relação às noções de visada argumentativa e dimensão argumentativa, considerando a ideia de prototipia e marginalidade de que tratamos nesta tese. O segundo passo, por sua vez, constitui-se da análise do contexto sócio-histórico em que o texto se situa, bem como da descrição e da explicação, com base em Rabatel (2016), das instâncias enunciativas (*locutores* e *enunciadores*) que compõem a interação, avaliando, inclusive, se ela apresenta uma ou mais *camada(s) enunciativa(s)* (Martins, 2024), uma vez que este aspecto será relevante para a reconstrução da(s) célula(s) argumentativa(s). Nesse ponto, em nossa análise, para evitar excessivas repetições no texto, quando falarmos apenas em “locutor”, estamos nos referindo ao locutor/enunciador primeiro, conforme a nomenclatura de Rabatel (2016).

O terceiro passo constitui-se da análise da construção referencial do texto a partir da qual enfocaremos os processos de *introdução referencial* e *retomada anafórica*, bem como o constitutivo processo de *recategorização* dos referentes, priorizando as redes referenciais que mais colaboram para a construção da(s) célula(s) argumentativa(s) do texto, quando estivermos tratando dos casos em que é possível reconstruir uma ou mais células. Esse passo visa a contemplar nosso terceiro e último objetivo específico, o de demonstrar como as redes referenciais permitem comprovar a orientação argumentativa dos textos num contínuo de argumentatividade, mas faz isso parcialmente, na medida em que depende do último passo da segunda etapa de nossos procedimentos de análise, que discutiremos à frente.

Os passos quatro e cinco são relevantes porque são condicionantes na identificação de textos com visada argumentativa. Isso significa que nem sempre eles poderão ser realizados, uma vez que não são todos os textos que compõem os dados desta

pesquisa que deixarão antever raciocínios argumentativos. Desse modo, ficará evidente na análise a quais textos se aplicarão os referidos passos, descritos a seguir, e a quais textos não se aplicarão.

O quarto passo constitui-se de analisar os raciocínios argumentativos. Para tanto, procedemos à reconstrução das células argumentativas por meio de diagramas, uma vez que são “ferramentas úteis para representar o produto da argumentação, na medida em que conseguem proporcionar uma visão holística do raciocínio argumentativo instanciado em dado momento da interação” (Gonçalves-Segundo, 2024, p. 42).

Para a construção do diagrama, inicialmente nos valem da ferramenta digital *Miro* (disponível em: <https://miro.com/>), que permite a criação de representações visuais diversas. Em seguida, para padronizar as representações dos raciocínios, seguimos as convenções consolidadas nos estudos da argumentação, conforme discute Gonçalves-Segundo (2024), a partir das quais estabelecemos os seguintes padrões:

- Os retângulos arredondados representam os componentes da célula argumentativa: premissas, garantias e teses.
- As cores (verde e azul) dos retângulos arredondados representam a instância enunciativa à qual cada componente da(s) célula(s) argumentativa(s) se vincula. Nos casos de instâncias enunciativas que compartilham um mesmo raciocínio, uma única cor foi utilizada. Nos casos de raciocínios argumentativos atribuídos a mais de duas instâncias enunciativas, outras cores foram utilizadas para marcar a diferença. Para facilitar a leitura, legendas foram produzidas para identificar cada instância enunciativa em relação a cada componente da(s) célula(s) argumentativa(s) representada(s).
- Os vetores se originam das premissas e das garantias e encontram-se antes de seguirem em direção à tese. Nesta pesquisa, consideramos que a junção de uma premissa a uma garantia constitui a unidade *argumento*, sempre em relação a uma tese.
- A questão argumentativa foi incluída no diagrama, seguida da(s) tese(s), que se configura(m) como resposta(s) à questão argumentativa. Ambas foram envoltas em um retângulo arredondado acinzentado.

Após a confecção, apresentamos o diagrama no corpo do texto por meio de uma captura de tela e procedemos à textualização de sua análise.

Completam os procedimentos de análise o quinto e último passo, que se compõem da análise da relação entre os segmentos da(s) célula(s) argumentativa(s) e a construção referencial. Para tanto, também recorreremos à representação visual em diagrama, seguindo os padrões elencados no passo anterior, acrescido da identificação dos principais referentes do texto responsáveis pela composição dos segmentos da(s) célula(s) argumentativa(s). Após a confecção, também apresentamos o diagrama no corpo do texto por meio de uma captura de tela e seguimos à textualização de sua análise.

6 MANIFESTAÇÕES TEXTUAIS DA VISADA ARGUMENTATIVA

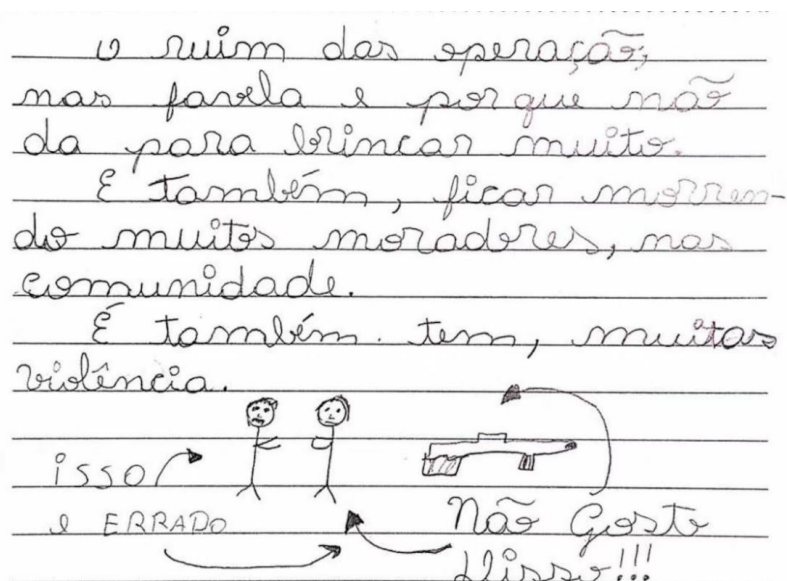
Neste tese, vimos discutindo que a argumentação é um fenômeno complexo que atravessa todos os textos, sendo-lhe uma dimensão constitutiva. Por isso, inspirados em Amossy (2018), dizemos que todos os textos têm uma dimensão argumentativa, embora só alguns deles têm uma visada argumentativa.

Ao longo de nossas discussões, defendemos que a visada argumentativa é uma característica distintiva no seio da dimensão argumentativa e que tão complexo quanto encontrar as proximidades das diversas manifestações da argumentatividade dos textos que não têm uma visada argumentativa é também buscar parâmetros que aproximem os textos que têm propriamente uma visada argumentativa, uma vez que uma das hipóteses levantadas por esta tese é que há uma grande heterogeneidade nos modos de manifestação da argumentação na visada. Desse modo, é inconteste o pressuposto do *continuum* da argumentatividade, já que, como veremos ao longo das análises empreendidas neste capítulo, os textos não só manifestam a argumentatividade de diferentes formas como também apresentam diferentes potencialidades argumentativas.

Com base nos procedimentos metodológicos descritos no capítulo anterior, nosso objetivo neste capítulo é demonstrar, a partir do exemplário que compusemos para esta tese, que, do texto mais prototípico da visada argumentativa aos textos que apenas têm uma dimensão argumentativa, há diferentes manifestações textuais da argumentatividade, inclusive, em casos complexos, que, para nós, se encontram no limiar entre ter visada argumentativa ou somente uma dimensão argumentativa.

Para iniciarmos, discutiremos um caso mais prototípico de visada argumentativa por meio de uma “carta argumentativa” escrita por uma criança do Complexo da Maré (RJ) aos desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Exemplo 15 – Carta argumentativa de uma criança do Complexo da Maré (RJ)



Fonte: El País / ONG Redes da Maré. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/14/politica/1565803890_702531.html. Acesso em: 25 mar. 2025.

O gênero em questão, como dissemos, é a “carta argumentativa”. Se assim tratamos, inclusive com o uso de aspas, é somente pelo uso corriqueiro da nomenclatura atribuída a esse gênero em comparação a outros tipos de cartas: carta pessoal, carta aberta, carta do leitor, carta de solicitação etc. Não é demais lembrar que estamos exclusivamente nos referindo ao modo como o gênero é usualmente chamado, uma vez que, pelo pressuposto básico admitido nesta tese, todos os tipos de cartas são necessariamente argumentativos, embora apresentem diferentes potencialidades argumentativas. Nesse gênero, o locutor-enunciador primeiro (L1/E1), por meio da estrutura epistolar, busca construir um arrazoado em defesa de uma tese. É, portanto, um caso claro da sequencialidade argumentativa, nos termos de Adam (2019). O exemplo que trazemos, embora seja um caso prototípico da visada argumentativa, não é exatamente um caso prototípico da “carta argumentativa”, tendo em vista a falta de elementos como data, local, saudação etc. No entanto, é preciso considerar que, pelo aspecto contextual, de que trataremos à frente, a carta é anônima e produzida por uma criança, que provavelmente está em fase de letramento no que toca ao referido gênero.

Esta carta compõe um conjunto de cartas produzidas pelos moradores do Complexo da Maré (RJ) e endereçadas, como dissemos, aos desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Todas elas versam sobre as violentas operações policiais na comunidade e pedem respeito à comunidade e paz. Neste caso, o L1/E1 é uma criança – alguns aspectos imagéticos contribuem para essa compreensão, como o

uso de desenhos ao final da carta, que se relacionam intimamente com a orientação argumentativa por ele pretendida. Essas cartas foram escaneadas e reunidas pela ONG Redes da Marés para serem entregues aos destinatários junto com a petição de que fosse restabelecida uma Ação Civil Pública para regular e restringir as operações policiais na comunidade. O fato ocorreu durante o ano de 2017, e a Ação Civil foi aceita pela Justiça naquele ano. Em 2019, foi suspensa e, somente após reivindicações da comunidade, foi reavaliada e implantada com parâmetros mínimos.

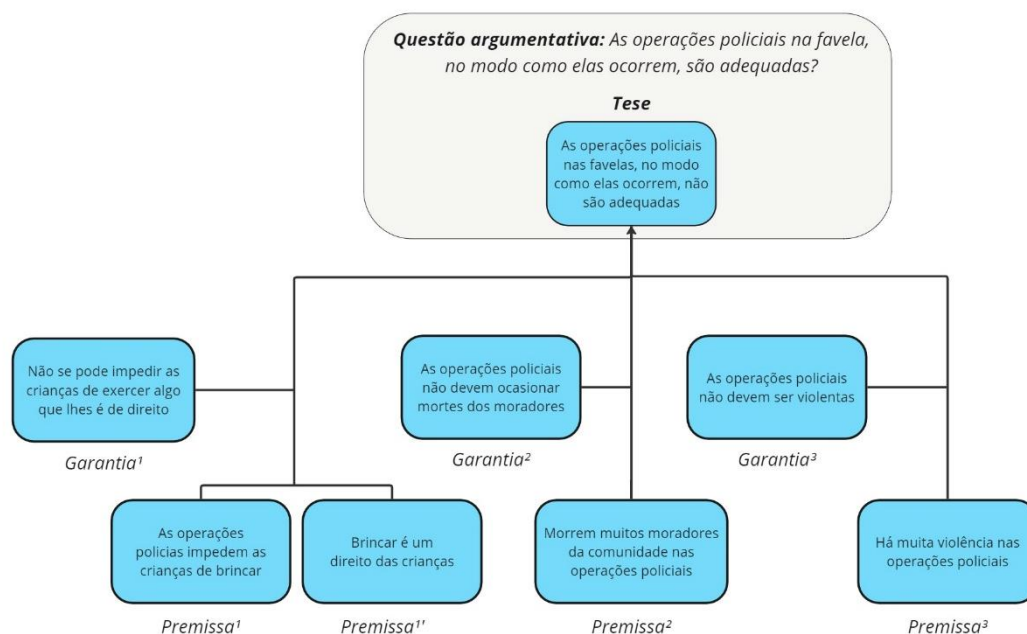
Quanto à análise da construção referencial, o L1/E1 introduz o referente *operação [policial]* logo na primeira frase do texto, destacando que há pelo menos três aspectos negativos relacionados a ela, especialmente quando ocorrem nas favelas: “não dá para brincar muito”; “ficar (sic) morrendo muitos moradores” e “muita violência”. Nos três pontos levantados, que se constituem como PDVs assumidos por L1/E1, parte do referente é acionada pelo processo de retomada anafórica, uma vez que o referente *operação [policial]* por si só, considerando os conhecimentos pré-discursivos, suscitam muitos referentes, como *violência* e *morte*, assim como *favela* naturalmente ativa referentes como *moradores*, o que reforça o entrelaçamento entre referentes na composição das redes referenciais do texto. A carta se conclui ainda com referentes com expressão referencial imagética, como a *arma*. Observemos como, ao longo do texto, o referente *operação [policial]* vai sendo recategorizado e relacionado a algo negativo, desde aspectos mais simples, embora importantes para o universo infantil, como impedir a brincadeira, até aspectos mais graves, como a violência e a morte. O L1/E1 mesmo reflete essa gravidade pela ordem em que escolhe apresentar cada aspecto.

Observemos, agora, como se arranja a argumentatividade nesse texto em termos da construção do arrazoado. Para começar, qual é a questão argumentativa discutida nesse texto? Para nós: “As operações policiais na favela, no modo como elas ocorrem, são adequadas?”. Se assim propomos a reconstrução da questão argumentativa, é por considerar o contexto, em que os moradores propuseram uma Ação Civil Pública para *regular* e *restringir*, mas não *impedir* a ação policial. A partir disso, admitimos que a tese defendida pelo L1/E1 é que as operações não são adequadas.

Dos raciocínios mobilizados no texto, a tese está implícita, embora seja parcialmente verbalizada ao ressaltar “o ruim da operações nas favelas”. Todo o desenvolvimento do texto, composto por pelo menos três PDVs, vai compondo as premissas de cada célula argumentativa; e as garantias, como usualmente ocorre nos

textos prototipicamente argumentativos, são implícitas. Vejamos como se estrutura no diagrama a argumentação desenvolvida pelo L1/E1:

Figura 25 – Diagrama de reconstrução do raciocínio argumentativo do exemplo 15

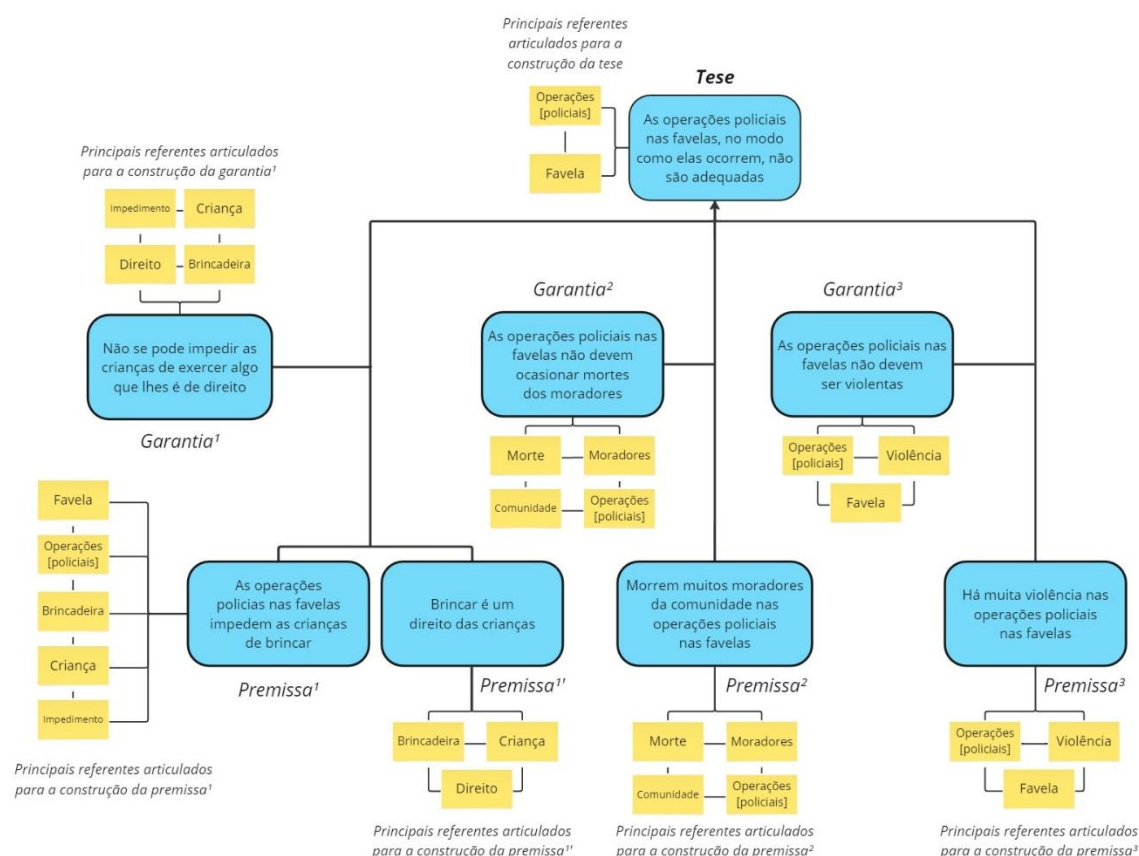


Fonte: Elaboração do autor.

O primeiro argumento mobilizado pelo L1/E1 é composto por duas premissas, uma explícita – *as operações policiais impedem as crianças de brincar* – e outra implícita – de que *brincar é um direito das crianças*. A passagem das premissas à tese é autorizada pela garantia, também apenas implícita, de que *não se pode impedir as crianças de exercer algo que lhes é de direito*, isto é, brincar. O segundo e terceiro argumentos têm estrutura semelhante, um tem como premissa, explícita, o PDV de que *morrem muitos moradores da comunidade nas operações policiais*, enquanto o outro tem como premissa, também explícita, o PDV de que *há muita violência nas operações policiais*. As garantias de ambos os argumentos, embora sejam implícitas, também se constituem como PDVs no texto e se aproximam ao elencar aspectos que não devem ocorrer em operações policiais: *ocasionar mortes dos moradores* e *ser violentas*. Todos os PDVs mobilizados pelo L1/E1, reconstruídos pelos processos referenciais, constituem diferentes segmentos do raciocínio argumentativo desenvolvido e fundamentam o PDV central, que se constitui como a tese defendida no referido texto.

Observemos, ainda que de maneira sintética, como os referentes em rede se relacionam e compõem os diferentes elementos da argumentação do texto.

Figura 26 – Representação da relação entre os referentes e os segmentos do raciocínio argumentativo do exemplo 15



Fonte: Elaboração do autor.

Nesta representação, fazemos questão de destacar que os referentes elencados são principais, porque, na construção de sentidos do texto, os referentes constroem uma complexa rede que põe em relação todos eles, de modo que poderia ser arriscado determinar que um dado referente não influi na construção dos raciocínios argumentativos. Nessa representação, é válido destacar também que tratamos de *referentes* e não de *expressões referenciais*, muito embora parte dos referentes aí descritos surja no texto a partir de expressões referenciais verbais – é o caso de *morte*, *violência* e *favela*. O referente *criança*, por sua vez, só é acessado indiretamente, a partir de outros referentes, como *brincadeira*, e pelo uso dos desenhos.

Como é possível perceber e conforme discutimos no quarto capítulo, não nos interessa, nesta síntese, dar ênfase à diferenciação entre os referentes que foram

introduzidos dos que já surgem no texto como retomadas anafóricas, sejam diretas, sejam indiretas; também não nos interessa enfatizar a diferenciação entre os referentes acessados por expressões referenciais (verbais ou imagéticas) ou que emergem somente pela relação entre referentes nas redes referenciais que se constroem. Compreendemos que esse posicionamento analítico vai em direção ao que diz Cavalcante (2024, p. 304), ao refletir que é preciso “ultrapassar a noção de referente como um objeto que se percebe apenas por expressões referenciais, mesmo porque nem elas, sozinhas, podem se bastar na negociação que os atores sociais fazem para articular indícios verbais e não verbais”. Assim, interessa-nos observar como a articulação dos referentes no texto compõem os segmentos do raciocínio, que, por sua vez, orienta argumentativamente o texto.

O próximo exemplo é também um caso mais prototípico de visada argumentativa, embora o gênero em questão, diferentemente da “carta argumentativa” que analisamos anteriormente, não seja necessariamente relacionado à argumentação quando considerada de maneira estrita.

Exemplo 16 – Aviso “Não jogue lixo no vaso sanitário #AtitudeSmart”



Fonte: Arquivo pessoal.

Esta é uma placa com aviso afixada nas portas de banheiros da rede de academias Smart Fit. A placa foi registrada na unidade da Bezerra de Menezes, na cidade de Fortaleza, no Ceará, e seu conteúdo trata particularmente das orientações quanto ao

descarte de papel higiênico após o uso. Sua existência pressupõe, então, que o descarte inadequado pode estar acontecendo na academia e gerando prejuízos, o que suscitaria, por parte da rede de academias, a tomada de ação com o objetivo de reduzir os casos. O aviso, se assim podemos nomear, é um gênero que pode ser verbal, verbo-imagético ou mesmo apenas imagético, o qual carece de uma subclassificação, em virtude de sua diversidade. Assim como a carta, é um caso de “hipergênero”, nos termos de Maingueneau (2015). Em geral, pode ser composto por mais de uma sequência textual, sendo um bom exemplo da heterogeneidade composicional nos textos. Isso significa que, diante de um aviso, podemos ter narração, explicação, descrição e argumentação. Desse modo, é um caso de gênero que certamente transita no *continuum* argumentativo. Nesse exemplo, temos uma sequencialidade argumentativa dominante, cujo aspecto descritivo dos problemas causados por jogar lixo no vaso sanitário está à serviço da argumentação.

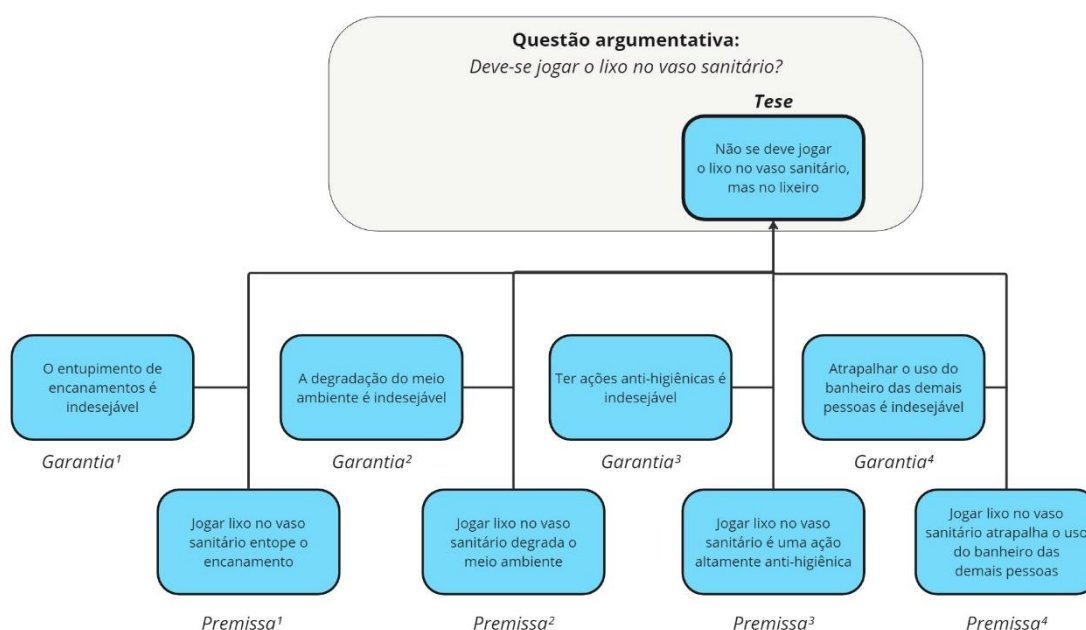
Há no texto o locutor/enunciador primeiro (L1/E1), neste caso, a Academia Smart Fit, mas também enunciadores não locutores, que estão no texto de maneira bastante discreta: os que jogam o lixo no vaso (e2) e os que são prejudicados pela ação (e3) – cuja presença é revelada na expressão “uso dos demais”. O PDV de e3 está em consonância com o PDV central de L1/E1, e o PDV de e2, em dissonância, que, afinal, é o que motiva toda a construção do texto por L1/E1 como uma crítica e um alerta.

Quanto à análise da construção referencial, o L1/E1 se direciona diretamente ao interlocutor com “Não jogue lixo no vaso sanitário”, seguido de “Lugar no lixo é no lixo”. O referente *vaso sanitário* está no texto a partir de duas expressões referenciais – uma verbal, outra imagética. Além disso, o referente *lixo* também é introduzido e logo retomado pela mesma expressão referencial. Essa afirmação em destaque, que introduz dois dos principais referentes do texto, é o PDV central que se vai se constituir como tese, cuja defesa será feita pelo L1/E1 a partir de alguns argumentos elencados na parte inferior do aviso. Como se percebe, diferentemente do exemplo anterior, temos nesse exemplo o caso de um L1/E1 que é uma instituição. A Academia Smart Fit assume a responsabilidade pelo dizer, o que se reflete não só pela marca da academia no canto inferior direito, mas também pela hashtag #AtitudeSmart e a cor amarela, que representa a academia, usada em alguns elementos visuais do aviso.

Além disso, outros referentes são introduzidos no texto, como *meio ambiente*, mas alguns retomados por anáforas indiretas, como *encanamento*, em relação a *vaso sanitário*, e mesmo *não higiene*, em relação ao referente *banheiro*, que não aparece no

texto por meio de expressão referencial, mas que se pressupõe. Em rede, os referentes vão compondo os argumentos em defesa da tese, de que *não se deve jogar o lixo no vaso sanitário, mas sim no lixeiro*, os quais são apresentados de maneira topicalizada, sempre iniciando com verbos no presente. Essa tese responde à questão argumentativa que se abstrai a partir do texto: *Deve-se jogar lixo no vaso sanitário?* Vejamos como se estrutura no diagrama o raciocínio argumentativo desenvolvido pelo L1/E1 nesse texto:

Figura 27 – Diagrama de reconstrução do raciocínio argumentativo a partir do exemplo 16



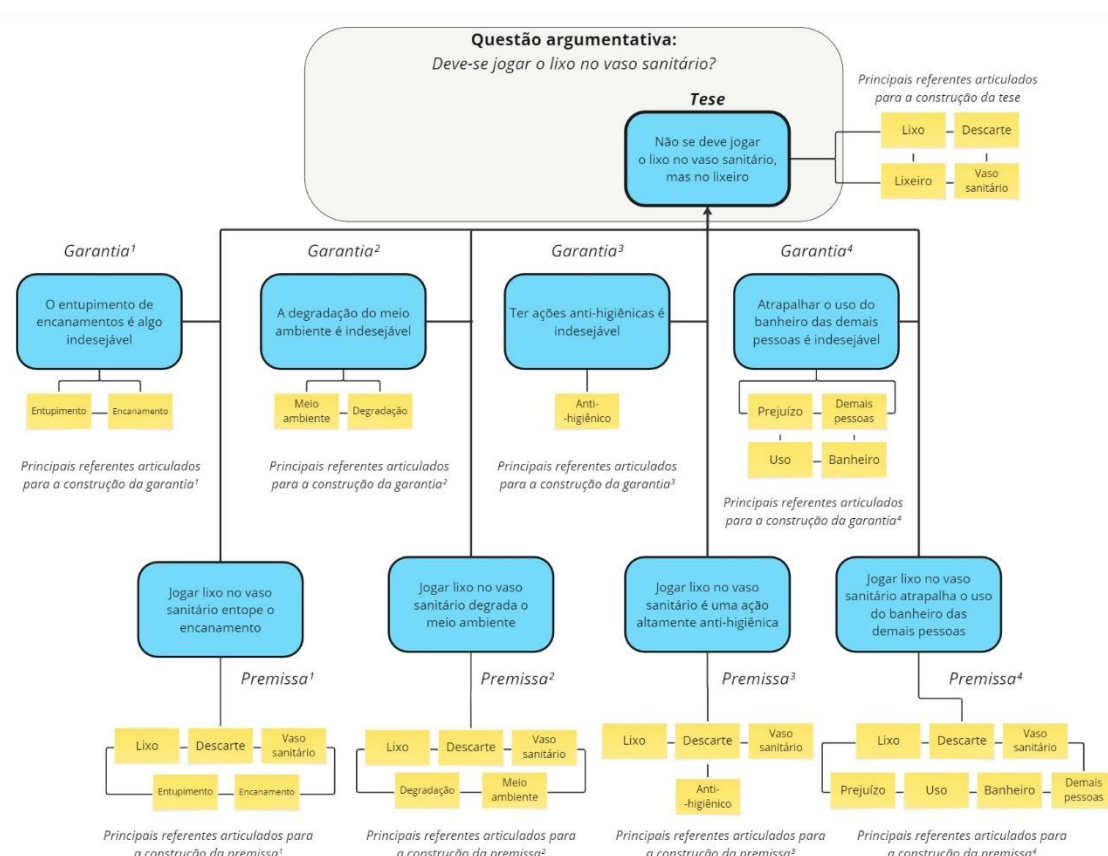
Fonte: Elaboração do autor.

O exemplo 16 revela um raciocínio argumentativo composto por quatro células argumentativas, com uma premissa e uma garantia cada. Todas elas, bem como a própria tese, constituem PDVs do texto, embora somente as premissas e a tese estejam explicitadas, enquanto as garantias podem apenas ser supostas. A primeira premissa, de que *jogar lixo no vaso sanitário entope o encanamento*, tem como garantia que *o entupimento de encanamentos é algo indesejável*; a segunda premissa, de que *jogar lixo no vaso sanitário degrada o meio ambiente*, tem como garantia que *a degradação do meio ambiente é indesejável*; a terceira premissa, de que *jogar lixo no vaso sanitário é uma ação altamente anti-higiênica*, tem como garantia que *ter ações anti-higiênicas é indesejável*; por fim, a quarta premissa, de *jogar lixo no vaso sanitário atrapalha o uso das demais pessoas*, tem como premissa que *atrapalhar o uso do banheiro das demais*

peças é indesejável. No exemplo, estamos diante de um caso em que todos os argumentos vão em direção à mesma tese, de que *não se deve jogar o lixo no vaso sanitário, mas no lixo*.

Observemos, na representação, como os referentes em rede se relacionam e compõem os diferentes segmentos do raciocínio argumentativo do texto:

Figura 28 – Representação da relação entre os referentes e os segmentos do raciocínio argumentativo do exemplo 16



Fonte: Elaboração do autor.

No processo de construção de premissas e garantias, alguns referentes têm papel relevante, como *entupimento* e *encanamento*, na construção da premissa e garantia (1); *degradação* e *meio ambiente*; na construção da premissa e garantia (2); *anti-higiênico*, na construção da premissa e garantia (3); e *uso*, *banheiro*, *prejuízo*, *demais (ou outras) pessoas*, na construção da premissa e garantia (4). Como os argumentos, de certo modo, apresentam razões de por que jogar lixo no sanitário é inadequado, também entram na composição desses argumentos os referentes *lixo*, *descarte* e *vaso sanitário*, os quais também compõem a tese defendida no texto.

O próximo exemplo é um texto que discutimos em trabalho anterior (Oliveira; Almeida, 2025, p. 47) com o objetivo de refletir sobre a variabilidade da argumentação em um mesmo gênero, isto é, de defender que “um mesmo gênero [...] pode se localizar, a depender da situação comunicativa, somente na dimensão argumentativa ou também na visada argumentativa”. No entanto, retomamos o exemplo aqui não só porque ele já compunha nosso exemplário, mas porque o modo como manifesta a argumentatividade é relevante para a reflexão que empreendemos nesta tese.

Exemplo 17 – Charge “Marco Temporal”, do cartunista de Benett



Fonte: Folha de S.Paulo, 31 de agosto de 2022 (disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2023/08/31/benett.shtml>; acesso em: 15 mar. 2025).

Estamos diante da charge, um gênero multimodal do campo jornalístico no qual o locutor alude a fatos noticiados pelos jornais para tecer críticas, valendo-se frequentemente do humor. Embora apresente a dominância da sequência narrativa, a charge tem reconhecido potencial argumentativo, em razão de seu aspecto essencialmente crítico. No entanto, quando analisado pelas noções de dimensão e visada argumentativa, é um gênero comumente avaliado como um texto que apenas tem uma dimensão argumentativa, já que não é composto por argumentos em defesa de uma tese, o que caracterizaria prototipicamente a visada argumentativa. Se admitimos com Oliveira e Almeida (2025) que há uma variabilidade dos modos de argumentar dentro de um mesmo gênero, a charge pode ser um bom exemplo desse trânsito no *continuum* argumentativo.

No caso da charge do exemplo 17, o texto tem como locutor/enunciador principal (L1/E1) o cartunista Bennet. Essa, assim como grande parte das charges publicadas pela Folha de S.Paulo, foi veiculada tanto no jornal impresso, quanto na página *on-line* do jornal e na versão fac-similada para assinantes, de modo que, para os objetivos desta análise, não daremos maior enfoque aos entornos, também porque variam a depender da mídia – impressa, digital etc. – do texto. Composto por personagens em cena, destacamos que esse texto, diferentemente dos dois textos que analisamos anteriormente, apresenta duas camadas enunciativas (Martins, 2024). A primeira, inserida, é composta pela interação entre os personagens – o homem (l2/e2), a mulher (l3/e3), e cada integrante da família indígena (que são enunciadores não locutores, isto é, e4, e5 etc.). Veremos, mais à frente, que os raciocínios argumentativos são construídos somente a partir do que assume cada qual dos locutores-enunciadores, de modo que os PDVs atribuídos a enunciadores não locutores – como pessoas marginalizadas, que precisam de ajuda – não compõem os segmentos dos raciocínios argumentativos (embora estejam em consonância com alguns deles). A segunda, englobante, é composta pelo L1/E1 e seus interlocutores projetados, isto é, os leitores do jornal e seguidores dos perfis da Folha de S.Paulo. Mais à frente, veremos que os argumentos diferem em cada quadro enunciativo, embora, neste texto monologal, estejam sempre a serviço da orientação argumentativa pretendida pelo L1/E1 do texto.

Por fim, completando o enquadramento contextual da charge, é possível notar que ela trata do Marco Temporal, como explicita o título, no topo da imagem, que teve grande repercussão midiática no ano de 2023. O Marco Temporal, cabe destacar, é uma tese de base jurídica que prevê que os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam até 5 de outubro de 1988, data em que ocorreu a promulgação da atual Constituição do país. Desse modo, é um artifício jurídico que envolve essencialmente a temática da demarcação de terras indígenas no Brasil, que é uma questão polêmica reacendida frequentemente no debate público do país.

Quanto à análise da construção referencial, o L1/E1 introduz, à esquerda, duas personagens, um homem e uma mulher, logo, dois referentes. Como o texto é primariamente imagético, a construção referencial é inteiramente alimentada pelas escolhas visuais propostas pelo L1/E1. Desse modo, vemos que os personagens vestem trajes formais, o que contribui para a construção da imagem de ambos como pessoas de classe alta. De maneira semelhante, através de variados elementos imagéticos, é

introduzida, à direita da charge, uma família de indígenas, que estão sentados no chão. São expressões referenciais imagéticas como o cocar e os cestos que corroboram para a compreensão do referente *indígenas*, que só emerge textualmente pela relação dos referentes em rede. O referente *família* também emerge nessa circunstância, mas corroborado pela relação de proximidade espacial das personagens e pela suposta configuração estereotipada de uma família (um homem, uma mulher e filhos pequenos). Além disso, pela disposição das personagens no chão, supostamente em uma rua, são recategorizados como uma família sem moradia, como *pessoas em situação de rua*.

Na cena, o homem pergunta à mulher “Por que mais terras?” e é respondido por ela com “Eles já estão perfeitamente integrados à nossa cultura”. As únicas falas da charge, aliadas ao já mencionado título proposto pelo L1/E1, introduzem (e, por vezes, retomam) no texto uma série de referentes. Se supusermos que os elementos imagéticos, que discutimos anteriormente, são lidos pelo leitor antes do cotexto verbal, referentes como *terras* podem ser analisados como retomadas anafóricas, especialmente pela frequente relação entre os referentes *indígenas* e *terras* [*indígenas*], além de outros como *demarcação de terras*, sugerido também pela relação intrínseca que possui com o referente *Marco Temporal*, introduzido pelo título da charge.

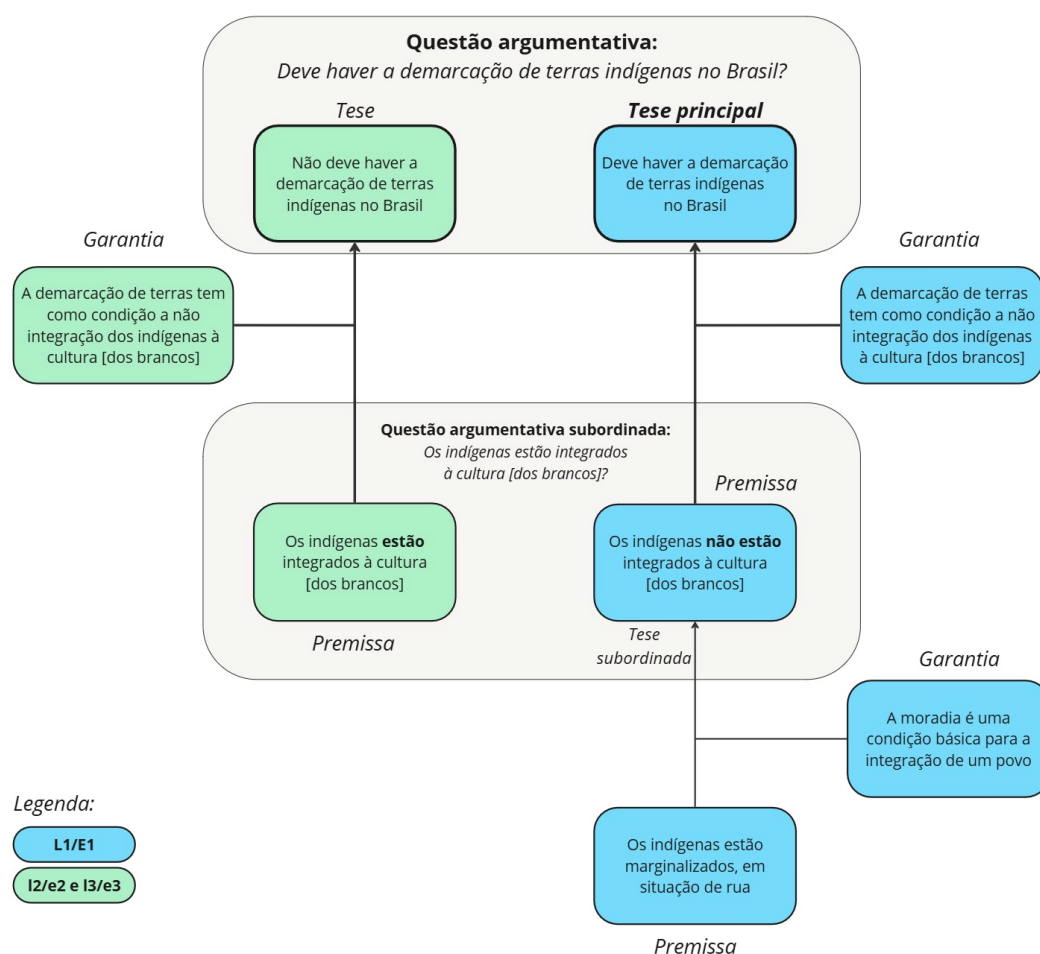
Como dissemos, com as pistas advindas das redes referenciais do texto, é possível recuperar uma alusão ampla proposta pelo L1/E1 em relação à discussão do Marco Temporal e, particularmente, da demarcação de terras indígenas no Brasil. Quando a personagem questiona “Por que mais terras?”, as terras às quais ela se refere são aquelas reivindicadas pelos diferentes povos indígenas brasileiros. O questionamento da personagem, desse modo, já direciona argumentativamente a uma posição contrária às demarcações, o que é reforçado pela conclusão advinda da fala da segunda personagem, que alega que os indígenas estão “perfeitamente integrados à nossa cultura”.

Observemos, agora, como se arranja a argumentatividade nesse texto, que, como temos visto, é composta pelos variados PDVs gerenciados pelo L1/E1. Para começar, podemos nos perguntar: qual é a questão argumentativa discutida nesse texto? Assim, pensamos que se abstrai dele a seguinte questão: *Deve haver demarcação de terras indígenas no Brasil?* De início, é preciso admitir que o L1/E1 não assume a tese das personagens que falam, respectivamente locutores-enunciadores segundo (l2/e2) e terceiro (l3/e2) que ele põe em cena no texto, isto é, a tese de que não deve haver demarcação de terras indígenas no Brasil. Sua tese é justamente a contrária. Para

compreender o porquê, o primeiro passo é admitir também que não se pode reconhecer que uma família indígena em situação de rua está “perfeitamente integrada” à cultura dos brancos. O que o L1/E1 propõe, portanto, é ironizar esse argumento, eventualmente usado pelas pessoas contrárias à demarcação de terras indígenas, pois, na verdade, não há integração, muito menos perfeita, já que os indígenas são marginalizados nas cidades.

Do raciocínio argumentativo do texto, tanto de I2/e2 e I3/e3 quanto do L1/E1, somente uma premissa é explicitada pelo texto verbal, a premissa do argumento dos I2/e2 e I3/e3, que se constitui pela fala da mulher. No entanto, pela fala do homem, já é possível supor a própria tese de que não deve haver (mais) demarcação de terras, razão que o leva ao questionamento: “Por que mais terras?”. Todo o resto dos argumentos é reconstruído nesta análise, porque estão implícitos e são essencialmente apoiados pelas redes referenciais do texto. Vejamos:

Figura 29 – Diagrama de reconstrução dos raciocínios argumentativos a partir do exemplo 17



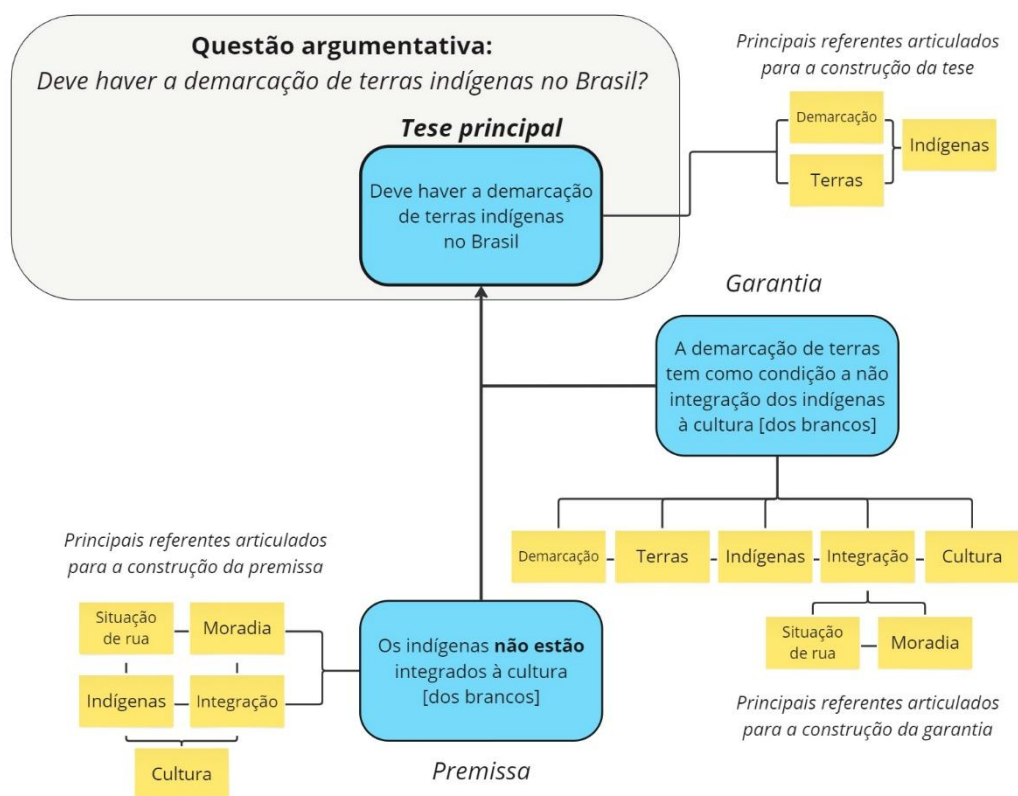
Fonte: Elaboração do autor.

O L1/E1 rebate a premissa do argumento mobilizado pelos l2/e2 e l3/e3 com a tese subordinada de que *os indígenas não estão integrados à cultura*, que é justificada pela premissa de que *os indígenas estão marginalizados, em situação de rua*. Essa premissa é suposta no texto unicamente pelos referentes imagéticos, isto é, a família indígena ao chão de uma rua. A passagem da premissa à tese é apoiada pela garantia, que no texto também é suposta, de que *a moradia é uma condição básica para a integração de um povo*. Esse argumento embasa a tese que responde a uma questão argumentativa subordinada (*os indígenas estão integrados à cultura [dos brancos]?*) e serve à contra-argumentação do raciocínio argumentativo de l2/e2 e l3/e3. Daí concluímos que o L1/E1 expõe a tese das personagens com o objetivo, ainda que implícito, de rebatê-la.

A partir desse argumento, observamos que essa tese subordinada, de que *os indígenas não estão integrados à cultura*, se torna uma premissa que justifica a tese principal do texto – de que *deve haver a demarcação de terras indígenas no Brasil*. Nesse argumento, que é central na orientação argumentativa desse texto, a passagem da premissa à tese é apoiada pela garantia de que *a demarcação de terras tem como condição a não integração dos indígenas à cultura [dos brancos]*, a mesma que sustenta o argumento de l2/e2 e l3/e3.

Se enfocarmos, neste momento, apenas no argumento orientado à tese principal, que se pode abstrair do texto pela relação entre os referentes, podemos assim demonstrar, de maneira sintética, como os referentes em rede se relacionam e compõem os passos da argumentação desenvolvida.

Figura 30 – Representação da relação entre os referentes e os segmentos da célula argumentativa do exemplo 17 que se direciona à tese principal



Fonte: Elaboração do autor.

Embora não influa em nossa análise diferenciar referentes que emergem por expressões referenciais dos que surgem a partir de outras pistas do texto e da própria relação entre referentes em rede, é relevante reforçar, até para que se perceba a relevância de assumirmos nesta tese uma perspectiva das redes referenciais, os casos de referentes como *indígenas*, que só é acessado indiretamente, a partir de outros referentes imagéticos que surgem para caracterizar as personagens – como dissemos anteriormente, o *cocar* e o *cesto*, mas também pelo referente *Marco Temporal*, que remete indiretamente a demais referentes não explicitados, como *demarcação*.

Como dissemos anteriormente, a complexidade da análise argumentativa do exemplo 17 se justifica porque, nessa charge, desenvolvem-se argumentos diferentes para cada uma das camadas enunciativas, mas vimos que há um argumento que se encaminha à tese principal do texto, defendida pelo L1/E1. Nessa charge, observamos um locutor que busca a adesão dos possíveis interlocutores a uma tese, a de que *deve haver a demarcação de terras indígenas*, embora a maior parte dos argumentos estejam implícitos nesse texto e tenham sido reconstruídos em nossa análise. A argumentação acontece no texto por meio da complexidade narrativa envolvendo os enunciadores que o L1/E1 põe

em cena. É por essa construção argumentativa, mesmo que muito implícita, que dizemos que essa charge tem uma visada argumentativa, o que pode não ocorrer em toda charge.

Outro texto que compõe nosso exemplário também foi discutido em trabalhos anteriores (Cavalcante *et al.*, 2022), mas o percurso analítico que desenvolveremos aqui será diferente, particularmente pelos resultados a que chegamos, divergindo das afirmações que fizemos. Essa reavaliação resulta naturalmente das reflexões empreendidas por esta tese, especialmente no que tange à compreensão do arranjo argumentativo de textos que supostamente não teriam uma visada argumentativa, mas que agora vemos como textos que têm uma visada, porque a partir dele é possível reconstruir argumentos em favor de uma tese principal.

Exemplo 18 – Post “Por coincidência eu achei isso aqui também”, de luc@s



Fonte: Rede social X.

Diferentemente da charge, o *tweet* (atualmente *post*)⁶² é um caso complexo em termos de compreensão do gênero. Isso porque, diferentemente de outros pesquisadores (Aquino; Dioguardi, 2015; Azevedo; Pereira; Ayres, 2021), neste trabalho,

⁶² Durante a recolha desse exemplo, em 21 de abril de 2022, a rede social *Twitter* ainda não havia sido vendida para o seu atual dono, o empresário Elon Musk. Desse modo, é possível notar, no topo da captura de tela, a expressão “Tweet”, nome que era dado à postagem na rede. Após a venda da empresa, em 27 de outubro de 2022, paulatinamente o nome da rede social foi mudado para *X*, bem como foram suprimidas as referências à antiga marca. Atualmente, no lugar da expressão “Tweet”, encontra-se simplesmente “Post”.

não consideramos que as postagens (de quaisquer que sejam os ecossistemas) possam se constituir como um único gênero, uma vez que, através delas, verifica-se a circulação de gêneros variados, como webnotícias, convites, resenhas, corrente, relato etc. A despeito dessa discussão terminológica, sabemos que, ao nos depararmos com esse texto, estamos sim diante de um gênero, ainda que possamos não saber bem como nomeá-lo. Em termos argumentativos, é possível afirmar que as possibilidades oferecidas pelas postagens das redes sociais são sempre muito ricas, de modo que, de antemão, admitimos que os textos que circulam nesses ecossistemas digitais podem ou não ter uma visada argumentativa.

Essa postagem foi feita pelo usuário *luc@s*, locutor-enunciador primeiro (L1/E1) do texto, no dia 6 de abril de 2022, como revelam as credenciais técnicas da postagem no topo e no rodapé.⁶³ É possível observar que *luc@s* reposta⁶⁴ uma outra postagem, do perfil *@UOLnoticias*, publicada no mesmo dia, em 6 de abril, na qual se apresenta a seguinte manchete de notícia: “Levantamento mostra que PMs não confiam na segurança da urna eletrônica”, seguida do link que leva ao site do portal UOL com a notícia completa. A repostagem do usuário é acompanhada de um comentário,⁶⁵ que, por sua vez, é composta por uma captura de tela de uma outra manchete de notícia, desta vez do G1: “Mais de 70% da população brasileira não confia na polícia, diz pesquisa”, antecipada especialmente pelo texto escrito pelo usuário: “Por coincidência eu achei isso aqui também”, no qual a expressão referencial “isso” encapsula a manchete descrita.

Em termos de instâncias enunciativas, é relevante destacar que, diferentemente da charge, lidamos nessa postagem com apenas uma camada enunciativa, composta por L1/E1, *luc@s*, e seus interlocutores projetados – seus seguidores no ecossistema X e todos aqueles suscetíveis de verem a postagem em seus respectivos *feeds*, os quais, enquanto não tomam a fala, podem ser considerados Terceiro(s) da situação de comunicação. No entanto, há também locutores-enunciadores segundo (l2/e2) (Portal UOL) e terceiro (l3/e3_ (G1),⁶⁶ além de enunciadores não locutores (e4, e5, e6 e e7) (“PMs”, “população brasileira”, “estudo” e “levantamento”).

⁶³ Por questões éticas, após a captura de tela, procedemos à anonimização da foto de perfil e do nome do usuário.

⁶⁴ Postar, repostar, curtir etc. são gestos tecnolinguageiros previstos pela rede social X, um ecossistema cuja organização norteia as práticas tecnolinguageiras que lá ocorrem (cf. Cavalcante, Brito e Oliveira, 2021)

⁶⁵ Atualmente, a rede social X divide a repostagem em “Repostar” (repostagem sem comentário) e “Comentário” (repostagem com comentário).

⁶⁶ Admitimos que, excetuando-se o caso do locutor/enunciador primeiro, o ordenamento dos enunciadores é apenas uma escolha, sem prejuízos para a análise caso seja invertida (isto é, o G1 ser considerado o locutor/enunciador segundo, e o Portal UOL ser considerado o locutor/enunciador terceiro).

Com o objetivo de completar o enquadramento contextual, é válido ressaltar que essa postagem foi publicada em 2022, ano de eleição presidencial no Brasil, na qual ocorreria a acirrada disputada entre os candidatos Lula e o então presidente Jair Bolsonaro, que tentava a reeleição. O resultado da eleição foi acirrado, mas a população brasileira deu a vitória à Lula, com 50,90%, contra os 49,10% de Jair Bolsonaro. Nesse ano, como dissemos, o país ainda era governado por Jair Bolsonaro, e parte de suas estratégias para a reeleição envolvia o uso frequente das mídias para desacreditar o processo eleitoral e, especialmente, as urnas eletrônicas, supondo que elas não eram seguras⁶⁷, uma vez que os resultados das pesquisas já indicavam uma possível derrota sua. Desse modo, durante praticamente todo o ano de 2022, a segurança das urnas eletrônicas e a lisura do processo eleitoral no Brasil foram alvos de debate. É desse contexto que emerge não só o levantamento noticiado pelo Portal UOL, mas também a própria publicação do usuário luc@s, alvo de nossa análise neste capítulo.

Quanto à análise da construção referencial, se considerarmos que a saliência da captura de tela da matéria do G1 convocada pelo L1/E1 é o primeiro elemento visualizado pelo interlocutor, podemos supor que são introduzidos referentes como *população brasileira*, *polícia*, *desconfiança*, além do referente *coincidência*, no texto da postagem, que será relevante para a compreensão da ironia proposta pelo L1/E1. Por consequência, há retomadas anafóricas a partir da postagem repostada pelo usuário, como em *PMs* (retomando *polícia*) e *desconfiança*. Mas nesse trecho há também a introdução referencial do referente *urna eletrônica*, que remete à própria questão argumentativa que subjaz ao texto: *As urnas eletrônicas são seguras?* Retornaremos à discussão dos argumentos logo à frente, mas por ora é válido salientar como os referentes vão possibilitando a construção de sentidos propostos pelo L1/E1 em um arranjo simples e, ao mesmo tempo, criativo de argumentação nessa postagem. Para combater o PDV que ele supõe ser defendido pela maioria dos PMs, que se constituem no texto como enunciador não locutor (e4), de que *as urnas eletrônicas não são seguras*, o L1/E1 contra-argumenta insinuando que há considerável falta de confiabilidade da população brasileira na polícia, com o argumento *ad hominem*, isto é, aquele que consiste em atacar

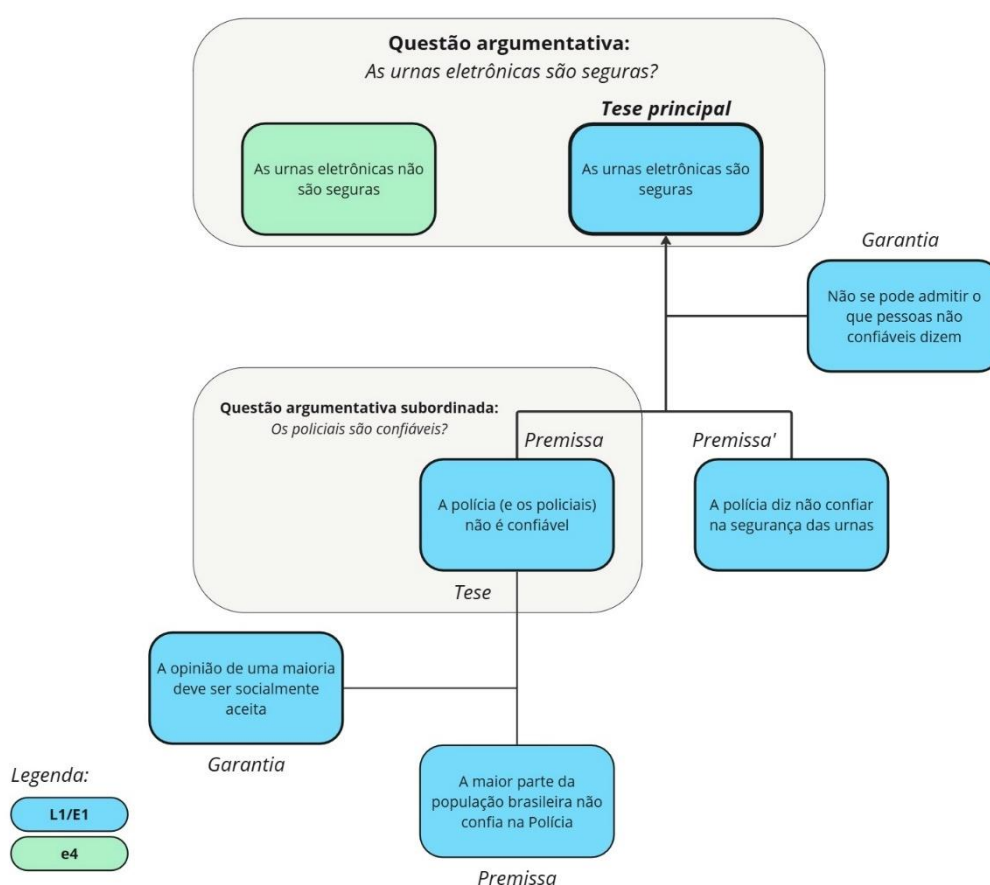
⁶⁷ Sugere-se a leitura da matéria “Relembre vezes em que Jair Bolsonaro questionou o sistema eleitoral”, publicada pela CNN Brasil, disponível no link <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/> (acesso em: 16 mar. 2025).

pessoalmente a pessoa que produz um argumento para tornar implausível o que ela defende.

Partindo para uma análise dos raciocínios argumentativos no texto, o que se percebe, assim como no exemplo anterior, é uma argumentação com uma questão argumentativa principal (*As urnas eletrônicas são seguras?*) e outra subordinada (*Os policiais são confiáveis?*). Observemos a argumentatividade a partir do diagrama:

Figura 31 – Diagrama de reconstrução dos raciocínios argumentativos a partir exemplo

18



Fonte: Elaboração do autor.

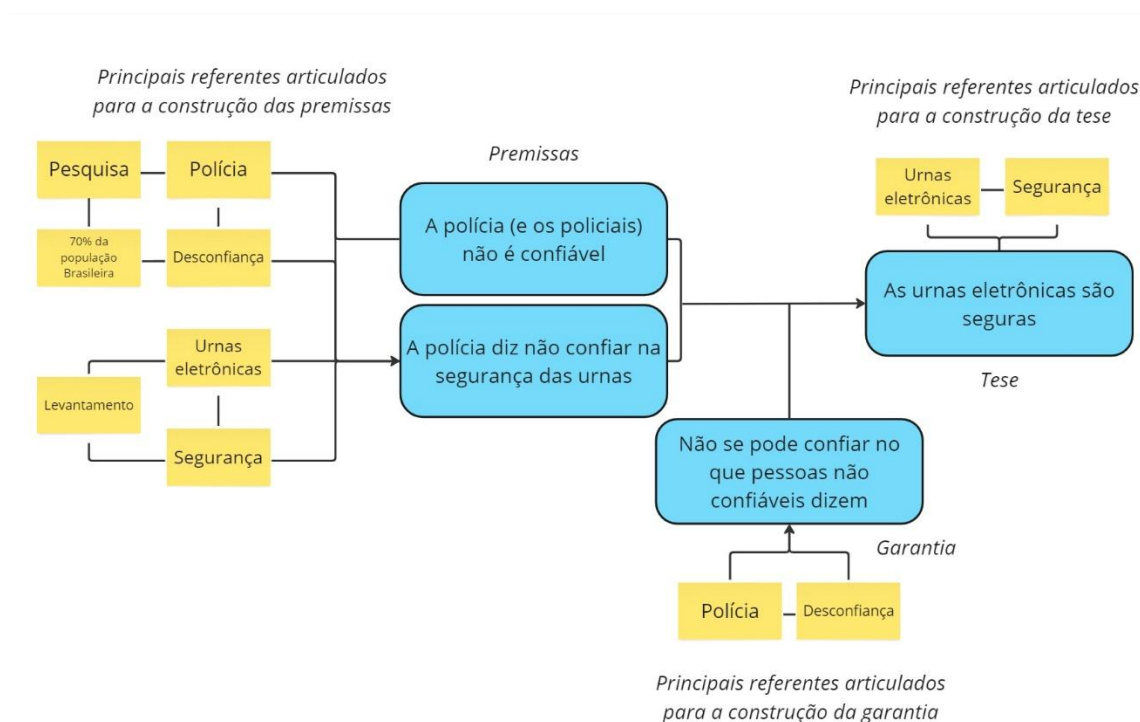
Destacamos em cor verde o PDV atribuído ao e4 (PMs), de que *as urnas eletrônicas não são seguras*. Como não há desenvolvimento argumentativo, considerando inclusive que se trata de uma manchete que reporta uma pesquisa feita com policiais militares, estamos admitindo que essa asserção, relevante no texto, porque é alvo da contra-argumentação do usuário, é apenas um PDV; caso estivesse amparada por premissa e garantia, constituiria uma tese. Ao lado, apresentamos no diagrama o

desenrolar do raciocínio argumentativo do L1/E1, que se inicia com um argumento subordinado e se encaminha para o argumento principal do texto, que o orienta argumentativamente.

O que se pode notar é que, no argumento subordinado, uma tese é apresentada pelo L1/E1, de que *a polícia (e os policiais) não é confiável*, a partir da premissa de que *a maior parte da população brasileira não confia na polícia* [que advém da manchete do G1 (13/e3)]. A passagem da premissa à tese é autorizada pela garantia de que *a opinião de uma maioria deve ser socialmente aceita*. Essa tese, por sua vez, torna-se uma das premissas do argumento principal, ao lado de uma segunda premissa, de que *a polícia diz não confiar na segurança das urnas eletrônicas* [que advém da manchete do Portal UOL (12/e2)]. A passagem das premissas à tese é autorizada pela garantia de que *não se pode admitir o que pessoas não confiáveis dizem*. É importante notar que todo o desenvolvimento argumentativo do L1/E1 é implícito, uma vez que ele se restringe a repostar uma dada matéria e comentá-la por meio de uma captura de tela de uma outra matéria, o que, como vimos, difere significativamente dos exemplos anteriores.

Por fim, se enfocarmos apenas na célula argumentativa principal do texto, que se pode abstrair pela relação entre os referentes, podemos assim demonstrar, de maneira sintética, como os referentes em rede se relacionam e compõem os segmentos da célula.

Figura 32 – Representação da relação entre os referentes e os segmentos da célula argumentativa do exemplo 18 que se direciona à tese principal



Fonte: Elaboração do autor.

Por fim, convém discutirmos nossas divergências em relação à análise que empreendemos anteriormente sobre o mesmo exemplo (*cf.* Cavalcante *et al.*, 2022, p. 99), de que falamos no início. Naquele contexto, afirmamos que o referido texto não explicitava uma tese sobre a questão, embora tenhamos dito que o L1/E1 se posicionava favoravelmente ao PDV de que *as urnas eletrônicas são seguras* e que ele fazia isso através da estratégia de apresentar um dado estatístico como um fato, pondo em xeque a credibilidade da polícia. Além disso, dizemos que do texto era possível abstrair um espécie de “silogismo”, composto pelas seguintes partes:

- Os policiais militares não confiam nas urnas.
- Mas policiais não são confiáveis.
- Logo, se eles não são confiáveis, não se pode confiar naquilo que dizem.

De fato, a estratégia usada pelo usuário é esta em que ironicamente afirma ter achado uma manchete por “coincidência”, quando, em verdade, ele promove a seleção de uma notícia específica para responder à primeira. No entanto, para nós, o PDV de que *as urnas eletrônicas são seguras* constitui-se como tese no texto, amparada por premissas e garantia, em uma complexa trama argumentativa com subordinação, conforme vimos no diagrama da figura 31. Além disso, embora não tenhamos pormenorizado o “silogismo”,

vemos que ele constituía parcialmente o raciocínio desenvolvido para a questão argumentativa subordinada no texto. Essa mudança de compreensão sinaliza o modo como as reflexões empreendidas nesta tese podem contribuir para uma compreensão mais otimizada da visada argumentativa nos textos.

O exemplo a seguir é também um caso complexo, que retomamos de trabalhos anteriores (Oliveira e Cavalcante, 2024). Dessa vez, buscaremos aprofundar o debate iniciado anteriormente, refletindo sobre a argumentatividade desse texto.

Exemplo 19 – Crônica “Drummond Fascista Misógino”, de Antonio Prata

Antonio Prata

Escritor e roteirista, autor de "Por quem as panelas batem"

Drummond fascista misógino

A professora leciona há 40 anos, mas nada do que disser fará diferença

22.abr.2023 às 12h01

Na primeira aula de modernismo 1 a professora começa a escrever na lousa o "Poema de Sete Faces", do Drummond: "Quando eu nasci, um anjo torto" —"esse verso é problemático!", ribomba uma voz do fundo da sala. Ela se vira e fica surpresa ao perceber que a voz tonitruante vem de um magricela que não parece ter mais de 18 anos. Ele a encara com um brilho nos olhos, o brilho dos que viram a luz.

Com a segurança de um palestrante num TED Talks —coisa rara, antigamente, em primeiranistas— o aluno explica: "Um anjo?! Sério?! Anjo é um elemento do catolicismo, é a religião opressiva do invasor. Esse verso aí reforça o colonialismo que massacrou e calou as religiões dos povos originários! Por que não: ‘Quando eu nasci, Anhangá’? Ou: ‘Quando eu nasci, Xolotl’? Ou: ‘Quando eu nasci, Wakan Tanka’?"

Os olhos da professora percorrem a classe em busca de alguma cumplicidade, uma piscadela que sussurrasse "esquece, ele é um mala, bola pra frente", mas as expressões desafiantes sugerem é apoio ao magricela. "Bom, Drummond era de Minas Gerais, um estado muito católico. As referências do autor vêm do caldo cultural em que ele" —interrompem-na de novo. Agora é uma garota loira, que joga a ponta de sua keffiyeh palestina por cima do ombro e brada: "Claro: homem, hétero, cis e branco, só pode falar do próprio umbigo, mesmo, não é capaz de tirar a bunda do privilégio e ir até as periferias, até as comunidades, falar do Brasil real!"

Já se passaram alguns minutos e estão empacados na quinta palavra do poema: a professora tenta contemporizar. "Vocês têm razão. São temas interessantes. Podem inclusive pensar em alguma coisa por aí pro trabalho de encerramento do curso. Agora vamos lá pro próximo verso" —"péra!", ordena outro aluno. "Tem outra coisa que me incomoda, aí, mais até que o anjo: ele diz ‘anjo torto’. Torto, gente? Torto é capacitismo! ‘Torto’ é tão ofensivo pra uma pessoa com deficiência como manco, vesgo, anão, mudinho. Na boa, professora, mas foi uma escolha muito problemática do Drummond. Por que não, em vez de ‘anjo torto’, ‘Anhangá portador de deficiência’? Ou, pra não zoar a métrica, ‘Wakan Tanka PCD’?"

"Olha, pessoal, isso é um poema. Quando o eu lírico diz que o anjo é ‘torto’ ele não tá dizendo fisicamente ‘torto’. É metafórico. Vamos seguir com o poema que fica claro", ela fala enquanto escreve na lousa, rapidamente: "Quando nasci, um anjo torto/ desses que vivem na sombra/ disse: Vá, Carlos! ser gauche na vida." Explica: "pra quem não sabe, ‘gauche’ em francês é esquerda, mas também canhestro, atrapalhado e" —um aluno se levanta, revoltado, no fundo da sala: "Ah lá! Esse homem branco, hétero, cis e colonialista vem falar em francês que ser de esquerda é errado!". Uma garota se levanta também: "Drummond fascista!". Outra emenda: "Sabia que ele traía a mulher?! Era um machista! Misógino! Poetas abusadores não passarão!". A professora tenta, embalde, voltar à aula: "turma, turma, vamos primeiro terminar o poema?". Um aluno grita "não é sobre poesia, é sobre decolonialismo!".

A professora leciona há 40 anos. Teve aula com Antonio Candido e Milton Santos, resenhou Clarice Lispector e Caio Fernando Abreu, mas percebe que nada do que disser ali fará qualquer diferença: eles vieram para ensinar, não para aprender, trouxeram a cartilha pronta e segundo tal cartilha, aparentemente, não há mais lugar na literatura brasileira para Carlos Drummond de Andrade. "Mundo mundo vasto mundo," —ela pensa— "se eu me chamasse Raimundo/ Seria uma rima, não seria uma solução./ Mundo mundo vasto mundo," — ela espera — "mais vasto é o meu coração".

Fonte: Folha de S.Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2023/04/drummond-fascista-misogino.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2025.

A crônica, apesar de ser um gênero do campo artístico-literário, é frequentemente veiculada no campo jornalístico-midiático, de modo que pertence simultaneamente a ambos. Em termos de composicionalidade, comumente apresenta a dominância da sequência narrativa, como é o caso do exemplo 6. Em termos de tema, as crônicas versam sobre uma variedade de assuntos, alimentando-se por vezes dos fatos noticiados – o que demonstra a razão de estar em dois campos distintos –, mas elas comungam o fato de flagrarem episódios do tempo presente – tanto que a origem etimológica do nome dado ao gênero remete à questão do tempo (*khrónos*).

Conforme discutimos no terceiro capítulo a partir do exemplo 7 desta tese, há estudos que se debruçam sobre a relação entre narração e argumentação (Danblon *et al.*, 2008; Olmos, 2017), analisando a função de narrativas na argumentação (concebida numa perspectiva estrita). Embora nossa pesquisa, pelos objetivos que traçamos, não se aprofunde nessa relação, interessa-nos destacar a problemática da composicionalidade como critério basilar para se compreender a argumentatividade nos textos. Isso porque, neste caso, como veremos, não estamos frente a uma narrativa que cumpre uma função de *premissa* ou *garantia* ou mesmo do argumento como um todo.⁶⁸ A situação nos parece mais complexa, e buscaremos evidenciar isso ao longo da análise, porque o texto é predominantemente narrativo, mas, ao mesmo tempo, parece defender um PDV central.

Isso então significaria que estamos diante de um texto de visada argumentativa? Este foi o questionamento que fizemos em trabalhos anteriores (Oliveira e Cavalcante, 2024) e que esta tese buscará, se não responder, trazer possibilidades mais consistentes de resposta. Embora os textos do gênero em questão sejam comumente enquadrados como tendo apenas de uma dimensão argumentativa, o que tentaremos demonstrar, especialmente considerando o *continuum* argumentativo, é que a crônica pode ter uma potencialidade argumentativa que a aproxime muito mais de uma *visada* em

⁶⁸ O título da obra organizada por Olmos (2017) destaca inclusive este aspecto – *Narration as argument*, em português *Narração como argumento*.

comparação a textos de outros gêneros, como a receita, a piada, o convite, o boletim de ocorrência etc.

O texto em questão, cujo título é “Drummond fascista misógino”, foi publicado na Folha de S.Paulo em 22 de abril de 2023 e foi escrito por Antonio Prata, que assume no texto o papel de locutor/enunciador primeiro (L1/E1). Nele, o autor trata de uma temática bastante discutida na contemporaneidade: o identitarismo. Nomeia-se dessa forma o movimento político, ampliado na última década, que visa discutir temas caros a grupos historicamente marginalizados ou minoritários. Fruto desse movimento, o termo “problematização” passou a nomear o processo no qual as pessoas que comungam esses ideais questionam, especialmente em ambiente digital, diversos aspectos que envolvem o modo de apreensão da realidade das pessoas marginalizadas (a população preta, a população LGBTQIA+, os povos originários, entre outros). Por fim, também resulta, em parte, desse processo a “cultura do cancelamento”, na qual uma pessoa ou um grupo é “excluído” de uma posição de influência em virtude de atitudes consideradas questionáveis. Todo esse cenário é, portanto, o contexto de onde emerge a crônica produzida pelo L1/E1.

Quanto à análise da construção referencial, vê-se que o L1/E1 narra um dia de aula de uma professora. Isso fica claro desde o subtítulo da crônica, no qual o referente “professora” é introduzido e ativa outros referentes que situam o universo educacional. Em relação ao referente *Drummond*, introduzido no título e que alude ao escritor Carlos Drummond de Andrade, pode-se pensar que a relação entre eles já também aciona a compreensão de uma aula de literatura, o que se confirma pelo nome da disciplina apresentada na primeira linha do texto – “Modernismo 1”. Mas ainda sobre o referente *Drummond*, é relevante notar que, após introduzido, ele é imediatamente recategorizado a partir das expressões referenciais *fascista* e *misógino* – acusações frequentes do debate contemporâneo –, mas que também deixa em suspenso perguntas como: era Drummond fascista e misógino? No que se sustentam essas acusações?

Na narrativa, a professora, que é um locutor/enunciador segundo (12/e2) no texto, começa a escrever na lousa o “Poema de Sete Faces”, pelo que é sucessivamente interrompida pelos alunos a partir de seus questionamentos. Esses questionamentos, como dissemos, enquadram-se no que estamos chamando de “problematização”. Como se lê no texto, por exemplo, o poema falar em *anjo* revela, segundo os alunos, os quais, um a um, vão sendo locutores-enunciadores do texto (13/e3; 14/e4 etc.), uma postura religiosa e

conservadora e, por consequência, colonialista de Drummond. O fato de o anjo ser *torto*, por sua vez, implicaria ofensa do autor com as pessoas com deficiência. Nessa mesma esteira vão as demais críticas dos alunos contra a decisão da professora de escolher o poema de Drummond.

Como são muitos os referentes mobilizados numa crônica dessa dimensão, cabe-nos, nesta análise, ressaltar alguns aspectos da construção referencial que são relevantes para a orientação argumentativa:

- Há uma série de referentes, introduzidos ou retomados, que remetem ao universo comum aos textos pertencentes a um pretenso discurso identitário: *religião opressiva, decolonialismo; povos originários; pessoa com deficiência; homem; hétero; cis; branco; periferia; fascista; misógino; machista*, entre outros.
- Os referentes que contribuem na caracterização das personagens: *magricela que não parece ter mais de 18 anos; segurança de um palestrante num TED Talks; e uma garota loira, que joga a ponta de sua keffiyeh palestina por cima do ombro*. Esses referentes, à medida que vão sendo introduzidos, se relacionam na rede referencial do texto e corroboram um processo conjunto de recategorização, que até constrói uma imagem das pessoas do movimento do identitarismo.

Como dissemos em Oliveira e Cavalcante (2024), o exagero proposto pelo L1/E1 na crônica é intencional e tem o objetivo de satirizar o identitarismo, que comumente acarreta “cancelamentos”. A argumentatividade do texto então é construída inteiramente pelos recursos da narrativa e, do ponto de vista da construção referencial, pela composição de personagens caricaturais e de uma situação narrativa com forte teor sarcástico, que, nesse texto, avalia as pessoas que levantam pautas identitárias como tendo uma atitude vexatória, o que não necessariamente representa esse grupo.

Refletindo ainda sobre a argumentatividade do texto, retomamos o questionamento feito em Oliveira e Cavalcante (2024, p. 120): “a partir do texto que vimos, por que temos a sensação de que o locutor/enunciador principal se presta a mostrar uma opinião, ou, mais objetivamente, uma tese?”. Esse PDV central de que falamos é a ideia de *críticas e alegações, quando não bem embasadas, são prejudiciais*. A partir do que refletimos nesta pesquisa, duas reflexões são feitas por nós: (i) reconhecemos que a recomposição do PDV central do texto é, em certa medida, frágil, tendo em vista que

muitas outras proposições poderiam ser enquadradas como o PDV central desde que consistissem em uma crítica ao movimento identitário); (ii) refletimos também que possa ser inconsistente afirmar que uma tese exista sem argumentos, como hipotetizamos em Oliveira e Cavalcante (2024), porque esbarraríamos numa circunstância incontornável. Isto é, como definir o processo no qual um *PDV central* do texto assumiria o estatuto de *tese* se não pelo processo no qual outros PDVs do texto, construídos referencialmente, são mobilizados e passam a compor segmentos de *argumento(s)* para fundamentar e defender esse PDV central, que aí então se firmaria como *tese*, como vimos ilustrados em outros exemplos deste capítulo?

Apesar disso, não excluimos desta análise um aspecto que também levantamos em trabalho anterior. Ao compor a narrativa do modo como ela se configura, não parece o PDV central mobilizado pelo L1/E1 oferecer uma resposta a uma questão argumentativa? Em Oliveira e Cavalcante (2024), dizemos que a questão argumentativa era: *são pertinentes as práticas de cancelamento a um autor, mesmo que seu texto não tencionasse atingir as minorias?* Naquele trabalho, inclusive confrontamos dois textos, um artigo de opinião e essa crônica que discutimos, para que se tornasse mais evidente como elas, de modo bastante distintos, apresentavam respostas à mesma questão. A diferença, como podemos notar, é que, até pelo gênero que elege, o L1/E1 do exemplo 19 não tem a preocupação de justificar esse PDV central, ele simplesmente o apresenta ao leitor. Assim, a crítica ao identitarismo é apenas inferida a partir das ações e falas das personagens, mas também a partir do modo como o narrador caracteriza as personagens. No entanto, pensamos que nem de longe este seja um aspecto que reduz a potencialidade argumentativa do texto, que, pelo contrário, pode persuadir muito mais o leitor que um artigo de opinião que elencasse uma série de argumentos em defesa do mesmo PDV.

Nesta análise, objetivamos destrinchar essa problemática a partir de um texto que, para nós, se não se situa numa visada argumentativa (posição defendida por nós a partir dos critérios que estamos estabelecendo ao longo desta tese), tampouco está distante dela, se aproximando significativamente dos textos que apresentamos nesta seção até aqui, especialmente os que manifestam a visada argumentativa em suas formas marginais. Não é demais repetir que, admitindo a ideia de que há um *continuum* de argumentatividade (a dimensão argumentativa como um todo) com diferentes manifestações textuais da argumentação, os textos apresentam diferentes potencialidades argumentativas. O L1/E1 gerencia essa potencialidade argumentativa, considerando toda

a situação de comunicação, a partir de suas intencionalidades e da mobilização de PDVs. Somente quando essa potencialidade faz emergir no texto um *PDV central*, que se firma como *tese* quando é amparado por um ou mais *argumentos*, dizemos que o texto tem uma visada argumentativa. A visada argumentativa não é homogênea, porque, como vimos neste capítulo de análise, tem formas prototípicas e marginais, nem se circunscreve à dominância da sequência argumentativa, porque, como se vê, apenas a composicionalidade não dá conta de dimensões relevantes para a argumentação.

O próximo exemplo que discutiremos nesta tese é novamente uma charge, desta vez com menos recursos estritamente verbais e com mais apelo imagético. Por já termos discutido os aspectos que envolvem a potencialidade argumentativa desse gênero, passaremos à etapa de enquadramento contextual desse texto.

Exemplo 20 – Charge “Rio 60 °C”, do cartunista de Benett



Fonte: Folha de S.Paulo, 18 de fevereiro de 2025 (disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/02/18/benett.shtml>; acesso em: 22 jun. 2025).

A referida charge, publicada em 18 de fevereiro de 2025 no jornal Folha de S.Paulo, tem como locutor/enunciador primeiro (L1/E1) o cartunista Benett. Diferentemente da charge do exemplo 17, essa apresenta apenas uma camada enunciativa, que envolve o L1/E1 e seus prováveis interlocutores, os leitores do jornal e seguidores dos perfis da Folha de S.Paulo. A charge é composta pela representação do Cristo Redentor, de um círculo vermelho e da parcela verbal “RIO 60 °C”. Destaca-se que se trata de um texto produzido durante o verão brasileiro, circunstância que, em 16 de

fevereiro de 2025, fez a cidade do Rio de Janeiro registrar um recorde de sensação térmica – 60,1°C.

Assim, há, na charge, dois apelos intertextuais muito interessantes – uma alusão à referida notícia do recorde de sensação térmica e uma alusão à popular expressão que remete à cidade – “Rio 40 graus” –, advinda do documentário “Rio, 40 graus”, de Nelson Pereira dos Santos, de 1955 e, posteriormente, da canção de Fernanda Abreu, “Rio 40 Graus”, lançada em 1992. O L1/E1, então, propõe uma subversão dessa expressão ao atualizá-la à contemporaneidade das já reconhecidas altas temperaturas da cidade do Rio de Janeiro no contexto do verão.

Quanto à análise da construção referencial, se assumimos que os elementos visuais saltam primeiro à vista do leitor, o L1/E1 introduz o referente *Cristo Redentor*. O círculo vermelho, que aparece no lado direito da imagem, é reconhecido como sendo o referente *Sol* quando nos apoiamos pelas demais pistas explicitadas do texto: o Cristo derretendo pelo calor (o referente *calor*, por sua vez, só é acessado indiretamente na relação com os demais referentes em rede, além da escolha da tonalidade vermelha para representar a intensidade), mas também, e principalmente, pelo indicador de temperatura de 60 °C. O referente *Rio*, neste caso, consiste numa retomada anafórica, uma vez que a imagem do Cristo Redentor já ativa indiretamente esse referente.

Quanto à análise da argumentatividade do texto, é possível observar um PDV central mobilizado pelo L1/E1 de que o calor está exorbitante. Amparam esse PDV, de maneira mais literal, a temperatura indicada, mas também, de modo mais criativo, o maior símbolo da cidade “derretendo”, uma ação improvável, mesmo diante da onda de calor. O exagero, neste caso, cumpre o propósito de destacar esse PDV central, que supomos que L1/E1 visa que o interlocutor simplesmente assunte. Se, nessa circunstância, nos valemos do verbo *assuntar*, em vez de *aderir*, é porque desejamos ressaltar que, diante desse aspecto mais factual – e, por conseguinte, mais amplamente aceito, com baixo grau de controvérsia – que é o aumento excessivo do calor, o L1/E1 visa muito mais que o interlocutor reflita sobre o tema do que adira a um dado posicionamento. Isso fica ainda mais evidente quando pontuamos que esse PDV central não é fundamentado pelo L1/E1 – isto é, L1/E1 não constrói argumentos para a defesa desse PDV, que, portanto, não se constitui como tese no texto. Em decorrência disso, afirmamos que essa charge é um texto que apenas tem uma dimensão argumentativa, mas não uma visada argumentativa.

Com intuito de esclarecer nosso posicionamento diante de nossa análise, é preciso destacar que não consideramos que a representação do Cristo Redentor derretendo constitua no texto um argumento em defesa do PDV, porque, como dissemos, não observamos, no referido texto, uma situação de controvérsia, que instituiria uma questão argumentativa, a ser abstraída do texto. Caso contrário, o que estaria em questão no referido texto, para qual L1/E1 mobilizaria argumentos para fundamentar sua resposta (a tese) a ela? Falta, então, como ponto de partida, esse aspecto fundamentalmente dialético que caracteriza a visada argumentativa. Além disso, é necessário que retomemos a distinção que fizemos no capítulo 4 entre raciocínio e raciocínio argumentativo. Isso porque inferências lógico-semânticas compõem o conjunto das inferências relacionadas à interpretação dos textos (Van de Velde, 1992), ou, como reflete Koch (1993), à produção de sentidos. Assim, a presença de raciocínios não argumentativos pode ser corriqueira em textos, porque também fazem parte do processo de construção da coerência textual, uma vez que consistem em processos inferenciais. No entanto, não podemos afirmar que qualquer inferência mobilizada para a compreensão de um texto baste à identificação da visada argumentativa, sob o risco de alargarmos sobremaneira essa noção de tal modo que ela perderia sua relevância teórica. Com isso, queremos dizer que a reconstrução de raciocínios argumentativos tal como operamos nos exemplos 15 a 18 não se aplica aos textos sem visada argumentativa, como nos exemplos 19 e 20.

O exemplo que trazemos para concluir o capítulo de análise é uma notícia publicada na Folha de S.Paulo, no dia 23 de junho de 2025, sobre a campanha de vacinação contra o sarampo promovida pelo Governo Federal.

Exemplo 21 – Notícia “Vacinação” no Jornal Folha de S.Paulo

VACINAÇÃO

O QUÊ A Secretaria de Saúde paulistana iniciou na última terça-feira (17) estratégia de intensificação da vacinação contra o sarampo para crianças com idades entre seis meses e um ano. A medida é uma recomendação do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde e não integra o calendário vacinal de rotina.

SOBRE A AÇÃO A introdução da chamada “dose zero” (Do) da vacina contra o sarampo é uma medida preventiva estratégica e não substitui as doses do calendário de rotina, que devem ser aplicadas aos 12 e 15 meses de idade.

ONDE TOMAR O IMUNIZANTE As vacinas estão disponíveis nas UBSs (Unidades Básicas de Saúde), de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h. Aos sábados, a vacinação ocorre nas AMAs/UBSs integradas, no mesmo horário. A localização das unidades pode ser consultada em buscasaude.prefeitura.sp.gov.br/.

VACINA CONTRA INFLUENZA A cidade de São Paulo também mantém até a próxima sexta-feira (27) ação para imunizar contra a gripe pessoas com mais de seis meses de idade.

ONDE A VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE OCORRE

- Estações Luz, Engenheiro Goulart, São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Corinthians-Itaquera, Perus e Pirituba, da CPTM: das 8h30 às 17h;
- Terminal de ônibus Sacomã: das 8h às 16h;
- Terminal de ônibus Cachoeirinha: das 9h às 16h;
- Terminal rodoviário do Tietê: das 9h às 16h.

Fonte: *Folha de S.Paulo*, edição digital fac-símile de 23 de junho de 2025.

A notícia é um gênero do campo jornalístico-midiático que circula em mídias impressas e digitais dos jornais e portais de notícias. Em termos de composicionalidade, é um gênero que pode comungar a sequência narrativa, descritiva e explicativa, numa evidente heterogeneidade composicional, com o propósito de informar fatos cotidianos. É sabido que as notícias tradicionalmente se estruturam a partir de uma organização informacional que visa responder, inicialmente, a perguntas básicas (o que, quem, quando, onde, como e por quê), e, em seguida, detalhar aspectos complementares. A notícia, assim como a crônica, também não é um gênero necessariamente relacionado à argumentação quando considerada de maneira estrita. É claro que isso não significa dizer que ela é “neutra”, uma vez que, como discutimos, o próprio processo de co-construção de objetos de discurso numa interação, que é o processo de referenciação, envolve escolhas argumentativamente motivadas por parte dos interlocutores. Desse modo, dizemos que a notícia é um gênero cuja localização no *continuum* está apenas na dimensão argumentativa, o que nos parece ser mais admitido pelos estudos do texto.

A notícia do exemplo 21 traz algumas marcas relevantes. Ela é evidentemente topicalizada – os títulos dos tópicos se relacionam com as perguntas básicas de que falamos – e não é assinada por um jornalista. Trata-se de uma notícia cujo locutor/enunciador principal (L1/E1) é institucional, a Folha de S.Paulo, que noticia a estratégia de intensificação de vacinação contra o sarampo na cidade de São Paulo, além da vacinação contra influenza. Há no texto outros enunciadores não locutores, como a Secretaria de Saúde de paulistana (e2) e o Ministério da Saúde (e3), que se configuram como as principais fontes das informações veiculadas pela referida notícia. Assim como o exemplo anterior, esse texto apresenta apenas uma camada enunciativa, que envolve L1/E1 e seus prováveis interlocutores, os leitores do jornal e os seguidores dos perfis da Folha de S.Paulo.

Quanto à análise da construção referencial, o L1/E1 introduz um dos principais referentes do texto desde o título – *vacinação* –, que vai sendo retomado e recategorizado ao longo do texto por anafóricas diretas, seja pelo uso da mesma expressão, seja pelo uso de sinônimos, como “imunizante”, e por retomadas anafóricas indiretas, como “doses”, afora as retomadas anafóricas que não se circunscrevem a expressões referenciais do cotexto (cf. Cavalcante e Martins, 2020). Em verdade, são poucos os referentes que entram no texto a partir do processo de introdução referencial, uma vez que o referente *vacinação* é responsável por ativar outros tantos, inclusive referentes como *Secretaria de Saúde* e *Ministério da Saúde*, por um lado, e *sarampo*, *influenza* e *gripe*, por outro. O que é relevante para nós, em termos de construção referencial, é observar que ela, indiretamente, corrobora, como um efeito possível, a tentativa de L1/E1 de revelar no texto um PDV que valoriza positivamente o processo de vacinação, destacando sua relevância para o arrefecimento de doenças como o sarampo e a gripe, mas, não só, uma vez que, também indiretamente, incentiva a população a se vacinar, destacando (e topicalizando) informações relevantes para o interlocutor, como os locais e horários nos quais é possível tomar essas vacinas.

Pensamos que este seja o principal atributo argumentativo do referido texto, uma vez que, como se observa, o PDV manifestado por L1/E1 não se encontra envolto a uma controvérsia, para qual ele consistiria em uma resposta plausível. É por essa razão também que não há preocupação por parte de L1/E1 de fundamentar esse PDV, que subjaz o texto, o que, portanto, o afasta da possibilidade de ser uma tese. Do mesmo modo, observemos, por exemplo, a ausência de argumentos oferecidos por L1/E1 visando

persuadir o interlocutor quanto à importância de se vacinar. Nesse ponto, retomamos a ideia afirmada nesta pesquisa de que uma tese consiste em uma resposta possível, que naturalmente se opõe, em princípio por incompatibilidade, a outra(s) resposta(s) à mesma questão, e que os argumentos compõem o processo de fundamentação dessa tese. É a falta desse aspecto da controvérsia, que se relaciona ao aspecto dialético da argumentação, que nos faz afirmar que esse texto não tem uma visada argumentativa, razão pela qual não se faz possível reconstruir raciocínios argumentativos a partir dele.

Reforçamos o posicionamento defendido por esta pesquisa ao caracterizar a visada argumentativa pela manifestação, explícita ou apenas implícita, de raciocínios argumentativos no texto, os quais são compostos por uma ou mais células argumentativas e reconstruídos analiticamente por meio do critério da referência. A mobilização de um raciocínio argumentativo no texto por um locutor/enunciador principal (L1/E1) evidencia o relevante processo de *fundamentar* um PDV central, que, para nós, amplia sobremaneira a potencialidade argumentativa do referido texto. Esse processo, como visto, é responsável por fazer com esse PDV se reconfigure como tese.

7 CONCLUSÃO

Ao assumir o pressuposto basilar de que a argumentação é uma dimensão constitutiva da textualidade, como vem defendendo a Linguística Textual (LT) praticada pelo Prottexto – o que se observa em trabalhos como os de Cavalcante (2016), Cavalcante *et al.* (2020) e Cavalcante *et al.* (2022) –, esta tese se impôs o desafio, a partir de seu objetivo geral, de caracterizar a *visada argumentativa* dos textos e distingui-la objetivamente da *dimensão argumentativa*, que a engloba. Essas noções teóricas foram engendradas no âmbito da Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), de Amossy (2018, 2020), mas, ao serem convocadas nesta tese como objeto de reflexão, foram redimensionadas no âmbito dos pressupostos conceituais e metodológicos da LT.

Dimensão e visada argumentativa foram tratadas neste trabalho não como noções opostas, nem dicotômicas, mas como noções englobante e englobada, respectivamente. Isto é, consideramos a visada argumentativa como uma caracterização distintiva no seio da dimensão argumentativa, que, para nós, equivale ao próprio *continuum* de argumentatividade. Assim, definimos *continuum de argumentatividade* como o conjunto variado de manifestações da argumentação em textos, sem divisões absolutas entre cada uma delas. Tal é essa variedade de manifestação que uma das hipóteses testadas e confirmadas por esta pesquisa é de que a visada argumentativa não tem uma manifestação homogênea em textos, mas sim formas prototípicas e marginais.

Para caracterizar a visada argumentativa, mas também redimensionar essa noção teórica no âmbito dos estudos textuais, partimos especialmente da hipótese levantada por Cavalcante, Pinto e Brito (2018) e testada em estudos posteriores (Cavalcante *et al.*, 2020; 2022), de que a dominância da sequência textual argumentativa (Adam, 2019) era o parâmetro que determinaria a presença da visada argumentativa em textos. Como refletimos ao longo desta tese, não há dúvidas de que os textos com a dominância da sequência textual argumentativa são textos com visada argumentativa. O questionamento de nossa pesquisa incidiu sobre a suficiência desse parâmetro para dar conta de uma visada argumentativa “marginal”, cuja apreensão, a nosso ver, foge à dominância da sequencialidade textual argumentativa. Por isso, Oliveira e Cavalcante (2024, p. 114), a partir das reflexões já levantadas por esta pesquisa, discutiram a hipótese de que poderia haver “diversos textos que, mesclando sequências textuais distintas, também apresentam uma intenção persuasiva definida, ainda que mais implicitada, que muitas vezes se revela a partir de uma reconstrução de raciocínios, com base em doxas”.

Para essa empreitada, esta pesquisa, situada na Linguística Textual, ousou articular teorias discursivas, enunciativas e argumentativas, num processo de “interdisciplinaridade focalizada”, conforme define Charaudeau (2013). Para a proposição de uma análise argumentativa de qualquer texto, esta tese assumiu a noção de texto como uma unidade de sentido em contexto (Cavalcante *et al.*, 2022), mas também defendeu, com base na Semiolinguística, de Charaudeau (2016), que todo texto emerge de uma *situação de comunicação* e é regido por um *contrato comunicativo*. Como reflete Cavalcante (2022), essas noções convocam aspectos pragmaticamente interacionais e discursivos que interferem sobremaneira no modo de organização dos textos.

Em relação à argumentatividade, convocamos a frutífera articulação teórica com a TAD, de Amossy (2018), a partir da qual defendemos uma noção ampliada de argumentação, que, nesta tese, corresponde aos diversos meios pelos quais o locutor age sobre seus interlocutores com propósitos um tanto variados: ora tentando fazê-los aderir a uma tese, ora tentando modificar ou reforçar suas representações ou opiniões, ora buscando orientar suas maneiras de ver, ora apenas tentando suscitar um questionamento sobre um problema. São também extraídas dessa teoria, como dissemos, as duas noções teóricas tão caras a essa pesquisa, cujo tratamento analítico e metodológico norteou a construção desta tese.

Admitir uma noção ampliada de argumentação trouxe à LT uma importante questão a ser discutida: se a argumentação é, tradicionalmente, um processo no qual argumentos são apresentados para a defesa de uma tese, o que, de fato, constitui a argumentatividade nos demais textos que não se configuram dessa forma? Para responder a essa questão, completou nosso quadro teórico-metodológico da análise argumentativa dos textos o diálogo com a Teoria Enunciativo-Interacional do Ponto de Vista, de Rabatel (2016), a partir da qual convocamos a noção de *ponto de vista*. Para nós, ela está no cerne da dimensão argumentativa de todo texto. Com Cavalcante *et al.* (2022), dizemos que em todo texto há pontos de vista, os quais se relacionam a diferentes enunciadores e são gerenciados por um locutor/enunciador primeiro (L1/E1), ou locutores, no caso de textos poligeridos, que estrategicamente escolhem como expressá-los na tentativa de persuadir o interlocutor.

A articulação simultânea dessas teorias nos exigiu esclarecer aspectos terminológicos, especialmente quando noções teóricas de áreas distintas passaram a se interseccionar em nosso fazer analítico, como no caso das noções de *ponto de vista* e *tese*.

Assim, respondendo a um de nossos objetivos específicos, que consistia em distinguir e articular as noções de tese e ponto de vista na análise argumentativa do texto, dissemos que toda tese é um ponto de vista, mas nem todo ponto de vista é uma tese, conforme já havíamos discutido em Oliveira e Cavalcante (2024). Um ponto de vista só se torna uma tese em um texto se houver indícios de que o locutor-enunciador primeiro (L1/E1) está organizando seu dizer para fundamentar esse ponto de vista com argumentos.

Desse modo, para tratarmos efetivamente da noção de tese, já relacionada pela literatura à noção visada argumentativa, foi incontornável nos debruçarmos especialmente sobre a noção de *argumento*, uma vez, para nós, tese e argumentos são noções interdependentes. Para tanto, investimos na dimensão lógico-inferencial da argumentação em textos, ainda que saibamos que essa dimensão não se desconecta das demais (retórica, dialética, discursiva e textual) na trama argumentativa do texto. Assim, tomamos com base o modelo de Toulmin (2022 [1958]) e a abordagem da argumentação integradora postulada por Gonçalves-Segundo (2023a, 2024), a partir das quais discutimos e adotamos como unidade básica do raciocínio argumentativo a noção de *célula argumentativa*, que reduzimos à estrutura *premissa-garantia-tese*. O investimento nessa dimensão da argumentação se justificou pela imprescindível tentativa de buscar as regularidades textuais das diferentes manifestações da visada argumentativa, considerando que levantamos como hipótese desta pesquisa que a constituição de célula(s) argumentativa(s) em textos é um critério identificatório da visada argumentativa.

Do ponto de vista analítico, esta tese elegeu a referenciação como critério textual de análise, uma vez que, como estudos anteriores demonstraram (Cavalcante *et al.*, 2020, 2022), há uma relação intrínseca entre referenciação e argumentação, pois o locutor/enunciador principal (L1/E1) escolhe como introduzir e recategorizar os referentes em um texto, negociando-os na interação, e os referentes compõem uma rede de relação de sentidos a partir das quais emergem pontos de vistas. Esta pesquisa sustenta que essa dinâmica é constitutiva da argumentatividade textual, sendo especialmente relevante em textos com visada argumentativa, nos quais um ponto de vista central emerge e se firma como tese quando sustentado por argumentos.

A análise empreendida por esta pesquisa a partir dos procedimentos metodológicos elencados nos permitiu afirmar que, no *continuum da argumentatividade*, os textos apresentam diferentes *potencialidades argumentativas*. O locutor/enunciador

primeiro (L1/E1) gerencia essa potencialidade argumentativa, considerando toda a situação de comunicação, a partir de suas intencionalidades e da mobilização de PDVs. Quando essa potencialidade faz emergir no texto um PDV central, que só se firma como tese quando é amparado por um ou mais argumentos, podemos dizer que o texto tem uma visada argumentativa. A tese e os segmentos dos argumentos correspondem a PDVs no texto e podem estar explícitos, parcialmente explícitos ou integralmente implícitos, neste caso sendo apenas supostos pelo interlocutor. Em todos os casos, podem ser reconstruídos a partir da relação entre referentes co-construídos na interação.

Desse modo, a visada argumentativa pode ser mais bem caracterizada quando, a partir do texto, é possível reconstruir raciocínio(s) argumentativo(s), isto é, quando há presença de pelo menos uma *célula argumentativa*. A célula argumentativa, como dissemos anteriormente, é definida nesta pesquisa como uma estrutura mínima de raciocínio argumentativo (composta por premissa, garantia e tese) que se pode abstrair dos textos por evidências mais explicitamente declaradas, ou por pistas que autorizem um percurso inferencial desse raciocínio que subjaz à orientação argumentativa do texto.

Pelo recorte proposto por esta tese, nossa análise abarcou particularmente os textos monológicos e estáticos, com a mobilização de semiose verbal ou da combinação entre as semioses verbal e imagética. Desse modo, é uma evidente lacuna deixada por esta pesquisa a necessária aplicação da análise proposta aos demais textos, isto é, dialogais e/ou dinâmicos, com a mobilização de semioses outras, como estritamente imagética, ou com semiose sonora, gestual etc. Pensamos que o empreendimento analítico desenvolvido nesta tese sirva de base para a ampliação dessa investigação, com necessárias adaptações teórico-metodológicas.

Ainda sobre o aspecto de outros sistemas semióticos, pensamos que seja produtivo, em prosseguimento às reflexões de Gonçalves-Segundo (2021), Isola-Lanzoni e Gonçalves-Segundo (2021) e Almeida (2023), analisar como aspectos da imagem influem ou constroem segmentos da(s) célula(s) argumentativa(s). De antemão, levantamos um questionamento que pode servir como impulso para outras pesquisas: podem os textos exclusivamente imagéticos terem uma visada argumentativa?

Outra lacuna que essa pesquisa deixa, também em relação ao recorte analítico a que se propôs, é a investigação de como outros critérios textuais, como a intertextualidade, as sequências textuais e a construção tópica, podem se relacionar não só com a caracterização da visada argumentativa, de modo mais estrito, mas como

aspectos relevantes para a caracterizar outras formas de argumentatividade, necessariamente em relação às práticas genéricas e discursivas. A construção referencial, que elegemos como critério analítico, é, sem dúvidas, muito relevante para a LT, uma vez que influencia as demais categorias, mas sozinha certamente não basta para apreender analiticamente um fenômeno tão complexo como a argumentatividade dos textos.

Mais uma lacuna que identificamos diz respeito à necessidade de se aprofundar a articulação teórica entre a Teoria Enunciativo-Interacional, de Rabatel (2016), e o aspecto da lógica-inferencial da argumentação, que nesta tese tratamos com base em Toulmin (2022) e Gonçalves-Segundo (2023a), de modo que possamos, entre outros pontos, refletir mais detidamente sobre a complexa relação entre enunciadores, PDVs e os segmentos dos raciocínios argumentativos (premissa, garantia e tese).

Por fim, uma lacuna que esta pesquisa deixa e que buscaremos dar prosseguimento em estudos posteriores consiste em aprofundar a reflexão sobre como as convenções de gênero condicionam e contribuem para parametrizar o modo como a argumentatividade incide sobre os textos. Pensamos que isso pode ajudar a compreender fenômenos como o discutido nesta tese, com base em Oliveira e Almeida (2025), de que um gênero, como a charge, pode transitar dentro de um *continuum* de argumentatividade, a ponto de poder ora ter uma visada argumentativa, ora não. Desse modo, para nós, isso significa reavaliar a fundo a noção de modalidade argumentativa, proposta por Amossy (2008), mas bastante subdesenvolvida no âmbito de sua obra, necessariamente a redimensionando no âmbito das relações textuais e aportando outros fundamentos teóricos, como os de Van Eemeren (2018), no que tange às normas procedurais da argumentação, e Walton (1998), em torno dos tipos de diálogos argumentativos.

Pelos pontos apresentados nesta *conclusão* – só assim assumida enquanto uma pesquisa de um doutoramento, que tem início e fim e que se conclui no formato de uma tese apresentada à comunidade acadêmica –, pensamos que nosso trabalho oferece uma reflexão que teve como intenção indiretamente assumida contribuir para a consolidação da interface entre a LT e a TAD a partir da tentativa de aparar algumas de suas arestas, que incidiam tanto no campo conceitual, quanto no campo analítico. Nosso interesse em assumir uma perspectiva ampliada de argumentação, na esteira do que propôs Cavalcante (2016) e que se desenvolveu posteriormente especialmente pelas mãos dos pesquisadores que compõem o grupo de pesquisa Prottexto, diz respeito à necessidade de ampliar o olhar analítico sobre as inúmeras estratégias de que se valem os

interlocutores em benefício de seus projetos de dizer – o que vai ao encontro de um consenso nos estudos das Ciências da Linguagem de que nenhum uso é fortuito e de que não há neutralidade discursiva. Para isso, dialogamos interdisciplinarmente com as teorias da argumentação, assim como fazemos também com teorias discursivas e enunciativas, porque consideramos que aspectos teóricos e metodológicos gestados nesses campos disciplinares podem nos ajudar a dar algumas explicações relevantes quanto ao que está no cerne do fazer científico de um linguista do texto: a investigação e a descrição dos processos de coerência textual, conforme nos lembra Custódio Filho e Elias (2025), em um texto que homenageia e sintetiza o legado de Mônica Cavalcante para a LT.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.

ADAM, Jean-Michel. **Textos: tipos e protótipos**. Contexto: São Paulo, 2019 [1992].

ADAM, Jean-Michel. Uma abordagem textual da argumentação: “esquema”, sequência e período. **ReVEL**, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Introdução. *In*: ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. p. XIV-LXXI.

ALMEIDA, Eduardo Carvalho de. **Argumentação e multimodalidade: análise de processos referenciais em textos da rede social x**. 2023. 163 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

AMADORI, Sara. La “dimension argumentative” plurisémiotique du livre enrichi. **Argumentation et Analyse du Discours** [*On-line*], 20, 15 abr. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad/2526>. Acesso em: 31 mar. 2025.

AMOSSY, Ruth. Dimensão argumentativa. *In*: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. (orgs.). **Texto, discurso e argumentação: traduções**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018 [2000].

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017 [2014].

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

AMOSSY, Ruth. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **ReVEL**, edição especial, vol. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 1, n. 1, p. 129-144, 1 nov. 2011.

AMOSSY, Ruth. Raciocínios compartilhados: esquemas argumentativos e materialidade discursiva. *In*: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; MARTINS, M. A. (orgs.). **Texto, tecnodiscursividade e enunciação: Traduções Vol. 2**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024, p. 169-190.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelles: Editions Mardaga, 1983.

APOTHÉLOZ, Denis; BOREL, Marie-Jeanne; PEQUEGNAT, Catherine. Discours et raisonnement. In: GRIZE, J-B. (ed.) **Sémiologie du raisonnement**. Berne: Peter Lang, 1984, p. 247-260.

APOTHÉLOZ, Denis; MIÉVILLE, Denis. Matériaux pour une étude des relations argumentatives. In: RUBATTEL, C. (org.) **Modèles du discours**. Recherches actuelles em Suisse romande. Berne: Peter Lang, 1989.

APOTHÉLOZ, D Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER & REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds.). Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995

BARTHES, Roland. A antiga retórica. In: BARTHES, R. **A aventura semiológica**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 3-100.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 2ª ed. Recife: Pipa Comunicação, Campina Grande: EDUFCG, 2020.

BEAUGRANDE, Robert de. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society**. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang U. **Introduction to Text Linguistics**. London: Longman, 1981.

BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: EDUPE, 2009.

BOREL, Marie-Jeanne. Notes sur le raisonnement et ses types. **Études de lettres**, v. 4, p. 67-85, 1991.

BRAIT, Beth. O texto nas reflexões do Círculo e de Bakhtin. In: BATISTA, R. de O. **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p.13-30.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. **História das teorias da argumentação**. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.

CAREL, Marion. A polifonia linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* A negociação persuasiva para a análise da argumentação nos discursos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 13, n. 25, 2019, p. 99-116.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* **Linguística Textual e argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Referenciação. *In*: AZEVEDO, T. M.; FLORES, V. N. (orgs.). **Estudos do discurso: conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial vol. 14, p. 106-124, 2016.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *et al.* **Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e sequências textuais – Volume 1**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. *In*: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (orgs.). **Estudos do discurso: caminhos e tendências** [Internet]. São Paulo: Paulistana, p. 119-133, 2016.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* Coerência e referenciação. *In*: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (orgs.) **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, p. 91-107, 2017.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Linguística Textual, argumentação e interação**. Abralin Ao vivo, 15 maio 2020. 1 vídeo (147 minutos). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/oBcqw7LXclk?si=ZLnvmmeAlZO3Of0T>. Acesso em: 30/03/2025.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. O caráter incontestavelmente retórico da Linguística Textual. *In*: SEARA, Isabel Roboredo; MARQUESI, Sueli Cristina; FERREIRA, Luiz Antônio. (orgs.) **Desafios em língua portuguesa: do olhar da Linguística Textual à perspectiva retórica-argumentativa**. Lisboa: Universidade Aberta, 2022. (eUAb. Universitária; 31)

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Revisitando os fatores de textualidade**. II Ciclo de Conferências GEPEL-UFF, 27 maio de 2021. 1 vídeo (96 minutos). [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/live/Ji_jw8Ld-jc?si=ZfZapbdc7xUuFam4. Acesso em: 30/03/2025.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; CORTEZ, Suzana Leite; PINTO, Rosalice Botelho Wakim Souza; PINHEIRO, Clemílton Lopes. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória (ES), v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva; MARTINS, Mayara Arruda. O funcionamento pré-discursivo e as estratégias textuais. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 68-85, 2024a.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva; MARTINS, Mayara Arruda. Quadro enunciativo em tecnotextos de diferentes tipos de interação digital. In: MARQUESI, Sueli Cristina (org.) **Texto e metodologias ativas**: interfaces na pesquisa e no ensino. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024b.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva; OLIVEIRA, Rafael Lima de. A relevância do texto e da interação no contexto digital. **Calidoscópio**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 333–344, 2021.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; MARTINS, Mayara Arruda. Referenciação: em síntese. In: LIMA, A. H., SOARES, M. E., CAVALCANTE, S. A. de S. **Linguística geral**: os conceitos que todos precisam conhecer. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020, v. 2, p. 237-272.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; PINTO, Rosalice; BRITO, Mariza Angélica Paiva. Polêmica e argumentação. **Diacrítica**, v. 32, n.1, 2018, p. 5-24.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; MARTINS, Mayara Arruda. A. Referenciação: em síntese. In: LIMA, A. H., SOARES, M. E., CAVALCANTE, S. A. de S. **Linguística geral**: os conceitos que todos precisam conhecer. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020, v. 2, p. 237-272.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; ELIAS, V. M. (orgs.). **O que é e o que faz a Linguística Textual?** Natal: EDUFRRN, 2023

CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação em uma problemática da influência. **ReVEL**, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2019 [2008].

CHARAUDEAU, Patrick. O turbilhão do interdiscurso. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. (orgs.). **Texto, discurso e argumentação**: traduções. Tradução de Alena Ciulla. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. pp. 249-268.

CHARAUDEAU, Patrick. Por uma interdisciplinaridade “focalizada” nas ciências humanas e sociais. In: MACHADO, Ida Lucia; COURA, Jerônimo; MENDES, Emília. (orgs.). **A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem**. Belo Horizonte: NETII FALE/UFMG, 2013, p. 17-51.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (orgs.) **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. *In*: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (orgs.) **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2016 [2008].

CORTEZ, Suzana Leite. **A construção textual-discursiva do ponto de vista**: vozes, referenciação e formas nominais. 2011. 249 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2011.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. 2011. 331p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Ponto de Vista em Linguística Textual: Efeitos Argumentativos e Aplicações no Ensino de Língua Portuguesa. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 4, n. 8, p. 379-403, 31 dez. 2023.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; ELIAS, Vanda Maria. O Legado de Mônica Cavalcante para a linguística textual brasileira. **Todas as Letras - Revista de Língua e Literatura**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 1–17., 2024.

DANBLON, Emmanuelle et al. (ed.) **Argumentation et narration**. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2008.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle.; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas/SP: Mercado de Letras, p. 81-108, 2010.

DOLZAN, M. O que são milícias? Entenda o significado e como funcionam. **Estadão**, São Paulo, 25 out. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/o-que-sao-milicias-entenda-o-significado-e-como-funcionam-nprm/>. Acesso em: 7 jan. 2024.

DOURY, Marianne. **Argumentation**. Analyser textes et discours. Paris: A. Colin, 2016.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

EMEDIATO, Wander. **Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

ÉMÉRIT, Laetitia. La publication multisite: un objet linguistique qui interroge les notions de texte et de contexte dans les environnements numériques. **Essais [On-line]**, 12, pp. 173-190, 2017.

FERNANDES, Jessica Oliveira. **A construção do sentido impolido em comentários do twitter/X a partir de redes referenciais**. 2024. 155 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FREEMAN, James B. **Argument Structure: Representation and Theory**. Dordrecht: Springer, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014 [1959].

GOFFMAN, Erving. **Forms of talk**. England, Basil Blackwell Publisher, 1981.

GONÇALVES, Tatiana da Conceição. **Planos de texto e sequências textuais no gênero manifesto: perspectivas para o ensino da escrita argumentativa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. 2022. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. A configuração funcional da argumentação epistêmica: uma releitura do layout de Toulmin em perspectiva multidisciplinar. **Bakhtiniana**, São Paulo, 15 (3), p. 236-266, jul./set. 2020.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Argumentação multimodal: múltiplos olhares para um objeto complexo. In: GONÇALVES-Segundo, P. R.; PIRIS, E. L. **Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 73-109.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; ISOLA-LANZONI, Gabriel. Multimodal practical argumentation and behavioral change: an analysis of the “Remember, the Metro is for everyone” campaign. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 3, p. 779-807, 2021.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Afinal, o que é argumento? **Linha D'Água**, São Paulo, v. 37, n. 01, p. 197-227, jan.-mar. 2024.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. **Argumentação prática**: teoria, método e análise. Livre-docência - Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo, 2023a. 395 f.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. O raciocínio argumentativo entre o lógico e o dialético: o modelo de Stephen Toulmin. *In*: PIRIS, E. L.; GRÁCIO, R. A. (orgs.). **Introdução às teorias da argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023b. p. 51-87.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. O raciocínio argumentativo entre o lógico e o dialético: o modelo de Stephen Toulmin. *In*: PIRIS, Eduardo Lopes; GRÁCIO, Rui Alexandre (orgs.). **Introdução às teorias da argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

GOMES, Glaucia Regina. *Letramento e identidade*: a apropriação de gêneros argumentativos na escola com a mediação do livro didático. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Teorias da argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2012.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Vocabulário crítico de argumentação**. Coimbra: Grácio Editor/Instituto de Filosofia da Linguagem da Univ. Nacional de Lisboa, 2013.

GRIZE, Jean-Blaise. **Logique naturelle & communications**. Paris: P.U.F., 1996.

GRIZE, Jean-Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.

GUIMARÃES, Nilma. **A abordagem dos gêneros argumentativos nos livros didáticos de língua materna**: diretrizes e perspectivas. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KOCH, Ingedore Villaça. A produção de inferências e sua contribuição na construção do sentido. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [s. l.], v. 9, n. especial, 1993. p. 399-416.

KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. *In*: Koch, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2014 [1997].

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Contexto, 2016 [1984].

KOCH, Ingedore Villaça; FÁVERO, Leonor Lopes. Discurso e referência. **Alfa**, São Paulo, v. 28, p. 1984. p. 11-16.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [s. l.], v. 14, n. especial, 1998. p. 169-190.

LANGSDORF, Lenore. Argumentation as contextual logic: An appreciation of backing in Toulmin's model. **Cogency**, v. 3, n. 2, p. 51–78, 2011.

LOPES, Daniel Rossi Nunes. Ensaio introdutório: tragédia e comédia no *Górgias* de Platão. In: PLATÃO. **Górgias**. Tradução de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2016. p. 15-163.

LUZ, Rakell Ainy Freitas. **Produção textual em língua portuguesa**: uma proposta para a construção de textos argumentativos. 2020. 199 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

MACEDO, Patrícia Sousa Almeida. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 245 f. - Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **L'Analyse du Discours**. Paris: Hachette, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUESI, Sueli; ELIAS, Vanda; CABRAL, Ana Lúcia. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. In: MARQUESI, Sueli; PAULIUKONIS, Aparecida; ELIAS, Vanda. **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 13-32.

MARTINS, Mayara Arruda. **A caracterização dos tipos de dêixis como processos referenciais**. 2019. 142f - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2019.

MARTINS, Mayara Arruda. **Tecnotextualidade e campo dêitico digital** – análise de aspectos interacionais e enunciativos. 2024. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

MASSMANN, Débora. Institucionalização e desdobramentos da Retórica: história, memória e atualidade. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PIRIS, Eduardo Lopes. (orgs.) **Estudos de linguagem, argumentação e discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

MATOS, Janaica Gomes. **As redes referenciais na construção de notas jornalísticas**. 2018. 259f - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2016 [2003].

MONTE, Michèle. La dimension argumentative dans les textes poétiques: marques formelles et enjeux de lecture. **Argumentation et Analyse du Discours** [On-line], 20, 15 abr. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad/2511>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MUNDIM, Roberto Patrus. A Lógica Formal – princípios elementares. **Econom. & gestão**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 135-145, jan./jun. 2002, p. 135-145.

LIMA, Isabel Muniz. **Modos de interação em contexto digital**. 2022. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés. Razão, retórica e argumentação: a racionalidade argumentativa em Chaïm Perelman. *In*: PIRIS, Eduardo Lopes; GRÁCIO, Rui Alexandre (orgs.). **Introdução às teorias da argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

OLIVEIRA, Rafael Lima. **Uma análise textual do pathos em polêmicas**. 2020. 144f - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2020.

OLIVEIRA, Rafael Lima; ALMEIDA, Eduardo Carvalho. Charge: um gênero entre a dimensão e a visada argumentativa? *In*: BRITO, Mariza Angélica Paiva; OLIVEIRA, Suelene Silva; MARTINS, Mayara Arruda. **Integração Acadêmica: perspectivas da Linguística Textual na Pós-Graduação - uma homenagem à professora Mônica Magalhães Cavalcante**. Campinas, SP: Pontes Editores: 2025, pp. 31-50.

OLIVEIRA, Rafael Lima; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. O texto e a tese: reflexões sobre a visada argumentativa. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 24, n. 1, p. 107-123, 23 jun. 2024.

OLIVEIRA, Rafael Lima; CAVALCANTE, Mônica Magalhães; SILVEIRA, Geana Barbosa. O apelo ao *pathos* em textos e a modalidade argumentativa patêmica. **Revista Investigações**, Recife, v. 33, Nº especial, Texto: gêneros, interação e argumentação - III Workshop de Linguística Textual, p. 7 - 26, 2020.

OLMOS, Paula. (ed.) **Narration as argument**. Suíça: Springer, 2017.

PAULIUKONISS, Maria Aparecida Lino; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (org.). **Texto e ensino**. Natal: SEDIS - UFRN, 2018.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas, SP: 2021.

PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré-discursos**. Sentido, memória, cognição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014 [1958].

PINHEIRO, Carlos Eduardo Silva. **As marcas de heterogeneidade enunciativa como estratégias argumentativas**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

PINTO, Rosalice. **Como argumentar e persuadir**. Práticas: política, jurídica e jornalística. Lisboa: Quid Juris?, 2010.

PIRIS, Eduardo Lopes. Ruth Amossy e sua abordagem sociodiscursiva da argumentação. In: PIRIS, Eduardo Lopes; GRÁCIO, Rui Alexandre (orgs.). **Introdução às teorias da argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias e perspectivas**. São Paulo: Parábola, 2008.

PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.

PLANTIN, Christian. **Dictionnaire de l'argumentation**. Une introduction aux études d'argumentation. Lyon: ENS Éditions, 2016.

PLATÃO. **Górgias**. Tradução de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2016.

RABATEL, Alain. Enunciadores primeiros e segundos, pontos de vista, modalidade e intencionalidade como desafios de interpretação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães Cavalcante; BRITO, Mariza Angélica Paiva; MARTINS, Mayara Arruda. **Texto, tecnodiscursividade e enunciação**: Traduções – Vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024. p. 133-168.

RABATEL, Alain. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Vol 1: Pontos de Vista e lógica da narração - teoria e análise. São Paulo: Cortez, 2016 [2009].

RABATEL, Alain. Pour une reconception de l'argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours. **Argumentation et Analyse du Discours** [Online], 20, 15 abr. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad/2493>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RAMOS, Paulo. **Tiras no ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

REBELLO, Ilana. A Semiologia vai para a escola. In: XAVIER, Gláyci; REBELLO, Ilana; MONNERAT, Rosane. (orgs.) **Semiologia aplicada ao ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Débora Ferreira da. **O texto dissertativo-argumentativo na escola básica: contribuições da Análise Textual dos Discursos e das metodologias ativas para o ensino da escrita**. 2023. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

SEIXAS, Rodrigo. O terreno pantanoso da doxa. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 23, n. 2, p. 142-160, 13 out. 2023.

SILVEIRA, Geana Barbosa. **Estratégias de patemização e modalidade patêmica**. 101 f. - Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SILVA, João Paulo Muniz da. **Uma análise textual da argumentação em memes verbo-visuais: entre os processos referenciais e as intertextualidades**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SOARES, Maiara Sousa. **Processos referenciais por nome próprio como estratégias argumentativas**. 2018. 119f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

TOULMIN, Stephan. **Os usos do argumento**. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2022 [1958].

TOULMIN, Stephan; RIEKE, Richard; JANIK, Allan. **An Introduction to Reasoning**. New York: Macmillan Publishing Company, 1984 [1978].

VAN DE VELDE, Roger G. **Text and Thinking**. On Some Roles of Thinking in Text Interpretation. Berlin, New York: De Gruyter, 1992.

VAN EEMEREN, Frans Hendrik; GROOTENDORST, Rob. **A Systematic Theory of Argumentation: The pragma-dialectical approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VAN EEMEREN, Frans Hendrik. **Argumentation Theory: A Pragma-Dialectical Perspective**. Suíça: Springer, 2019.

VITALE, A.; AMOSSY, R. A conversation with Ruth Amossy. **Revista Conexão Letras**, [s. l.], v. 12, n. 18, 2018. DOI: 10.22456/2594-8962.79469. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/79469>. Acesso em: 8 out. 2023.

WALTON, Douglas; REED, Christopher; MACAGNO, Fabrizio. **Argumentation Schemes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WALTON, Douglas. **Lógica informal**. São Paulo, WMF, 2012 [1989].

WALTON, Douglas. **The New Dialectic: Conversational Contexts of Argument**. Toronto: University of Toronto Press, 1998.